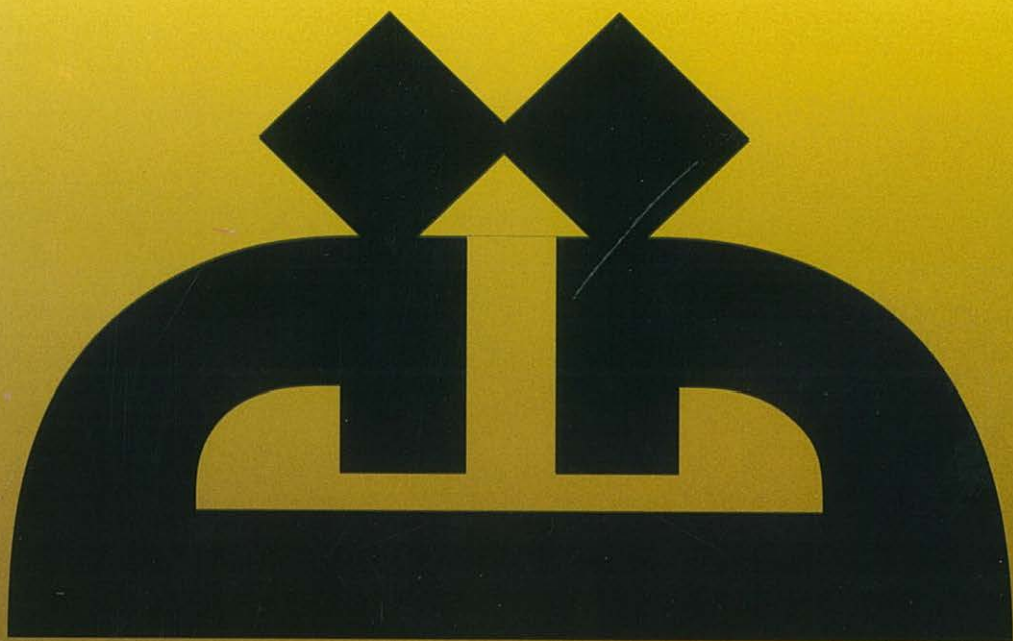


# AFRICANA STUDIA

Nº 6. 2003

Revista Internacional de Estudos Africanos  
International Journal of African Studies



FACULDADE DE LETRAS

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

# AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos/ International Journal of African Studies

**Director:** António Custódio Gonçalves

**Conselho Científico/Advisory Board:** Alberto Amaral (Univ. do Porto - CIPES), Brazão Mazula (Reitor da U.E.M. - Maputo), Christine Messiant (E.H.E.S.S. - Paris), Elikia M'Bokolo (E.H.E.S.S. - Paris), Franz-Wilhelm Heimer (CEA-ISCTE -Lisboa), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG -Lisboa), Jill Reaney Dias (F.C.S.H. -U.N.L.), João Gomes Cravinho (Univ. Coimbra), Joaquim Alberto da Cruz e Silva (I.I.C.T. - Lisboa), José Novais Barbosa (Reitor da Univ. do Porto), Isabel de Castro Henriques (F.L.U.L.), João Teta (Reitor da U.A.N. - Luanda), Patrick Chabal (King's College - London), Michel Cahen (Univ. Bordéus III), Peter Meyns (Univ. Duisburg), Peter Vale (Univ. Western Cape), Saul Dubow (SOAS - Londres), Teresa Cruz e Silva (U. E. M. - Maputo).

**Conselho de Redacção/Editorial Board:** António Custódio Gonçalves, Carlos José Gomes Pimenta, Elvira Mea, José Capela, José Carlos Venâncio, Maciel Morais Santos, Maria Cristina Pacheco, Mário Vilela.

**Secretariado:** Raquel Maria Machado da Cunha

\*\*\*

**Propriedade:** Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

**Edição:** Faculdade de Letras da Universidade do Porto

©1999 - CEAUP

**Impressão e acabamento:** Tipografia Nunes, Lda - Maia

ISSN - 0874-2375

Depósito legal: 138153/99

Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação sem autorização prévia por escrito do CEAUP e da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

**Publicação anual:** n° 6 - 2003

**Tiragem:** 500 exemplares

## Distribuição

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Biblioteca Central - Serviço de Publicações

Via Panorâmica s/n - 4150-564 Porto

# AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos

International Journal of African Studies

Nº 6 - 2003

<b>Editorial</b> . . . . .	3
<b>Artigos</b> . . . . .	7
Os São-tomenses e as mutações sociais na sua história recente . . . <i>Augusto Nascimento</i>	9
Construção de identidades nos rios de Guiné do Cabo Verde . . . . . <i>Carlos Lopes</i>	45
O Islão na África Subsariana. Guiné-Bissau e Moçambique, uma análise comparativa . . . . . <i>Francisco Proença Garcia</i>	65
“Proteger os pretos”. Havia uma mentalidade reformista na adminis- tração portuguesa na África Tropical (1926-1961)? . . . . . <i>Alexander Keese</i>	97
Políticas de classificação/classificações políticas: o exemplo das propriedades ráticas/características somáticas no BI . . . . . <i>Fidel Reis</i>	127
Presença da mulher africana ao sul do Sara na cultura e na ciência: questões de género. . . . . <i>Ilídio do Amaral</i>	153
GENERAL NORTON DE MATOS (1867-1955). Aspectos maiores de um perfil histórico-biográfico – o militar, o colonialista e o democrata . . . . . <i>Armando Malheiro da Silva</i>	173
Os corredores de desenvolvimento em Moçambique . . . . . <i>Madalena Pires Fonseca</i>	201

Da disciplinarização de Moçambique: ajustamento estrutural e as estratégias neo-liberais de risco . . . . .	231
E. Macamo	
Olhares epifânicos – a epifania nos contos “Amor” de Clarice Lispector e “Á sexta-feira” de Luandino Vieira . . . . .	257
Rosa de Souza Oliveira	
<b>Notas e Recensões</b> . . . . .	271
José Capela – <i>ÁLCOOLE ESCRAVOS. O comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental</i> , José Curto, Vulgata, Lisboa, 2002. . . . .	273
José Capela – <i>Esclavage et Confréries Noires au Portugal durant l’Ancien Régime (1441-1830)</i> - Tese de Doutoramento de Didier Lahon. . . . .	277
Elikia M’Bokolo – <i>Présentation du livre du Prof. António Custódio Gonçalves A Tradição e a Modernidade na (Re)construção de Angola</i> , Afrontamento, 2003. . . . .	287
<b>Résumés / Abstracts</b> . . . . .	291
<b>Informações</b>	
VII Colóquio Internacional “Identidade, poderes e Etnicidades na África Subsariana. O racismo ontem e hoje”. FLUP – 6/8 de Maio 2004 . . . . .	307

## **EDITORIAL**



O presente volume da **Revista Internacional de Estudos Africanos**, *Africana Studia*, é predominantemente dominado por artigos referentes à construção de configurações identitárias em espaços e tempos diferentes da África Subsariana.

Contrariando as perspectivas ditas essencialistas e nacionalistas, os trabalhos aqui apresentados assentam na construção de identidades numa perspectiva histórica de longa duração, como processos e como estratégias sociais, culturais e simbólicas. O primeiro artigo, da autoria de Augusto do Nascimento, analisa a procura da identidade São-Tomense e sua relação com as mutações sociais. O autor analisa, numa perspectiva construcionista e integradora, a pluralidade de referências culturais dos indivíduos e dos grupos sociais e das diversas formas de representações e manifestações sociais e simbólicas dos São-Tomenses. Trata-se de um texto apresentado no Congresso "Portuguese/African Encounters", realizado na Universidade de Brown, em 2002.

O artigo de Carlos Lopes propõe-se discutir os conceitos de identidades sociais e culturais. Analisando a construção de identidades nos "Rios de Guiné do Cabo Verde", na expressão quinhentista de Álvares de Almada, e na designação contemporânea que compreende os territórios da Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance, o autor retoma vários contributos do seu livro "Kaabunké. Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais".

O artigo de Francisco Proença Garcia, "O Islão na África Subsariana. Guiné-Bissau e Moçambique: uma análise comparativa", elabora uma análise global da expansão islâmica na África Subsariana e discute as relações entre o poder colonial português e o Islão no período da guerra colonial e interpreta o papel das confrarias islâmicas na preservação de identidades locais específicas, em oposição à cultura do colonizador.

Alexander Keese, no seu trabalho "Proteger os pretos: havia uma mentalidade reformista na administração portuguesa na África Tropical (1926-1961)?" discorre sobre pretensas medidas de reforma social e política da administração colonial, prosseguidas como estratégia psicológica durante as guerras de independência.

No artigo "Políticas de classificação/classificações políticas: práticas políticas e lutas de classificação", Fidel Reis, conjugando a fundamentação teórica e a investigação empírica, analisa e critica a inclusão do

conceito de “raça” como um dos elementos de identificação na lei do Bilhete de Identidade, aprovada pela Assembleia Nacional de Angola.

Ilídio do Amaral, numa análise documental, e de testemunhos recolhidos entre personalidades femininas de vários países da África Subsariana, releva as fortes desigualdades de género e o papel subalterno das mulheres. Trata-se de uma conceptualização importante sobre questões de género, para a compreensão da dinâmica da participação das mulheres africanas na vida pública e cultural.

O artigo seguinte, da autoria de Armando Malheiro da Silva, analisa o perfil da obra e do pensamento de Norton de Matos, republicano e democrata, como Governador-Geral e Alto-Comissário em Angola. Norton de Matos é uma figura incontornável na história contemporânea e na história colonial. Releva-se aqui a ambiguidade da sua acção em Angola, numa tentativa de integração de diversos elementos, por vezes contraditórios: a unidade nacional transoceânica, a autonomia colonial e a construção da angolanidade.

O artigo de Madalena Fonseca sobre os corredores de transporte/desenvolvimento em Moçambique, analisa a inserção de Moçambique na economia mundial no período entre a independência e as primeiras eleições multipartidárias. Elísio Macamo analisa as lógicas do ajustamento estrutural e as estratégias neo-liberais de risco, constituídas como projecto totalizante do centro em relação à domesticação das margens, bem como o papel da re-invenção da identidade de Moçambique como sujeito e objecto das ajudas externas.

Por fim, Rosa de Souza Oliveira propõe-nos o estudo de duas personagens femininas, através da análise comparada de duas obras literárias: uma brasileira, o conto “Amor”, de Clarice Lispector e a outra, angolana, o conto “Sexta-feira”, de Luandino Vieira.

Este número termina com a habitual secção de **Notas e Recensões**.

*António Custódio Gonçalves*



## Artigos



## OS SÃO-TOMENSES E AS MUTAÇÕES SOCIAIS NA SUA HISTÓRIA RECENTE <sup>1</sup>

Augusto Nascimento<sup>2</sup>

### Introdução

Em S. Tomé e Príncipe, a ideia de 'mudança' remete para momentos fortes da história recente do país, estando, evidentemente, associada à independência. Afora isso, tal noção serviu de lema para slogans políticos, há uma dezena de anos para significar a viragem para a democracia, ultimamente para sustentar contendores políticos em actos eleitorais. Presente no universo são-tomense, em torno da 'mudança' tecem-se diferentes sentimentos e atitudes. Nas camadas populares, arredadas dos círculos de decisão, emergem sentimentos que oscilam entre a mais esperançosa expectativa em efectivas mudanças sociais e o profundo desencanto perante a perpetuação das assimetrias sociais e da pobreza. Conjugada com o desencanto, a ignorância das mudanças passadas reforça o arraigamento da convicção da perenidade da privação social, de algum modo imputada à inelutável natureza da sua condição. Já entre os intelectuais, o discurso parece ir no sentido de obscurecer as céleres mudanças sociais em favor de uma norma que sirva de âncora aos comportamentos dos são-tomenses. Nesta posição, insinuar-se-á aqui e além uma subliminar reivindicação de moralização e de proficiência das condutas políticas. Afora isso, a recorrência de certos motes como que consubstancia uma atitude localmente cultivada, a

---

<sup>1</sup> *Este texto foi apresentado na Brown University, em Abril de 2002, no congresso PORTUGUESE / AFRICAN ENCOUNTERS. Estou grato à Brown University e aos organizadores do congresso, em especial a Stephen Lubkemann e a Clara Saraiva, pelo convite para nele participar.*

<sup>2</sup> Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, IICT, Lisboa.

saber, a da afectação de uma profundidade reflexiva que poderá não traduzir senão a dificuldade de tratar questões candentes. Essa dificuldade surge dissimulada pela ênfase na necessidade da salvaguarda do património e da recolha de tradições <sup>3</sup> da agora descoberta santomensidade.

Sobressai, assim, um desfasamento entre a representação cultural e as atitudes relativamente à 'mudança'. Associado à independência e a uma refundação da pátria, tal lema suscita diferentes atitudes e estados de alma entre, por um lado, o comum da população e, por outro, os social e culturalmente diferenciados que, aparentemente indiferentes à acuidade social do seu discurso, se arrogam, de forma mais ou menos explícita, a condição de produtores e difusores da cultura local.

Neste texto exploratório, depois de referenciar algumas mutações sociais nas derradeiras centúrias, ensaiaremos passar em revista algumas das atitudes e dos discursos que traduzem a forma como os são-tomenses lidam com as mudanças, suas e do seu país. Por outras palavras, interrogamo-nos sobre atitudes e objectivos que vão compondo uma predisposição (cultural) talvez com alguma importância na deriva política e social do arquipélago. Cite-se, por exemplo, a pretendida delineação de uma identidade são-tomense autêntica, fito que pode ser interpretado, entre outras formas, como uma reacção às mudanças nas ilhas e no mundo a que os são-tomenses se tentam acomodar.

Independentemente da frieza analítica com que amiúde se procurou impregnar o discurso histórico, a verdade é que nos acostumámos a que ele comportasse uma subliminar moral, a qual nos habituámos a evocar, o mais das vezes a despropósito, outras vezes confortados pela imaginada convergência entre discurso e inexora-

---

<sup>3</sup> Não se enfileira na atitude de, a partir de um juízo sobre uma cultura local supostamente pobre, se inferir um nacionalismo pobre, uma perspectiva comum entre observadores casuais que se apoiam ou na pobreza do país ou numa compreensível mas mal fundada comparação com identidades políticas de outra grandeza e com outra profundidade histórica. Porém, pretende-se escrutinar a atitude simétrica, nalguma medida também voluntarista, de querer escorar o nacionalismo ou justificar a independência num modo específico de ser são-tomense em favor do qual, forçoso é convir, não podem ser senão ser arrolados costumes e práticas social e politicamente não decisivas e que, de modo algum, compõem uma perene santomensidade.

bilidade do devir histórico<sup>4</sup>. Para os são-tomenses, parece inegável que a moral da história se cumpriu com a independência. Ora, no que a S. Tomé e Príncipe respeita, a nota a um tempo moral e politicamente pertinente do discurso histórico talvez devesse ser a de concitar a atenção para o facto das mutações económicas, sociais, políticas e culturais terem sido uma constante e um elemento fulcral na história recente do arquipélago. Por outras palavras, merece ênfase esta dimensão da vida social, a da mudança, a qual, sendo hoje uma noção básica e relativamente neutra para os historiadores e corriqueira para o senso comum, tem, para os são-tomenses, implicações psicossociais a não ignorar. Ligados à ideia de mudança ou de imobilidade, para não falar de regressão, podem surgir comportamentos díspares, seja no sentido da alienação social, seja no da participação na vida colectiva (esta forçosamente há-de pressupor uma remanescente crença, se não em grandes desígnios colectivos, ao menos na possibilidade de pequenas mudanças e escolhas).

Para os são-tomenses e até para o observador casual, a visão do arquipélago e da sua história recente pode ser influenciada pela regressão económica e pela marginalidade no contexto internacional, que parecem hoje – ou, pelo menos, até há bem pouco – um destino quase inelutável. O mesmo é dizer que tal visão, com possível impacto na produção histórica, tem na sociedade efeitos de ordem ética e, eventualmente, implicações políticas e sociais não desprezíveis. Ademais, porque tal ocorre no respaldo do fracasso de uma construção social mais equitativa e justa no pós independência, tal visão acarretará, decerto, a descrença em novas promessas e, portanto, em futuras mudanças atinentes a inverter a trajectória de perda social. Esta

---

<sup>4</sup> Esta perspectiva parece corroborada no tocante à análise do colonialismo e às independências, temas em relação aos quais a produção histórica e o discurso político partiam de uma ideia de trajectória necessária que, mais cedo ou mais tarde, haveria de redimir os povos colonizados da opressão colonialista

Desta posição, que supõe uma dada evolução histórica, decorrem implicações como, por exemplo, a de considerar que havia apenas uma forma de organização política para a expressão de sentimentos identitários, o que, no arquipélago, foi desmentido pela opção dos são-tomenses que, anos a fio, tentaram por várias formas desertar da aventura do 'homem novo'.

Porventura, outro efeito pernicioso desta perspectiva finalista da história será o da condescendência nos planos moral e político em relação às formas de dominação no pós independência.

percepção de perda social é vincada por um discurso de naturalização (ou de implícita racialização, desta feita já não promovida pelos colonizadores, mas pelos próprios são-tomenses e, convém não esquecer-lo, por descendentes de serviçais importados de outras ex-colónias) das causas das adversas condições económicas e sociais. Num certo sentido, a convicção de uma inamovível natureza justapôs-se à ideia do lastro da herança colonial, nos primeiros anos insistentemente avançada como explicação das dificuldades do país e das assimetrias sociais. Por outras palavras, sugerida pela desilusão dos anos recentes, a descrença traduz-se na ideia da inevitabilidade de certos padrões de conduta e, por conseguinte, de um dado destino como que incrustado nos são-tomenses <sup>5</sup>.

Evidentemente, há na história mais recente do arquipélago vários momentos de iniludível mudança. Mas, as percepções e a afectividade em torno das consequências dessas mudanças podem realçar, não os ganhos, mas as perdas e, desse modo, conduzir a uma rendição face à trajectória de perda social, como dissemos traduzida na naturalização das sofríveis condições sociais. Independentemente do que se passar doravante, decerto se convirá em que se verificaram perdas económicas e sociais ou, pelo menos, em que os ganhos ficaram muito aquém das promessas da independência e, depois, da democracia. Talvez contagiados pelo desencanto com a evolução histórica mais recente e respectivas implicações nas suas vidas, são-tomenses de condição social diversa firmam nessa evolução recente uma interpretação que valoriza a prevalência da continuidade em detrimento das mudanças. Cite-se, por exemplo, o testemunho de um político acerca da sensação de familiaridade que lhe suscitara a leitura da obra de Carlos Neves sobre as lições políticas no século XVIII <sup>6</sup>. Trechos dessa obra, argumentava, pareciam reportar-se ao presente. Digamos que, parecendo sobrepor-se a várias inflexões políticas, o rumo económico e social de há anos a esta parte tem contribuído para que a perspectiva da mudança tenha

---

<sup>5</sup> Comparativamente, e para situar estas asserções num plano estritamente analítico, lembraria que também em Portugal em época não muito distante se produziu de forma sistémica uma explicação da sua periferização por um alegado carácter nacional, oponível ao dos povos do norte da Europa, cuja capacidade de realização ultrapassava de forma inapelável a dos portugueses.

<sup>6</sup> NEVES, Carlos Agostinho das, S. Tomé e Príncipe na segunda metade do séc. XVIII, publicada em 1989.

cedido o passo à ideia de um fado ou destino da terra. Portanto, coexistem, pelo menos, duas visões acerca da história, a finalista, que acentua o inelutável da independência, outra, com curso entre os marginalizados, que olha com resignação o curso pós independência. Para estes, o sentimento nacional também se tingiu de uma coloração negativa.

Como nota prévia à observação de alguns processos de mutação social nos derradeiros séculos, alertaria para a possibilidade dos são-tomenses poderem experimentar um sentimento de estranheza face às vicissitudes históricas bem como às mutações económicas e sociais de um passado não muito distante, para eles resumido à hegemonia de roças e de roceiros. Imputável em parte ao desconhecimento da própria história, essa estranheza decorrerá, por igual modo, da incapacidade de imaginar uma trajectória histórica diversa da sugerida pela experiência social de hoje. Em contraponto a esta estranheza face a (ignoradas) mudanças sociais e, de alguma forma, em reacção à trajectória de perda social encetou-se a procura da santomensidade, isto é, de uma identidade perene que sirva de esteio e de referência para os comportamentos sociais e políticos, a tanto parecendo circunscrita a pertinácia da reflexão local sobre a evolução do arquipélago.

A exiguidade das ilhas não as torna uma micro-sociedade apenas para efeitos da análise da especificidade da prática e da cultura políticas ou das dinâmicas sociais. Somada ao recente isolamento, essa exiguidade induz também uma experiência particular dos sentimentos relativos à mudança e à continuidade, que avivados pela história recente, têm repercussões no ânimo com que os são-tomenses encaram o futuro. Ora, com base na evolução histórica, abalancemo-nos a uma reflexão sobre, por um lado, a tensão entre mudança e a continuidade e, por outro, a produção de uma identidade como resolução simbólica dessa tensão.

#### • **As mudanças sociais**

Olhemos, de forma sumária e nem sempre em obediência a um fio cronológico, alguns processos históricos para perceber como as mutações sociais foram uma constante nas ilhas, conquanto nem sempre unívocas nas suas consequências políticas e outras. De resto,

em cada momento essas mudanças fizeram-se acompanhar de um dado grau de indeterminação, decerto maior do que por regra se supõe a partir de visões genéricas, frequentemente teleológicas e, o mais das vezes, resumidas à oposição social e racial relacionada com a hegemonia das roças.

Em meados do século XIX, à inserção das ilhas na economia regional e atlântica baseada no tráfico de escravos sucedeu a ligação à economia mundial mediada pela metrópole colonial. Com este processo sobreviriam mudanças no grupo hegemónico e alterações profundas na estruturação económica, bem como na composição social e demográfica do arquipélago.

Embora tal não constituísse um premeditado desígnio dos europeus que, em meados de Oitocentos, efectuaram parcos investimentos na cafeicultura – e que mais do que investir capital procuravam oportunidades de o realizar –, a economia foi-se estruturando em termos que os favoreceriam, desde logo por estarem mais ligados na articulação comercial com a metrópole. Contra a ideia de perenidade das roças, diga-se, por um lado, que não existia uma plurissecular estrutura fundiária pronta a ser apropriada pelos europeus chegados com rios de capital; por outro, que, embora similares em vários aspectos, as roças de cacau e café cobrem realidades sociais diversas das dos engenhos de açúcar.

Mudanças de vulto acompanharam a transferência da capital da província da cidade de Santo António para a de S. Tomé em 1852. Esta deslocação deveu-se quer à perda de importância da ilha do Príncipe resultante da decadência e, depois, do termo do tráfico de escravos, quer a uma arrastada pendência do governador, José Maria Marques, com elementos da elite local, que aquele dirimiu movendo a sede do poder. As elites locais, com saliência para o mais tarde titulado barão de Água-Izé, acabariam por seguir o retorno da capital a S. Tomé. Consequentemente, a ilha do Príncipe atravessaria um período de penumbra até aos anos 1880, quando despertou o interesse de alguns roceiros. No decénio seguinte, as concessões de vastos tratos de terra e o investimento na importação de braços aproximariam a ilha do modelo da colónia-plantação idealizado pelos europeus, até no particular da retracção do tecido demográfico nativo. A esse processo, também pautado pela estreita subordinação de alguns governadores aos roceiros, não terá sido alheio o facto de, quando da instauração da República



em 1910, a ilha do Príncipe ter precedido a de S. Tomé na destituição do respectivo governador monárquico. Aliás, o arquipélago foi o único território colonial onde teve lugar a deposição pela força das autoridades monárquicas. Ou seja, as copiosas receitas da cultura cacaueteira não impediam fortes tensões sociais no próprio segmento europeu. A prazo, tal turbulência política não se traduziu numa redistribuição do poder. De resto, se em 1914 foi possível declarar extinta a doença do sono que assolara a ilha do Príncipe, foi porque o controlo social subjacente à hegemonia dos roceiros viabilizou a aplicação de medidas que excediam em muito o alcance da mera acção médica. Se, ao contrário do que chegaram a admitir alguns roceiros, a doença do sono acabou por não pôr em causa as roças ou plantações, já o pós I Guerra traria dificuldades de abastecimento à ilha, um prenúncio do isolamento e do empobrecimento do Príncipe nos decénios seguintes. Já mais recentemente, a letargia do Príncipe pareceu um destino inelutável, mormente depois do sufoco da 'rebelião' de 1981, mas, subitamente, a ilha voltou a ser fundamental em razão de se situar na "rota do petróleo". Não necessariamente por causa disso, a ilha foi objecto de uma política de autonomia que poderá estiolar em vista da distribuição do poder continuar sediada em S. Tomé. Ora, mau grado as sucessivas mudanças, a percepção da história da ilha acabou condicionada pela estagnação social como que reafirmada pela rotina do trabalho das roças. Na verdade, o que parece sobressair é a exiguidade do espaço público, isto é, não apropriado pelas roças numa ilha já de si pequena e onde os nativos hoje constituem, presume-se, uma minoria face aos caboverdianos e seus descendentes desprovidos de poder. Aliada à depauperação e ao êxodo no pós independência, a rotina da vida num cenário de que emergem as ruínas das roças e da cidade sugere imagens em tudo avessas à ideia de mudança e futuro, no que só querem acreditar os nativos da ilha (mormente os expatriados) que pugnam pela autonomia. Esta causa surge agora reforçada pelo petróleo, ou seja, pela convicção cimentada acerca da viabilidade económica de uma pequena unidade política, mesmo se a reivindicação política se queda pela autonomia.

Em S. Tomé, o processo de revitalização económica e social inerente à recolonização foi algo diverso. A revivificada presença colonial não trouxe a europeização do tecido demográfico. Em todo o caso, o ralo

sua elite não podiam deixar de se sentir genuinamente diferentes dos serviçais.

A somar ao refluxo do movimento pan-africanista nos anos 1920, o Estado Novo trouxe a repressão de qualquer expressão independente. Neste contexto, os ilhéus, como os próprios europeus, experimentaram extremas dificuldades para manifestar os seus anseios. Especialmente gravoso para os ilhéus, o então cristalizado colonialismo tendeu a compactar as diferenças sociais entre eles e os demais africanos classificados na categoria do indigenato. Em tempo de dificuldades económicas e sociais, numa postura politicamente defensiva, alguns são-tomenses, usando o pensamento europeu relativo aos fundamentos etnológicos de cada povo e nacionalidade, frisaram a necessidade de resgatar o que parecia ser um valor seguro, a saber, as tradições culturais ou, se assim se quiser, as tradições folclóricas reveladoras da alma popular são-tomense. Porém, basta ler os textos de Tomé Agostinho das Neves para perceber a existência de problemas no tocante à delimitação das tradições são-tomenses. Mais, um tal resgate simbólico, implicando um esforço de afirmação social face ao colonizador, significava também um exercício de demarcação social dos serviçais com quem os ilhéus, contrariamente aos ideários apregoados, de modo nenhum se queriam ver confundidos. Tratava-se, afinal de contas, de uma atitude herdada de Oitocentos que a situação política adversa não combatera, ao invés, estimulara.

Olhemos, então, esse mundo das roças do qual os são-tomenses se distanciavam de forma contumaz. A aparente perenidade das roças – sobrevivendo à independência, elas mantiveram-se até à recente reforma agrária – contribuiu para um sentimento de opressão devido à marginalização a que elas condenaram os nativos. Em todo o caso, ao invés das verdades céleres do ideário anti-colonial e, convenhamo-lo, da nota de imobilismo sugerida pelo enquistado colonialismo de meados de Novecentos, as roças conheceram mutações desde a sua implantação. Para começar, lembremo-lo, nenhum dos pioneiros da cafeicultura, entre os quais o barão de Água-Izé – ao tempo, aquele que, por via do passado de traficante de escravos em Angola e das relações familiares na Bahia, mais se aproximou da figura do roceiro – ousaria prognosticar em meados de Oitocentos uma trajectória económica e social conducente a uma tão acabada hegemonia das roças. Em primeiro lugar, porque

na época o crescimento da agricultura de exportação estava coarctado pela falta de mão-de-obra. Com efeito, ao contrário de ideias erróneas, quicá sugeridas pela etapa final do colonialismo, aos poucos europeus radicados nas ilhas em meados de Oitocentos não era dado arregimentar nativos para o cultivo de suas roças. Adiantem-se várias razões: uma, a elite dos ilhéus era, ela mesma, proprietária de escravos adquiridos na costa, mormente no Gabão; outra, quando a sua diferenciação social não bastasse como óbice à sua escravização, em meados de Oitocentos o assimilacionismo liberal transplantado ao arquipélago vedava tal coacção sobre súbditos que, havia séculos, gozavam do foro da liberdade. A estas razões acresciam outras mais pragmáticas como a da impossibilidade dos europeus se imporem pela força e, mais significativa, a do universo populacional local não chegar sequer para as primeiras estimativas sobre a mão-de-obra precisa para a revitalização económica do arquipélago.

Europeus e são-tomenses foram parceiros no arranque da cafeicultura, perpetuando um expediente comum nas ilhas, o da aquisição de braços no exterior. Contudo, para além de politicamente incómoda devido aos acordos relativos à abolição do tráfico, esta tornar-se-ia uma solução de remedeio porquanto o termo da escravatura seria aprazado para 1878. Aliás, a abolição chegou em 1875. Infirmado previsões catastrofistas, a crise braçal, como ficou conhecida a emancipação em massa dos libertos, traduziu-se, a prazo, na viabilização política do fornecimento de serviçais – mão-de-obra formalmente livre – às roças. Embora desprovidas dos antigos escravos, as roças receberiam crescentes quantitativos de indivíduos resgatados no interior do continente e importados via Angola nos derradeiros decénios de Oitocentos. Embora importassem e tivessem serviçais nas suas roças, os ilhéus, ao invés do que se passara anteriormente, não dominavam os circuitos de importação da mão-de-obra. Esta viria a ser uma das causas da sua secundarização relativamente aos europeus.

Apesar da crise braçal de 1875 e da queda abrupta da cotação do café na década de 1880, as roças sobreviveram graças à cultura do cacau, cujo desenvolvimento levou à ocupação do território e beneficiou muito do aproveitamento das terras florestais. Todavia, intensivamente agricultados, os solos cederam e apareceram as primeiras doenças nas plantas. Ainda assim, os métodos de cultivo intensivo e a abertura de

novas plantações mantiveram S. Tomé e Príncipe como produtor de referência a nível mundial nas duas primeiras décadas de Novecentos. O arquipélago era referido por militantes anti-esclavagistas ingleses como uma escola do cultivo do cacau.

Entretantes, os roceiros – a quem só por preconceito não se atribuirá uma capacidade de mudança e de ajustamento no mínimo similar à de outros actores sociais – tinham-se adaptado a alterações nos moldes de angariação de mão-de-obra impostas com a República. Sendo verdade que, durante decénios, se tinham acomodado ao não repatriamento dos serviçais, não o é menos que se dispuseram a contratar e a repatriar caboverdianos e moçambicanos, assim respondendo às críticas ao regime de trabalho das roças e superando os óbices à expatriação de braços de Angola. Ainda que com a cobertura da arquitectura política colonial, preservavam intocada a sua posição hegemónica.

Todavia, desmentindo os vaticínios de uma infinda prosperidade assente numa inesgotável fertilidade dos solos – que não assentavam senão no desejo de enriquecimento –, nem de propósito, no mesmo ano em que S. Tomé e Príncipe foi líder mundial da exportação de cacau, um terço das plantações foi devastado pela peste do rubrocintus. A queda das produções nos anos 20 confirmava o fim do período áureo do cacau. Ainda não era tudo, porquanto o impacto da crise de 1929 levou os roceiros a repatriar num par de anos milhares de serviçais, tendo sido suspensos os recrutamentos em curso. De novo, as roças eram desafiadas por dificuldades económicas. Contando, evidentemente, com o suporte de um poder colonial consolidado pela turbulência política internacional e guiado pelo clímax da ideologia imperial, os roceiros foram capazes de nova mutação de métodos de cultivo – preterindo, embora sem o confessar, os modelos europeus de agricultura intensiva, abandonando, por exemplo, tarefas como a capina – e de uma condução das roças que lhes permitiria manter intacta a estrutura fundiária, condicionar a política de mão-de-obra e, desse modo, salvaguardar os seus interesses. A este respeito, lembre-se que a clivagem racial inerente às roças era comum a outros empreendimentos de europeus nas colónias, não derivando de um carácter especialmente retrógrado dos portugueses. É verdade que aquela clivagem racial perdurou na imagética das roças, mas o principal fito dos roceiros era económico. Coacção, violência e racismo seriam, não intrínsecos aos colonizadores,

mas instrumentais, variáveis de acordo com a conjuntura política e em razão até da personalidade e do tirocínio social do administrador da roça. O mesmo se aplicará também ao “bom tratamento” e à ausência de racismo nas roças alegados pelos portugueses.

À eventual reserva suscitada por tais proposições, algo pode desde já ser retorquido: devido a uma amadurecida estratégia de conservação dos seus interesses – que, consoante a própria PIDE, a dado passo lhes passou a importar mais do que a soberania colonial – os roceiros nunca quiseram recorrer de forma sistemática aos braços nativos. Assim, houve lugar à exploração de africanos mas, no essencial, de serviçais importados de outras colónias. Para os nativos, o odioso das roças prender-se-á sobretudo com a emblemática questão da expropriação. Sobre esta temática aqui apenas se deixa a hipótese de que, sem embargo de casos de expropriação, ela aparece mitificada pela projecção na posse da terra da preterição dos são-tomenses na administração colonial, na qual, desde sempre ou desde que lhes era possível invocar a sua memória, eles tinham ocupado posições de destaque.

Então, porque é que no imaginário local perdurou – até depois da independência – a ideia da tentada sujeição dos nativos ao contrato? Tentemos uma resposta sobre uma matéria ainda a aclarar, cujas repercussões nas relações entre ilhéus e importados chegam ao pós independência. Uma parte da resposta, a que voltaremos de seguida, respeita à marginalização económica e social dos nativos. Para procurar a outra vertente da resposta à questão da intentada sujeição dos nativos ao contrato, situemo-nos no pós II Guerra, uma conjuntura de subida da cotação dos géneros coloniais no mercado internacional e, por conseguinte, de renovada demanda de mão-de-obra. Tal necessidade de braços sobrevinha num quadro político singular: com efeito, não deixa de ser irónico que logo após a II Guerra aflorasse a consciência da vindoura independência das colónias quando, afinal, apenas decorrera uma década, se tanto, sobre o clímax do ideário imperial. Após a II Guerra germinavam as condições para o amadurecimento da consciência independentista de uma elite. Mas não só, pois que, atenta a evolução política internacional, da parte dos governantes, a mudança – embora não assumida como tal para efeito de salvaguarda da aparente congruência ideológica e política e, ainda, da contenção social e política – no tocante à problemática da mão-de-obra tornar-se-ia um objectivo

político e social. Após a II Guerra, S. Tomé e Príncipe foi alvo de uma intentada engenharia social atinente à resolução do problema do abastecimento de braços. Essa projectada engenharia social ficou esboçada nalgumas reformas das relações laborais e sociais – que supostamente deviam tornar as roças atractivas para os ilhéus – e, ainda, no ingresso em massa de caboverdianos. Tal significava uma forma ínvia de afrontamento do poder dos roceiros: os governantes pretextavam imperiosas inflexões na política de mão-de-obra cujos critérios e objectivos não podiam, por razões políticas óbvias, ser discutidos publicamente.

Ao invés de uma ideia feita entre os são-tomenses relativamente ao contrato, a sua aplicação aos seus ascendentes foi um projecto de alguns governantes, mas não o era necessariamente dos roceiros. Nos anos 1930, o governador Vaz Monteiro empregara uma receita julgada infalível para a indução à prestação de trabalho, a saber, a da cobrança do imposto individual indígena. Socorrera-se, inclusive, da repressão policial para silenciar parte da elite nativa agregada no Partido Nacional Africano que conduziu protestos de rua contra o odiado imposto. Mas, quando do avanço para o recrutamento de nativos através das instâncias administrativas, na metrópole anular-se-ia por ilegal essa diligência para o recrutamento dos ilhéus. Esta posição do Conselho Superior das Colónias seria impensável se não correspondesse ao desiderato dos roceiros. Estes anteviam o ónus político e social do recurso à mão-de-obra nativa e, por isso, acenavam com a solidariedade imperial para atalhar a falta de braços, insistindo, pois, na importação de braços das outras colónias. Apesar de autoritário, o regime não conseguiu forçar a implantação de um mercado livre de trabalho. Ao invés, seriam os roceiros a forçar, quando posteriormente isso lhes conveyedo, a mobilidade da mão-de-obra – importada –, levando o governo a isentar de procedimentos administrativos a imigração de caboverdianos em S. Tomé e Príncipe. Nos anos 1950, adoptando expedientes em tudo contrários à costumeira defesa de constrangimentos sobre a mão-de-obra, os roceiros mantinham o seu propósito de alicerçar a sua hegemonia no concurso de segmentos populacionais externos. Não obstante a compartimentação social adoptada pelas roças, aquela opção dos roceiros teria implicações nas relações entre os são-tomenses e os serviçais. A este propósito, adiante-se que, durante decénios, aos ilhéus

pouco importara o destino dos serviçais desde que eles pudessem preservar a sua relativa independência, mesmo se o preço a pagar por isso consistia na marginalidade económica e social. Voltando, agora, à primeira parte da resposta sobre a memória do contrato, realce-se que a marginalidade e a disjunção social – que abririam caminho ao sentimento e à consciência da condição de colonizados e, por consequência, à aspiração à independência – dos ilhéus foram, nalguma medida, determinadas pelos roceiros. A par disso, é possível que, no pós Guerra, a presença de serviçais, mormente de caboverdianos capazes de competição social com os ilhéus no contexto colonial, tenha contribuído para aumentar a tensão em torno dos desvarios de governadores como Gorgulho relativamente à projectada transformação social e à adopção de nova atitude perante o trabalho. Este novelo de imbricações e a leitura do devir histórico em função da discriminação racial podem ter perpetuado uma memória (nalgumas situações, instrumental) da rejeição do contrato.

Retomando o percurso do arquipélago, no derradeiro quartel do colonialismo assistiu-se a mudanças nas práticas dos roceiros em prol do seu objectivo primeiro, o da preservação da base económica para além das pressentidas mutações políticas. A luta política em África permitia intuir que os roceiros estavam feridos de morte num ponto: eles não dominavam a evolução política que podia deitar a perder o seu objectivo. Assim sucederia. Com a independência, as roças sobreviveriam aos roceiros. Dos são-tomenses será possível escutar diferentes justificações para a manutenção da estrutura da propriedade fundiária, intocada salvo no tocante à titularidade e à nomeação dos responsáveis. Com certeza, será dito que a preservação dos moldes de exploração da terra da era colonial correspondeu a uma opção baseada na falta de pessoal técnico, em inerentes dificuldades de gestão, na inexperiência dos quadros, etc. Previsivelmente, as explicações elidirão a questão do poder em jogo na preservação, ou não, da estrutura fundiária. No fundo, o raciocínio dos líderes políticos ateve-se à adivinhada dificuldade de conduzir um processo político e social onde se introduzisse um factor de imprevisibilidade como, por exemplo, o decorrente da transformação das roças em pequenas propriedades e da consequente diferenciação social.

A preservação das roças deu corpo a uma distribuição de poder que continha paralelismos com a vigente no colonialismo, nomeadamente nas relações entre os ex-serviçais e os nativos, a quem se confiou a condução das roças. Nestas, mau grado a abolição das diferenciações jurídicas – de resto, datada já da era colonial –, manteve-se parte das posições sociais relativas dos grupos, da terra e importados. Por igual modo se perpetuou o poder das chefias através de regulamentos disciplinares e, mais importante, da latitude e arbitrariedade de decisão que lembravam as do passado colonial.

Embora realçando a mudança em relação à era colonial, o poder tutelou a evolução económica, criou um ideário monolítico, ampliou o ritual da veneração dos símbolos nacionais herdada do período colonial, impôs o apagar da conflituosidade e, corolário de tudo isto, tendeu a tolher as mudanças sociais. No pós independência, também a continuidade foi perpetuada sob a roupagem da mudança. Na verdade, uma manifestação da continuidade subsistente por debaixo da mudança chegada com a independência foi a reacção popular ao recenseamento em 1979. Tal reacção comportava um inequívoco, mesmo se não verbalizado, juízo sobre a condução política do país. Não é de supor que a população acreditasse na ideia de que a queriam obrigar ao contrato ou a um esquema de trabalho mais ou menos forçado (explicação que se afigurou o mais conveniente refúgio ao poder de então, cujos agentes preferiram veicular a ideia da inépcia no tocante à comunicação das suas intenções a abordar a sua política). Mas é admissível que a população tenha querido acreditar que estava a ser objecto de uma opressão similar à da era colonial para, dessa forma, carrear razão moral, incendiar os ânimos e amplificar a revolta <sup>8</sup>.

A somar às práticas políticas, também as percepções e os sentimentos em torno da mudança e da continuidade são complexos e, assaz frequentemente, indutores de ilusão. Nisto não se distinguindo do sucedido alhures, em 1975, ao mesmo tempo que logravam importantes mudanças, os são-tomenses aceitavam também conviver com um legado

---

<sup>8</sup> Na campanha eleitoral para as presidenciais de 2001, o tema do 'recenseamento' de 1979 e da respectiva conotação opressiva foi zurzido contra o candidato Pinto da Costa. Não deixa de ser curioso que Mé-Zoxi – o distrito dos *filhos da terra* – seja um terreno difícil para o MLSTP.



da era colonial, o das roças. Aliás, independentemente do odioso das roças para os são-tomenses, a verdade é que a ordenação social e a contenção política no pós independência viveram do contributo de uma estruturação social assente nas roças que não foi desfeita pela mobilidade social requerida pela construção do novo Estado. Este, mau grado a sua hipertrofia, revelou-se marginal nos pressupostos efeitos de dinamização económica, que não necessariamente no plano dos comportamentos e da sociabilidade, mormente no tocante à diluição de formas de controlo social que entroncavam em crenças e em preconceitos que ordenavam as relações familiares e sociais no arquipélago.

Em contraste com a aparente e forçosa mudança, realce-se outra permanência em relação à época colonial, a saber, a do fechamento do ambiente cultural, agravado pela insularidade do país. Tal é facilmente imaginável a ter-se em conta a existência de uma emissora de rádio e de um único jornal, o *Revolução*, ambos oficiais, a inexistência de televisão até meados dos anos 80 e, ainda, a reduzida circulação de pessoas. É possível filiar nesse quadro político e cultural parte da ignorância sobre o passado histórico, bem como a falta de debate que permitiu fossilizar a interpretação histórica (num certo sentido, o conhecimento multifacético e de vocação enciclopédica, prezado e reclamado pelos intelectuais são-tomenses nos primeiros decénios de Novecentos, foi subalternizado pelos líderes independentistas em favor da consecução de objectivos ideológicos). Mudança e continuidade tornaram-se, então, objecto de representações que as esconderam ou mitificaram.

Vincando, ainda, as ironias da história, lembrem-se as implicações das expectativas em torno do ouro negro. Já em Oitocentos, João Maria de Sousa e Almeida requerera licença de exploração do óleo mineral de que achara vestígios na sua roça Cachoeira. O petróleo reconduz-nos ao início deste excurso pela história, isto é, às relações de S. Tomé e Príncipe com o contexto circundante interrompidas pela recolonização. Nos derradeiros anos do colonialismo, a diversificação económica parecia ir passar pela oferta turística, mormente a indivíduos originários de Libreville. Embora em crescendo, a actividade turística estava circunscrita pelas parcas infra-estruturas e, provavelmente, pelo desejado controlo policial dos visitantes. Com a independência, a verdade é que também razões políticas terão pesado no cercear da actividade turística e, num plano mais geral, nas relações com países vizinhos, entre eles o

Gabão. Assim, no fechamento levado a cabo após a independência, os líderes políticos imitaram mais as autoridades coloniais do que os seus ancestrais ilustres, como se disse, interessados na importação da modernidade e no triunfo do cosmopolitismo nas ilhas. A pretexto de ameaças militares e a reboque de princípios ideológicos, o arquipélago foi votado ao isolamento em nome da salvaguarda de supostas conquistas sociais e da independência: arredada a solidariedade racial de outrora contra o colonialismo, a vizinhança política era representada como mais ameaçadora do que o fora antes pelas autoridades coloniais (salvo imediatamente após a guerra do Biafra). Depois da independência, predominou um relativo distanciamento face aos países vizinhos.

Ora, facto até há anos inimaginável, embora sem uma clara percepção dos futuros moldes e graus da integração regional, hoje S. Tomé e Príncipe estabelece uma relação privilegiada com a Nigéria (na sequência do que oscilam as relações com angolanos). Desse modo se retomam as relações cortadas quando do fim do tráfico transatlântico em meados de Oitocentos<sup>9</sup>. De caminho, como que se empresta substância à adesão a símbolos e a padrões estéticos emblemáticos para os africanos, embora, não por acaso nem diferentemente do sucedido noutros países, em detrimento das vestes durante décadas tidas como tradicionais, cujos padrões se aproximam dos do Brasil colonial, em particular da Bahia, e de Cabo Verde. Pelas ilhas, actualmente 'cheira a petróleo', um facto que passou a influir na construção identitária, em particular na afinidade com outros povos.

Deixe-se dito que, na esteira desta africanização dos adereços e traje, a produção intelectual segue agora a sancionar este suposto reencontro com a matriz africana. Refira-se, a propósito, que parte desta africani-

---

<sup>9</sup> Cumpre, talvez, lembrar a existência em países do Golfo da Guiné dos agudás, uma comunidade de descendentes de negreiros e respectivos escravos. A maioria daqueles tinha ligações ao Brasil, por onde passou ou donde chegou na primeira metade de Oitocentos para se fixar na costa africana e se dedicar ao rendoso tráfico de escravos. Acrescente-se que, nessa primeira comunidade de meados de Oitocentos, estavam naturais de S. Tomé e Príncipe que, idos como escravos para o Brasil, de lá voltaram para a costa africana para posições sociais de destaque. O volume do trânsito de gentes e dos interesses económicos era de tal ordem que, por altura da independência do Brasil, chegou a ser proposta ao imperador D. Pedro a declaração de um protectorado brasileiro na costa africana. Tal proposta não vingou, mas hoje os agudás reconhecem-se como uma comunidade portadora de uma multifacética herança cultural, cuja especificidade se liga ao passado de relações com o Brasil. Essa herança cultural serve a sua afirmação social; a este respeito, veja-se GURAN 1999.

zação do visual se relaciona com a abertura nos planos político e dos costumes, para além da influência do intercâmbio económico. Mas, esta exaltação dos motivos africanos é também a celebração da diferenciação social e de um futuro ridente, evidentemente com base no petróleo. Com efeito, não deixa de ser assaz curioso que a exaltação dos motivos africanos nunca tenha tido lugar, salvo no plano da retórica e dos rituais oficiais, quando as ilhas estavam pejadas (como estão) de descendentes de 'irmãos' de Angola e de Moçambique e de caboverdianos. Tal reencontro com o continente – agora, o político, mais do que o histórico – corresponde mais a uma decorrência da evolução política recente do que a uma vocação inscrita na história, menos ainda no sangue são-tomense.

### • Os olhares sobre as mudanças sociais

Sumariamente expostas algumas das profundas mudanças sociais num lapso de dois séculos, *grosso modo* coincidentes com o 'colonialismo moderno', foquemos a questão – só à primeira vista pouco relacionada com as mudanças históricas – que ultimamente ocupa espaço na produção intelectual e no discurso político são-tomenses, a saber, a da respectiva matriz identitária. Em torno deste tópico esboça-se uma reacção perante o alegado alheamento da população face ao modo de vida genuinamente são-tomense.

É sabido, as identidades são algo também de construído, amiúde de forma não deliberada, antes de maneira situacional e reactiva, seja em relação a um poder dominante ou a um determinado contexto social, como o da actual globalização, seja em relação a um determinado percurso histórico como, no que a S. Tomé e Príncipe respeita, o do ante e do pós independência. À consideração desta última vertente subjaz uma aproximação a uma perspectiva instrumental do fenómeno identitário, sugerida pela observação dos trilhos do poder, o qual montou uma identidade que representava como natural e imediata <sup>10</sup>. Do

---

<sup>10</sup> Em S. Tomé e Príncipe, tal tópico ainda era mais apelativo por remeter para uma comunidade cujo aparente sentido derivava de laços familiares que vincavam a demarcação criada pela exploração colonial. Em todo o caso, numa tal justaposição subsistia alguma ambiguidade porquanto, por um lado, os *filhos da terra* se diferenciavam dos importados e, por outro, todos eram agrupados pela exclusão resultante da política colonial. Enfatizada pelo radicalismo ideológico da conjuntura internacional e até pelos contornos do processo político em Portugal, esta dupla vertente seria habilmente usada em seu favor pelos *filhos da terra* quando da independência.

nacionalismo então difundido, o tópico privilegiado foi, a coberto do da exploração colonial, o do antagonismo racial. Por um lado, a insistência no antagonismo racial valia pela sua imaginada universalidade para todo o período colonial e pelo suposto impacto emocional que servia para catalizar as bases da unidade nacional. Por outro, a insistência num tal tópico <sup>11</sup> mascarou as divisões sociais e a dominação no pós independência.

Ora, no respaldo das dificuldades, o comum das pessoas começou a expressar a sua visão de si mesmo enquanto são-tomense – dessa forma implicando os governantes a quem não podiam atacar abertamente –, chegando (embora não necessariamente) a uma identidade natural, mas (possivelmente) também à naturalização das diferenças e dos comportamentos sociais. Com efeito, recuperando motes do ideário racista, nativos e não nativos enunciaram um retrato por vezes pouco lisonjeiro da índole são-tomense e, por extensão, da 'raça negra'. A presumida identidade do negro foi mobilizada para rebater de forma contida o poder: não atacando nem as intenções nem as prática políticas, era dito que "...isso do comunismo com o negro não dá ..." <sup>12</sup>

Estava-se, pois, perante uma reequação velada das relações sociais, raciais e étnicas que invertia a dos anos imediatamente anteriores à independência. Ora, durante anos tal reequação nunca foi aflorada pelos intelectuais, não obstante as comparações com o 'tempo do colono' terem curso nas ruas desde, pelo menos, meados dos anos 1980. Sem oportunidade para questionar a política ou as relações sociais, os intelectuais são-tomenses pareciam não ter razões para se interrogar sobre as relações raciais e étnicas, até porque, na linha ideológica de inspiração marxista, o MLSTP não se definia a partir de pressupostos raciais. Por exemplo, a episódica animosidade em relação aos 'mulatos'

---

<sup>11</sup> Este tópico foi recentemente objecto de reelaboração, materializada numa história das roças onde os nativos ombreariam com angolas, moçambicanos e caboverdianos, uma reelaboração mais ditada por propósitos ideológicos do que atenta ao passado das roças.

<sup>12</sup> Socorrendo-se do paradigma evolucionista, também os próprios agentes do poder se justificaram com a alusão ao estágio civilizacional da população. Por exemplo, a alusão à resiliência da tão afamada rejeição do trabalho nas roças ajudava à explicação do fracasso de algumas das decisões políticas e económicas. Na verdade, após a independência, prevaleceu, se não se ampliou, a recusa da sujeição do corpo a ritmos laborais que compunham necessidades alheias e não, como era dito, nacionais.

– que recuperava a carga pejorativa do termo quando usado pelos colonos – teria sido fruto da particular conjuntura da independência. *Grosso modo*, tal era verdade, mas o relacionamento de recorte racial e étnico não se resumia a esse episódio de delimitação dos *filhos da terra* no advento da independência. O próprio silêncio a respeito destas temáticas era indício da subalternidade social dos ex-serviçais.

Distingamos dois níveis, o da oposição branco/negro e o das relações étnicas. Em relação àquela, além da referida dissonância entre o discurso da elite e o popular acerca do proveito da eliminação social dos brancos, atente-se nas implicações e significado da eleição de Fradique de Menezes para presidente. Reportando-me à experiência pessoal, não me lembro de casos gravosos de racismo contra os brancos (o que não invalidou a utilização da imagem do branco para efeitos de tessitura de unidade política; em todo o caso, tal não teve qualquer repercussão no convívio social), o que pode ser explicado por várias circunstâncias, entre elas, a perspectiva ideológica do MLSTP donde o factor raça estava, pelo menos à primeira vista, ausente. Cite-se também o facto de, ao invés das alusões a escolhos apostos à independência, Portugal ter aberto mão da soberania do arquipélago de forma pacífica. Na verdade, Portugal tão pouco preparou elites para perpetuar o neo-colonialismo e o número de portugueses que se quedou pelas ilhas foi ínfimo. Assim, quase todo o percurso de perda económica no pós independência acabou imputado aos dirigentes são-tomenses. Tal ambiente gerou a sátira da celebrada varredela dos colonos, com os quais se teria também varrido a riqueza, e, mais significativo, trouxe a naturalização das dificuldades sociais. Não custa perceber que a presença de europeus tenha sido sempre pacífica e que um racismo política e ideologicamente significativo tenha estado ausente da vida no pós independência. Só na campanha eleitoral de Julho de 2001 para a presidência da República afloraram comentários à condição racial de um dos candidatos. Miguel Trovoada foi acusado de traição ao promover uma candidatura contra os negros e emergiram acusações de racismo a Fradique de Menezes. A conceder-se importância social àqueles comentários, ter-se-ia de considerar que, num efeito de *boomerang*, Fradique de Menezes teria ganho por ser 'branco'. Na verdade, venceu, não por ser 'branco' mas por ser socialmente embranquecido, nisto se compreendendo não apenas a presumida

riqueza <sup>13</sup> como também a prodigalidade por ocasião do pleito eleitoral. Assim, onde há anos naufragou a candidatura política assente na portugalidade, triunfou, agora, o embranquecimento social. Fruto da sinuosa conjugação da permanência de visões do mundo herdadas do passado que, de forma apressada e equívoca, os líderes políticos terão julgado banidas, o triunfo de Fradique de Menezes traz várias consequências: derrota a virtualidade do racismo enquanto arma política, põe a descoberto a vacuidade do discurso político cristalizado no pós independência e indicia a vulnerabilidade de uma apressada construção normativa da identidade são-tomense.

Na verdade, no pós independência, o coarctar de uma competição social aberta, na qual poderiam ser vazados os lemas étnicos, decerto contribuiu para que a questão étnica parecesse desprovida de relevância. Tal não era uma completa mentira, porquanto essa questão foi acomodada dentro da diferenciação social prevalecente, herdada do colonialismo e alegadamente em vias de ser ultrapassada. É forçoso dizer que se, por um lado, os considerandos acerca das origens ainda têm curso nas relações sociais e na interação pessoal – se ao observador casual é difícil perceber as diferentes origens dos sujeitos, porventura o mesmo não ocorrerá entre os hoje são-tomenses, que nalguns casos podem, inclusive, identificar a família <sup>14</sup> –, por outro lado, a origem social não constituiu um empecilho absoluto a alguma osmose e à mobilidade social (ainda que haja que convir que, neste ponto, os elementos das famílias da terra e das redes clientelares com poder têm inegável vantagem). De facto, já em marcha nos derradeiros anos do colonialismo, alguma mobilidade se insinuara em detrimento dos crivos

---

<sup>13</sup> Os rumores e inerentes juízos de valor sobre a forma como é dito ter alcançado a riqueza parecem ter contado pouco, seja pela lassidão social resultante da presumida generalização de tais práticas, seja pela prodigalidade nos tempos de campanha. Cumpre registar que, no decurso da campanha, Fradique de Menezes desafiou publicamente os opositores a provar que ele se apropriara indevidamente de cacau. Da mesma forma, assumiu sem rodeios a componente lúdica e sumptuária das actividades de campanha, no que – dir-se-ia – retomou uma ‘tradição’ da terra que, interrompida pelos regime colonial e de partido único, remontava ao século XIX.

<sup>14</sup> Se existem entre os são-tomenses fenótipos identificáveis com a genealogia da imigração e com a trajectória social dos vários segmentos populacionais chegados em diferentes épocas às ilhas – para o observador de fora, facto só evidente no caso dos caboverdianos –, tal ainda não foi usado como arma política.

sociais desfavoráveis a tongas, *gaban* e a ex-serviçais em geral (o caso dos caboverdianos merece outra abordagem).

Até por causa da inequívoca territorialização do mundo ilhéu, desenhou-se a tendência para considerar que, uma vez suprimida a presença do branco, a remanescente comunidade era natural, constituindo todos um grupo uno. Mesmo os caboverdianos tendiam a ser amalgamados aos da terra em virtude dos interesses comuns, isto é, em nome da propalada equiparação social em contraposição à disjunção vigente no colonialismo, assim supostamente se destruindo as sequelas da divisão dos africanos para efeito da optimização da exploração colonial. Ora, de caminho, apagou-se o papel dos caboverdianos<sup>15</sup>, isto é, não se os reconheceu como comunidade. Em parte, tal remete para a integração social deles no meio local que, lembre-se, em curso desde o colonialismo<sup>16</sup>, foi, no pós independência, relativa. Com efeito, a coberto da universalização da cidadania, as mutações de alcance social ficaram muito aquém do apregoado, mantendo-se as posições relativas dos grupos, um facto que só não se tornou imediatamente notório por falta de uma clara procura de afirmação social (por meio, por exemplo, da competição) desses grupos. Ao contrário dos intelectuais, que se abstiveram de questionar a assunção da naturalidade da comunidade dos 'não brancos' – ao encontro da qual ia a ideia do 'cadinho' nivelador de 'raças' –, os decisores políticos, quando da liberalização política nos anos 90, cercearam o direito de voto aos caboverdianos por causa do 'natural' pendor deles para o MLSTP.

De certo modo, a ideia de uma unidade sobreposta ao território compôs um estratagema de construção de poder de uma elite – para

---

<sup>15</sup> É possível questionarmo-nos acerca dos raciocínios com que, de forma subliminar, se equacionou a evolução política e, no que para esta importava, a posição dos caboverdianos. À luz da oposição racial entre branco e negro, a célere qualificação dos caboverdianos como africanos, sendo, por um lado, congruente com a fraternidade e a ideologia política dos movimentos de libertação das colónias lusas, representava, por outro, a imposição de um destino social e o apagar de um conteúdo social inerente à ideia do caboverdiano, isto é, do pequeno proprietário em busca da determinação sobre a sua vida e, nessa medida, da possível diferenciação social. Esta era uma trajectória que colidia com a política do MLSTP de uma procurada homogeneização social a obter pela perpetuação das posições sociais relativas independentemente da mudança na titularidade das roças.

<sup>16</sup> A tal desiderato não foram alheios eventuais propósitos de instrumentalização por parte do poder colonial, cf. NASCIMENTO 2001a e 2002.

não dizer um poder pessoal – pois que, apesar do passado de oposição racial e de dominação colonialista, não era assim tão natural a assunção da nacionalidade são-tomense<sup>17</sup>. A outro nível, com o tempo, rapidamente começou a esboroar a convergência do recém implantado Estado com o tecido social, donde, por exemplo, o investimento em rituais de fidelização e de homenagem aos símbolos nacionais.

Actualmente, pressupondo uma identidade imperecível e imutável, reclama-se a fidelidade a valores, desta feita já não aos valores políticos de uma vindoura sociedade mais justa e equitativa, mas aos da africanidade a resgatar. Por outras palavras, uma vez abandonado o projecto político transformista, o cimento identitário (e objecto de culto) já não se situa no futuro, transferiu-se para o passado, tal a inflexão feita sem ponderação, pelo menos sistemática, do percurso anterior.

Hoje, sente-se nos são-tomenses uma desvalorização da imagem da miscelânea racial e social – lembrada por um nativo, Francisco Tenreiro – ou, pelo menos, constata-se um expurgo simbólico da presença europeia. De caminho, os são-tomenses parecem querer alijar a herança

---

<sup>17</sup> Assim se compreendem os investimentos estatais no inculcar da 'consciência nacional' (por exemplo, MAINO 1999). Além do efeito ilusório da substituição dos símbolos, facilitada pela homogeneidade cultural, não é possível tomar-se sem mais a implantação do Estado pela criação e correlata assunção de um sentimento ou de uma identidade nacionais (veja-se SMITH 1999:33-34). Para alguns autores são-tomenses, ela foi adquirida e, mais, já preexistia à independência, o que, sendo verdade para um grupo, não o seria para toda a população não branca (por exemplo, não existia tradução tangível da disseminação de um tal sentimento de identidade de todos os não brancos; quando muito, prevaleceria uma disjunção relativamente ao mundo dos brancos na ressaca de decénios de marginalização económica e social). Na própria medida em que o novo Estado foi sendo objecto de usura e de apropriação para fins individuais, caucionados apenas pela correlação de força entre sujeitos e grupos, toda a mensagem política oficial não podia deixar de ser objecto de uma intuitiva e imediata desvalorização.

Tal não equivale a negar a possibilidade da criação de um sentimento nacional com base, por exemplo, numa coesão social (que leve quase todos a sentirem-se reciprocamente implicados num destino colectivo, o que não asseveraria ser o sentimento prevalecente em S. Tomé e Príncipe) propiciadora de outro enfoque das tradições e das marcas identitárias locais.

Questionaria, em todo o caso, a ideia do inculcar de uma 'identidade nacional' pelo Estado se ter revelado proficua no tocante à criação de uma certa coesão social ou a ideia de que esta, aqui entendida como a noção da implicação recíproca dos indivíduos numa mesma unidade política, não pudesse ter sido atingida de uma outra forma, por exemplo sem a hipertrofia do Estado tal qual ocorreu no pós independência, mais pela emulação de modelos importados de prática política do que por acerto com a realidade local.



ocidental, afinal a de seus ancestrais não muito longínquos que, à luz de um pensamento ocidentalizado, foram os pioneiros na enunciação dos sentimentos de autonomia e de proto-nacionalismo.

Assiste-se, em suma, a uma ênfase na componente africana da sua identidade, como se, na falta de uma história anterior à colonização, esta filiação ratificasse um destino, por um lado, idealizado como mais autêntico, isto é, mais conforme à aparente natureza dos ilhéus, por outro, tornado inelutável pela história, sentenciarão são-tomenses, por circunstâncias históricas dadas, diriam outros. Ainda a propósito do actual investimento da produção intelectual são-tomense na africanidade, restará saber se um dia, num futuro cenário da política internacional, uma 'herança portuguesa' não poderá vir a qualificar a reivindicação são-tomense de uma identidade própria (o que, como as reivindicações de autenticidade cultural, terá obviamente uma forte componente instrumental) para efeitos de afirmação política no seu espaço regional.

À margem da quase impossível definição dos traços culturais são-tomenses, permanece a incapacidade de pensar politicamente o que sejam as tradições e a respectiva valia social, de forma apriorística considerada inestimável. Tão pouco parece existir a noção do cunho conjuntural deste apelo à revivescência do viver tradicional. Não se trata, agora, de repetir que tal apelo compõe parte da produção nacionalista face à globalização ameaçadora por via da desestruturação das culturas tradicionais. O actual apelo à valorização dos fenómenos culturais ditos tradicionais – que, qual porto de abrigo, passaram a ocupar lugar central nas preocupações dos intelectuais são-tomenses<sup>18</sup> – comporta uma crítica à opressão colonial mas não sugere sequer

---

<sup>18</sup> Defendi noutro trabalho que as tradições são celebradas por não conterem mensagens de reivindicação ou valores políticos relevantes (NASCIMENTO 2001a). Na verdade, se as tradições veiculassem mensagens de protesto com peso social talvez não fossem tão propaladas.

A única temática com valor político aparente e, por isso, objecto de contumaz recriação cultural é a da oposição racial no passado colonialista, de que restou uma leitura redentora e teleológica da história da comunidade – no que se pode estar a cumprir um fim do nacionalismo, o da regeneração individual e colectiva dos membros da comunidade – e, paralelamente, alguma opacidade lançada sobre as clivagens do passado mais recente.

Pode o nacionalismo assim configurado convencer o comum dos são-tomenses da valia da sua pertença e da sua identidade nacional? Entre outros, Rafael BRANCO (1998) diz que sim. Todavia, é duvidoso que a percepção das clivagens não alimente

um inventário crítico dos anos pós independência. Para começar, talvez fosse de reter a constatação de que só depois da liberalização política e da declarada falência da construção de um 'homem novo', ligada à orientação marxizante do regime de partido único, se abriu espaço para as tradições.

Na realidade, por regra é esquecido que, independentemente da tutela política, os esforços de promoção de aspectos africanos da cultura local datam do final do colonialismo <sup>19</sup>. Não se regista sequer que no pós independência tais expressões culturais, depois de terem ocupado as ruas de S. Tomé em alturas festivas, foram durante anos remetidas para o limbo ou para a mera revivescência cultural. Tal era um sinal do divórcio dos dirigentes relativamente às necessidades da população que tinha, a propósito ou sem ele, nas manifestações lúdicas 'tradicionalistas' uma forma de afirmação da sua personalidade social e, diga-se, de interpelação do poder. As tradições não pareceram muito úteis ao regime de partido único, já para não dizer que colidiam com a moral implicitamente em voga. Sem alternativa, o poder tolerou essas tradições – por exemplo, as danças, o 'feitiço' e, nalguma medida, o catolicismo – que, aqui e além, comportariam um sinal político, mesmo se não estruturado e explícito, e, nessa medida, indicações sobre a aceitação popular do regime político. Como no passado, parte da conflituosidade passou pelas manifestações lúdicas. Rezam os relatos que, em Dezembro de 1981, na pobremente organizada 'sublevação' no Príncipe, os manifestantes, instados pela polícia a dispersar, terão retorquido com um argumento moralmente irrefutável: "não temos nada, nem sequer podemos entreter?" <sup>20</sup>.

---

também outros sentimentos, que só não têm maior peso por força de circunstâncias como a marginalidade e a desarticulação política de larga percentagem da população, que procura sobretudo atingir fins pessoais. Ademais, tal sentimento nacionalista convive com refrações sociais e com clivagens étnicas quase imperceptíveis, à luz das quais é mister repensar as relações sociais e a justiça da actual distribuição de poder e dos recursos no arquipélago.

<sup>19</sup> Veja-se, a propósito, o comentário de VALVERDE (2000:82); coteje-se igualmente a referência a mudanças nos anos 60-70 na representação do tchiloli de que resultou o alargamento da sua audiência, cf. *idem*:14.

<sup>20</sup> Atento à valia política da adesão emocional a partir do espaço aberto para a vertente lúdica da sociabilidade local (e, na circunstância, para o fortalecimento do vínculo à comunidade), o presidente Fradique de Menezes foi a Santa Catarina, um local relativamente distante da cidade, vincar o cumprimento da promessa eleitoral relativa à audição das emissões da Rádio Nacional, oferecendo alguns aparelhos receptores a circunstâncias, cf. reportagem in "Repórter" em Abril de 2002, RTP África.

A própria circunstância de se lamentar a inobservância das tradições e modos de vida dos ancestrais devia dar conta de que tais tradições não são tão vinculativas quanto por inércia se afirma. Ora, a razão dos lamentos poderá ser outra: enquanto, no regime de partido único, se julgou de forma taxativa que os projectos de construção social resumiam a vocação da natureza ou da personalidade social são-tomense, agora os lamentos sobre o abandono do viver tradicional traduzirão, de forma enviesada, um contido desencanto perante a diferenciação social e os respectivos efeitos corrosivos na sociabilidade local de antanho. Actualmente, são inegáveis as mudanças nos costumes que, uma vez libertos das peias da austeridade moral do regime de partido único e sob a influência do afluxo de informação e da diferenciação económica, se adequam aos padrões ocidentais mesmo quando ostentam motivos e símbolos africanos. Não espanta que perpassse nos diagnósticos sobre o devir da sociedade local uma crítica subliminar escorada no seguinte raciocínio: o interesse pela cultura nacional há-de ser fruto de políticas promotoras dessa atitude, políticas a que há-de subjazer igualmente o fito da eliminação de clivagens sociais. Estas, a persistirem, põem em perigo os valores nacionais, como o indiciam já o “sentimento de menosprezo e a recusa”, não apenas das expressões tradicionais quanto dos “símbolos pátrios” <sup>21</sup>. É, todavia, duvidoso que um tal programa regressivo constitua (ou possa constituir) uma preocupação para a generalidade dos dirigentes políticos, menos ainda para a população.

Assim, ao arrepio da vontade dos intelectuais, afiguram-se difíceis os avanços no sentido da politização da cultura popular ou da revitalização do sentimento nacional pelo apego aos valores populares ou aos heróis do passado <sup>22</sup>. Durante anos, esforços de promoção de apego a heróis do passado foram empreendidos pelo regime de partido único. Com a liberalização, só o culto da memória do ‘massacre de 1953’ foi ampliado e, de facto, passou a conhecer maior repercussão. Entrementes, a profusão de registos e discursos culturais tornou a meta da politização da cultura popular nacional de difícil consecução e sugeriu alguns dos lamentos acerca do abandono dos valores tradi-

---

<sup>21</sup> BRAGANÇA 2000:15

<sup>22</sup> Acerca da politização da cultura e da purificação da comunidade, veja-se SMITH 1999:59 e ss.

cionais (lamentos que parecem obrigatoriamente compor a atitude do intelectual ilhéu). Afinal, o discurso cultural permanece avulso e subordinado ao discurso político e os actores políticos mais atentos ao que chega de fora.

As 'tradições' permanecem por estudar. Salvo excepções, o discurso intelectual e político, pautado pelo 'toque a rebate' nacionalista, tem passado quase completamente ao lado da observação do percurso das ditas tradições, mormente da conflituosidade social a elas associada. Não espantam, por isso, as derivas desse discurso: por exemplo, em parte como resultado das encruzilhadas a que o voluntarismo transformista conduziu o país e como ressonância das ritualizadas evocações históricas, é interessante como recorrentemente emanam dos são-tomenses interrogações, em tons próprios da metafísica, acerca da identidade ou, mesmo, da autenticidade do são-tomense <sup>23</sup>. Denotando, nalguma medida, dificuldade em tornar o discurso cultural operante – na verdade, até pode ser aceite com reverência mas é igualmente visto como coisa marginal –, não se procuram perceber as mudanças. Além disso, tende-se a esconjurar as que são desafectas, como, por exemplo, o testemunham os juízos sobre a perda de valores por parte da população por esta, quando de actos eleitorais, se bandear para os opositores em troca de bens materiais efémeros – leia-se, por exemplo, cerveja –, para a elite politizada, risíveis (o que também indicia quanto essa elite andou, e anda, apartada das necessidades do comum da população). A dificuldade em tornar o discurso cultural operante só não acabará como uma rendição à naturalização dos condicionalismos sociais porque, a crer em mudanças sociais, a cristalização *ad eternum* de qualquer atitude é uma impossibilidade histórica.

Outra deriva do toque a reunir em torno das tradições consiste na contumaz centração dos são-tomenses em si mesmos. É rara a assunção de uma perspectiva relacional e, a acontecer, é amiúde assumida sob a óptica da vitimização. Independentemente de subliminares propósitos políticos, note-se a produção em torno das elites são-tomenses, passadas

---

<sup>23</sup> Para alguns intelectuais, tal interrogação reflectirá a preocupação de ir mais longe do que alcança o estereotipado discurso político. Porém, parece enredar-se em propósitos irrealizáveis e, logo, limitativos de uma actividade intelectual profícua.

<sup>24</sup> e presentes <sup>25</sup>, produção que independentemente dos fins políticos, é congruente com a subsistente valorização apriorística do 'nosso'.

Entre os argumentos da valorização da cultura nacional contam-se os de índole política <sup>26</sup> e, entre eles, o de que ela é necessária ao desenvolvimento nacional, asserção na qual se confundem a suposta constatação de facto e o desejo, baseando-se este desejo, por seu turno, na crença da possibilidade de indução de sentimentos de apego à 'terra' e ao 'nosso'. Outro efeito atinente a credibilizar a cultura é o de a ligar à independência: assim, uma vez posta em perigo a cultura nacional, ficaria questionado "o resultado histórico que vencemos com a conquista da independência nacional", aspecto sobremaneira importante porque teria sido na "na identidade e na resistência cultural que fomos mais afoitos [e] denodados combatentes da liberdade" <sup>27</sup>. Mas, arredadas as generalidades circulares nos seus pressupostos e efeitos, dificilmente se vislumbra o alcance prático de tais propósitos voluntaristas. Por exemplo, é difícil imaginar que, conforme aos votos atinentes à institucionalização e a práticas políticas formais pautadas por parâmetros locais – mais precisamente africanos –, a política possa ser determinada por formas culturais específicas dos são-tomenses, excepto no que ela porventura deva à moldura cultural local, por exemplo à cultura clientelar, bem como à prevalência de tramas sociais como a do parentesco. Pense-se, por exemplo, nas práticas políticas: em regime de total liberdade política, após as eleições legislativas de 2002, circularam rumores sobre a indigitação de uma individualidade para primeiro-ministro. Tais rumores suscitaram litígios, acusações de traição, demissões e desmentidos no partido vencedor das eleições. Esses rumores

---

<sup>24</sup> Carlos Espírito Santo editou há anos o livro *Almas das elites são-tomenses*.

<sup>25</sup> Há dias um jornalista lançou um livro intitulado *Who's who?*

<sup>26</sup> Numa revisão do processo de independência, BRAGANÇA aduz "que o argumento fundamental da reivindicação da independência era o dos santomenses poderem viver e desenvolver-se de acordo com as suas próprias concepções e valores, isto é, com a sua cultura" (2000:8). Além de assaz discutível, esta ideia como que implica uma noção imobilista dos padrões culturais, os quais, como decorre de outros passos do próprio texto do a., não são socialmente predominantes, não sendo possível falar de valores ou de uma personalidade são-tomense.

Deixe-se repetido que o argumento ideológico em torno de que se socorreram as práticas políticas no pós independência respeitava, não à cultura, mas à ignominiosa exploração de recorte racial.

<sup>27</sup> AGUIAR 1993:25.

acabaram confirmados dias depois, facto que merece nota, menos pela veracidade da informação veiculada, quanto pelo que os rumores indiciam acerca da aparente resiliência de certos traços das cultura e prática políticas no arquipélago. Neste caso, não estamos necessariamente perante dados culturais específicos dos são-tomenses, quanto perante traços de comportamento porventura também produzidos pela experiência histórica do colonialismo e do regime de partido único, experiência acomodada nos condicionalismos de uma micro sociedade insular. Aliás, associar tais matrizes sociais e seus resultados políticos à especificidade são-tomense equivaleria, afinal, a decretar nulas as possibilidades de inversão de trajectórias sociais e políticas.

Atendo-nos a outro aspecto da procurada valorização da cultura local, merece atenção a aposta na promoção do(s) crioulo(s) da terra. Não se discute a elevação de um ou dos crioulos à categoria de língua nacional, embora deva ser notado que, de caminho com o preenchimento de um quesito de uma cultura própria – o de uma língua adequada para nela ser vazada a cultura nacional –, não apenas se delimitam falantes de não falantes como, por arrasto, se abre caminho à apreciação, uma vez mais arbitrária, do grau de apego aos ditos valores culturais próprios dos são-tomenses. Mais, e para lembrar a amputação social e política do discurso cultural e científico, não deixa de ser significativo que tal esforço de promoção do santomé e demais línguas aconteça quando os quadros políticos correm a aprender inglês para aproveitarem as oportunidades a surgir com a exploração do petróleo. Ou seja, a ascensão social faz-se a partir de uma gestão mais pragmática das pertenças e das identidades do que a sugerida pelo discurso cultural.

Este discurso permanece refém da definição da autenticidade do facto cultural são-tomense. Percebe-se, por exemplo, o desencanto dos que fizeram de canções de outrora um instrumento de luta e de afirmação social ao verem o abandono a que é votada a tradição musical local ... mas não há eficácia possível contra a inelutável influência exógena num lamento que remete, em qualquer caso, menos para a identidade são-tomense do que para o passado dos mais velhos. Quando se assevera que a diferença de comportamentos dos jovens recusa “aspectos fundamentais da sua própria identidade, alegadamente sob

o pretexto de que são ultrapassados e retrógrados”<sup>28</sup>, não se denuncia senão o nulo poder vinculativo de tal identidade. Ademais, fruto das mutações sociais, tal discurso nem parece ser escutado, salvo por quem o produz com uma inquietação tão legítima quanto a de outras pequenas escolhas que, induzidas por outros referentes e motivos, vão actualmente ordenando o quotidiano do grosso da população. Há uma clara disfunção entre o discurso científico e cultural e as motivações que regulam o quotidiano. Aliás, a questão só tem pertinência por se ainda atribuir uma valia política ao discurso cultural – assim se compreendendo, por exemplo, a reivindicação de uma história nacional – que alimenta pretensões de influência sobre os comportamentos.

Ao procurar-se um veio primacial da identidade são-tomense, condiciona-se a priori, através de uma hierarquização não explícita, a pesquisa da multiplicidade de experiências sociais presentes e passadas dos são-tomenses. Mais do que isso, pode vincar-se a ideia de uma tradição imutável e intemporal não escorada senão no bom acolhimento de que, na presente conjuntura da globalização, são objecto as manifestações culturais supostamente expressão de irreduzíveis particularismos locais, conquanto amiúde despolitizados ou inócuos. Seja como for, na senda da procura de uma pressuposta autenticidade, os são-tomenses resgatam uma herança africana visível nas ‘tradições’ e em manifestações folclóricas, herança essa alegadamente soterrada pelo colonialismo e, não obstante, resistente<sup>29</sup> e sobrevivente a esse colonialismo. Com efeito, reelaboram agora os são-tomenses, as tradições permitiram-lhes opor-se ao colonialismo. Mas, logo emerge uma questão: porque é que as tradições foram subalternizadas durante o regime de partido único, se não na sua reprodução socialmente acantonada (e, se calhar, politicamente resistente), pelo menos no plano do discurso político? A secundarização de todas as formas culturais ancorou-se na consideração do seu arcaísmo face ao voluntarismo da transformação social do regime marxizante. Contra isso, poucos se terão movido para

---

<sup>28</sup> BRAGANÇA 2000:9.

<sup>29</sup> A propósito do tchiloli, veja-se a crítica de VALVERDE às abordagens de VALBERT e de SEIBERT que de forma apriorística atentam mais no contexto repressivo colonial do que na incidências das várias representações (VALVERDE 2000:27-28). Análise das ‘tradições’ à parte, é singular que ninguém tenha estranhado o completo esvaziamento do respectivo potencial resistente no pós independência, cf. NASCIMENTO 2001a:227 e 241.

demonstrar a valia da tradição. As tradições (o modo de vida, as regras dos ancestrais) parecem agora, mais do que num passado recente, apropriadas para a redenção política – e, também, moral – que o voluntarismo marxizante não logrou.

Ora, as marcas identitárias de um povo não precisam de ser referidas como intemporais nem absolutamente ímpares, carecem tão só de ser historicamente vivenciadas, desse modo se actualizando a sua autenticidade. De alguma forma, a adesão à ideia de mudança e, actualmente, à da recomposição dos modos de vida – tanto pela recuperação da tradição quanto pela integração de novos elementos – poderá servir de esteio e lembrar a importância da pluralidade e da mudança, armas necessárias a qualquer sociedade para lidar com as constantes e inexoráveis mudanças no mundo de hoje.

A identidade são-tomense será, como qualquer outra, algo de compósito, o que, evidentemente, há-de ter consequências na actual prática política e nos discursos cultural e científico. Antes de mais, tal implicará a descentração da perspectiva com que usualmente os são-tomenses olham para a sua história. Significará, igualmente, aceitar a pluralidade de referências culturais dos vários segmentos e indivíduos que compõem a população local. Implicará, por fim, encorajar diversas formas de expressão cultural e, bem mais difícil, diversos modos de vida, reconhecendo-os, senão como expressão de interesses diversos, pelo menos como expressão de uma história diversificada.

Se a história comporta uma lição moral – ideia a que não acedo facilmente, mas a que, arriscaria afirmar, os são-tomenses mostram apego –, diria que ela lembra a necessidade de perspectivar historicamente a identidade são-tomense, não como essencialista mas como mutante e integradora de diferentes contributos culturais e sociais. Assim encarada, ela apetrechará melhor os são-tomenses para as mudanças suscitadas pelo mundo contemporâneo <sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> De alguma forma, uma maior abertura parece, agora, compor a atitude dos são-tomenses que, ironizando em torno da sua trajectória social, se imaginam no futuro sujeitos à 'ditadura' do modismo do traje importado pelos nigerianos ou dos que aceitam o peso dos factores exógenos sobre os endógenos nos processos de mutação social (por exemplo, BRAGANÇA 2000). Alguns não excluem inclusive processos de recomposição social e demográfica suscitados pela riqueza a chegar com o petróleo, o que é não é muito difícil de conjecturar atenta a imigração de comerciantes dos países vizinhos (BRAGANÇA 2000:15), naturalmente a posicionar-se desde já para futuras oportunidades.



## Notas conclusivas

Dada a natureza do objecto e os propósitos deste texto, é difícil ser-se conclusivo. Em todo o caso, arriscaríamos dizer que o convívio dos são-tomenses com a ideia de mudança se afigura complexo. À admissão da conflituosidade social, que não a política – mais facilmente admitida porque fulanizada –, prefere-se a afirmação de uma identidade perene que, de alguma forma, serve para cerzir as clivagens sociais.

Do regime de partido único e da rejeição da conflituosidade aberta ficaram certos traços com peso na produção científica e cultural: num efeito comparável à unilinear visão radical da evolução na terra, alimentada pelas elites expatriadas tanto nos primórdios de Novecentos como no derradeiro quartel do colonialismo, já no pós independência houve lugar a uma mitificação que tolheu a discussão e a progressão do exercício analítico tanto ao nível cultural como, evidentemente, ao nível político. Somada a conjuntura política aos constrangimentos herdados da política colonial e aos da exiguidade física e social de um pequeno país insular sem experiência migratória de relevo, é difícil perceber como poderiam os intelectuais ter um discurso dissonante do discurso do poder. Depois de submerso pelo efeito de arrastamento ideológico da independência política, que não apenas pelo ambiente e pela actividade censória do poder, o pensamento cultural não se emancipou da tutela política e, ainda hoje, não apenas existe larga intersecção entre os universos dos agentes políticos e dos criadores culturais, como, por exemplo, com veemência alguns políticos insistem na necessidade de uma 'história nacional'.

A procura de uma identidade, concebida como um veio remanescente – além de corresponder a uma subliminar justificação de uma independência cujos frutos se tornaram questionáveis –, também implica uma relação com a mudança. Na verdade, pensar num veio identitário, à luz de uma concepção mais ou menos essencialista, implica desprezar as mudanças das derradeiras centúrias. Mas, mais importante pelas consequências políticas, implica também pensar nos eventos políticos como uma infinda representação de uma história já sabida.

Ao passo que o grosso da população procura a 'mudança', mesmo se já descrê dela e dos seus arautos, o discurso científico – incapaz por razões várias de lidar com a prática do poder político, a quem

permanece subalternizado – fixa-se na questão da identidade (aparentemente em congruência com os rumos da actual investigação sociológica e histórica). A resistência à mudança como que se transfere para a perspectiva com que se olham os dados culturais. Enquanto isso, a invocação de padrões culturais tradicionais parece uma atitude sem risco porque a 'cultura' se apresenta como consensual e nem por um momento se questiona a ideia da filiação plurissecular das manifestações culturais que, amiúde, têm menor profundidade do que se crê. Por isso, não se aborda – salvo excepcionalmente e na perspectiva do poder – a conflituosidade social imanente ao modo de vida tradicional, por exemplo à prática dos ditos feiticeiros.

Deixemos dito que, para além de tributária de artefactos culturais, a identidade nacional há-de provir da coesão social que, embora não necessariamente sinónimo de uma utópica equidade social, implicará, por certo, uma mais justa redistribuição de riqueza e maior participação em realização colectivas. Assim, a procura da identidade são-tomense deixará de ter uma função de lenitivo para a menor coesão social no arquipélago.

## **Bibliografia**

- AGUIAR, Armindo, 1989, "As migrações na génese da nacionalidade são-tomense" in *I Reunião Internacional de História de África - Relação Europa-África no 3º quartel do séc. XIX*, Lisboa, IICT-CEHCA
- AGUIAR, Armindo, 1993, "Poder local e cultura nacional" in *Batê Mom* n°0, S. Tomé, revista da UNEAS
- ANDERSON, Benedict, 1991, *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso Editions
- BRAGANÇA, Albertino, 2000, "Mudanças culturais em São Tomé e Príncipe", dactilografado
- BRANCO, Rafael e VARELA, Afonso, 1998, Os caminhos da democracia
- CABRAL, João de Pina, 1991, "O sagrado e o drama" in *Análise Social* n°111, Lisboa
- CEITA, Maria Nazaré, 1991, *Ensaio para uma reconstituição histórico-antropológica dos Angolares de S. Tomé*, policopiado
- CHABAL, Patrick, 1993, "Some reflections on the post-colonial state in the Portuguese-speaking Africa" in *Africa Insight*, vol. 23, n°3

- EYZAGUIRRE, Pablo, 1986, *Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa* (Ph. D. dissertation), Yale University
- FENTRESS, James, e WICKHAM, Chris, 1994, *Memória social*, Lisboa, Editorial Teorema
- GELLNER, Ernest, 1993, *Nações e nacionalismos*, Lisboa, Gradiva
- GURAN, Milton, 1999, *Agudás. Os 'brasileiros' do Benin*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira
- HENRIQUES, Isabel Castro, 2000, *São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade*, Lisboa Vega  
*História da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Esboço do desenvolvimento social, económico, político e cultural*, s.d., policopiado
- MAINO, Elisabetta, 1999, "A identidade santomense em gestão: desde a heterogeneidade do estatuto de trabalhador até à homogeneidade do estatuto de cidadão" in *Africana Studia* n°2, Porto
- NASCIMENTO, Augusto, 1995, "S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX-XX: os estudos pós-independência" in VIEIRA, Alberto (coord.), *Guia para a história e investigação das ilhas atlânticas*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico
- NASCIMENTO, Augusto, 1998, "Humberto Delgado versus o isolamento político de São Tomé" in *Humberto Delgado. As eleições de 1958*, Lisboa, Vega
- NASCIMENTO, Augusto, 1999, "Todos compadres?..." in *Revista Internacional de Estudos Africanos* n°18-22, Lisboa, C.E.A.A.-I.I.C.T
- NASCIMENTO, Augusto, 2000a, "Relações entre Angola e S. Tomé e Príncipe na época contemporânea (esboço de problematização em torno da transferência de mão-de-obra e das relações políticas)" in *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses
- NASCIMENTO, Augusto, 2000b, "Relações entre Brasil e S. Tomé e Príncipe: declínio e esquecimento" in *As Ilhas e o Brasil*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico
- NASCIMENTO, Augusto, 2001a, "Identidades e saberes na encruzilhada do nacionalismo são-tomense" in *Política Internacional* n°24, vol.3, Lisboa
- NASCIMENTO, Augusto, 2001b, "O papagaio e o falcão. A génese da autonomia na ultra-periférica ilha do Príncipe" in *Autonomia e História das Ilhas*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico
- NASCIMENTO, Augusto, 2002, "Caboverdianos em S. Tomé e Príncipe: do chapéu de chuva à pátria na mão" in *O sul da diáspora. Caboverdianos em plantações em S. Tomé e Príncipe* [a publicar]

- PHILLIPS, Anne, 1989, *The Enigma of Colonialism. British Policy in West Africa*, Londres, James Currey
- PINTO, Lúcio, 2000, "Valores ético-sociais. O caso de S. Tomé e Príncipe (II)" in Batê Mom n°3, vol.2, S. Tomé, revista da UNEAS
- SEIBERT, Gerhard, s.d., "A luta pela libertação em São Tomé vista pela PIDE (1963-1973)", policopiado
- SEIBERT, Gerhard, 1991, *São Tomé and Príncipe after Independence From One-Party-State to Parliamentary Democracy*, Utrecht, University of Utrecht
- SEIBERT, Gerhard, 1993, "A Problemática do Estado Pós-Colonial em África e o caso de São Tomé e Príncipe", policopiado
- SEIBERT, Gerhard, 1995, "A política num micro-estado. São Tomé e Príncipe, ou os conflitos pessoais e políticos na génese dos partidos políticos" in Lusotopie, Paris, Karthala
- SEIBERT, Gerhard, 1996, "O massacre de Fevereiro de 1953 em São Tomé. Raison d'être do nacionalismo santomense", policopiado
- SEIBERT, Gerhard, 1998, "A questão da origem dos Angolares de São Tomé", policopiado
- SEIBERT, Gerhard, 1999, *Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe*, Leiden, Leiden University
- SMITH, Anthony D., 1999, *Nações e nacionalismo numa era global*, Oeiras, Celta
- TENREIRO, Francisco, 1956, *As Ilhas de S. Tomé e Príncipe e o território de São João Baptista de Ajudá*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa
- TENREIRO, Francisco, 1961, *A ilha de S. Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar
- VALBERT, Christian, 1989, "Le 'tchiloli' de São-Tomé. Un exemple de subversion culturelle" in *Les littératures africaines de langue portugaise*, Paris, Centre Culturel Portugais
- THOMPSON, E. P., 1998, *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*, S. Paulo, Editora Schwarcz, Companhia das Letras
- VALVERDE, Paulo, 2000, *Máscara, mato e morte em São Tomé*, Oeiras, Celta

## CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NOS RIOS DE GUINÉ DO CABO VERDE

Carlos Lopes

### INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

Este texto refere-se ao triângulo geográfico que separa os rios Gâmbia e Nunez, no extremo ocidental do continente africano. Vários nomes podem ser atribuídos a esta região: Nigritia, Guiné, Rios do Sul, Sudão Ocidental, Senegâmbia Meridional, ou as designações contemporâneas de Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance. Por razões subjectivas escolhemos para este texto a consagrada expressão de André Álvares de Almada de “Rios de Guiné do Cabo Verde”. Desta feita fica estabelecida a relação histórica entre territórios que muito devem um ao outro, desde o povoamento das ilhas provocado pela presença europeia nestas paragens, a partir do século XV. Álvares de Almada, ele mesmo mestiço cabo-verdiano do século XVI, é a melhor representação do argumento fundamental deste texto.

O debate sobre identidades é normalmente marcado por digressões emotivas e falta de clareza conceptual. Tal como a definição de sociedade tudo o que se relaciona com identidades é susceptível de várias interpretações. Importa-nos provar que existe uma dinâmica permanente na definição de qualquer forma de identidade vista como a gnosis que separa um grupo dos que se lhe parecem diferentes num determinado tempo histórico, sempre susceptível de novas leituras em

---

<sup>1</sup> Este texto preparado para o Colóquio sobre Identidades em Cabo Verde, é largamente inspirado em Carlos Lopes, “Kaabunke. Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais”.

função de acontecimentos correntes. A matriz que define este tempo histórico é a relação de poder bem como as formas de apropriação ou expropriação das características comuns e diferenciais. Tanto as pressões vindas de dentro de um grupo social, que podemos chamar de endógenas ou centrífugas, como aquelas que advêm do exterior, ou exógenas ou centrípetas, contribuem para uma determinada relação de poder. A relação espacial desempenha igualmente um papel importante, sobretudo depois da identificação do Estado, através do seu papel motor importante nas relações de poder, com um território bem demarcado. O argumento central deste texto é propor uma leitura breve mas concisa do espaço dos Rios de Guiné do Cabo Verde a partir desta grelha de análise. Para tal teve que se privilegiar as identidades dominantes ou englobantes em detrimento das dominadas ou englobadas.

### **CONDICIONANTES HISTÓRICAS DAS IDENTIDADES**

Novas correntes da antropologia francesa propõem uma partida radical dos percursos etimológicos sulcados pela etnologia tradicional. Esta corrente vem-se juntar a uma renovação da própria leitura historiográfica e filosófica sobre África, protagonizada pelas novas correntes do pensamento africano. No respeitante a História depois de se ter passado pela reivindicação do direito a uma História do continente para além da presença europeia, liderada por Joseph Ki-Zerbo, está-se já bem para além do conceito de pirâmide invertida. Esta última corrente tentava de uma forma às vezes caricata reivindicar uma História africana por comparação ou oposição simplista, sobretudo em relação à História europeia (Lopes, 1997).

Também filósofos como Adotevi, Towa, Hountoundji e Mudimbe, põem em causa o princípio ingénuo de caracterizar os sistemas de pensamento africanos em termos religiosos ou filosóficos ao içá-los ao nível dos seus homólogos ocidentais. Para eles trata-se de uma projeção etnocêntrica que transforma esse pensamento em estruturas fechadas por um relativismo absoluto de identidades, entre as quais não se pode estabelecer nenhuma comunicação. É porém no questionamento da razão etnológica (Amselle, 1990) que se encontra o fermento para uma nova apreciação do caminho antropológico. Por razão etnológica Amselle

entende ser “a visão descontinuada que consiste em extrair, purificar e classificar, a fim de definir tipologias, tanto no domínio político – sociedades com Estado ou sem Estado – económico – autosubsistência, mercado – religioso – paganismo, islão – étnico ou cultural. Esta perspectiva teórica cuja unidade e patente é um dos fundamentos da dominação europeia sobre o resto do planeta: uma espécie de fio de Ariana que percorre a história do pensamento ocidental”. A esta razão etnológica Amselle contrapõe uma lógica mestiça que consiste em propor uma leitura que valoriza a indistinção ou o sincretismo originário. Em vez de cadeias de distinção acredita-se antes em renegociações permanentes de identidades. Fixar quaisquer práticas não se coaduna com o universalismo que parece ser o fundamento das interpretações contemporâneas. Só assim se pode evitar uma subvalorização da dimensão espacial e política na dimensão temporal e étnica.

### ***Etnicidade***

Num volume dedicado aos Nyamakala<sup>2</sup>, um grupo social bem específico pelas suas especialidades no seio dos Mande, alguns Historiadores aproveitam para demonstrar que a única forma de se compreender a complexidade das interações existentes através da História entre este grupo e os que os rodeiam é através do princípio de que as identidades pessoais são negociadas permanentemente, em função de uma matriz de relações que influenciam a construção da ordem social onde se inserem (Conrad/Frank, 1995). “... recent research has revealed the extent to which the nyamakalaw have continually redefined their identity in response to changing social, economic, and political circumstances. Through the study of history, language, oral tradition, social roles, and identity, the contributors to this volume explore the dynamic nature of the special status of the nyamakalaw, the history of this phenomenon in various Mande contexts, and the role of individuals in its development in time and space. The intent

---

<sup>2</sup> Os Nyamakala ou Nyamakalaw intrigaram durante bastante tempo os investigadores do Sudão Ocidental devido a possuírem algumas características similares a um sistema de castas. Este grupo especializado dos Malinke, ou Mandingas, tem funções importantes na hierarquia social Mande, ocupando os escalões intermediários e as profissões especializadas da sociedade. Entre os mais estudados temos os Bardos.

here is to challenge long-held misconceptions about this distinctive social form, to begin to reconstruct its social history, and to recognize its generative capacity”.

Não se trata certamente de uma coincidência o fato de o conceito de grupo étnico ter sido separado de categorias sociais. Os acadêmicos têm-se sentido bastante incomodados com a rigidez da definição tradicional de grupo étnico ou etnicidade, por esta e outras razões. O volume coordenado por Amselle/M'Bokolo (1985) continua a ser a principal contribuição para uma nova leitura da etnicidade. Na opinião de Amselle: “A causa parece estar esclarecida: não existia nada parecido com uma etnia durante o período pré-colonial. As etnias derivam apenas da ação do colonizador que, na sua vontade de territorializar o continente africano, fragmentou entidades que foram, elas próprias, seguidamente reapropriadas pelas populações. Nesta perspectiva, a etnia, tal como muitas instituições pretensamente primitivas, não passaria de mais um falso arcaísmo”.

Sem entrar no vivo da polémica é fácil chegar à conclusão que grupo étnico é apenas uma entidade conscientemente diferenciada onde as pessoas se definem a si próprias como sendo diferentes. Esta é uma realidade muito distinta da visão estática dos exploradores e primeiros etnógrafos que associavam nomeadamente a etnia a um território específico. Até na linguagem administrativa dos últimos anos da presença colonial na Guiné-Bissau se encontra a etimologia Chao balanta, Chao papel, Chao manjaco, etc, embora fosse evidente que se tratava de espaços habitados por várias etnias diferentes. Normalmente o processo de criação, difusão e adoção de identidades está ligado à influências culturais, de ordem religiosa, linguística ou de superioridade tecnológica que permitem a transformação de relações de poder numa ideologia de dominação. É necessário, portanto, relativizar a utilização da categoria etnia, tendo em conta os elementos novos e as discussões em torno deste conceito. Se é certo que a realidade étnica, mesmo tratando-se de uma falsa realidade é hoje uma evidência da política atual, numa análise mais cuidada veremos que, na maioria das situações, ela é manipulada por grupos em competição pelo poder no seio das elites dirigentes.



## *Cultura e língua*

Segundo Copans (1986): "... o jogo duplo da referência étnica e de uma análise não étnica parece ter desaparecido das perspectivas recentes dos historiadores: o campo interétnico, a região político-económica, o rumo dos fluxos migratórios parecem ter de tomar em consideração a famosa etnia. Mas esta já não se constitui, de facto, como um laço pertinente, pois o elemento de definição das distinções supra-estruturais, mesmo no caso de uma singularidade linguística bem marcada, não é, nem pode ser, o critério determinante e fundador das relações sociais".

O esboço de uma nova definição do conceito de etnia não pode, no entanto, estar dissociado da importância da dimensão cultural e linguística, visto considerar-se normalmente estes elementos como parte do eixo central da gnosis de um determinado grupo. No caso concreto da região a que se refere este texto denota-se a existência de apenas dois sub-grupos linguísticos, para além da presença de línguas europeias, uma das quais acabando por dar origem a um crioulo. O processo de construção linguística segue muito de perto o trilho da construção de identidades, servindo de barómetro em relação à magnitude das diferenças que permitem identificar a existência de novas identidades, ou o desaparecimento de outras. Neste contexto a análise de Copans guarda toda a sua actualidade na medida em que permite reforçar a ideia de que também a construção linguística está submetida a dinâmicas de poder. Anderson lembra-nos que o nascimento de certas culturas europeias obedeceu aos mesmos princípios. Antes do período de 1800 a 1850 a língua búlgara não era distinta do servo-croata ou do esloveno. O ucraniano era o russo simplificado e a língua principal da Finlândia era o sueco. A emergência do arabismo no Líbano faz parte do mesmo processo (Amselle, 1990). A formação de culturas não escritas do planeta foi influenciada pela difusão da escrita, da escolarização, da urbanização e da emergência de uma classe de letrados, intelectuais, pertencentes à criação de novas hegemonias, normalmente através da reivindicação nacional.

### ***Nação, nacionalismo***

Nação é uma ideia, um sentimento de solidariedade intergrupos na base dos mesmos princípios que os do conceito do grupo étnico. A nação carece de um espaço de expressão maior e de uma estrutura política mais importante, normalmente protagonizada pelo Estado. Os portadores do interesse nacional utilizam habitualmente este último para erigir essas bases. Diz-se que são a classe “nacional”, pois é ela que possui uma consciência de criar a nação. Na realidade são os representantes de uma vontade de integração económica, que durante bastante tempo criaram o mito do binómio Estado-nação como forma de assegurar a criação do mercado.

As nações quase nunca coincidem com as fronteiras jurídicas dos Estados, o que serve para justamente demonstrar a contradição do binómio Estado-nação, e exprimir antes a noção de entidades englobantes ou englobadas em função das relações de poder. A nação é normalmente uma plataforma de consenso que legitima o poder. Nos Malinke, o sufixo *nke* exprime justamente esta ideia, servindo para designar tanto os povos como o território já que ambos são atributos de um poder legitimado.

As lutas contemporâneas para a independência dos países africanos foram muito influenciadas pela concepção “moderna” de Estado-nação. Assim, a maior parte dos movimentos independentistas fez sua bandeira da *reconstrução nacional*, admitindo indebitamente a existência de nações antes da dominação colonial que necessitariam de ser *reconstituídas*. Na realidade, dificilmente se pode justificar a existência de tais nações antes ou durante a presença colonial, em função dos territórios definidos pelos Estados contemporâneos. Chega-se assim facilmente à conclusão que a reivindicação nacionalista era baseada num mito que não deixou, no entanto, de engendrar as dinâmicas políticas necessárias à independência dos países africanos. Este é um exemplo de como se pode utilizar formas de identidade que pouco têm a ver com factos específicos, mas que muito têm a ver com dinâmicas de poder bem precisas.

### ***Estado, território, espaço.***

Para compreender os Estados modernos e a sua legitimação do espaço, temos que conhecer os motivos sociológicos e históricos capazes de justificar que um determinado grupo social possa viver em conjunto. As explicações tipicamente económicas, embora úteis e necessárias, revelaram-se limitadas devido à amálgama que formam na sua procura de conclusões generalizadoras para as experiências de construção estatal. Na realidade, ao fazer referência a características comuns é necessário descobrir também as especificidades de cada realidade.

O Estado pode interpretar-se de diversas maneiras, consoante o momento histórico: de uma estrutura política onde existe uma diferença entre governador e governado, até à mais complexa noção de Estado-nação. O Estado é o principal vetor de poder e a alavanca de base de todas as estratégias de dominação.

Em África é ao Estado pós-colonial que compete a tarefa de construir a nação, mas de acordo com o entendimento que dela têm as classes que estão no poder. Na ausência de uma reflexão profunda sobre as características históricas das sociedades, as justificações da construção nacional são vagamente políticas, produtivistas, quase nunca culturais.

Quando o tratado luso-francês de 1886 dividiu o espaço kaabunke, criando a Guiné Portuguesa numa parte significativa do seu território, deu ao futuro Estado da Guiné-Bissau o seu primeiro fundamento: o território. O movimento de libertação nacional lutou pela obtenção do controle deste território, sem nunca utilizar qualquer argumento de extensão territorial ou de falsas fronteiras. Reivindicou, no entanto, uma unidade política com as Ilhas de Cabo Verde que, evidentemente, não faziam parte do espaço kaabunke.

O PAIGC (Partido Africano para a independência da Guiné e Cabo Verde), movimento de libertação nacional, foi a expressão dessa vontade liderada por uma elite pequeno-burguesa e de cultura crioula. Estes crioulos, e por extensão esta liderança, apelavam para uma historicidade que se limitava a utilizar as referências coloniais. Para esta liderança

era evidente a ligação com as Ilhas de Cabo Verde, devido aos laços existentes entre as culturas crioulas de ambos os territórios. Entretanto encontrar-se-á como argumento legitimador desta luta comum, o facto de os dois territórios terem sido durante muitos séculos geridos pela mesma administração, sedeadas na Ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde. Ora, como está demonstrado, esta administração nunca existiu enquanto tal em terra firme, podendo a veicidade de controlo territorial português ser posta em causa até ao fim do séc. XIX.

Porém, estes argumentos, e muitos outros, serviram de justificação à construção teórica do movimento nacionalista que, como todos os exemplos africanos do mesmo género, era um movimento nacionalista sem nação. Isso não impediu que o desejo e a vontade de construção nacional fossem reais, mas tinham uma perspectiva limitada e uma historicidade que apelava apenas às referências coloniais. A outra história, essa era desconhecida, ou mesmo desprezada.

Serve tudo isto para dizer que, talvez sem querer, o movimento nacionalista aceitou a premissa de uma África sem História anterior à chegada dos Europeus e com a sua História, após a chegada destes. Este princípio está implícito em toda a historicidade invocada e em todos os argumentos políticos.

Na realidade uma releitura das historicidades tem que ser feita à luz da teoria dos espaços que rejeita classificações e tipologias fáceis, permitindo observar dinâmicas contraditórias da evolução dos poderes, por conseguinte das identidades. A teoria dos espaços está muito na moda, pois oferece uma grelha de análise diferente, embora rudimentar. Ela vai para além do território definido na sua vertente política moderna.

## **IDENTIDADES EMERGENTES**

Como afirma Jean Devisse (1986), a maioria das sociedades conheceu uma época de classificação dos vários agrupamentos humanos que lhe permitiu identificar os outros e distingui-los de si. Muitas poucas pessoas tentaram estudar o funcionamento lógico destas classificações e o peso ideológico de certas designações através da história. Conforme

afirma Conrad e Frank (1995) "... different individuals choose to define their identity and that of others in particular ways for particular reasons. It is therefore the choice between the various etymologies that is more significant than any one translation. Thus, searching for the "true" meaning of the term through etymology (or any other means) is futile unless located within a particular context, where actor and audience are clearly recognized. Actions, like words, can also be variously defined, in that the same act can be interpreted differently depending on the identities of those present."

É com estas limitações que analisaremos a emergência de quatro identidades dominantes no espaço dos rios de Guiné e Cabo Verde: malinke, kaabunke, afro-portuguesa e cabo-verdiana.

### ***Malinke***

A epopeia de Sunjata Keita faz parte dos grandes mitos da História africana, mas é correcto aceitar que o Mali foi não só uma forma superior de estruturação do espaço e de regimentação política, como precursor de formas modernas de intercâmbio comercial. O comércio trans-sahariano dependeu em grande medida da existência de uma estrutura política mande<sup>3</sup> que é assinalada com bastante proeminência por cronistas e exploradores árabes e europeus. O célebre Ibn Battuta relata-nos com um detalhe exemplar as experiências por ele vividas no auge do poder malinke. A estrutura social deste Estado incluía a existência de uma classe controladora do poder político, definido como Mansaya, dirigido por um Mansa, suserano absoluto, auxiliado de uma classe nobre, os Oron. Uma originalidade dos Malinke e a existência de uma classe de profissionais maiores que inclui artistas e outras especialidades ocupacionais bem definidas, como por exemplo os ferreiros, que devido a uma prática endogémica, e papéis sociais bem definidos, foi associada a um sistema de castas: os Nyamakala. A sucessão malinke

---

<sup>3</sup> Também aqui o sufixo *nke* ou *nka* pode ser aplicado para dar origem à palavra Mandenka, que significa o país de Mande, mas que acabou por ser confundido como a designação de uma etnia, criando o etnónimo Mandinga, Mandinka, Mandingue. O sufixo é aplicável a quase todas as formações políticas criadas pelos Mande como Malinke, Kaabunke, ou influenciadas por este, como Funtanke, Jakanke, etc.

fazia-se por via patrilinear e a sua religião foi influenciada pelos ventos da época, ou seja uma mistura entre islão e animismo com o primeiro a fortalecer-se através dos tempos. Os Mandé eram fundamentalmente guerreiros, que através de um sistema de comércio de longa distância, e razias sobre povos que recusassem pagamento de impostos, contribuíram, de uma forma significativa para o desenvolvimento da escravatura.

Segundo Mungo Park as fontes referem que os escravos representavam três quartos das populações que viviam sobre o controlo malinke. Os escravos cultivavam a terra, tratavam do gado e tinham a seu cargo todos os trabalhos servis, acrescenta Park. Os escravos podiam ser diferenciados pelas categorias sociais que ocupavam no momento da captura. O tratamento de um ansião era sempre digno, por exemplo. Regras precisas proibiam que os Nyamakala fossem cativos e normalmente o escravo de classe mais elevada tornava-se chefe dos escravos ou cativos, sendo consultado para determinadas decisões. Nem todas as etnias submetidas eram necessariamente tratadas como escravas e algumas limitavam-se a pagar o tributo. E algumas outras, ainda esquivavam-se a este pagamento sem serem punidas.

A descrição das características malinke é importante pelo papel omnipresente dos Mandingas na região estudada, muito embora o epicentro malinke esteja distante dos Rios de Guiné do Cabo Verde. É óbvio em todas as fontes, incluindo as cartográficas, que o domínio malinke chegava à costa e confundia-se com o dos Estados vassalos da subregião que deram origem a novas formas de identidade, independentes, já a partir do século XIII.

### ***Kaabunke***

Os conhecimentos historiográficos atuais, as novas fontes e cartografia disponíveis, permitem constatar o enorme impacto do Kaabu na região bem como, paradoxalmente, a inexistência de provas de ter-se tratado de um Estado forte com grandes realizações infra-estruturais. É difícil de admitir que um Estado forte tenha sido governado a partir de aldeias sem vestígios de uma infra-estrutura administrativa. No

entanto o poder kaabunke foi uma instituição que durou cinco séculos. Na base da Mansaya malinke introduzida por Tiramakhan Traore, o fundador do Kaabu, reproduziu-se uma boa parte das características políticas e económicas do Mali, incluindo: administração de impostos, comércio de longa distância, razias e escravatura, hierarquização social bem definida (incluindo a existência de Oron, e Nyamakala). A civilização kaabunke diferencia-se, no entanto, do Mali em três elementos fundamentais:

- sucessão por via matrilinear, que acabou por se manifestar também na presença de patrónimos de origem local, distinta dos de origem Mande;
- estabelecimento de uma classe nobre específica de acesso matrilinear baseada nos clans Mane e Sane, os Nyantio;
- forte presença de influência animista, muito embora junto dos Nyantio se observasse uma importante aliança com mercadores Dyula e clérigos muçulmanos, utilizados como conselheiros da Mansaya.

A estes elementos deve-se agregar a deslocação a partir do século XV do epicentro de trocas comerciais do Sahara para o Atlântico, permitindo um desenvolvimento ainda maior da escravatura que acabou por contribuir para o crescimento da influência e poder dos Mandingas ocidentais, dominadores do Kaabunke.

Não se trata aqui de fazer uma análise genealógica, ou cronológica desta civilização, mas antes reter o facto de que na dominação kaabunke se encontram elementos de todos os povos da sub-região, confirmando a teoria das interações sociais e a dificuldade em fazer uma análise tipológica e classificativa da influência de um poder como o Kaabunke.

O Kaabu representa na realidade uma identidade que congregou em várias estruturas do espaço uma sub-região com características próprias em termos económicos, culturais, linguísticos, religiosos, num eco-sistema bastante peculiar, caracterizado por rios de água salgada, rodeados por mangais e zonas de sedimentação recente, contornados por grandes vias fluviais, nascidas nos contrafortes do Futa-Jalon.

Através da História kaabunke surge assim uma outra identidade, desprezada estrategicamente pela historiografia contemporânea, mas bem presente nas relações de solidariedade ainda hoje perceptíveis entre os povos da sub-região. E através desta leitura pode-se então explicar uma série de fenómenos que de outra forma seriam difíceis de racionalizar, como por exemplo, a forma como foram atribuídos etnónimos na sub-região, a importância que os Fulas virão a desempenhar na destruição da Mansaya kaabunke, a divisão do antigo espaço de influência kaabunke por três colonizadores diferentes (dando origem a Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance), para além da rejeição da atual estruturação do espaço pelos povos da sub-região.

### ***Afro-Portugueses e Caboverdianos***

Em contraste com a dominação kaabunke a partir do hinterland, novas dinâmicas de poder começaram a desenvolver-se junto à costa dos Rios de Guiné do Cabo Verde. A presença europeia expandiu-se como um rastilho de pólvora a partir do século XV. No respeitante à coroa portuguesa, esta estava interessada em preservar o controle do comércio a fim de poder tirar o máximo de benefícios próprios. Daí ter, desde muito cedo, limitado o acesso à costa através de regulamentações precisas, nomeadamente no relativo à estada dos navios mercadores, e à criação de uma administração a partir das Ilhas de Cabo Verde, a cuja ocupação se deu início com uma forte presença de populações escravas. A Ilha de Santiago ocupou um papel primordial no desenrolar destes acontecimentos, sobretudo quando em 1466 os seus habitantes foram autorizados a negociar na costa. No entanto, já em 1462 “ como consequência do arrendamento dos tratos de Guiné (1468) o resgate de escravos foi restringido ao número necessário para o povoamento das ilhas e o cultivo dos campos. Além disso, apenas podiam utilizar, nas trocas, produtos do próprio arquipélago que se reduziam naquela época a algodão e cavalos. Pretendia-se assim, facultar aos habitantes das Ilhas de Cabo Verde uma participação nos lucros do negócio de terra firme sem deixar de se acautelar os interesses da coroa ou dos contratadores, cujo negócio se alargava pelas costas da Guiné, Serra Leoa e da Malagueta” (Madeira Santos, 1988).



Estavam assim criados os germes de duas contradições importantes: a criação de uma identidade nova centrada no povoamento cruzado das Ilhas de Cabo Verde, entre brancos e negros, e o desenvolvimento de interesses distintos entre a coroa e os súbditos habitantes da sub-região. Estas contradições vão acabar por dar origem à emergência de novas identidades. Estas últimas foram reforçadas pelo envio sistemático de indivíduos que se tentavam distanciar do controle da coroa logo que possível, ou porque eram foragidos da lei, ou simplesmente perseguidos religiosos cujo passado, nomeadamente judeu, em nada abonava para o seu reconhecimento. Os Lancados ou Tangomau, pois assim se chamavam, foram já amplamente estudados e o seu papel no desenvolvimento do tráfico negreiro é sobejamente conhecido. No entanto o que é interessante frisar no contexto deste estudo é o facto de eles terem constituído a primeira cadeia de ligação entre os poderes locais e a presença europeia, numa altura em que essa presença ainda não se tinha transformado em dominação territorial. Fruto de alianças várias, os Lancados acabaram também por criar mestiçagens fortemente associadas a interesses comerciais, estando também eles na origem, indirectamente, do estabelecimento de uma língua franca na sub-região: o crioulo.

Os Lancados foram também responsáveis pelo desenvolvimento de um comércio de cabotagem junto à costa, utilizando portos e produtos proibidos e contribuindo assim para uma deslocação dos circuitos de comércio de longa distância, do hinterland para a costa. Produtos tais como o sal, a cola, o anil, o ferro e a panaria, acabaram por ter um papel importante na criação de fortunas locais junto da comunidade cada vez maior de Afro-Portugueses. Os Lancados e os Afro-Portugueses assumiram papéis de intermediários entre populações locais sob dominação kaabunke e exploradores europeus não Portugueses. Através da criação de um meio afro-português, eles constituíram uma força política regional muitas vezes susceptível de se opor aos poderes locais devido ao seu domínio comercial. Por seu turno os poderes africanos utilizaram a oportunidade oferecida pelos Lancados e Afro-Portugueses para escapar as várias tentativas de um controle oficial português do comércio costeiro. Nem mesmo o Alvará de 1508 de D. Manuel I, referido por Cadamosto, expropriando os Lancados dos seus bens, fez inverter

a tendência. Na realidade este Alvará foi seguido de muitos outros em que o Rei de Portugal permitia aos suseranos africanos matar e expropriar dos seus bens os Lancados e Afro-Portugueses. A ausência de seguimento no terreno destas proposições acabou por cimentar o acto de independência das comunidades afro-portuguesas, que acabaram por preferir colocar-se como aliadas dos poderes locais a quem ofereciam vantagens comerciais contra protecção militar.

Várias características serviam para definir uma identidade afro-portuguesa. Embora praticante da religião católica, a comunidade mestiça tinha uma forte influência de rituais animistas. As suas roupas, a forma de construir as casas, os seus móveis e os seus hábitos de consumo reflectiam a relação euro-africana. Os historiadores têm tido a tendência de ver a cultura crioula como um processo de assimilação dos elementos europeus. No entanto, parece mais correcto fazer uma análise das influências vindas dos dois campos, já que através da língua crioula se pode facilmente chegar à conclusão de que se trata de um binómio de influências. Em termos de educação, tudo leva a crer que o número de letrados era bastante pequeno, antes transmitindo atitudes e cultura através de outros mecanismos. Mas os princípios da organização social e as relações familiares distanciavam-se das formas africanas, como por exemplo, no respeitante ao direito de herança que não seguia a linha matrilinear.

Dos auxiliares dos navegadores recrutados junto das feitorias, acabou por se dar origem a uma classe específica de intermediários que tinham uma familiaridade com os hábitos europeus e pertenciam ao núcleo dos considerados próximos da influência e cultura do Português. Os grumetes, pois assim se chamavam, vão contribuir de forma significativa para o fortalecimento da comunidade afro-portuguesa - também chamada por alguns autores de luso-africana - sobretudo nas feitorias de Ziguinchor e Cacheu. Segundo George Brookes<sup>4</sup>: "the concentration of Luso-Africans, grumetes, and a small and declining number of Portuguese into a few communities and seasonal trading

---

<sup>4</sup> George Brookes, "Historical perspectives on the Guinea-Bissau region, fifteenth to nineteenth centuries", in Lopes, 1993.

settlements in the Guinea-Bissau region had numerous consequences... Preeminent was the reinforcement of Luso-Africans' sense of identity as a group. This is evident from endogamous marriage patterns, supplemented by alliances with Cape Verdean traders and army officers, by assertion of their Christianity, albeit with notable suncretismo with African religious practices, and by concerted and successful efforts by Luso-Africans to manage their own affairs independent of the governors of the Province of Cape Verde and Guinea and commandants appointed for Cacheu and Ziguinchor”.

A estratificação entre Mansas e escravos no hinterland sobrepunha-se agora na costa uma nova hierarquia entre grumetes e gentio. Os grumetes servindo de *primus inter pares* da presença comercial europeia são peças indispensáveis do novo xadrez que se vai instalar na região. Quanto ao gentio representava uma espécie de fronteira social entre os integrados e não integrados no controle ou influência da civilização costeira (Lopes 1993).

Nomes como Caetano Nozolini, João Barreto, Rosa Carvalho Alvarenga, Honório Pereira Barreto, Aurélia Correia, vão destacar-se na História dos Afro-Portugueses.

Por seu turno, o Arquipélago de Cabo Verde conheceu uma dinâmica própria, que fez emergir uma identidade separada dos Afro-Portugueses do continente. Muitas vezes ambos os grupos tinham interesses comuns, mas nem sempre. Por exemplo, as feitorias de Ziguinchor e Cacheu e o controlo da foz do Gâmbia eram dominadas por Afro-Portugueses do continente, enquanto que Afro-Portugueses nascidos em Cabo Verde controlavam Bissau e o Rio Grande, resultando daí uma luta para o reconhecimento de uma destas feitorias como o representante mais importante dos poderes da coroa, que continuavam a ser arregimentados a partir da Ilha de Santiago. Tudo se vai modificar com a deslocação do comércio para outros domínios além da escravatura, e a necessidade do controle territorial por parte dos colonizadores. Vai-se tornar necessária a expansão da administração, papel que será destinado fundamentalmente aos Caboverdianos, entretanto assim já conhecidos, que muitas vezes entrarão em competição de

influências com os Afro-Portugueses e os grumetes do continente. Estas tensões serão, no entanto, atenuadas pelos fortes vínculos familiares que vão sendo estabelecidos através de casamentos interesseiros, resultando em novas alianças entre crioulos dos dois territórios.

### ***HISTORICIDADES CRUZADAS***

A ideologia é sempre um sistema de representação que pode incluir ideias, evidentemente, mas também conceitos, mitos e imagens, num contexto histórico preciso. A ideologia é sempre uma procura de legitimidade e qualquer ideologia dominadora tem de ter uma justificação histórica. A leitura das identidades dominantes dos Rios de Guiné do Cabo Verde, mesmo de uma forma rápida e simplificada, demonstra a precariedade das justificações ideológicas ainda hoje presentes nos poderes contemporâneos da sub-região. No mundo de hoje em que os historiadores e os cientistas sociais estão afundados por fontes e mensagens escritas, não é raro observar leituras rápidas de fenómenos complexos. Um dos contributos que a nova História pode oferecer é justamente a de produzir análises menos emotivas e ideológicas, tornando mais fecundo o conhecimento das realidades africanas.

Durante o período das grandes estruturas pré-coloniais, a historiografia oficial em África foi a epopeia, a lenda e os mitos que lhe estão associados. É, pois, normal, que muitos dos elementos da elite intelectual e dirigente, nos actuais poderes contemporâneos, recuse a complexidade implícita neste estudo, distante da mitologia simplista. A sua aceitação implicaria pôr em causa justificações ideológicas confortavelmente esboçadas, mas carecendo de dados factuais. É a esta contradição que chamamos historicidades cruzadas.

### ***Mestiçagem***

Algumas relações culturais e sociais podem transformar um espaço numa entidade. A procura de denominadores comuns pode levar à produção de uma identidade nacional. Qualquer identidade nacional é sempre o produto de uma mestiçagem. As mestiçagens não são

necessariamente redutíveis ao biológico, mas quase sempre existe essa componente que pode ser racial ou não (no entendimento corrente que temos de racial).

Tanto o espaço malinke como kaabunke são a evidência da produção da mestiçagem. Desde as características sócio-económicas até as culturais e linguísticas, é óbvia a interacção, o emprestar de uns povos em relação a outros de vários elementos constitutivos da gnosis que define etnia ou nação. Os fenómenos de mestiçagem na origem do estabelecimento da comunidade afro-portuguesa e caboverdiana, são mais fáceis de identificar devido a componente religiosa e racial exógena. Não deixam, no entanto, de ser fenómenos da mesma natureza que os anteriores.

Hoje em dia, a influência malinke e kaabunke pode ser classificada como de dominante endógena, enquanto que a afro-portuguesa e caboverdiana deu origem a uma identidade crioula – reforçada pela política de assimilação – que essa sim é de dominante exógena.

### ***Inclusão e exclusão***

É o fortalecimento do Estado burocrático letrado que leva à necessidade de identificar com precisão todas as identidades. Este processo de mono-identificação é criticado por Amselle que afirma que “... a obsessão de identidade produz inevitavelmente o efeito contrário, ou seja, a exclusão daqueles que não podem demonstrar a identidade maioritária...” (Amselle, 1990). Todos os grupos exteriores ou minoritários que não se enquadrem nas definições do Estado-nação são normalmente rejeitados como raças ou etnias exóticas, minorias domésticas, às quais se limita o acesso a formas de poder sejam elas políticas ou económicas. Estas limitações podem-se fazer de uma forma explícita ou implícita, mas em quase todos os Estados modernos africanos esta característica própria da exclusão está presente. “É na faculdade de nomear e na possibilidade de recusar ser nomeado que se manifestam em permanência os desafios sociais” (Amselle, 1990). E é através dessa luta pelo reconhecimento, que se traduz numa reclassificação permanente, que a sociedade acaba por estar submetida a uma

constante redefinição dos seus parâmetros. As identidades malinke, kaabunke e crioula são neste contexto etapas de uma redefinição constante do excluído e incluído nos poderes contemporâneos.

### ***Identities e relações de poder***

Em função dos elementos apresentados neste texto é agora possível contextualizar alguns dos movimentos identitários recentes no espaço que foi dos Rios de Guiné do Cabo Verde e que hoje pertence a três Estados diferentes. É, por exemplo, sintomático que os crioulos e descendentes de Afro-Portugueses do Senegal ainda hoje sejam designados por Portugueses, desconhecendo mesmo muitos que também possam existir Portugueses brancos. Também é interessante verificar que em Cabo Verde de uma forma não muito definida se designe por Manjacos os originários do continente que agora chegam às ilhas, sendo os Manjacos a designação de uma pequena etnia da costa, muito embora com fortes tendências migratórias. Também na actual Guiné-Bissau se assiste à emergência de novas identidades como, por exemplo, o movimento religioso sincrético Yang-yang, ou o nascimento de uma identidade muçulmana congregando várias etnias. Também é interessante a atribuição de identidades por exclusão como é o caso da designação Burmeju, empregue de uma forma pejorativa contra todos os mestiços biológicos de tez mais clara. Estes fenómenos identitários, em evolução, são apenas a demonstração de novas relações de poder condicionadas pela História e pelos desejos de exclusão ou inclusão.

### **NOTA BIBLIOGRÁFICA**

Esta nota bibliográfica inclui apenas as obras citadas no texto.

- Almada, André Álvares d', *Tratado breve dos Rios de Guiné* (por Luis da Silveira), edição patrocinada pelo Governo da colónia da Guiné, Lisboa, 1946, 106p.
- Amselle, Jean-Loup, *Logiques metisses. Anthropologie de l'identite en Afrique et ailleurs*, Payot, Paris, 1990, 257p.
- Amselle, Jean-Loup/M'Bokolo, Elikia (Eds.), *Au coeur de l'ethnie: ethnies, tribalisme et Etat en Afrique*, Editions La Decouverte, Paris, 1985, 226p.
- Battuta, Ibn, *Inde, Extreme-Orient, Espagne et Soudan*, vol.III de "Voyages", FM/Editions La Decouverte, Paris, 1982, 450p.

- Bolegue, Jean, *L'impact économique et politique des navigations portugaises sur les peuples côtiers. Le cas de la Guinée du Cap Vert (XVe-XVIIe siècles)*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1988, 10p.
- Conrad, David/Frank, Barbara (Eds.), *Status and Identity in West Africa*, Indiana University Press, Bloomington and Indianapolis, 1995, 204p.
- Copans, Jean, "Mode de production, formation social ou ethnique? Les leçons d'un long silence de l'anthropologie marxiste française", *Revue Canadienne d'Etudes Africaines*, vol. XX, n.1, 1986, pp.74-90.
- Devisse, Jean, *Islam et ethnies en Afrique*, Table Ronde CNRS-CRA sur la dimension historique de l'ethnisme en Afrique, Fev. De 1986, Paris, 13p.
- Lopes, Carlos, (Coord.), *Mansas, escravos, grumetes e gentio. Cacheu na encruzilhada de civilizações*, INEP, Bissau, 1993, 347p.
- Lopes, Carlos, *Compasso de Espera. O fundamental e o acessório na crise africana*, Afrontamento, Porto, 1997, 120p.
- Lopes, Carlos, *Kaabunke. espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 1999, 294p.
- Park, Mungo, *Voyage dans l'intérieur de l'Afrique*, Editions La Decouverte, Paris, 1980, 335p.
- Santos, Maria Emilia Madeira, "As estratégicas ilhas de Cabo Verde" ou a "fresca Serra Leoa": uma escolha para a política de expansão portuguesa no Atlântico", *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, 1988, pp.485-491.





# O ISLÃO NA ÁFRICA SUBSARIANA. GUINÉ-BISSAU E MOÇAMBIQUE, UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Francisco Proença Garcia<sup>1</sup>

## Introdução

O presente artigo, que tem por tema “O Islão na África Subsariana. Guiné-Bissau e Moçambique, uma análise comparativa”, partiu do interesse em estudar comportamentos de mecanismos políticos e sócio-religiosos que ultrapassavam as fronteiras das colonizações europeias, no contexto integrador da Guiné-Bissau e de Moçambique.

O trabalho está organizado em cinco alíneas independentes mas interrelacionadas, onde se entendeu efectuar uma análise comparativa da expressão do Islamismo, nos dois territórios.

Procurou-se elaborar uma análise espectral da expansão islâmica na África subsariana, para depois se tentar perceber como e quando apareceu o Islão, bem como qual o “tecido” islâmico da Guiné-Bissau e de Moçambique, incluindo a análise das respectivas escolas jurídico-religiosas dominantes. Depois pretendeu-se descrever os mecanismos “laterais” de comunicação que persistem para além do artificialismo das fronteiras caucionadas pelo Direito Internacional, exponenciados naqueles territórios pela impressiva presença das confrarias islâmicas.

**Com recurso a alguns inéditos de diversos órgãos de *Intelligence* portugueses e pela recolha de depoimentos de algumas personalidades, pretendeu-se ainda dar uma visão original do relacionamento do Poder português com o Islão durante a guerra colonial e saber qual resposta psicológica desenvolvida por aquele Poder para a conquista**

---

<sup>1</sup> Professor da Academia Militar.

da adesão das comunidades muçulmanas em ambos os territórios, cuja densidade demográfica e política tão importante era no processo.

### 1. A expansão islâmica na África subsariana

Na Guiné-Bissau e em Moçambique, como em toda a África Negra, o expansionismo muçulmano teve condições favoráveis para a sua progressão pois em numerosos aspectos é facilmente compatível com as religiões tradicionais e com os costumes sociais africanos. O fenómeno aparece associado à acção de catalisadores bem explícitos: o comércio e o casamento poligâmico, o aumento da alfabetização, a vulgarização do rádio portátil, mas também devido a "(...) factores mais difíceis de definir, tais como a necessidade psicológica de segurança e a atracção universal da fé islâmica (...)”<sup>2</sup>.

Paralelamente aos comerciantes, as lideranças muçulmanas e as elites convertidas desempenharam, de igual forma, importante papel na propagação do Islamismo. Uma vez adoptado, o Islão fornecia às chefias tradicionais o princípio da articulação, muito útil para reforçar, e mesmo justificar, a sua posição. Outro factor com um importante papel na difusão do Islamismo em África foi o desenvolvimento dos modernos meios e métodos de comunicação, que permitiram levar o Islamismo até aos mais recônditos locais.

As escolas corânicas tradicionais (*kuttab*) também detiveram papel essencial na propagação e protecção do Islamismo, na preservação de uma identidade local específica e na criação de uma cultura contra-colonial. O seu principal objectivo foi e continua a ser, a integração do indivíduo na sociedade islâmica. Difundindo os valores de base do Islão, o ensino muçulmano é assim, por excelência, um agente de sociabilização num sistema social que se reclama da religião do Profeta.

O ensino corânico tradicional nos territórios em análise, consiste numa aprendizagem do Alcorão em Árabe, verbalmente ou através da escrita em caracteres arábicos numa pequena tábua, para, depois, os

<sup>2</sup> Amiji, Hatim M., *La Religion dans les Relations Afro-Arabs: L'Islam et le Changement Culturel dans L'Afrique Moderne*, in *Les Relations Historiques et Socioculturels entre L'Afrique et le Monde Arabe de 1935 à nos Jours*, Unesco, Paris, 1984, p. 111.

Lewis, Ioan M., *O Islamismo ao Sul do Saara*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1986, p. 32.

alunos poderem decorar os versículos que repetem inúmeras vezes. Mas muitos não chegam sequer a aprender a ler e escrever. Na maior parte dos casos, as crianças aprendem pelo menos os ensinamentos fundamentais da fé e, mesmo que por ventura venham a esquecer parte do que aprenderam, conservarão sempre dentro de si o suficiente para se manterem convictos da pertença a uma comunidade que se orgulha de pautar a sua conduta pela revelação corânica.

Devemos no entanto ter como referência que na África subsariana os saberes e práticas religiosas se devem sobretudo à tradição oral, o que implica um afastamento das tradições verdadeiras de uma religião que se reclama do livro. Um outro factor influenciador de uma transmissão do saber islâmico de uma forma menos pura deve-se ao facto de o Islão local valorizar a *Baraka*<sup>3</sup> e a capacidade pessoal de o pregador recitar, em detrimento do conteúdo<sup>4</sup>.

O estudo da “Ciência da Lei” (*Fiqh*) fica apenas reservado a uma elite que prosseguirá os seus estudos em *zaouias*<sup>5</sup> no exterior dos territórios, ou nos grandes centros intelectuais do Islão, como Al-Azhar (Egipto) ou Medina (Arábia Saudita). Esta minoria que frequenta os estudos superiores, na maioria das vezes faz parte do grupo de dirigentes sociais.

A colonização, se por um lado criou fronteiras artificiais, por outro lado abateu fronteiras tradicionais rígidas e determinou o contacto entre os diversos grupos etno-linguísticos, impondo-se alguns pela transmissão da sua cultura. Podemos, assim, considerar que a propagação

---

<sup>3</sup> Conceito sufi que significa a qualidade espiritual, a bênção, o carisma, de origem divina que é transmitida pelo cheik. Sobre a importância da *Baraka* devemos ver, para além de MONTEIRO, Fernando Amaro, *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*. Porto. Universidade Portucalense, 1993., p. 48, ver ainda Brenner, L., *West African Suf – The religious heritage and spiritual search of Cerno Bokar Saali Tall*. Londres, C. Hurst & Co., 1984.

<sup>4</sup> DIAS, Eduardo Costa. *Da'wa, política, identidade religiosa, e “invenção” de uma “nação”*. In, África Subsariana, Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades. Actas do Colóquio Internacional realizado no âmbito do “Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura”. Faculdade de Letras e Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2002, pp. 48 e 55

<sup>5</sup> As *Zaouias* são uma espécie de convento onde os Doutores do Islão ensinam a religião, o direito e a gramática. Surgem junto aos túmulos dos *marabus* (*Koubba*), onde os fiéis vão em peregrinação, como acontece em Tivouane e Touba. A este propósito devemos ver MOUHTADI, Najib, *Pouvoir et Religion au Maroc – essai d’histoire politique de la zaouia*, EDDIF, Casablanca, 1999, e ainda MOREAU, René Luc, *Africains Musulmans - les communautés en mouvements*, Présence Africaine e Inades Editions, Abidjan e Paris, 1982.

do Islamismo na Guiné, tal como em Moçambique, é também o resultado de acções desenvolvidas pelos grupos etno-linguísticos islamizados, face aos grupos adeptos das religiões tradicionais<sup>6</sup>.

A vitalidade do Islão na África Negra é considerada como resultante da vitalidade e dinamismo das confrarias<sup>7</sup>. Estas, sobretudo depois do século XVIII, muito contribuíram para o processo de disseminação do Islamismo, sendo que, para muitos africanos, tornarem-se Muçulmanos era entrarem para uma confraria, visto encontrarem nelas um sucedâneo para as suas tradicionais sociedades secretas, por várias razões extintas ou em vias de extinção.

O contacto cultural entre o Negro e o Árabe originou um Islamismo por vezes dito negro<sup>8</sup>, onde as práticas tradicionais andaram de mãos dadas com o Islão<sup>9</sup>. Podemos pois dizer que na Guiné e em Moçambique há grupos etno-linguísticos que se encontram islamizados, uma vez que as estruturas e crenças tradicionais sobreviveram, embora com aspectos alotrópicos e em consequência das circunstâncias locais, perante o impacto com o Islamismo e mesmo com o Cristianismo.

Na Guiné o islamismo consolidava-se sobretudo entre Fulas e Mandingas, progredindo entre Beafadas e em alguns “núcleos” de Balantas (os Balanta Mané) e de Manjacos da região de Pelundo<sup>10</sup>. Em Moçambique, o Islão crescia e implantava-se principalmente entre os

---

<sup>6</sup> GARCIA, Francisco, *Análise Global de uma Guerra (Moçambique 1964-1974)*. Ed. Prefácio, Lisboa, 2003, p. 282.

<sup>7</sup> AMJI, Hatim M., ob. cit., p. 119.

<sup>8</sup> MONTEIL, Vincent, *L'Islam Noir*, in *Revue Tunisiènne de Sciences Sociales*, N.º.4, 2<sup>e</sup> Année, Tunis, Dezembro de 1965.

<sup>9</sup> A islamização não efectivou a desvalorização do substracto cultural étnico e local. Porém, a grande maioria dos dignitários religiosos não conhecem a teologia islâmica, ou dela retêm apenas alguns rudimentos, não se distinguindo assim da massa dos crentes pela natureza das relações que têm com as ideias religiosas. A este propósito devemos consultar DIAS, Eduardo Costa *Da'wa, política, identidade religiosa, e "invenção" de uma "nação"*.

<sup>10</sup> Podemos consultar detalhadamente os documentos COMANDO CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS DA GUINÉ, Supintrep n.º 10, “Populações da Guiné”, Reservado, Junho de 1971 e Supintrep n.º 11, “Religiões da Guiné”, Reservado, 27 Abril 1972, e ainda GARCIA, Francisco, *Guiné 1963 – 1974: Os movimentos independentistas, o Islão e o Poder português*. Universidade Portucalense e Comissão Portuguesa de História Militar. Porto e Lisboa, 2000.

Macuas (Macas, Lomués e Metos)<sup>11</sup> e entre os Ajauas<sup>12</sup>; consolidando-se nos Suaílis, Muanes e Mulais, progredindo lentamente entre Achirrimas e, para Sul, entre Chuabos, Maganjas, Lomués e Tacuanes, sendo a sua presença no restante território discreta mas em ascensão<sup>13</sup>.

## 2. O aparecimento do Islão e o “tecido” islâmico na Guiné-Bissau e em Moçambique.

Na segunda metade do século XI, Ibn Yassin, um pregador muçulmano, instalou-se na costa da Mauritânia, onde fundou um convento, e aí vivia rodeado dos seus discípulos, conhecidos por Almorávidas. Estes iniciaram a sua expansão para Sul, submetendo primeiro as tribos berberes da Mauritânia e depois destruindo e islamizando o império do Ghana. Expandiram-se também para Norte, tomaram conta de Marrocos e invadiram parte da Península Ibérica, onde tinham ido em socorro do Califa de Córdova. Constituíram, assim, um império hispano-africano. O seu poderio desfez-se em pouco tempo, reconquistando o Ghana a sua independência, mas já o proselitismo religioso almorávida tinha tomado a dianteira dos exércitos.

No século XIII, entre o Senegal e a Nigéria, começa a surgir um novo império, o do Mali ou dos Mandingas, fundado por Sundiata Keita. Tinha o seu centro político no Alto Níger, zona originária dos Mandingas. A Sundiata sucedeu o Imperador Mansa Oulin (1307-1332) que, com o seu exército, submeteu e conquistou numerosos países vizinhos<sup>14</sup>. Este

<sup>11</sup> MARTINEZ, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*. Lisboa. Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989. p. 32.

<sup>12</sup> Para Manuel Gama Amaral, nos Ajauas, no início, era apenas entre os chefes e seus familiares que se dava a adesão à religião muçulmana, mas esta atitude foi decisiva na conversão de todo o povo, devendo a adesão generalizada atribuir-se ao proselitismo religioso de alguns. A sua profunda islamização, segundo este autor, terá sido iniciada com o xehe Msé Ciwaula. In AMARAL, Manuel Gama, *O Povo Yao – subsídios para o estudo de um povo do noroeste de Moçambique*. Lisboa. Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989. p. 378-380.

<sup>13</sup> MONTEIRO, Fernando Amaro, *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*. p. 100 e os documentos do QUARTEL – GENERAL DA REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE, *Populações de Moçambique*, Supintrep N.º 22, Janeiro de 1967, Confidencial, e *Panorama religioso de Moçambique*, Supintrep N.º 23, Janeiro de 1967, Confidencial.

<sup>14</sup> Segundo António Carreira, “(...) conta-se que em 1324-1325, empreendeu uma peregrinação a Meca, fazendo acompanhar-se de cerca de sessenta mil pessoas, entre as quais quinhentos escravos carregados de ouro em barra e em pó (...)”. In, *Mandingas da Guiné Portuguesa*. Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, n.º 4, 1947. p. 15

Império dominou desde o século XIII toda a vasta região que se estende do Atlântico até para lá de Niani (Sul da actual Guiné-Bissau), a capital, encontrando-se já fortemente islamizado, entra em decadência no século XV, acabando por desaparecer no século XVII.

No reinado de Mansa, o império do Mali absorveu o reino Songhay. No século XV, o Rei Songhay, Sonni Ali-ber (1464-1492), conquistou a independência e as maiores cidades do Mali, Tombuctu e Djenne.

O seu filho Bokar foi destronado por Mamadu Turé que fundou uma nova dinastia, a de Askia Mohamed (1493-1529), cujas conquistas se estenderam, a oeste, até ao Senegal, isolando o que restava do império do Mali; a leste, submeteu parte do reino Haussa e apoderou-se de Agadés. Como não dispunha da "(...) autoridade religiosa tradicional, que era ligada à dinastia nacional (...) "<sup>15</sup>, procurou compensar esta fraqueza apoiando-se no Islamismo<sup>16</sup>. Este império com a sua "(...) esfera de influência muçulmana foi, por sua vez, totalmente destruído pela abortada tentativa marroquina de controlo directo sobre o Sudão Ocidental, no século XVI (...) "<sup>17</sup>.

Quando da desagregação do império do Mali, surgiram diversas unidades políticas autónomas, entre elas o *Kaabu*, com capital em Kamsala, sob controlo dos *mansa* Mandinga "animistas". Os Mandingas, que se estabeleceram no território da actual Guiné entre os séculos XII e XV<sup>18</sup>, espalharam-se pelas região entre o rio Gâmbia e Corubal e, mesmo pelo Futa-Djalón. Admite-se que, na fase inicial, apenas alguns chefes migrantes se encontravam convertidos ao Islamismo<sup>19</sup>.

Todos estes impérios foram substituídos por um novo Poder, o dos Fulas, que se estendeu por áreas imensas, desde o Senegal até para leste do Chade. Coli Tenguêlá partiu do Futa-Djalón em direcção ao Futa-Toro (vale do rio Senegal), atravessando a territórios da actual

---

<sup>15</sup> PAIGC, *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde*. Ed. Afrontamento, Porto, 1974. p. 36.

<sup>16</sup> Em 1495 efectuou uma peregrinação a Meca, onde foi nomeado Califa, obtendo assim posição superior à de todos os reis muçulmanos da região sudanesa.

<sup>17</sup> LEWIS, Ioan M., *O Islamismo ao Sul do Saara*. Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1986. p. 34.

<sup>18</sup> MOTA, Teixeira da, ob. cit., p. 155. Sobre este assunto podemos consultar, entre outras, diversas obras de António Carreira e a *História da Guiné-Bissau*, publicada pelo PAIGC.

<sup>19</sup> CARREIRA, António, *Evolução do Islamismo na Guiné Portuguesa*, p. 407, em BCGP, vol. XXI, n.º. 84, Outubro de 1966. Ver também do mesmo autor, *Mandingas da Guiné Portuguesa*, p. 8.

Guiné-Bissau, onde foi derrotado pelos Beafadas, que o forçaram a retirar-se para norte; aí fundou "(...) um poderoso estado de Fulas pagãos (...)"<sup>20</sup>. É provável que a instalação dos primeiros Fulas na Guiné-Bissau date desta época.

No século XVIII, os Tocolores do Futa-Toro, conquistados pelos Fulas pagãos, revoltaram-se e organizaram-se numa "(...) confederação feudal e teocrática, sob a presidência de um *Almami* (...)"<sup>21</sup>. Estes Tocolores tornaram-se fervorosos propagandistas, convertendo ao Islamismo os Jalofos, e Fulas. Estes iniciam no século XVIII uma invasão, a partir do Futa-Toro em direcção ao sul, procedendo assim à "(...) unificação política e religiosa do Futa-Toro e do Futa-Djalón, sob a égide do Islamismo (...)"<sup>22</sup>. O território do maciço do Futa-Djalón foi dividido em 9 províncias ou *diwal*. Uma vez consolidado o domínio Fula no Futa-Djalón, "(...) os agentes do Islão lançaram as suas vistas para os «infiéis» das zonas periféricas (...)"<sup>23</sup>, até ao território da actual Guiné-Bissau, situada sob a alçada do *diwal* de Labé.

Na Guiné-Bissau, os *alpha*, mandatários da teocracia do Futa-Djalón em 1868 derrotaram os *mansa* Mandinga<sup>24</sup>, que entraram no território da actual Guiné-Bissau pela região do *Kaabu*, empurrando para o litoral alguns povos de religião tradicional, pelo que, segundo a tradição, se podem dividir os povos da Guiné em povos do interior e povos do litoral, predominando as comunidades muçulmanas, nomeadamente Fulas e Mandingas, no interior (para além da influência das marés), e as sociedades de religião tradicional com predominância no litoral.

As incursões Fulas prosseguiram em direcção ao sul do *Kaabu* e ao Oio, com o intuito de submeter no território do Forriá, Beafadas e Nalus. Uma vez estabelecido o Poder Fula, quer por ambições e ódios entre facções, quer por dominação sobre outra etnia, rebenta a guerra civil

<sup>20</sup> MOTA, Avelino Teixeira da, "Guiné Portuguesa", I Volume, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954. p. 156.

<sup>21</sup> DESCHAMPS, Hubert, "Les Religions de l'Afrique Noire", pág. 82, Coll. Que sais-je? - Presses Universitaires de France, Paris, 1965.

<sup>22</sup> CARREIRA, António, *Duas Cartas Topográficas de Graça Falcão (1894-1897) e a Expansão do Islamismo no Rio Farim*. In: Garcia da Horta, vol. II (nº2): pp. 189 a 212, Lisboa, 1963. p. 192.

<sup>23</sup> Idem, *Evolução do Islamismo na Guiné Portuguesa*, p. 415.

<sup>24</sup> DIAS, Eduardo Costa, *Estado, estruturas políticas tradicionais e cidadania. O caso senegâmbio*, in DIAS, Eduardo Costa e VIEGAS, José Manuel (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta, p. 45.

entre fulas-forros e fulas-pretos (1878-1890)<sup>25</sup>. Estas lutas foram no seu autêntico significado uma *guerra santa* para implantar a religião islâmica em todo este sector do ocidente africano, saindo vitoriosos o Islamismo e o domínio político Fula<sup>26</sup>.

A ocupação do Futa-Djalon pelos franceses e do *Kaabu* pelos portugueses, na transição do século XIX para o XX, veio pôr cobro a estas “guerras santas” e, provavelmente, evitou um império Fula, do Atlântico ao Chade.

Na Guiné-Bissau, como em toda a Senegâmbia, domina um Islão com profundas conotações étnicas, dos dignitários (*marabus, cheikhs, tchernos, almamis*) das aldeias e das confrarias (*turuq*). Por exemplo, os mandingas são mandingas e muçulmanos, e não simplesmente muçulmanos, o mesmo se passando em relação aos fulas<sup>27</sup>.

A influência islâmica na Costa Oriental de África<sup>28</sup> iniciou-se no século VII sob o impulso de comerciantes/navegadores provenientes da Arábia do sul que formaram centros florescentes em Sofala, Moçambique, Quíloa e Pemba. Aqueles povos não procuravam o domínio territorial. Ocupavam as ilhas, onde encontravam abrigo das invasões dos “cafres guerreiros” do Continente, iniciando depois o comércio com a Costa e ao longo desta, bem como com a Arábia e a Índia.

Até ao século XV a influência islâmica caracteriza-se por uma presença ao longo do litoral, nomeadamente em ilhas, exercido por cidades independentes, com lutas intestinas entre si e com os indígenas do Continente. Aqui o Islamismo era largamente difundido - se bem que de uma forma adulterada, reduzido a um número de crenças,

<sup>25</sup> MENDY, Peter Karibe, *Colonialismo Português em África: A Tradição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)* Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau, 1994. pp. 158-161.

<sup>26</sup> CARREIRA, António, *Evolução do Islamismo na Guiné Portuguesa*, p. 431.

<sup>27</sup> DIAS, Eduardo da Costa, *Da wa, política, identidade religiosa, e “invenção” de uma “nação”*. In, *África Subsariana, Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades, Actas do Colóquio Internacional realizado no âmbito do Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura*. Faculdade de Letras e Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2002. p. 47. Hoje com a conturbação, o Islão em algumas zonas da Senegâmbia está a passar de rural a urbano, com todas as implicações e rearranjos estruturais e de relacionamento que isso implica.

<sup>28</sup> Podemos ver uma boa caracterização e faseamento da influência islâmica na Costa Oriental Africana em VILHENA, Ernesto de, *A influência islâmica na Costa Oriental d'África*. In *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: N.º 5 e 6, 24ª Série, Maio de 1906, pp. 133 - 147, 166 - 172.



preceitos e usos - propagando-se aos Mestiços mais ou menos arabizados, embora com tendência para se dissolverem na massa negra islamizada.

A chegada e instalação dos Portugueses no Índico<sup>29</sup>, marca o dealbar de uma época de decadência da influência islâmica, traduzida numa diminuição do domínio de diversos lugares no litoral. Os Portugueses ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII foram ocupando as ilhas precisamente pelas mesmas razões que os Árabes o fizeram (segurança). Depois veio a disputa pela posse da terra firme, sendo Sofala o primeiro ponto onde os Portugueses se estabeleceram com fixidez e a partir do qual, ao longo dos séculos XVI e XVII, penetraram o *hinterland*, assenhoreando-se do território, retendo nas suas mãos o comércio, exercendo o governo e o domínio sobre os *cafres* (dentro do alcance útil da Artilharia...), e eliminando praticamente nessa área sul a influência muçulmana; com eles não vinha apenas o comércio, mas também os missionários, empenhados na conversão ao Catolicismo.

A partir de meados do século XVII e princípios do XVIII, como consequência da primeira queda de Mombaça (1698) e até como reflexo do período filipino, verifica-se um renascimento das manifestações da influência islâmica, independentemente do domínio territorial. Mas foi a queda definitiva de Mombaça (1730) que permitiu o revigoreamento islâmico, agora sob a tutela política do Sultão omanita e depois de Zanzibar. Ibaditas, portanto "cismáticos", esses centros cobriram e alimentaram todavia, entre os Negros do Sunismo de rito chafita, sempre a maleabilidade e versatilidade do proselitismo muçulmano.

Com o comércio e as cidades que fundaram na Costa, os Árabes aumentaram o Islão nomeadamente entre os povos Suailis e Macuas, do Rovuma ao Zambeze, enquanto, por outro lado, o faziam da Costa ao Lago, através do comércio e da escravocracia.

Até ao século XIX, o Islamismo permaneceu nas Ilhas e ao longo da Costa. A difusão islâmica pela grande maioria das rotas comerciais do *hinterland* terá sido desencorajada tanto pela natureza do terreno, como pela falta de centros populacionais e de recursos suficientes que

---

<sup>29</sup> A propósito da chegada dos portugueses ao Índico devemos ver BARROS, João de e COUTO, Diogo de, *Da Asia*, Lisboa, 1778 e SANTOS, Frei João dos, *Ethiopia Oriental*. Lisboa, Editora de Clássicos Portugueses, 1891.

atrassem a atenção dos mercadores árabes. O “comércio” exercido nomeadamente por traficantes de escravos<sup>30</sup>, satisfaria sobretudo mercados externos<sup>31</sup>.

Após 1820, os negreiros das ilhas francesas do Índico, bem como alguns outros provenientes do Brasil e de Cuba, incrementaram o comércio de escravos, tendo como intermediários entre os portos marítimos e o extensíssimo *hinterland* os Ajauas, pelo que foram os comerciantes/intermediários muçulmanos que transportaram o culto para o interior; sendo assim, “(...) a insegurança generalizada acelerou a conversão ao islamismo de muitos elementos indígenas, visto que, pelos deveres de solidariedade religiosa, assegurava alguma protecção aos seus fiéis contra os assaltos e as arbitrariedades que visavam a captura de escravos destinados à exportação (...)”<sup>32</sup>.

O Islamismo em Moçambique parece ter fornecido um cimento aglutinador, prevalecendo conforme as áreas e as situações, a tónica tribal ou religiosa “(...) consoante fossem socialmente menos ou mais evoluídos os componentes humanos dos vectores de liderança (...)”<sup>33</sup>. Nos fins do século XIX, a propagação catequética muçulmana continuou, referindo-se o Comissário Régio António Ennes a essa espectacular expansão, que irradiava como o poder de uma moda, no relatório “Moçambique”, publicado pela primeira vez em 1893<sup>34</sup>.

<sup>30</sup> LEWIS, Ioan, “O Islamismo ao Sul do Saara”. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1986, pp. 26-27.

<sup>31</sup> LEWIS, Ioan, “O Islamismo ao Sul do Saara”. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 1986, pp. 26-27.

<sup>32</sup> FERREIRA, António Rita, *Fixação portuguesa e História pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: Estudos, Ensaios e Documentos, N.º 142. Instituto de Investigação Científica e Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982. p. 300.

<sup>33</sup> MONTEIRO, Fernando Amaro, *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*, p. 113.

<sup>34</sup> António Enes referia: “(...) Se o cristianismo só vegeta como planta exótica, o maometanismo alastra-se como escalracho. Não se semeia, não se cultiva, nas próprias rochas crava raízes, não há monomocia que o arranque. Sem o auxílio de poderes civis e sem armas, sem riquezas, sem autoridades, sem exemplos prestigiosos, quase sem culto ostensivo e sem sacerdócio profissional, vai ganhando ao seu proselitismo todos os distritos septentrionais da província de Moçambique. (...) Todavia, os focos da propaganda maometana mal se descobrem; o que dá nas vistas são os seus efeitos. (...) A catequização faz-se por si, e ajudam-na todos os crentes, espalham-na correntes simpáticas. Um macua, que me serviu muito tempo, e que era monhé, não chamava ao maometanismo uma religião, chamava-lhe uma moda, e de facto tem ele o poder de irradiação das modas. Especialmente no norte, os indígenas fazem-se muçulmanos

### 3. As Escolas Jurídico-religiosas dominantes

No seio do Islão, a directa relação entre os crentes e Deus, acrescida da capacidade concedida a todos os Muçulmanos de poderem em, “Esforço de Exame”, analisar o Alcorão, pode ser uma explicação do pulular de interpretações subjectivas da Lei, que suscitaram o florescer de escolas jurídico-religiosas, que possuem também diferentes áreas geográficas de influência.

As quatro actuais grandes escolas da ortodoxia sunita (Maliquita, Hanafita, Chafita, e Hanbalita)<sup>35</sup> constituíram-se no século III da Hégira, no primórdio da Era Abassida. O seu conteúdo revela o carácter difuso e interpretativo do ritual, da fé, do direito e da moral, fornecendo soluções específicas em termos controversos do *Kalam* (apologia defensiva), tanto doutriniais como formais. Cada escola (*madhab*) determina um comportamento, uma forma de inserção na vida legal<sup>36</sup>. Não obstante existirem entre elas discussões ou debates, não “(...) apresentam entre si (sobretudo as três primeiras) rivalidades dilemáticas, nem conduzem os crentes a opções drasticamente forçosas (...)”<sup>37</sup>. São todas ortodoxas e tidas como iguais dentro do Sunismo, tendo os Muçulmanos a opção de, numa qualquer circunstância particular, preferirem uma escola distinta daquela que perfilham.

Dentro do Sunismo maioritário (cerca de 90% dos muçulmanos), o Maliquismo é a escola dominante na África do Norte e avultante na Costa Ocidental do Continente até ao Golfo da Guiné (os muçulmanos da Guiné-Bissau inserem-se nesta escola jurídico-religioso).

---

por imitação, e a imitação é estimulada por amor próprio, porque a cabaia branca adquiriu, não sei por que artes, foros de distinção. (...) Se o islamismo em Moçambique não chega a formar comunidades bem definidas, forma agrupamentos que desdenham dos outros indígenas, reagem contra as influências cristãs, e em determinadas hipóteses serão capazes de uma acção comum. Se ainda houvesse na costa oriental de África um Estado muçulmano forte e prestigioso, e esse estado soltasse o grito da revolta em nome da religião contra as soberanias cristãs da Europa, esse grito teria eco dentro do próprio palácio de governador de Moçambique (...)”. Enes, António, Moçambique. 3ª ed. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1946. p. 212.

<sup>35</sup> BALTA, Paul, *L'Islam dans le Monde*. Paris: Ed. La Découverte et Journal le Monde, 1986, e SOUSA, João Silva de, *Religião e Direito no Alcorão*. Lisboa: Ed. Estampa, Imprensa Universitária N.º 55, 1986.

<sup>36</sup> MONTEIRO, Fernando Amaro, Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, *Linhas de Influência e de Articulação do Islão na Guiné Portuguesa. Sugestões para Apsic*, Relatório para o Ministro, Secreto, Lisboa, 16 de Junho de 1972.

<sup>37</sup> Idem, *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*, p. 89.

A escola Maliquita foi fundada pelo autor da obra intitulada *Mowata*, Mâlik ibn Annas que morreu em 795. Esta *madhab* admite as fontes tradicionais do Direito Islâmico: o Alcorão, a *Sunna* ou Tradição, o *Qiyas* ou Julgamento Analógico e o *Ijma* ou Consenso Comunitário.

O Direito Consuetudinário (*Urf*) desempenha, nesta escola, um papel de relevo. Justamente pelo seu peso, pode dizer-se que esta é a menos aberta ao Esforço de Exame (*Ijtihad*) e, portanto, a que maior impenetrabilidade oferece ao progressismo. O Maliquismo "(...)" mantém a tradição, mas aceita a interpretação pessoal, a *Ray* (...)"<sup>38</sup>, insistindo no recurso ao princípio da utilidade geral (*Maslaha*), sempre que se trata de defender a religião, a razão, a pessoa, a família ou os bens<sup>39</sup>.

Estes princípios podem favorecer a exploração de um certo equilíbrio, determinado, "(...)" quanto mais não seja pela "força da inércia" que o substrato do *Urf* lhe confere (...)"<sup>40</sup>. Este panorama será sempre alterável, desde que o Islão tradicional possa, nas áreas atrás referidas, sofrer convulsões marcantes provenientes dos territórios exteriores, como adiante ponderaremos, e se, em simultâneo, a situação sócio-política interna evoluir num sentido de acentuada instabilidade.

Dentro do Sunismo, a Escola Chafita, criada pelo *Iman* Chafei, é a dominante no Baixo Egípto, no Sul da Arábia, na Indonésia, na Malásia, na África Oriental e em comunidades da Índia, Tailândia, Vietname e Filipinas. Os seus fundamentos de jurisprudência assentam, por ordem de importância, no Alcorão, na *Sunna* (Tradição), no *Ijma* (Consenso Comunitário) e no *Quiyas* (Juízo Analógico), não sendo o *Ray* (Juízo Pessoal) considerado como uma base sólida. A *Sunna* é valorizada como fonte de Direito, e o *Ijma* é tido como o Consenso não só dos sábios, mas da comunidade inteira.

Em Moçambique, predomina na generalidade, esta Escola Chafita. Contudo, a Sul do Zambeze, a Escola Hanafita salienta-se, nomeadamente entre elementos provenientes do Paquistão ou da Índia e seus descendentes. O Hanafismo foi criado por Abu Hanîfa (que morreu em 767), sendo considerado o "rito" mais liberal; depois do Alcorão, admite

<sup>38</sup> SOUSA, João Silva de ob. cit., pág. 33..

<sup>39</sup> LAMAND, Francis. *La Sharia ou Loi Islamique*. In, BALTA, Paul, *Islam, Civilisation et Sociétés*, Ed. du Rocher, Paris, 1991. p. 59.

<sup>40</sup> MONTEIRO, Fernando Amaro Monteiro, relatório atrás citado.

o Julgamento Pessoal, sob a forma de Julgamento Analógico (*Qiyas*). Os seus discípulos insistem num regresso aos textos e à aceitação resignada dos factos (*taqlid*).

É mais devido ao poder económico do que à sua representatividade numérica que referimos os movimentos heréticos ou cismáticos, no caso vertente, os Ismaelitas, seita dos *Khojas*, ramo septimamita dos Chiitas. Estes articulavam-se de Moçambique com o exterior ao Aga-Khan, em Londres, via Nairobi.

#### 4. As confrarias islâmicas

Podemos considerar que à margem do Islão oficial se desenvolveu um outro Islão, estabelecedor de “(...) relações entre o Homem e o Divino mais concretas e afectivas (...)”<sup>41</sup>, o Islão das confrarias (*Twariq*, ou “Caminho”).

As confrarias nem sempre possuem uma existência legal e comportam aspectos esotéricos conhecidos só pelos elementos que as constituem. Estas terão nascido dentro da *Sunna*, e surgem de certa forma pela necessidade de suprir a ausência de hierarquia religiosa no Islamismo. Ao homem africano as confrarias oferecem uma resposta global às suas necessidades e exigências religiosas e sociais, ancestrais e costumeiras<sup>42</sup>.

No século XII, apareceram as primeiras ordens com a denominação do místico que as orientava. No decorrer dos séculos XIV e XV, elas constituíram-se em corpos, hierarquicamente organizados em noviços, iniciados e mestres, mas só adquiriram a amplitude que hoje lhes conhecemos no século XIX, primeira metade do Século XX<sup>43</sup>.

Nas confrarias a “(...) «casa mãe» ocupa o lugar cimeiro, delegando o grão mestre, todos ou parte dos seus poderes, nas diferentes províncias da ordem, com uma hierarquia de representantes (...)”<sup>44</sup>. As confrarias

---

<sup>41</sup> VEINSTEIN, Gilles, Les Confréries, in BALTA, Paul, Islam Civilisation et Sociétés, p. 95.

<sup>42</sup> MOREAU, René Luc, op. cit. p. 242.

<sup>43</sup> Sobre a expansão e importância das Confrarias podemos detalhar em Moreau, René Luc, ob. cit..

<sup>44</sup> VEINSTEIN, Gilles, ob. cit. p. 97.

distinguem-se umas das outras não pelo ensinamento teológico ou moral, nem pela espiritualidade, mas essencialmente pelas cadeias iniciáticas e pelos exercícios espirituais<sup>45</sup>. As litanias, as fórmulas santificadas e outros exercícios também variam.

Os princípios fundamentais de cada *Twariq* provêm de Alá e estão reunidos na *Wasiyya* ("mandado" ou "legado"), que constitui uma preciosa herança da qual o *Cheikh* retira os ensinamentos necessários para manter os seus confrades na direcção correcta. O *Cheikh* foi dotado por Alá de *Baraka*, devendo os seus preceitos e ordens ser obedecidos. Os filiados das confrarias mantêm uma disponibilidade e disciplina castrenses, e desenvolvem técnicas de êxtase que podem revestir as mais diversas formas (caso dos dervixes volteadores).

O pietismo popular, desenvolvido e dirigido pelas confrarias, "(...) radicaria na afirmação do Decreto um conceito de predestinação absoluta, de carga psicológica muito concentrada, expresso pelo termo *maktub* (está escrito) e identificado com a essência do *sabr* (capacidade de suportar) (...)”<sup>46</sup>, que acaba por traduzir uma aceitação passiva e abandonada dos factos.

As confrarias nos países onde estão implantadas, quer pelo seu património, como pela sua teia de influências, pelas suas ligações internacionais, não raras vezes são conduzidas a desempenhar um papel político. Identificadas com a complexidade humana da África Negra e, logo, efficientíssimas portadoras de quanto as respectivas lideranças queiram ou aceitem<sup>47</sup>, as confrarias podem auxiliar a estabelecer um regime, propagar a sua ideologia e até eliminar os seus adversários<sup>48</sup>. Por outro lado, em contrapartida, podem obstruir ainda com maior eficácia, constituindo-se em contra-poder e, se necessário, apoiando a criação de uma alternativa identidade nacional.

A expansão geográfica das confrarias foi acompanhada pela criação de novas ordens. Hoje, as confrarias encontram-se espalhadas por todos os países islâmicos, excepto em locais onde a escola jurídica adoptada

---

<sup>45</sup> MOREAU, René Luc Moreau, ob. cit. p. 156.

<sup>46</sup> MONTEIRO, Fernando Amaro *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964 - 1974)*, p. 249.

<sup>47</sup> Idem, p. 51.

<sup>48</sup> VEINSTEIN, Gilles, ob. cit., p. 103.

é contrária a esta forma de organização (caso da *Wahhabita*, na Arábia Saudita).

Na Guiné-Bissau e na África Ocidental subsariana, existem três grandes confrarias, a *Qadiriya* e a *Tidjaniyya*, com os seus diferentes ramos, e a *Mouridiyya*.

A *Qadiriya* foi fundada no século XI, no Iraque, a sul do Cáspio, por Abd al Qadir el Gilani, de Gilan, nascido em 1077 e considerado um santo do Islão. Os traços fundamentais dos ensinamentos cadiristas são a dissuasão do mundanismo e o apelo à caridade e ao humanitarismo. O núcleo central de Bagdade, que permanece orientado por descendentes directos de al-Gilani, espalhou-se fundamentalmente pelo oriente da África-Negra, pelo Magreb, Norte da Turquia e sempre para Leste, até atingir a Indochina. O Cadirismo diluiu-se na Negritude e dele relevaram a forma rotular e a força do vínculo psicológico em detrimento do conteúdo doutrinário. Este último, reduzia-se uma linha pietista, projectada em observâncias rituais; as técnicas de êxtase, excepto as litánias, afiguram-se praticamente irrelevantes<sup>49</sup>. As suas orações são as do rito chafita, reclamadas de um maior poder quando recitadas em comum. Interessa-se pelo desenvolvimento das qualidades morais, e as práticas religiosas ocupam aos seus elementos grande parte do dia.

A *Tidjaniyya* expandiu-se por todo o norte e ocidente africanos. Com influxos de movimentos reformistas, encontra-se mais integrada na africanidade do que a *Qadiriya*. É, em suma, um corpo de acção prática, servido por regras rituais simplificadas, destinado a servir a apologética, e que tem disputado a supremacia religiosa à *Qadiriya*, em períodos alternados.

Podemos dizer que na Guiné-Bissau há uma justaposição parcial de etnias e confrarias. Os principais centros da confraria *Qadiriya*; no território são: Jabicunda e Bijine, dirigidos por Jacancas, oriundos do centro de Tuba, abrangendo os Mandingas e afins, ou diversificações deles, e ainda as populações atingidas pelo seu activo proselitismo, como os Balantas Mané e Manjacos de Pelundo.

---

<sup>49</sup> MONTEIRO, Fernando Amaro, *Linhas de influência e de articulação do Islão na Guiné Portuguesa, Sugestões para Apsic.*

Os principais centros da *Tidjaniyya* estão em Ingoré (de natureza xerifina), Quebo e Cambor, abrangendo os Fulas e diversificações (incluindo Quebuncas e Torancas); estende-se parcialmente aos Saracolés e exerce algum esforço sobre Beafadas e Nalús. Apesar do simplismo pragmático característico do tidjanismo, um tanto ou quanto paradoxalmente, este não desenvolve a apologética daí previsível, tal se devendo à assumida postura de superioridade sócio-racial do Fula; face às outras etnias e, mesmo, face às religiões tradicionais.

A *Mouridyya*, que foi fundada por Amadou Bamba (1850-1927) no Senegal, tem sobretudo expressão no Departamento de Kolda e na Casamance, sendo que na Guiné-Bissau a sua influência pode ser considerada residual.

Em Moçambique, existem duas confrarias principais, a *Chadhiliya* e a *Qadiriya* (ou Chadulia e Cadria nas corruptelas nativas). Ambas procuram resistir à acção do Wahhabismo que procura, pelo menos desde 1964, minar-lhes a sua importância social e política<sup>50</sup>.

A *Chadhiliya* é originária das Comores e foi fundada por Saide Abdul Hassane Chaduli, propagando-se pela África do Norte, Oriental e Sudoeste Asiático, estando em contacto directo ou interposto com Medina.

Em 1896, o *Xehe* Said Bin Chehe das Comores deslocou-se à Ilha de Moçambique, onde recomendou a constituição de um grupo religioso, rezando em nome do santo Saide Abdul Hassane Chaduli, natural da Tunísia. Em 1905, Bin Chehe volta à Ilha, concedendo poderes a Amur Bin Gimba para organizar a Confraria Chadulia Liaxuruti. A *Qadiriya* foi fundada na Ilha em 1906 pelo *Xehe* Issa Bin Ahmed e um dos chefes daquela confraria em Zanzibar. Na ilha, organizou aquela *Twariq* em nome do santo fundador.

As confrarias implantadas na Ilha, que foi sempre, por tradição, o principal centro de polarização do Norte do território, irradiavam influência para o Continente, nomeadamente ao Norte do Zambeze. Aí, encontravam-se repartidas em 8 ramos. A *Chadhiliya* sofreu cisões, uma em 1924, e a outra em 1936. A *Qadiriya* sofreu cisões em 1934, 1945, 1953 e 1964. Estas fracturas surgidas em ambas, nas disputas internas, visavam sempre, e como seria natural, deter o poder. Em

<sup>50</sup> Idem, *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*, p. 249.



1974 os comandamentos das 8 confrarias da Ilha – a *Qadiriya Sadate*, *Qadiriya Bagdad*, *Qadiriya Jailane*, *Qadiriya Saliquina*, *Qadiriya Macheraba*, *Chadhiliya Liaxuruti*, *Chadhiliya Madania* e a *Chadhiliya Itifaque* – accionavam directamente perto de 500.000 pessoas repartidas por vários Distritos de então, sobretudo a Norte do Zambeze<sup>51</sup>.

Em Moçambique, as confrarias da Ilha desempenharam entre 1967 e 1972 um papel de relevo como elementos que dissuadiram o alastrar subversivo, pois entre os seus membros se fez a repulsão dos elementos da FRELIMO, logo que esta fez prova de a sua ideologia ser eminentemente materialista.

Os quadros confraternais com as suas estruturas próprias, criam mecanismos de comunicação que ultrapassam as próprias estruturas étnicas e as das unidades políticas, permitindo, assim, uma maior mobilidade e um conseqüente alargar de horizontes de interesses.

No caso particular da Guiné-Bissau, as articulações dos povos muçulmanos e as linhas de influência, que lhes suscitam comportamentos, não obedecem a esquemas rígidos, no entanto funcionam efectivamente; podemos mesmo dizer, que há uma certa fluidez de tais mecanismos<sup>52</sup> para o que cremos contribuirão a diminuta superfície do território, a situação interna e as pressões externas.

Na Guiné-Bissau<sup>53</sup> as linhas de articulação dos dignitários islâmicos, no âmbito interno e no contexto africano até 1995, eram relativamente à confraria *Qadiriya*: O dignitário de Jabicunda exercia influência de tipo polarizante em todo o território, na área de Bafatá, e externa, na Gâmbia e no Senegal. Por via familiar inseria-se na dependência própria

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>52</sup> Para Eduardo Costa Dias, na Guiné-Bissau, as ligações das várias confrarias do território às suas congéneres no exterior "(...) são ténues e tem mais a ver com o passado do que com a presença efectiva (...)". DIAS, Eduardo Costa, *Da wa, política, identidade religiosa, e "invenção" de uma "nação"*, in *África Subsariana, Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades. Actas do Colóqui Internacional realizado no âmbito do Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura*. Faculdade de Letras e Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2002, p. 47.

<sup>53</sup> MONTEIRO, Fernando Amaro, *Linhas de influência e de articulação do Islão na Guiné Portuguesa. Sugestões para Apsic*, e ver também GARCIA, Francisco, *Guiné 1963 – 1974: Os movimentos independentistas, o Islão e o Poder português*. Universidade Portucalense e Comissão Portuguesa de História Militar. Porto e Lisboa, 2000. pp. 168-171. Os dados do Relatório de Amaro Monteiro foram actualizados pelo autor deste estudo em 1995, em trabalho de campo levado a cabo no território da Guiné Bissau.

dos quadros confraternais; ao *Cheikh* expoente máximo da *Qadiriya* no Senegal, cujo poder de accionamento se estendia à Gâmbia, Mali, Guiné-Conacry e Guiné Bissau. Em Bijine, o mais destacado elemento manifestava acatamento xerifino e articulava-se a Boutilimit, na Mauritània.

No tocante à confraria *Tidjaniyya*: Os dignitários islâmicos mais proeminentes articulavam-se em consulta a Tivouane, Dakar, e exerciam influência religiosa interna do tipo polarizante em todo o território, nomeadamente na áreas de Fulacunda e Gabú; externa, título consultivo, no Casamansa, na Guiné-Conacry (pontos não especificados), no Mali (Bamako) e Gâmbia.

Os dignitários islâmicos da Guiné, em Junho de 1972, tinham a consciência de que a guerra se encontrava em fase avançada, para que alguém os fosse retaliar por alguma razão. Estavam igualmente conscientes de que a sua posição era de impunidade por serem uma força aliada da Administração e, como tal, podiam permitir-se proceder como quisessem em relação ao exterior, pois do lado do Poder ninguém impediria tais ligações. Hoje, com a “balantização” do Estado, os dignitários têm sido penalizados pelas estruturas exíguas do Poder, pelo que procuram, através de sucessivas mudanças de atitude, obter de novo os favores e benefícios da sua aliança com esse Poder, note-se, sempre conveniente e coerente.

Em Moçambique, apesar do Sunismo ortodoxo ser pela preponderância chafita e por algumas manchas hanafitas, verificava-se uma espécie de hegemonia titular do Sultão ibadita de Zanzibar, a quem o islamismo sunita moçambicano esteve ligado até à da revolução do “Marechal” Okello, em 1964<sup>54</sup>. Com o início da subversão armada, também e coincidentemente no ano de 1964, o Islão ali parecia descentralizado mas não desorganizado em termos convencionais, possuindo articulação funcional, sobretudo via confrarias. Com guerra colonial,

---

<sup>54</sup> Estas conclusões resultam de um inquérito realizado pelos SCCIM a 707 dignitários islâmicos ouvidos entre 1965 e 1968. Daqueles, nomeadamente entre populações Macuas, Metos, Lomués e Ajauas, 176 declararam ter reconhecido o Sultão de Zanzibar como seu Imã. In MONTEIRO, Fernando Amaro, O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974), pp. 98 – 99.

surgiu uma tendência de polarização em torno de elementos com maior prestígio e com maior potencialidade para a liderança<sup>55</sup>.

Os esquemas de polarização e articulação no território, no período entre a queda do Sultão de Zanzibar e Agosto de 1972, podiam ser definidos em três áreas: a primeira, constituída pelos Distritos de Cabo Delgado, Niassa e Moçambique, onde os Sunitas estavam sob comando de *Xehes, Muallimos e Imãs* negros da escola chafita; a segunda área, cujos dirigentes se atinham aos ritos chafita (na maioria, entre nativos) e hanafita (na maioria, entre Asiáticos e Mestiços), era formada pelo Distrito da Zambézia, considerada como área de transição, pois aí coexistiam marcadamente os comandamentos negro e asiático; a terceira área era compreendida pelos restantes Distritos, competindo a polarização, na sua maioria, a elementos de origem asiática, da escola hanafita. Na primeira área ainda se podia referenciar que, nos Distritos de Cabo Delgado e Niassa, em toda a tessitura muçulmana se constatava o inter-relacionamento da articulação político-religiosa com as linhas de influência clônicas, prevalecendo a tônica tribal ou religiosa conforme fossem mais ou menos evoluídos os componentes de liderança. Da Zambézia para Sul, as articulações a centros de difusão ou de decisão islâmica processavam-se via Lourenço Marques/Durban/Karachi, e, dos restantes Distritos, via Ilha de Moçambique/Comores/Arábia Saudita (a substituir a antiga conexão Ilha/Zanzibar)<sup>57</sup>.

A actualização das articulações ao exterior está por fazer, mas, cremos, que apesar da maleabilidade islâmica, a estrutura de base dessas ligações persiste. Durante o guerra civil FRELIMO/RENAMO esta última terá sido apoiada por países árabes, via Somália e Comores<sup>58</sup>.

<sup>55</sup> Em 1972, no conjunto do território de Moçambique, sobressaíam como articuladores cupulares da massa muçulmana sunita 21 dignitários de Lourenço Marques, Beira, Inhambane, Ilha, Nacala-a-Velha, Vila Pery, Quelimane, Bajone, Cabaceira, Vila Cabral, Nova Freixo e Marrupa. MONTEIRO, Fernando Amaro, *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*, p. 113.

<sup>56</sup> Que provocou uma lacuna naquela articulação ao exterior. Estas conclusões resultam de um inquérito realizado pelos SCCIM a 707 dignitários islâmicos ouvidos entre 1965 e 1968. Daqueles, nomeadamente entre populações Macuas, Metos, Lomués e Ajauas, 176 declararam ter reconhecido o Sultão de Zanzibar como seu Imã, In MONTEIRO, Fernando Amaro, *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*, pp. 98 - 99.

<sup>57</sup> Idem, p.113.

<sup>58</sup> CAHEN, Michael - *Mozambique la Révolution implosée - études sur 12 ans d'indépendance (1975-1987)*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1987. p. 17.

As confrarias com expressão na Guiné e em Moçambique detinham, em princípio e por tradição, capacidades de organização e disciplina. O Poder português apoiava-se nesta premissa para tentar accioná-las. O mesmo poderiam ter feito os movimentos independentistas. Porém, estes não procederam como as forças políticas que se encontravam identificadas com a descolonização na África Negra de expressão francesa. Aqui, aqueles movimentos procuraram a aliança com as estruturas islâmicas, como se verificou relativamente às diversificações locais do *Wahhabismo*, com o objectivo fundamental de estabelecerem um estado democrático mas assente nas noções corânicas de igualdade, liberdade, e *Ijma*, promotor de uma reforma radical da sociedade e contrário à ocidentalização<sup>59</sup>.

## **5. O relacionamento do Islão com o Poder português durante a guerra colonial.**

Desde 1961 Portugal enfrentava nos seus territórios continentais africanos, uma guerra de cariz subversivo/revolucionário, que, sem frente nem retaguarda, se infiltrava nas populações.

A resposta “possível” a este tipo de conflitos onde se procura sobretudo a conquista da adesão das populações, passa pela estreita coordenação de “acções sociais”, “político-administrativas”, “militares” e “psicológicas”. No planeamento das operações foi necessário não só efectuar os estudos tradicionais da missão, terreno, inimigo, meios e tempo disponível, impôs-se também a realização de um estudo das populações ao nível das suas estruturas clânicas, tribais e sócio-religio-

---

<sup>59</sup> O Movimento Wahhabita inspira-se nos ensinamentos de Mohammed Ibn Abd al-Wahab (séc. XVIII). É uma visão globalista, apresentando a perspectiva de que a Política se concebe de um lado como luta pela liberdade cultural, religiosa e política, e de outro, em simultâneo, como meio de preservar a Tradição islâmica. Desde o pós-Segunda Guerra Mundial, o Wahhabismo surgiu na África Ocidental Francesa com uma posição nitidamente anticolonial. Podemos consultar mais detalhadamente MONTEIRO, Fernando Amaro, *Sobre a actuação da corrente “Wahhabita” no Islão moçambicano: Algumas notas relativas ao período 1964-1974*. In *Africana*. Porto: Centro de Estudos Africanos, Universidade Portucalense, N.º 12, (Março de 1993), pp. 85-111 e também em MOREAU, René Luc, *Africains Musulmans - les communautés en mouvements*, pp. 258 - 262.

sas, bem como da sede do seu comandamento, accionamento e respectivo acatamento de ordens<sup>60</sup>.

Sem isto, não seria possível controlar outros mecanismos de comunicação, transnacionais, paralelos ou convergentes com os formais, que podiam ajudar a difundir ou a travar (como se queira ver) a expansão da acção subversiva, nos grupos etno-linguísticos com prolongamento para os territórios vizinhos. No mínimo era necessária a percepção numa carta de situação, de quais os itinerários utilizados por alguma acção comandada a partir do exterior, pois apesar de as massas islamizadas se encontrarem controladas pelo Poder português, poderiam, por qualquer motivo ou conveniência, inverter a sua posição perante a Administração Portuguesa.

Na Guiné e em Moçambique, os muçulmanos, herdeiros de uma tradição de comércio de longo curso e de peregrinação, com domínio de um alfabeto escrito, com experiência organizativa e administrativa, possuíam uma herança única susceptível de ser aplicada por qualquer Poder/contra-Poder. Os interesses destes teriam de visar e/ou ser compatíveis com os interesses muçulmanos envolvidos; se tais interesses fossem prejudicados, essas aptidões e qualidades organizacionais poderiam funcionar em sentido contrário. Assim, a atitude das comuni-

---

<sup>60</sup> FREITAS, Romeu Ivens Ferraz de, *Conquista da adesão das populações*. Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, Lourenço Marques, 1965, Reservado. Na sua acção de conquista da adesão das populações, o Poder português utilizou uma visão de etnicidade instrumentalista. Na documentação oficial, a etnia aparece-nos associada a uma concepção taxionómica, que impregna também uma concepção estatística: logo, uma visão para-convenicional. A etnicidade era remetida para a reformulação conflitual, estratégica e tática, sendo que a questão central desses conceitos residia no actor A condicionar, vantajosamente, a actuação do actor B, com vista à obtenção daquilo que desejava. Hierarquizavam-se as sociedades africanas por caracteres indicativos de alteridades da organização social das populações, o que permitia inserir elementos numa etnia, povo, entre outras e, assim, caracterizá-los. A análise de documentação classificada da PIDE/DGS, SCCIM e Repartição de Informações dos Quartéis-Generais, mostra-nos essa preocupação pela *etnometria*, procedendo-se por diversos métodos a uma «arrumação» das chefaturas tradicionais, da classificação etno-linguística das populações e dos grupos permeáveis ou aderentes à subversão. As cartas étnicas elaboradas pelas diversas instâncias do Estado reflectem, por conseguinte, essa necessidade de «arrumação» para posterior tomada de decisões políticas, definições estratégicas e actuação sobre as populações. Na Guiné e em Moçambique foram organizados ao nível do Comado-Chefe, Supintrep (Relatórios Suplementares de Informação) sobre as religiões e sobre as populações, em Moçambique, também os Serviço de Coordenação e Centralização de Informações elaboraram estudos aprofundados sobre estas temáticas.

dades muçulmanas dependeu das circunstâncias específicas e dos interesses em cada momento nos dois territórios.

Tom Gallagher esclarece-nos sobre a posição das comunidades muçulmanas, face ao Poder português, no período da guerra colonial, na seguinte passagem: "(...) Ironicamente, o Portugal católico encontrou aliados mais leais entre as tribos muçulmanas, tais como os Fulas, na Guiné-Bissau e os Macuas, em Moçambique, do que entre os grupos africanos educados nas missões, mais inclinados a juntar-se aos nacionalistas. O conservadorismo da sua estrutura social fazia das tribos muçulmanas os aliados preferenciais dos portugueses, que chegaram a enviar peregrinos a Meca e construíram mesquitas na Guiné-Bissau em paga do apoio dos chefes locais (...)”<sup>61</sup>.

Entendemos que esta posição assumida pelos principais grupos etno-linguísticos islamizados face ao Poder português se deve quer a uma reacção ao espírito pós-conciliar, quer por vontade de contrastar com o comportamento daqueles elementos do Clero Católico que enveredaram no *aggiornamento*, contestando a posição portuguesa em África, quer ainda pelo resultado da Acção Psicológica desenvolvida pelos órgãos próprios do Poder. Os pólos articuladores muçulmanos, durante a guerra, após certa hesitação inicial, acabaram por assumir, tanto na Guiné como em Moçambique, atitudes favoráveis à Administração Portuguesa<sup>62</sup>.

O Poder português utilizou os grupos etno-linguísticos islamizados, que possuíam organização social de estrutura mais complexa do que a das etnias de religião tradicional. Esta organização proporcionava-lhes uma elevada coesão pela obediência fiel dos pólos às lideranças religiosas, as quais desfrutavam de uma notável importância e aceitação.

Como é evidente, estruturas sociais semelhantes constituíam um obstáculo importante ao alastramento subversivo. Além do mais, a manobra subversiva desenvolvida fundamentava-se na substituição das estruturas tradicionais por um sistema de hierarquias paralelas, o que, em nosso entender, mais contribuiu para uma difícil penetração proveniente da subversão e para o enquadramento que esta última pudesse pretender fazer nas comunidades muçulmanas.

<sup>61</sup> GALHAGHER, Tom, *Portugal - A Twentieth Century Interpretation*. Manchester, University Press, 1983. p. 177.

<sup>62</sup> MONTEIRO, Fernando Amaro, *A Guerra em Moçambique e na Guiné — Técnicas de accionamento de massas*. Porto: Universidade Portucalense, 1989. (Curso de 6 Lições). p. 19.

O Poder, desde o início da imposição da sua soberania na Guiné sabia da importância muçulmana no terreno<sup>63</sup>. Os Fulas colocaram-se hábil e interessadamente do seu lado e com o eclodir da guerra colonial (altura em que representavam 22% da população), logo desde o início, por um princípio de fidelidade ou de conveniência, mantiveram-se do lado em que tradicionalmente se encontravam. Ao fazê-lo, não só se defendiam como velavam pelos seus interesses<sup>64</sup>. O evoluir da situação foi ditando a definição de posições que se traduziram em comportamentos diferentes face à subversão, desde uma franca colaboração a uma colaboração enquanto a força pendesse para o seu lado, passando por uma desconfiança e retraimento até a uma apatia absoluta<sup>65</sup>.

Com o início do confronto, os Mandingas, que representavam cerca de 13% da população, aderiram em grande parte à subversão, chegando a palavra Mandinga a ser sinónimo de guerrilheiro<sup>66</sup>.

Em Moçambique, até 1967 as comunidades muçulmanas, nomeadamente no Niassa e em Cabo Delgado, denunciavam uma atitude desafecta ou mesmo hostil à Administração Portuguesa, e nos demais Distritos encontravam-se expectantes<sup>67</sup>. Até aquele ano, o comporta-

---

<sup>63</sup> A este propósito veja-se por exemplo RODRIGUES, Sarmento, *Os Maometanos no Futuro da Guiné*. In, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 9, Janeiro de 1948, PÉLISSIER, René, *História da Guiné - Portugueses e Africanos na Senegâmbia 1841-1936*. Lisboa: Ed. Estampa, 1989. vol. 1 e 2. e ainda MENDY, Peter Karibe, *Colonialismo Português em África: A Tradição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994.

<sup>64</sup> Boas descrições sobre os Fulas e sua História em MOREIRA, Mendes, *Fulas do Gábu*, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1946. Podemos consultar boas descrições históricas em LOPES, Carlos, *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Ed. 70, 1982 e BARRY, B., *La Sénégambie du Xve au XIXe Siècle - Traite Nègrière, Islam et Conquête Coloniale*, Paris, Harmattan, 1998.

<sup>65</sup> COMANDO CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS DA GUINÉ, Supintrep n.º 10. "Populações da Guiné", Reservado, Junho de 1971. Nesta classificação não se englobaram elementos Fulas que aderiram à subversão, visto que representam uma minoria em relação à população total Fula.

<sup>66</sup> Idem.

<sup>67</sup> MONTEIRO, Fernando Amaro, *Moçambique 1964-1974: As Comunidades Islâmicas, o Poder e a Guerra*. In *Africana*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade Portucalense, N.º 5, (Setembro de 1989), p.84. Já em 1959 se realizavam nas mesquitas do regulado do Nivale e Membra (Norte de Nacala) reuniões de propaganda anti-portuguesa, onde os oradores eram dignitários islâmicos provenientes do Tanganica (depois Tanzânia). In, BRANQUINHO, José Alberto Melo, *Prospecção das forças tradicionais - Distrito de Moçambique*, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, Lourenço Marques, 1969, Secreto. p. 398.

mento tendencial das massas islamizadas foi habilmente aproveitado pela subversão, tendo grande número de dignitários islâmicos a ela estado ligada, pois esta estimulava-os e utilizava-os na medida dos seus interesses<sup>68</sup>. Apoiando-se nos *Xehes* e *Mualimos*, os agentes subversivos accionavam a alavanca religiosa para a manipulação das lideranças nativas islamizadas, com vista à conquista da adesão das populações a elas sujeitas, obtendo assim receptividade favorável à entrada de grupos armados na segunda fase do processo subversivo<sup>69</sup>.

Para a mobilização das avultadas comunidades muçulmanas ter o êxito por parte de um Estado não confessional, é importante deter o conhecimento profundo dessas comunidades para, que o Poder seja capaz da transposição, quando em situação negocial com os polarizadores da respectiva força sócio-religiosa. Mas a eficiente concepção e o oportuno lançamento de operações de Acção Psicológica não são menos importantes. O Poder português não se podia permitir a erros nem, sobretudo, hiatos no faseamento daquelas operações<sup>70</sup>, pois, como não muçulmano, poderia ver-se em situação de “réu” perante essas comunidades.

Em Moçambique procurou-se conhecer, nomeadamente a partir de 1965, a teia muçulmana sunita e torná-la interlocutora das autoridades administrativas, pelo que ao nível dos Serviços de Centralização e

<sup>68</sup> Sabia-se ainda que algumas ligações clánicas Meto e, até 1967, certas hierarquias islâmicas na área de Maúa / Marrupa / Balama / Montepuez/ Mecúfi se permeabilizavam à FRELIMO e que a subversão alastrava no litoral, exercendo por exemplo constante pressão sobre os Suaflí, a Norte do Rio Messalo. MONTEIRO, Fernando Amaro, *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*, p. 342 e In COMANDO-CHEFE DE MOÇAMBIQUE, Relatório especial de Acção Psicológica” N.º 1/70, Confidencial.

<sup>69</sup> No desenvolvimento da guerra subversiva, em princípio, distinguem-se 2 períodos e 5 fases, de limites mal definidos, frequentemente indistinguíveis, e que são o período pré-insurreccional, que compreende a fase preparatória e a fase de agitação, e o período insurreccional, que compreende a fase armada (de terrorismo ou guerrilha), a de Estado Revolucionário e a fase final. O seu valor é relativo pelo que os conflitos devem ser estudados casuisticamente, pois a implantação das mesmas fases pode não ser simultânea, na totalidade do território-alvo, procurando, em todo o caso, respeitar a lógica do esquema e evitar ser detida na transição do estado pré-insurreccional para o insurreccional. In. GARCIA, Francisco, *Análise Global de uma Guerra (Moçambique 1964-1974)*. Ed. Prefácio, Lisboa, 2003, p. 117.

<sup>70</sup> MONTEIRO, Fernando Amaro, *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*, p. 296.



Coordenação de Informações (SCCIM)<sup>71</sup>, foi delineado um plano de Acção Psicológica específico para as comunidades muçulmanas. Aquele plano passava por quatro fases: **deteccção, captação, comprometimento e accionamento**<sup>72</sup>.

Este projecto arrojado, semelhante ao Congresso do Povo na Guiné, procurava promover como órgão interlocutor do Governo-Geral com as Comunidades Muçulmanas, a realização de um “Conselho de Notáveis”, pela via do qual se desencadeasse aquele envolvimento. Era necessária muita cautela e evitar factores de controvérsia nesta área tão sensível,

<sup>71</sup> Tinham como missão centralizar, coordenar, estudar, interpretar e difundir informações que interessassem à política, à administração e à defesa das respectivas Províncias. Estes serviços procediam à análise das informações de carácter estratégico e produziam estudos específicos. Efectuavam pesquisa, na medida do indispensável, exploratória (se urgente ou a requerer especial qualificação) do que sabiam pelas outras vias, e aberta (raríssimas vezes coberta). A sua informação não se destinava ao aproveitamento operacional tático. Todavia eram, em simultâneo, órgãos do Governo-Geral e do Comando-Chefe (com subordinação hierárquica e administrativa ao primeiro). Podemos detalhar sobre este assunto em GARCIA, Francisco, *Análise Global de uma Guerra (Moçambique 1964-1974)*. Ed. Prefácio, Lisboa, 2003, p. 239.

<sup>72</sup> Uma vez analisado o contexto cultural e as estruturas – «fase de deteccção», iniciada em 1965 –, seria necessário passar à fase da captação. Esta fase (desde 1967/1968 até 1972), passava por: 1º mostrar que o Poder conhecia e respeitava o Islão como religião revelada; 2º mostrar que o Poder se queria comunicar e sabia como e junto de quem fazê-lo momento a momento; 3º mostrar que o Poder queria reconhecer ao Islão moçambicano a sua importância sócio-religiosa, cultural e política, criando estruturas de consulta permanente ou estimulando a ampliada revelação da/s que, porventura espontânea/s, existisse/m já; 4º no seu desenvolvimento, explorar as ideias-força associadas entre si, de preservação da cultura muçulmana/difusão da Língua Portuguesa, divulgando a Administração textos islâmicos fundamentais em Português, com o aval dos quadros muçulmanos, identificando-os assim com a Administração Portuguesa. A fase de comprometimento visava dois níveis de objectivos: 1º conotar com a Administração e, activamente, contra a subversão todos os principais dignitários islâmicos do território, entrando em processo irreversível e arrastando as populações; 2º radicar nos demais a compreensão de que, se acaso emergindo do secundarismo e passando a primeiro nível, os esperava forçosamente a opção de 1º. Aqui, no auge da captação, o comprometimento = identificação deveria ser simultâneo para os elementos captados e para a massa, que, atenta, observava. Este era um momento de grande melindre. Era importante eliminar riscos de uma assumida consciência de força e de uma auto-estima por parte dos condutores das comunidades islâmicas moçambicanas, que tergiversassem para um dos dois riscos calculados: a adesão à subversão ou a retracção perante os acontecimentos. Na primeira eventualidade, os efeitos seriam incalculáveis, na segunda hipótese, a mais provável, evoluiriam para as sintomatologias afins da «nacionalidade de recurso». A 4ª e última fase deste plano dos SCCIM, o accionamento, envolveria activamente as populações islamizadas na luta contra-subversiva. Podemos detalhar mais em MONTEIRO, Fernando Amaro, ob. cit. pp. 303-311.

nomeadamente quando este conjunto de pessoas, que se sabia controlarem mecanismos de comunicação sócio-política vitais para a segurança, davam sinais de se aperceber estarem já sob controlo enquanto órgão potencial; era preciso não suscitar, sob pretexto algum, razão para que se invocassem a liberdade de consciência, o princípio do não-constrangimento ou o seu acrisolado sentido de escrúpulo religioso<sup>73</sup>.

No conjunto, o plano conseguiu que, exceptuando casos pontuais, os líderes do Islão moçambicano integrassem de forma assaz activa, entre 1968 e 1972, o esforço da resposta da Administração Portuguesa à subversão, após o que entraram em retracção até 25 de Abril de 1974. A partir daí, tendo-se apercebido do que iria acontecer em Setembro seguinte no Acordo de Lusaka, quiseram passar à acção. Mas as incoerências e hesitações das fontes de onde poderiam obter as armas e munições pretendidas levaram-nos a compreender que nada mais lhes restava senão aguardar o futuro. Muitos integrariam depois a “Resistência Nacional Moçambicana”, pelo menos até 1976 içando sempre que possível o pavilhão português (convertido em símbolo de contestação à FRELIMO).

No campo de acção sobre as populações, numa estratégia global de aproximação quer aos grupos etno-linguísticos e religiosos, quer às autoridades tradicionais, uma outra atitude importante na captação, foram as mensagens dos Governadores-Gerais, em 1968, 1969, 1970 e 1972, que colheram a maior satisfação nas Comunidades islamizadas<sup>74</sup>.

Também a Igreja contribuiu para uma aproximação entre as comunidades muçulmanas e o Poder, embora numa perspectiva distinta; a aproximação surgira a 6 de Setembro de 1966, com a “Carta Fraternal do Bispo de Vila Cabral, D. Eurico Dias Nogueira, ao Muçulmanos da

---

<sup>73</sup> Idem, p. 309.

<sup>74</sup> Depoimento do Dr. Baltazar Rebelo de Sousa em 24 de Maio de 1998. Não pode deixar de referir-se que o Governador-Geral, Baltazar Rebelo de Sousa, pronunciou a Sura de Abertura (*Al-Fâthia*) do Alcorão via rádio, na noite de 17 de Dezembro de 1968, cerca do termo do Jejum anual, fechando depois com a saudação ritual a Mensagem com que, pela primeira vez na História do Ultramar Português, aquele Poder se dirigia aos muçulmanos como tal e falando na linguagem dessa comunidade. Aquele governante projectava ainda como órgão interlocutor do Governo-Geral com as Comunidades Muçulmanas, a realização do Conselho de Notáveis. Ver a este propósito MONTEIRO, Fernando Amaro, *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*, pp. 305-309. e GARCIA, Francisco, *Análise Global de uma Guerra (Moçambique 1964-1974)*. Ed. Prefácio, Lisboa, 2003, p. 230.

sua Diocese”. O mesmo Prelado repetiria a actuação com a construção de uma mesquita geminada com uma capela e numa sessão da Comunidade Islâmica de Lisboa em Junho de 1970<sup>75</sup>.

As populações deixavam de ser espectadores, em nosso entender, e passavam a ser actores num teatro cujo pano de fundo era a disputa pelo seu controlo.

Na Guiné a actuação para a conquista da adesão das populações processou-se de forma diferente. Não havia um plano de Acção Psicológica específico para as comunidades muçulmanas, surgiam medidas avulso, eventualmente de oportunidade, mas inseridas no vasto programa contra-subversivo, “Uma Guiné Melhor”, desenvolvido pelo General António Spínola<sup>76</sup> enquanto Governador e Comandante Chefe das Forças Armadas da Guiné (de Março 1968 a Setembro 1973).

No campo de acção sobre as populações não pode deixar de se referir a realização dos Congressos do Povo na Guiné e o custear das despesas com a peregrinação a Meca de personalidades destacadas da comunidade islâmica e com a construção de mesquitas. O Estado procurou o aproveitamento pragmático dos muçulmanos e ganhar alguma autoridade, ou melhor, tentar obter, ou continuar a obter, os favores dos muçulmanos.

## Conclusão

Na análise comparativa efectuada, apercebemo-nos que o Islamismo, que é religião, moral, um sistema social, economia e política, e que encontra a sua expressão no conceito de *Umma* (comunidade integradora e integrada, sobreposta às idéias de Nação, Estado e Pátria), com

---

<sup>75</sup> Depoimento de D. Eurico Dias Nogueira em 24 de Agosto de 1998.

<sup>76</sup> A manobra psicológica preconizada pelo General Spínola visava exercer esforço na manutenção da adesão das populações sob controlo português, integrando-as no movimento da Guiné Melhor, através de acções de justiça social e de promoção sócio-económica, procurando abalar as populações que estivessem sob controlo do PAIGC e dos seus combatentes; as populações refugiadas nos países vizinhos e limítrofes. Podemos consultar sobre este assunto SPÍNOLA, António de - “O Problema da Guiné”. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970, SPÍNOLA, António de, *Exposição ao Conselho de Ministros*. Maio de 1969 e em GARCIA, Francisco, *Guiné 1963 – 1974: Os movimentos independentistas, o Islão e o Poder português*. Universidade Portucalense e Comissão Portuguesa de História Militar. Porto e Lisboa, 2000.

facilidade se expandiu por toda a África subsariana. Mas o *Dar al-Islam* (mundo muçulmano) não é homogêneo; as formas culturais e muçulmanas diferem, como os regimes políticos e os contextos sociais em que vivem populações, no caso presente, do Cacheu (Guiné) ao além-Zambeze (Moçambique).

Na Costa Oriental de África, a progressão islâmica, fez-se do mar para o interior e também ao longo da costa, acompanhando a pistas das caravanas, tendo chegado ao actual Moçambique no século VII. Por seu lado, o Islamismo alastrou de forma inversa em toda a senegâmbia; aqui foi do hinterland para a costa, acompanhando a expansão dos diversos impérios islamizados, empurrando o gentio para o mar, tocando a actual Guiné-Bissau no século XIII.

Na Guiné-Bissau, o Islão é essencialmente rural, confrariático, dos *marabus*; praticamente todos os muçulmanos pertencem a uma confraria, ou estão sob o respectivo accionamento; em Moçambique, estas só accionam cerca de 1/3 da população islamizada e a sua acção cinge-se mais à zona costeira.

As comunidades muçulmanas da Guiné e de Moçambique detiveram um papel muito particular na guerra desencadeada em 1963 pelo PAIGC e 1964 pela FRELIMO. Com efeito, a subversão servia-se ou procurava servir-se do Islamismo, constituindo aquele, em certas regiões, uma ameaça latente à soberania portuguesa, devido nomeadamente às suas ligações de subordinação com o estrangeiro, às implicações resultantes da essência da sua doutrina e à integração realizada através de laços clânicos e da actuação das confrarias. Contudo, as etnias islamizadas, em grande parte aliaram-se, quer na Guiné Bissau quer em Moçambique, ao Poder português; no fundo por conveniência, sem paralelamente deixar de constituir sinal de coerência, porquanto, sendo o Islão espiritualista o Islão, seria “contra-natura” a aliança com o recorte ideológico do PAIGC ou da FRELIMO. O interessante na análise do comportamento das massas islamizadas no conflito é o terem sido diferentes na Guiné e em Moçambique, reforçando a lição que das duas, na globalidade subversiva/revolucionária, se pode tirar: **em nenhum conflito, mormente desta natureza, se podem aplicar “Normas de Execução Permanentes” extraídas dos anteriores ou sequer dos concomitantes.**

Hoje a aliança das comunidades muçulmanas ao Poder persiste ou é procurada, e este Poder, apercebendo-se de que não se pode alhear da importância daquelas comunidades, que não pode ignorar o seu dinamismo, por vezes encarado como concorrente da política externa do Estado, também procura extrair os dividendos de tal maleabilidade.

## **Bibliografia e Fontes**

### **Monografias**

- AMARAL, Manuel Gama, *O Povo Yao – subsídios para o estudo de um povo do noroeste de Moçambique*. Lisboa. Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989.
- AMIJI, Hatim M., *La Religion dans les Relations Afro-Arabes: L'Islam et le Changement Culturel dans L'Afrique Moderne*, in *Les Relations Historiques et Socioculturels entre L'Afrique et le Monde Arabe de 1935 à nos Jours*, Unesco, Paris, 1984. pp. 107-140.
- BALTA, Paul, *L'Islam dans le Monde*. Paris: Ed. La Découverte et Journal le Monde, 1986.
- BARROS, João de e Couto, Diogo de, *Da Asia*, Lisboa, 1778.
- BARRY, B., *La Sénégambie du Xve au XIXe Siècle – Traite Nègrière, Islam et Conquête Coloniale*, Paris, Harmattan, 1998.
- BRENNER, L., *West African Suf – The religious heritage and spiritual search of Cerno Bokar Saalif Tall*. Londres, C. Hurst & Co., 1984.
- CAHEN, Michael, *Mozambique La Révolution implosée – études sur 12 ans d'indépendance (1975-1987)*. Paris: Éditions L'Harmattan, 1987.
- CARREIRA, António, *Mandingas da Guiné Portuguesa*. Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, n.º. 4, 1947.
- DESCHAMPS, Hubert, *Les Religions de l'Afrique Noire*. Paris. Coll. Que sais-je? - Presses Universitaires de France, 1965.
- ENES, António, *Moçambique*. 3ª ed. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1946. (Relatório apresentado ao Governo).
- FERREIRA, António Rita, *Fixação portuguesa e História pré-colonial de Moçambique*. Lisboa: Estudos, Ensaios e Documentos, N.º 142, Instituto de Investigação Científica e Tropical/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1982.
- GALHAGHER, Tom, *Portugal - A Twentieth Century Interpretation*, Manchester, University Press, 1983.

- GARCIA, Francisco, *Guiné 1963 – 1974: Os movimentos independentistas, o Islão e o Poder português*. Porto e Lisboa. Universidade Portucalense e Comissão Portuguesa de História Militar, 2000.
- GARCIA, Francisco, “Análise Global de uma Guerra (Moçambique 1964 – 1974)”. Ed. Prefácio, Lisboa, 2003.
- LAMAND, Francis, *La Sharia ou Loi Islamique*, in Paul Balta, *Islam, Civilisation et Sociétés*, Ed. du Rocher, Paris, 1991.
- Lewis, Ioan M., *O Islamismo ao Sul do Saara*, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1986.
- LOPES, Carlos, *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa. Ed. 70, 1982.
- MARTINEZ, Francisco Lerma, *O Povo Macua e a sua cultura*. Lisboa. Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989.
- MENDY, Peter Karibe, *Colonialismo Português em África: A Tradição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Bissau, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994.
- MOREAU, René Luc, *Africains Musulmans - les communautés en mouvements*. Abidjan e Paris Présence Africaine e Inades Editions, 1982.
- MOREIRA, Mendes, *Fulas do Gábu*, Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1946.
- MONTEIRO, Fernando Amaro, “A Guerra em Moçambique e na Guiné: Técnicas de Accionamento de Massas”, Curso de 6 Lições, Universidade Portucalense, Porto, 1989.
- MONTEIRO, Fernando Amaro, “O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)”, Universidade Portucalense, Porto, 1993.
- MOTA, Avelino Teixeira da, “Guiné Portuguesa”, I Volume, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1954.
- MOUHTADI, Najib, *Pouvoir et Religion au Maroc – essai d’histoire politique de la zaouïa*. Casablanca EDDIF, 1999.
- PAIGC, *História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde*. Porto. Ed. Afrontamento, Porto, 1974.
- SANTOS, Frei João dos, *Ethiópia Oriental*. Lisboa. Editora de Clássicos Portugueses, 1891.
- SOUSA, João Silva de, *Religião e Direito no Alcorão*. Lisboa. Ed. Estampa, Imprensa Universitária N.º 55, 1986.
- SPÍNOLA, António de, - “O Problema da Guiné”. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970,
- VEINSTEIN, Gilles, *Les Confréries*, in BALTA, Paul, *Islam Civilisation et Sociétés*. Paris. Ed. du Rocher, 1991.

## Publicações periódicas

- CARREIRA, António, *Duas Cartas Topográficas de Graça Falcão (1894-1897) e a Expansão do Islamismo no Rio Farim*. In “Garcia da Horta”, vol. II (n.º2): pp. 189 a 212, Lisboa, 1963.
- CARREIRA, António, *Evolução do Islamismo na Guiné Portuguesa*. In BCGP, Vol. XXI, n.º 84, Outubro de 1966. pp. 405 - 455.
- DIAS, Eduardo Costa, *Da’wa, política, identidade religiosa, e “invenção” de uma “nação”*. In, *África Subsariana, Multiculturalismo, Poderes e Etnicidades, Actas do Colóquio Internacional realizado no âmbito do Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura*. Faculdade de Letras e Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2002. pp. 45 – 68.
- DIAS, Eduardo Costa, *Estado, estruturas políticas tradicionais e cidadania. O caso senegâmbio*, in DIAS, Eduardo Costa e VIEGAS, José Manuel (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras. Celta. pp. 37-59.
- DIAS, Eduardo Costa, *Poder tradicional na Senegâmbia*, in, *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 1, Julho Dezembro 2001, Lisboa. pp. 27 - 52.
- MONTEIRO, Fernando Amaro, *Sobre a actuação da corrente “Wahhabita” no Islão moçambicano: Algumas notas relativas ao período 1964-1974*. In *Africana*. Porto: Centro de Estudos Africanos, Universidade Portucalense, N.º 12, (Março de 1993). pp. 85-111.
- VILHENA, Ernesto de, *A influência islâmica na Costa Oriental d’África*. In *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa: N.º 5 e 6, 24ª Série, Maio de 1906. pp. 133 - 147, 166 - 172.

## Fontes manuscritas e impressas

- BRANQUINHO, José Alberto Melo, *Prospecção das forças tradicionais – Distrito de Moçambique*, Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, Lourenço Marques, 1969, Secreto.
- COMANDO-CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS DA GUINÉ, Supintrep n.º 10, “Populações da Guiné”. Junho de 1971. Reservado.
- COMANDO CHEFE DAS FORÇAS ARMADAS DA GUINÉ, Supintrep n.º 11, “Religiões da Guiné”, Reservado, 27 Abril 1972.
- COMANDO-CHEFE DE MOÇAMBIQUE, *Relatório especial de Acção Psicológica* N.º 1/70, Nampula, Agosto de 1970. Confidencial.
- QUARTEL – GENERAL DA REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE, *Populações de Moçambique*, Supintrep N.º 22, Janeiro de 1967, Confidencial.

- QUARTEL – GENERAL DA REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE, *Panorama religioso de Moçambique*, Supintrep N.º 23, Janeiro de 1967, Confidencial.
- FREITAS, Romeu Ivens Ferraz de, *Conquista da adesão das populações*. Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique, Lourenço Marques, 1965. Reservado.
- MONTEIRO Fernando Amaro, *Linhas de Influência e de Articulação do Islão na Guiné Portuguesa, Sugestões para Apsic*, Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, Relatório para o Ministro, Lisboa, 16 de Junho de 1972. Secreto.
- QUARTEL GENERAL DA REGIÃO MILITAR DE MOÇAMBIQUE, *Panorama religioso de Moçambique*, Supintrep N.º 23, Janeiro de 1967. Confidencial.
- SPÍNOLA, António de, *Exposição ao Conselho de Ministros*, - Maio de 1969.

### **História oral: depoimentos**

- Baltazar Rebelo de Sousa – Lisboa, 24 de Julho de 1998. De 1968 a 1970 foi Governador Geral de Moçambique, a partir de Outubro de 1973 foi Ministro do Ultramar. Era consultor de empresas quando foi entrevistado.
- D. Eurico Dias Nogueira – Maputo, 24 de Agosto de 1998. Foi Bispo de Vila Cabral (1964-1972). Era Arcebispo Primaz de Braga quando foi entrevistado.



## **"PROTEGER OS PRETOS": HAVIA UMA MENTALIDADE REFORMISTA NA ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA NA ÁFRICA TROPICAL (1926-1961)?<sup>1</sup>**

Alexander Keese<sup>2</sup>

### **Introdução**

A brutalidade do sistema colonial português não é hoje contestada, pelo menos no discurso historiográfico internacional. Já o grande trabalho de Gerald Bender comparou a retórica dos políticos e administradores portugueses em Angola com as práticas da repartição do solo e da assimilação. No Norte da província e no planalto de Huíla, as populações indígenas foram desalojadas em benefício de colonos europeus. O mito lusotrópico da assimilação generosa na colectividade lusitana jamais se realizou (Bender, 1978: 148-149 e 212-213). Com o estabelecimento do Estado Novo, desapareceu ainda a tendência para a formação duma elite luso-africana que contribuiria, nas colónias, para a mediação entre a administração portuguesa e as autoridades rurais – típica do século XIX, como Jeanne-Marie Penvenne demonstrou na pessoa de João dos Santos Albasini, mestiço, funcionário português e parente dos chefes Rongas no Sul de Moçambique (Penvenne, 1996: 442, veja também 425). A cultura forçada de plantas para a utilização industrial era um traço marcante da administração portuguesa, visando vantagens para as empresas de produção na metrópole e usando a repressão como instrumento, desprezando a procura dos produtores negros livres, que não foi considerada antes dos anos 50 (Pitcher, 1993:

---

<sup>1</sup> Os meus agradecimentos a Miguel Ângelo Conde Silveira e Daniel Gameiro Francisco, e, relativamente ao apoio "logístico", aos Professores Jaime Reis e Christian Windler.

<sup>2</sup> Universidade de Friburgo, Alemanha.

196-197). Allen Isaacman e Arlindo Chilundo mostraram que o sistema – em particular o do algodão em Moçambique – estava baseado na brutalidade das milícias dos cipaios e na colaboração dos regedores tradicionais, que afectava massivamente a população indígena nestas zonas (Isaacman/Chilundo, 1995: 163). Isaacman, relativamente à Província de Niassa, e R.M. Gentili, relativamente a Cabo Delgado, evidenciaram a relação entre o descontentamento dos agricultores negros e as primeiras revoltas em Moçambique, a partir dos anos 50 (Gentili, 1991: 166). Uma tese tão abrangente não pode ser proposta para Angola<sup>3</sup>, já que a documentação recentemente tornada acessível, apresentada no Gabinete dos Negócios Políticos do antigo Ministério do Ultramar parece mostrar que a rebelião no Norte da província, em 1961, representava também a radicalização duma seita sincretista e não exclusivamente um movimento de protesto contra as condições de trabalho<sup>4</sup>. A Guiné-Bissau parece assemelhar-se mais ao caso de Moçambique, embora Peter Karibe Mendy construa um pouco artificialmente a relação entre a resistência tradicional no século XIX e a resistência moderna na colónia ocidental de África (Mendy, 1994: 293-294).

Por outro lado, raramente encontramos estudos que tematizem as perspectivas dos responsáveis portugueses sobre a evolução nos territórios com suficiente propriedade. Haveria uma mentalidade reformista, pelo menos numa parte dos administradores? E será possível perceber uma lenta liberalização nas suas atitudes?

A maior parte da historiografia portuguesa dos últimos anos não contribuiu para esclarecer esta questão. As respostas dadas orientam-se frequentemente para o mito lusotrópico, sem tentar verificar ou não as suas hipóteses. Assim, Adelino Almeida viu a extensão do sistema

---

<sup>3</sup> Pelo menos no caso da revolta no Distrito do Congo, em março de 1961. Aida Freudenthal demonstrou que relações de trabalho e sublevação são causas mais prováveis na Baixa do Cassange, zona concessionária da empresa Cotonang para a cultura de algodão, onde a população se revoltou isolamente, em Janeiro de 1961. Veja Freudenthal, 1995-1999: 250.

<sup>4</sup> Veja, por exemplo, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) MU/GM/GNP/135/Cx. 39, Administrador Hêlio Augusto Esteves Felgas, Ofício do Governo do Distrito do Congo para o Director dos Serviços de Administração Civil (sem número), 25-09-1956: 1-2 e Nogueira, Chefe do Posto do Bungo, transmitido ao Governo Geral de Angola (sem número), 23-07-1957: 1.

escolar em Moçambique como medida generosa do poder colonial, tratando como iguais alunos africanos e metropolitanos (Almeida, 1987: 49). O mesmo argumento tece Maria da Luz Ferreira de Barros, ao descrever os projectos de saúde e dos serviços sociais sob o Ministro Adriano Moreira, argumento que retoma apenas a retórica oficial (Barros, 1994: 44-45). Ferreira Gonçalves afirma que o Acto Colonial exprimia o respeito para com os interesses dos africanos negros e que as populações locais participavam já suficientemente na eleição dos gémios territoriais (Gonçalves, 1999: 219 e 222).

É surpreendente verificar como estes estudos pouco se esforçaram por sair do campo das estatísticas oficiais e para basear as suas asserções em documentos dos próprios administradores. Gostaríamos de preencher este vazio, utilizando a enorme massa de documentos inexplorados, em particular dos arquivos portugueses, sobre Angola onde tem sido feito menos trabalho que sobre Moçambique, de onde provém a maioria da documentação sobre a perspectiva das populações africanas. A facilidade de acesso aos documentos dos arquivos portugueses varia consideravelmente, e apenas uma selecção de documentos do Arquivo Oliveira Salazar pode ser tratado, onde se encontram, exclusivamente, - documentos previamente seleccionados pelo gabinete do ditador. Os fundos do gabinete dos negócios políticos do Ministério do Ultramar existem só depois 1959, facto que limita a sua relevância. Apesar de haver uma grande parte de fundos não classificados nem acessíveis, parece-nos possível mostrar a evolução da mentalidade administrativa, apoiando-nos em casos exemplares. Em particular, é abundante a documentação relativa a situações em que dois participantes dum contencioso administrativo contactam uma instância mais alta, como o Ministro ou mesmo Salazar. A maneira como estes contenedores apresentavam a importância do bem-estar das populações negras permite dizer que as suas convicções não conseguem ocultar-se por detrás da retórica do mito luso-tropical. Em articulação com outros documentos dos fundos do Arquivo Nacional e do Arquivo Histórico Ultramarino, fornecem uma base suficiente para seguir uma evolução que Gervase Clarence-Smith, na sua grande obra, só conseguiu insinuar (Clarence-Smith, 1985: 181-182).

## 2. Proteger os “pretos”: Governadores Gerais num período de exploração (1939-1945)

Durante os anos trinta, o bem-estar das populações africanas não aparece como tema das iniciativas coloniais portuguesas, que se restringiram ao melhoramento da situação económica dos territórios ultramarinos. Esta atitude verifica-se, tanto ao nível dos sectores mais elevados da administração, como para os funcionários de escalão mais baixo. Por um lado o famoso Governador Geral de Angola do período republicano, Norton de Matos, embora no mesmo modo autoritário dos seus sucessores do Estado Novo<sup>5</sup> (Bender, 1978: 207; compare Mateus, 1999: 48), foi, no ponto de vista dos administradores críticos, “o único homem que trabalhou e se interessou pela Colónia”<sup>6</sup>, tentando investir nas suas infra-estruturas (Newitt, 1981: 79). Todavia, não argumentou com a situação dos habitantes negros de Angola quando foi atacado pelos seus adversários do novo regime, que tentam desacreditá-lo retrospectivamente<sup>7</sup>. De igual modo, um administrador sem influência como o intendente de Cabinda, caído em desfavor do novo Governador Geral Bento Roma durante as turbulências da revolta do coronel Gemipro em Luanda, e que criticava abertamente os privilégios das empresas belgas na enclave, também não se interessava pelo nível de vida das populações africanas<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> Por exemplo, Norton de Matos advertia, pelo menos em privado, para uma evolução das forças armadas portuguesas na direcção da formação de “sovietes” de oficiais, muitos anos antes disso representar qualquer problema do ponto de vista do Estado-Maior do regime, ANTT AOS/CO/UL-9B, Telegrama de Gabriel Teixeira, Governador Geral de Moçambique, a Teófilo Duarte, Ministro das Colónias (nº 30/CIF), 25-1-1949.

<sup>6</sup> ANTT AOS/CO/UL-62/3, J. Marques (Intendente de Fronteira de Cabinda) a Gonçalves (sem número), 2-4-1930: 5.

<sup>7</sup> ANTT AOS/CO/UL-8G, Norton de Matos a Oliveira Salazar, Ministro das Colónias interino (sem número), 16-2-1930: 1-3, respondendo ao ataque público do Ministério do Ultramar no “Diário das Notícias”, veja ANTT AOS/CO/UL-8G, Ministério das Colónias, [Resposta] (sem número), 21-11-1930: 2.

<sup>8</sup> ANTT AOS/CO/UL-62/3, J. Marques, Secretário do Governo do Distrito de Zaire, a Gonçalves (sem número), 04-06-1930. Sobre as perturbações em Luanda, em 1930, compare ANTT AOS/CO/UL 62/3, *Relatórios sobre os acontecimentos de Luanda* (sem número), 09-04-1930: 19.

A perspectiva que a administração conservava dos “pretos” é bem patente na apreciação, relativamente liberal, de dois inspectores da Companhia do Fomento Geral em inspecção no distrito de Bié, em Angola: fazer pressão sobre o “preto [que] não gosta de trabalhar e só produz quando a isso é obrigado por qualquer motivo de força maior” e assegurar que trabalhadores ficassem no distrito<sup>9</sup>.

Esta forma de discurso mudou quando os responsáveis nas províncias começaram a perceber que a situação dos indígenas era insuportável. Ou seja, quando se chegou a uma situação de exploração extrema, dado o objectivo de ganhar o máximo em termos económicos, durante Segunda Guerra Mundial.

As consequências das tentativas portuguesas para dirigir a produção nas colónias, fixando os preços para produtos de exportação e as modalidades de aquisição, são ainda controversas. Os resultados são evidentes nas zonas de cultura obrigatória, em particular do algodão em Moçambique, onde a degradação do nível de vida dos cultivadores era imensa (Clarence-Smith, 1985(a): 183; Isaacman, 1985: 31-32; Isaacman/Isaacman, 1983: 42; Cruz e Silva, 1998: 225). A situação era mais ambígua nas regiões de livre cultivo. Gervase Clarence-Smith argumentou que nestas zonas muitos indígenas rurais puderam melhorar a sua situação económica, especialmente na Guiné-Bissau, onde as fronteiras estavam próximas e por isso a possibilidade de fugir era grande (Clarence-Smith, 1985(b): 320). Philip Havik, pelo contrário, mostra que também relativamente à pequena colónia da África Ocidental, uma conferência de administradores criticou severamente a exploração ilegal dos agricultores na região (Havik, 1995-1999: 128). Analisaremos o caso de Angola, onde a sobrecarga que recaía sobre a população indígena preocupava a administração territorial, conduzindo-a a um conflito aberto com o Ministro do Ultramar.

A situação da província no ano de 1941 era muito peculiar. Cercada de colónias dos Aliados, os responsáveis da defesa do território tiveram medo duma invasão das forças vizinhas. O chefe do estado-maior, Major Joviano Lopes, informou o Ministro do Ultramar que considerava

---

<sup>9</sup> ANTT AOS/CO/UL-8B, A. Cardoso Martins e Menezes Macedo a Administração da Companhia do Fomento Colonial, *Relatório: Viagem de Estudo a Angola* (sem número) [1939]: 8-9.

perigosa a suposição belgas e franceses livres, segundo a qual Angola seria uma base para a influência de Berlim elaborada pelos, por intermédio da população alemã aí residente. Julgou provável um ataque preventivo das tropas belgas do Congo<sup>10</sup>. A mesma preocupação foi comunicada ao Governador Geral, Manuel da Cunha e Costa Marques Mano, pelo Tenente Guilherme de Azevedo, a respeito de uma conspiração dos separatistas angolanos juntamente com os belgas<sup>11</sup>. Assim, a administração colonial preocupou-se em não provocar rebeliões dos indígenas, afim de não dar aos vizinhos motivo para intervir.

Os preços dos produtos agrícolas causavam perturbações, em particular no norte da colónia. Em Vila Nova de Famalicão, houve mesmo uma sublevação das populações rurais. A diminuição do rendimento da venda do milho chegou a tal extremo que já não era suficiente para pagar o transporte até ao mercado. O Governador Geral, de Abreu Soto-Maior, queixou-se ao Ministro das Colónias, Vieira Machado, exortando-o a reagir rapidamente, visando um melhoramento das remunerações. "Baixa cotação causará abandono progressivo cultura milho", comentou Abreu e resumiu: "Semelhantemente todos productos africanos"<sup>12</sup>.

A resposta do Ministro foi negativa. As margens dos preços tinham sido fixados pela Junta dos Cereais, preços que Vieira Machado julgou razoável para a venda completa dos produtos com vantagem para a Metrópole<sup>13</sup>. Abreu aceitou forçadamente a decisão do Ministro efectuar a compra total dos produtos agrícolas pela Junta, mesmo a preço baixo. Assim, o bem estar das populações locais foi rapidamente esquecido. Mas Abreu acrescentou que o seu governo não queria pagar todos os custos relativos aos serviços de transporte<sup>14</sup>. Vieira recusou simples-

<sup>10</sup> ANTT AOS/CO/UL-62/12, Major Joviano Lopes (Chefe Estado-Maior de Angola), *Boletim de Informações: Actividades nos Territórios Visinhos das Fronteiras de Angola, Setembro de 1941* (sem número), 20-09-1941: 10.

<sup>11</sup> ANTT AOS/CO/UL-62/13, Tenente E. Guilherme de Azevedo a de Abreu Soto-Maior, Governador-Geral de Angola (sem número), 31-08-1941: 28bis.

<sup>12</sup> ANTT AOS/CO/UL-62/12, Telegrama de Abreu Souto-Maior a Vieira Machado (Proc. 32/1; n° 242), 29-08-1941.

<sup>13</sup> ANTT AOS/CO/UL-62/12, Telegrama de Vieira Machado a de Abreu Souto-Maior (Proc. 32/1, n° 272), 10-09-1941.

<sup>14</sup> ANTT AOS/CO/UL-62/12, Telegrama de Abreu Souto-Maior a Vieira Machado (Proc. 32/1; n° 252), 10-09-1941: 2.

mente a discussão, sublinhando que desejava continuar a sua linha económica sem factos novos<sup>15</sup>.

O Governador Geral protestou em vão. Insistiu em que não compreendeu a razão pela qual o preço fixado pela Junta seria o único justificado. A baixa cotação coincidiu com uma défice na colheita de cereais, de forma que os agricultores acabariam por receber uma pequena remuneração pelos seus esforços<sup>16</sup>. A Colónia perdia ainda nas receitas recebidas pela exportação dos produtos agrícolas<sup>17</sup>. O procedimento não foi contudo mudado.

O tratamento das populações indígenas ressurgiu como problema mais acentuado dois anos mais tarde, num conflito entre o novo Governador Geral, Freitas Morna, e Vieira Machado, Ministro das Colónias<sup>18</sup>. O governador geral e o seu superior discordavam em vários pontos. Os subsídios para as famílias dos administradores foram debatidos da mesma forma que um pretensioso desperdício de gasolina<sup>19</sup>. Então, o Ministro manifestou-se em desacordo com as propostas de Freitas Morna relativamente a um processo disciplinar contra alguns engenheiros, bloqueando a nomeação do juiz escolhido por Freitas como Procurador Geral de Angola, Mota Carneiro, e transferindo-o para Moçambique<sup>20</sup>. Além destes motivos de litígio interno, houve ainda complicações internacionais resultantes da guerra<sup>21</sup>.

<sup>15</sup> ANTT AOS/CO/UL-62/12, Telegrama de Vieira Machado a de Abreu Souto-Maior (Proc. 32/1, n° 292), 24-09-1941.

<sup>16</sup> ANTT AOS/CO/UL-62/12, Telegrama de Abreu Souto-Maior a Vieira Machado (Proc. 32/1; n° 274), 24-09-1941: 1.

<sup>17</sup> *Ibid.*: 3.

<sup>18</sup> Que a posição de Freitas se preocupava com o bem-estar das populações indígenas, é ainda o que sublinha o serviço secreto francês D.G.E.R., quando relatou a destituição de Freitas, por suposta razão de doença. Veja Centro dos Arquivos do Ultramar (C.A.O.M.), Aix-en-Provence, FM 1AfiPol/362, D.G.E.R., *Bulletin des Renseignements: Angola, Economie - L'économie dirigée en Angola* (n° E/823/212/D/598), 26-12-1944.

<sup>19</sup> ANTT AOS/CO/UL-8G/6, Telegrama de Freitas Morna a Vieira Machado (71/CIF), 25-01-1943, e Telegrama de Vieira Machado a Freitas Morna (56/CIF), 25-01-1943, sobre as subvenções; Telegrama de Vieira Machado a Freitas Morna (113/CIF), 17-02-1943, e Telegrama de Freitas Morna a Vieira Machado (195/CIF), datado do 03-02-1943, Março 1943, sobre a dissipação de gasolina.

<sup>20</sup> ANTT AOS/CO/UL-8G/6, Telegrama de Vieira Machado a Freitas Morna (121/CIF), 17-02-1943 e Telegrama de Freitas Morna a Vieira Machado (154/CIF), 19-02-1943, sobre a transferência dos engenheiros; Telegrama de Vieira Machado a Freitas Morna (sem número), 19-03-1943, e Telegrama de Freitas Morna a Vieira Machado (sem número), 22-03-1943, sobre Mota Carneiro.

<sup>21</sup> Veja, entre outros, ANTT AOS/CO/UL-8G/6, Telegrama de Freitas Morna a Vieira Machado (166/CIF), 21-02-1943, e Telegrama de Vieira Machado a Freitas Morna (165/CIF), 02-03-1943.

O conflito agravou-se quando o Ministro das Colónias cessou de cooperar com Freitas durante uma visita a Angola, comunicando directamente com administradores subalternos<sup>22</sup>. O Governador Geral defendeu-se escrevendo ao Presidente do Conselho, para pedir apoio contra o Ministro. A acção foi mal apreciada, tendo Freitas sido demitido algumas semanas mais tarde<sup>23</sup>.

No seu relatório ao Presidente do Conselho, Freitas Morna escolheu argumentos que teriam sido impensáveis dez anos mais cedo. Como os seus predecessores, Freitas Morna acentuou também a sua contribuição para a melhoria das infra-estruturas na colónia<sup>24</sup>. Mas sublinhou além disso o seu esforço para o bem estar dos indígenas. A sua opção por medidas de higiene e alimentação eram ainda temas habituais de discussão, tendo em vista um maior povoamento das áreas rurais. A mesma coisa para a construção de maternidades e a formação das mães, que já figuravam noutros relatórios<sup>25</sup>. Porém, Freitas Morna criticou directamente a situação das relações de trabalho. Afirmou ter preparado uma melhoria da segurança das populações indígenas. Freitas prosseguiu também a assistência para os habitantes das regiões pobres de Cuanhama, embora a protecção dos vaqueiros da etnia dos Ovambos não fosse considerada, assumindo a vida dos nómadas como primitiva<sup>26</sup>. Mas atacou vivamente a falta de respeito das administrações anteriores para com os interesses locais dos indígenas, que os forçavam a trabalhar em regiões distantes:

'Assim, o recrutamento de pessoal nas regiões mais populosas fazia-se intensamente sem se cuidar das necessidades locais, tirando deles trabalhadores em regimen de contrato de um a três anos para centenas e até milhares de quilómetros de distância, do planalto para o litoral, e até para as indústrias de pesca homens que nunca tinham visto o mar, vindo a faltar nessas mesmas regiões, algumas muito ricas, os braços para a cultura do indígena de conta própria e até, por vezes, para as actividades locais'.

---

<sup>22</sup> ANTT AOS/CO/UL-8G/6, de Freitas Morna a Salazar (sem número), 22-03-1943: 21-22.

<sup>23</sup> ANTT AOS/CO/UL-8G/6, Telegrama de Freitas Morna a Vieira Machado (sem número) 21-08-1943: 4.

<sup>24</sup> ANTT AOS/CO/UL-8G/6, de Freitas Morna a Salazar, 22-03-1943: 17-18.

<sup>25</sup> ANTT AOS/CO/UL-8G/6, de Freitas Morna a Salazar, 22-03-1943: 11.

<sup>26</sup> ANTT AOS/CO/UL-8G/6, de Freitas Morna a Salazar, 22-03-1943: 9.



Neste contexto, visou ainda o comportamento dos administradores corruptos:

'Os agricultores europeus protestavam por falta de braços, as autoridades administrativas viviam em dificuldades e sem possibilidade de fornecer êsses braços - à mistura cometendo alguns as suas arbitrariedades.'<sup>27</sup>

Em particular, Freitas foi uma das poucas pessoas que se atreveu a criticar abertamente a política escandalosa, mas habitual, de forçar os indígenas a trabalhar em São Tomé, em circunstâncias que lembravam a escravidão:

'Posso garantir a Vossa Excelência que se deu o facto concreto, de autoridades entregarem nos portos de mar aos engajadores, "voluntários" para S. Tomé com os pulsos amarrados por cordas, ao abrigo de autorizações superiores.'<sup>28</sup>

A sua opinião era a de que deveria ser o melhoramento das linhas de transporte a diminuir os preços dos produtos e não a insistência em remunerações miseráveis para os produtores<sup>29</sup>. Já antes, Freitas mostrava inquieto com as tentativas do Ministro do Ultramar de baixar ainda mais as cotações a pagar pelos produtos angolanos, e protestou, dizendo que essa medida poria em perigo qualquer preço justo para os indígenas<sup>30</sup>. Nem o ditador, nem o Ministro do Ultramar, aceitaram os seus argumentos. Mas o facto de os dois altos oficiais seguintes na província se interessarem pelas condições de vida das populações negras demonstra uma mudança. Esta mudança foi ainda constatada por um observador e alto funcionário estrangeiro que tinha uma grande experiência das práticas portuguesas. O cônsul de França em Luanda, antigo cônsul em Bissau, Babelon, relatou ao Ministro Francês dos Negócios Estrangeiros em 1948 que de facto existia uma nova tendência na administração portuguesa para melhorar a situação das populações africanas, mas que esta tendência teria muitas dificuldades em se

<sup>27</sup> ANTT AOS/CO/UL-8G/6, de Freitas Morna a Salazar, 22-03-1943: 13-14.

<sup>28</sup> ANTT AOS/CO/UL-8G/6, de Freitas Morna a Salazar, 22-03-1943: 16.

<sup>29</sup> ANTT AOS/CO/UL-8G/6, de Freitas Morna a Salazar, 22-03-1943: 8.

<sup>30</sup> ANTT AOS/CO/UL-8G/6, Telegrama de Vieira Machado a Freitas Morna (75/CIF), 30-01-1943 e Telegrama de Freitas Morna a Vieira Machado (191/CIF), 02-03-1943.

impor<sup>31</sup>. Continuava a tratar-se de considerações de menor importância e não duma renúncia à exploração das sociedades indígenas. Mas esta transformação do discurso preparava lentamente uma evolução nos anos cinquenta, quando também as camadas intermédias da administração aceitaram progressivamente uma perspectiva liberal para as populações africanas. Uma tal perspectiva já se detecta na posição de Carlos Henrique Jones da Silveira, Inspector Superior dos Negócios Indígenas, redigindo a resposta do Ministério a pedido do Governo brasileiro. Jones da Silveira não renunciou a uma crítica massiva da situação económica das populações africanas, situação a corrigir imediatamente:

‘O que é mais doloroso de constatar, é que esta posição de desequilíbrio do valor do trabalho do indígena parece ter-se agravado nos últimos tempos, o que bem se pode ajuizar, libertando-os das variações da moeda, se representarmos num pormenor que posso documentar, segundo o qual em determinado ponto de Moçambique e há 40 anos, se pagava de salário por dia ao preto um metro de riscado, tecido de algodão, e que hoje um metro do mesmo tecido custa ali à volta de 15\$00 e o salário mensal anda por 40\$00, o que mesmo deduzindo a alimentação que nesses tempos nada custava, dá ideia do abaixamento sofrido pelo valor do trabalho do homem.’<sup>32</sup>

Mas o Inspector Superior esclareceu também que uma posição inteiramente liberal era, na sua opinião, impossível, ambivalência que só lentamente, nos anos 50, iria desaparecer:

‘Mão de obra "escrava" ou "semi-escrava" não existe nas nossas colónias, mas temos ainda a necessidade de impelir para hábitos de trabalho povos semi-bárbaros que assim algumas vezes são contratados sem ser da sua espontânea [sic!] iniciativa ou vontade. De resto, o indígena vive em permanência com a inteira liberdade de dispôr de si mesmo.’<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> Ministério dos Negócios Estrangeiros (MAE), Paris, Direcção Africa-Levante, Possessões Portuguesas, 3, Babelon a Bidault (n° 234/AL/48), 12-06-1948: 11-12.

<sup>32</sup> ANTT AOS/CO/UL-62, Carlos Henrique Jones da Silveira, *Parecer* (sem numero), 21-03-1949: 3.

<sup>33</sup> ANTT AOS/CO/UL-62, Jones da Silveira, *Parecer*, 21-03-1949: 1.

### **3. Impedir os exploradores: administradores contra concessionários e sistemas económicos opressivos**

A mudança dos anos 40 amplificou-se na década seguinte, com a tendência para respeitar cada vez mais os interesses das populações africanas ou, pelo menos, os aspectos que estavam conotados com os seus interesses reais. A tendência era passar duma retórica nova à acção prática por parte dum grupo de administradores nas circunscrições. Isto é, antes de mais, visível nas grandes províncias de Moçambique e Angola, onde a documentação relativa ao funcionário Hélio Augusto Esteves Felgas é particularmente rica.

A vontade de melhor proteger lê-se no ajustamento de alguns regulamentos do trabalho indígena. Os curadores gerais dos negócios indígenas defendiam que a alimentação saudável dos trabalhadores negros fosse rigorosamente controlada, e que as excepções - antes - quase normais - fossem restringidas<sup>34</sup>.

Um relatório minucioso do Ministro do Ultramar de 1947, Teófilo Duarte, demonstra bem que esta política local portuguesa não era motivada pelo medo de se ser atacado por uma rebelião indígena, o qual iria evidentemente motivar boa parte do reformismo português após o início da guerra em Angola. Na perspectiva de Duarte, só a oposição republicana punha tal problema, mas esta era uma questão entre portugueses europeus. Enquanto o “saneamento político” verificado neste campo acalmava a administração colonial, o perigo da população negra nem sequer era discutido<sup>35</sup>.

Mais frequentes eram agora os casos em que administradores bastante benévolos mostravam coragem de se opor aos abusos das grandes empresas. Mesmo a Companhia das minas DIAMANG foi avisada. Este monopolista da maior extracção de diamantes na província do Congo, em Angola, foi louvado, também por observadores estrangeiros, pelo seu esforço na luta contra as doenças e pela alimentação dos seus trabalhadores<sup>36</sup>. Em 1948, defendeu-se contra as tentativas do Governo

---

<sup>34</sup> ANTTAOS/CO/UL-9B/11, Província de Moçambique, Repartição Central dos Negócios Indígenas, Curador Geral, A. de Gouveia e Melo, *Alimentação para o Pessoal Indígena* (Publicado no Boletim Oficial n.º 25 - III Série de 20-06-1953): 6.

<sup>35</sup> ANTT AOS/CO/UL-19, Duarte a Salazar (sem número), 01-11-1947: 33-35.

<sup>36</sup> MAE, Direcção África-Levante, Babelon a Schuman (n.º 164/AL/49), 03-08-1949: 3.

de Angola de nacionalizar uma parte da extracção dos minerais com o argumento de que não só salvaria o orçamento da colónia com os seus empréstimos e as suas contribuições fiscais, como também implementaria infraestruturas materiais, convencendo assim o procurador do Estado<sup>37</sup>. Em 1951, a situação já tinha mudado. O chefe do gabinete do Governo Geral de Angola, J.A. da Silva Carvalho, acusou a administração da empresa de pressionar os trabalhadores indígenas para aceitarem contratos de longa duração - 18 meses e mais - estando distantes das suas regiões de origem e sem salários em conformidade<sup>38</sup>. Concluiu mesmo face aos relatórios de diferentes circunscrições do Congo Português que a popularidade das condições de trabalho de DIAMANG tinha desaparecido há muito:

‘Os indígenas não aceitam voluntariamente o contrato para a Diamang como aliás o não aceitam, na generalidade, para qualquer outra empresa. Mas para a Diamang a resistência é maior, por o contrato ser longo e o salário inferior.’<sup>39</sup>

Do mesmo modo, o governo de Moçambique começou a retirar partes da concessão à Companhia de Moçambique, visto a empresa descurar o bem-estar dos indígenas nas suas terras e só estar interessada na exploração destas populações<sup>40</sup>.

Pelo exemplo do Distrito do Congo, no norte de Angola, podemos mesmo mostrar que a acção de alguns administradores correspondia a uma mentalidade mais reformista. Interrogado pelo seu Governador Geral, Sá Viana Rebelo, o administrador Hélio Augusto Esteves Felgas protestou contra as acusações da Liga dos Direitos Humanos relativas à sua província. Só a situação do trabalho semi-forçado na construção das estradas representaria um tal problema, a seu ver, mas Esteves

<sup>37</sup> ANTT AOS/CO/UL-22/2, Direcção de DIAMANG a Teófilo Duarte, Ministro do Ultramar (nº 28/G), 15-07-1948: 13-14; ANTT AOS/CO/UL-22/2, José Osório, Ajudante do Procurador Geral de Angola, *Informação: Companhia dos Diamantes de Angola* (sem número), 10-11-1949: 1.

<sup>38</sup> ANTT AOS/CO/UL-61/3, J.A. da Silva Carvalho, Chefe do Gabinete do Governo Geral de Angola a Sarmiento Rodrigues, Ministro do Ultramar, *Informação* (nº. 34/Extra/1951), 15-03-1951: 4-5.

<sup>39</sup> ANTT AOS/CO/UL-61/3, J.A. da Silva Carvalho a Sarmiento Rodrigues, *Informação* (nº. 34/Extra/1951), 15-03-1951: 7.

<sup>40</sup> ANTT AOS/CO/UL-22/3, Direcção da Companhia de Moçambique a Sarmiento Rodrigues, Ministro do Ultramar (sem número), 1955: 3.

Felgas já tinha tentado garantir uma mecanização suficiente e salários ajustados para este sector. O administrador viu uma agitação de círculos angolanos emigrados em Leopoldville como responsável pelos rumores<sup>41</sup>. Parece indubitável que Esteves Felgas se esforçou por resolver o problema da falta duma infraestruturas de saúde e educação<sup>42</sup>. No mesmo relatório nomeou também como objectivo a protecção das terras dos indígenas e um pagamento justo para o seu trabalho na agricultura, completado por uma modernização dos métodos agrários<sup>43</sup>. Esteves Felgas considerou do mesmo modo os sobas, os chefes tradicionais, como elementos indispensáveis da organização rural, mas acentuou que a administração, especialmente de alta graduação, era obrigada a controlar detalhadamente o tratamento das populações por estes régulos<sup>44</sup>. Como outros administradores bem informados, o administrador do Congo ainda contou com os elementos tradicionais, além duma função mais importante de agricultores assimilados<sup>45</sup>. Ele fez, por isso, intervir o administrador Manuel Martins contra a subida ao trono dum pretendente a rei do Congo, porque este seria contra os costumes tradicionais. Mas, após tudo, as suas práticas tendiam para uma liberalização visível do regime colonial:

‘É absolutamente necessário suprimir as fontes de possível e justo descontentamento dos indígenas e dos assimilados.’<sup>46</sup>

---

<sup>41</sup> AHU MU/GM/GNP/135, Cx. 35, H. Augusto Esteves Felgas a Sá Viana Rebelo, Governador Geral de Angola (n° 59/GAB/Sec), 01-08-1957: 3.

<sup>42</sup> AHU MU/GM/GNP/135, Cx. 35, Esteves Felgas, *Distrito do Congo, Orçamento, Receitas e Despesas: Subsídios Indispensáveis ao Distrito e aos Corpos Administrativos* (sem número), sem datação [1957]: 7.

<sup>43</sup> AHU MU/GM/GNP/135, Cx. 35, Esteves Felgas, *Distrito do Congo: Relatório, 1957 - Elementos pedidos pelo Exm° Professor Joaquim da Silva Cunha* (sem número), sem datação [1957]: 2.

<sup>44</sup> Compare o estudo de Eve Crowley sobre as dificuldades dos administradores portugueses no contexto local do distrito de Cacheu de Guiné, que tiveram de orientar-se relativamente às regras tradicionais que eram diferentes, variando conforme o caso respeitante, em Crowley, Eve ‘Chefes de posto e chefes da terra: dinâmicas de dominação e autodeterminação na região de Cacheu’ em: Soronda, vol. 15, 1993, p. 97-138: 114.

<sup>45</sup> AHU MU/GM/GNP/135, Cx. 35, Esteves Felgas, *Distrito do Congo, Estradas - Ordem Pública e Tranquilidade Social* (sem número), sem datação [1957]: 2.

<sup>46</sup> AHU MU/GM/GNP/135, Cx. 35, Esteves Felgas, *Distrito do Congo: Relatório, 1957 - Elementos pedidos pelo Exm° Professor Joaquim da Silva Cunha* (sem número), sem datação [1957]: 1-2.

Mas a decisão mais importante do Administrador do Congo foi a renúncia a qualquer uso de força no recrutamento do trabalho. Esteves Felgas propôs introduzir um sistema de mercado de trabalho livre, com consentimento de Sá Viana Rebelo. Alguns dos funcionários subalternos ficaram chocados por uma tal falta de razão e tentam queixar-se ao Governador Geral em Luanda. Assim, o Chefe do Concelho de Uíge no Distrito contactou Sá Viana Rebelo, pedindo a sua intervenção. As tentativas de recrutamento de voluntários foram frustradas. Em Uíge-Candombe, só 17 de 6.000 indígenas se declararam dispostos a trabalhar nas plantações de café do distrito. Em outros postos, nenhum indígena queria trabalhar para os agricultores, dado os sobas terem sublinhado o seu novo direito de negociações livres. A maioria dos indígenas só mostrava estar interessada em trabalho na construção do caminho de ferro ou na administração, em particular no sul da província. Em Damba, Esteves Felgas, preocupado com o futuro da colheita de café, fez pressão sobre o soba para encorajar os habitantes a serem contratados<sup>47</sup>. O Chefe do Concelho concluiu assim:

'Perante tais demonstrações parece-nos ter chegado o momento de pensar a sério na ocupação europeia ou desenvolvimento e auxílio das culturas indígenas uma vez que a última apenas serve de capa, na sua maior parte, a acobertar a ociosidade nata do indígena, com todo o tempo livre para suas reuniões e conclusos.'<sup>48</sup>

Estas queixas foram ignoradas pelo Governador Geral que não forçou uma modificação da linha de Esteves Felgas. Ele ainda desempenhou um papel importante com o modelo na discussão sobre a abolição final do indigenato.

A nova posição mais liberal agora era pronunciada ao mais alto nível da política colonial portuguesa. Foi formulada num relatório ao Ministro do Ultramar, expedido sob o patrocínio do Centro dos Estudos Políticos e Sociais de Lisboa, em que participaram, entre outros, Adriano

---

<sup>47</sup> AHU MU/GM/GNP/135, Cx. 35, Chefe do Concelho do Uíge a Sá Viana Rebelo, *Exposição das Actividades Económicas do Concelho do Uíge* (sem número), 07-03-1957: 4-6.

<sup>48</sup> AHU MU/GM/GNP/135, Cx. 35, Chefe do Concelho do Uíge a Sá Viana Rebelo, *Exposição das Actividades Económicas do Concelho do Uíge* (sem número), 07-03-1957: 7.

Moreira, Sarmiento Rodrigues, Manuel António Fernandes, António Jorge Dias, Joaquim Moreira da Silva Cunha, António Maria Godinho, Henrique Martins de Carvalho, Alberto Franco Nogueira e Alexandre Ribeiro da Cunha. Seria urgentemente necessário, do ponto de vista destes 'especialistas coloniais', que as tensões sociais provocadas pela injustiça nas relações de trabalho deveriam desaparecer:

'O Conselho entende também não dever passar em claro o problema da repressão das explorações de que o indígena africano é vítima, não só por parte de alguns patrões como dos comerciantes do mato. Casos concretos que tem chegado ao conhecimento do público exigem enérgica acção, que não deverá ficar apenas ao critério da autoridade local; pelo que o Conselho julga que deverão estudar-se, com urgência, as medidas necessárias para, por via administrativa ou até judicial, se pôr cobro imediato a situações flagrantemente contrárias aos princípios da acção ultramarina portuguesa, se não à própria letra dos textos legais. Sem tais medidas, não poderá restaurar-se a confiança do indígena nas autoridades; e, sem esta confiança, nenhuma reforma será acolhida nos seus méritos próprios.'<sup>49</sup>

Era desejado um melhor conhecimento da realidade de vida dos indígenas através duma experiência mais larga das tradições indígenas. A cooperação com os sobas fez sempre parte dos projectos dos redactores do memorando, mas sobretudo, uma remoralização do tratamento das populações autóctones<sup>50</sup>. A estratégia do grupo tentou também lutar contra cada símbolo de segregação que reconheceu como realidade nas cidades africanas<sup>51</sup>.

O Presidente do Conselho irritou-se com a iniciativa dos reformadores no ambiente da política do ultramar e chegou mesmo a contactar o Ministro da Saúde para se informar sobre a natureza do Centro responsável pelo relatório. No entanto, as altas autoridades da ditadura não

---

<sup>49</sup> ANTT AOS/CO/UL-61/21, Relatório [do Centro de Estudos Políticos e Sociais ao Ministério do Ultramar] (1959): 11-12.

<sup>50</sup> ANTT AOS/CO/UL-61/21, Relatório [do Centro de Estudos Políticos e Sociais ao Ministério do Ultramar] (1959): 3 e 13.

<sup>51</sup> ANTT AOS/CO/UL-61/21, Relatório [do Centro de Estudos Políticos e Sociais ao Ministério do Ultramar] (1959): 15.

puderam ignorar a crítica do movimento reformista<sup>52</sup>. Igualmente assinalável, a viagem do Inspector Virgílio de Sousa a Moçambique, que dirigiu a sua crítica directamente a Salazar. Relativamente à “ainda bastante impopularidade da actual situação política”, consultou inclusive o Bispo da Beira, de Rezende, que era um conhecido adversário do regime, mas em que Sousa viu antes um inteligente admirador do ditador com ideias preciosas. A seguir Sousa atacou directamente a exploração das populações negras e a corrupção dos administradores:

‘O preto é em resumo a nossa maior riqueza. E ele está na mão do funcionário administrativo e este, salvo honrosas mas ligeiras excepções, procura expoliá-lo por todos os meios. O funcionário está mal pago e sobretudo não está preparado do ponto de vista moral para exercer a importantíssima função que lhe foi confiada.’<sup>53</sup>

As culturas do algodão, simbolo típico do sistema económico de Moçambique, foram particularmente discutidas por Sousa, que concluiu que só os concessionários aproveitavam com esse regulamento, com prejuízo do Estado e em detrimento dos agricultores africanos, que ‘sentem bem que são eles os únicos que correm o risco da empresa’<sup>54</sup>. O inspector via como indispensável uma reorientação do tratamento dos habitantes negros da África Oriental.

Situação largamente penosa para o Ministro do Ultramar, a quem o ditador exigiu explicações relativas aos pontos criticados por Sousa. Vasco Lopes Vieira não pôde, nestas condições, refutar completamente o inspector, ‘alguém que mostra bem conhecer essa província’. As respostas comunicadas por Lopes Vieira foram relativamente vagas, mas o Ministro confessou que a realidade da política indígena nas províncias de ultramar era grave:

‘Como sempre, quando surge uma situação que se presta à institucionalização do mal, este não fica circunscrito no sector inicial e antes tende a generalizar-se. Os seus reflexos começam a sentir-se, a breve trecho, por toda a parte.’

<sup>52</sup> ANTT AOS/CO/UL-61/21, Ministério da Saúde e Assistência a Salazar (sem número), 02-09-1959.

<sup>53</sup> ANTT AOS/CO/UL-34/6, Vergílio de Sousa, [Viagem de Inspeção em Moçambique], 02-07-1959: 2.

<sup>54</sup> ANTT AOS/CO/UL-34/6, Vergílio de Sousa, [Viagem de Inspeção em Moçambique], 02-07-1959: 5.



A explicação de Lopes Vieira face a todas as tentativas que não trouxeram os resultados desejados era notável: considerou que a actividade económica crescente dos assimilados na província aumentava a pressão sobre as reservas de mão-de-obra. Mas o comportamento moral de uma parte dos administradores também não era aceitável:

‘As autoridades de defensores passaram, em certos casos, a ser olhadas pelos indígenas como opressoras.’<sup>55</sup>

Assim, o próprio Ministro era obrigado sublinhar uma nova perspectiva que declarava o bem estar das populações indígenas como uma das chaves duma prática administrativa eficaz para o Ultramar. A mudança das prioridades na política colonial chegou ao mais alto nível do ministério:

‘Só mediante a execução duma política indígena sã e verdadeira poderemos assegurar a estima, a confiança e a lealdade dos indígenas, bases duma ordem interna estável e sólida.’<sup>56</sup>

Reencontramos o conflito ambíguo e incerto entre modernizadores e conservadores na política colonial portuguesa aquando de um passo especialmente importante: a revogação do estatuto de indigenato. Ao contrário das hipóteses correntes (Bender, 1978: 155), é possível mostrar que esta decisão não só representava uma acção pragmática para readquirir a simpatia das populações africanas já revoltadas em Angola, mas que era também uma consequência directa das tendências liberalizadoras do final dos anos cinquenta. Em 1960, antes das revoltas, o Chefe do Gabinete dos Negócios Políticos no Ministério do Ultramar, Silveira Ramos, tinha contactado o notável Esteves Felgas para compreender a sua opinião sobre o projecto do gabinete relativo à revogação. Esteves Felgas sempre seguiu a mesma linha que tinha praticado no norte de Angola. Sustentava a posição de que uma renúncia do estatuto repressivo não seria nem perigoso nem difícil e que mesmo a estes novos cidadãos poderia ser dado o direito de sufrágio<sup>57</sup>. Silveira

<sup>55</sup> ANTT AOS/CO/UL-34/6, Vasco Lopes Vieira, Ministro do Ultramar, a Salazar (sem número), 07-08-1959: 2-3.

<sup>56</sup> ANTT AOS/CO/UL-34/6, Vasco Lopes Vieira, Ministro do Ultramar, a Salazar (sem número), 07-08-1959: 5.

<sup>57</sup> AHU MU/GM/GNP/087, Major Helio A. Esteves Felgas, *A revisão da legislação sobre concessão da cidadania aos indígenas do Ultramar português (Guiné, Angola e Moçambique)* (sem número), Novembro 1960: 5.

Ramos partilhou a posição de Esteves Felgas. Rejeitou os protestos dos directores dos Serviços dos Negócios Indígenas e da Administração Civil de Angola. Ambos acentuavam que a economia da sua província não poderia sobreviver sem a instalação do trabalho forçado, pelo menos o mínimo necessário para poder dirigir a realização de obras públicas imprescindíveis e garantir a prosperidade das grandes plantações<sup>58</sup>. O Curador Geral dos Indígenas ascrentou que a maioria dos africanos não estaria preparada para uma completa liberdade dos seus assuntos, dada a “massa dos indígenas que consideram a anarquia como o símbolo da liberdade”<sup>59</sup>. O sub-director dos serviços indígenas, Manuel Dias Serras, problematizou também a questão das eleições com uma larga maioria negra<sup>60</sup>. Ele argumentou, além disso, que os assimilados africanos no seu entender, recusavam mesmo uma solução demasiadamente liberal. “Cremos que a s[a]tisfação dos desejos da Liga Nacional Africana muito contribuirá para se conseguir tal objectivo”, concluiu o funcionário<sup>61</sup>.

Silveira Ramos ignorou estas queixas, requerendo ao Governo Geral de Angola que tomasse uma posição abertamente racista, apelando à contradição entre europeus e não civilizados. Exprimiu ainda a necessidade moral de medidas amplas, necessidade que fazia inútil a discussão sobre cada linha a tomar<sup>62</sup>. Em 1961, o indigenato desapareceu finalmente do instrumentário da dominação portuguesa no Ultramar.

Os conflitos referidos de 1945 a 1961 mostram bem que uma parte importante do pessoal administrativo português no Ultramar já não aceitava as práticas repressivas da organização do trabalho nas

<sup>58</sup> AHU MU/GM/GNP/087, A. Baptista de Sousa, Curador Geral dos Indígenas, Província de Angola, *Parecer [sobre a questão da revogação do estatuto do indigenato]* (sem número), 03-05-1961, p. 5 e Manuel Dias Serras, Sub-Director dos Serviços dos Indígenas, Província de Angola, *Informação: Revogação do Estatuto dos Indígenas* (sem número), 04-05-1961: 5-7.

<sup>59</sup> AHU MU/GM/GNP/087, A. Baptista de Sousa, *Parecer [sobre a questão da revogação do estatuto do indigenato]* (sem número), 03-05-1961: 5.

<sup>60</sup> AHU MU/GM/GNP/087, Manuel Dias Serras, *Informação: Revogação do Estatuto dos Indígenas* (sem número), 04-05-1961: 1-2.

<sup>61</sup> AHU MU/GM/GNP/087, Manuel Dias Serras, *Informação: Revogação do Estatuto dos Indígenas* (sem número), 04-05-1961: 15-16.

<sup>62</sup> AHU MU/GM/GNP/087, Silveira Ramos, Ministério do Ultramar, Chefe do Gabinete dos Negócios Políticos, *Pareceres sobre a Revogação do Estatuto dos Indígenas Portugueses e suas Consequências* (n° 179), 15-11-1961: 1 e 3.

provincias africanas. Estes funcionários, que faziam frequentemente parte do alto nível de administração, reforçaram a sua influência no Ministério do Ultramar e mudaram consideravelmente o discurso. Eles encontraram a oposição sólida de numerosos administradores provinciais, em particular de Angola. Contudo, as medidas práticas no norte de Angola revelam que as primeiras experiências de liberalização foram realizadas no fim da década de 50 e que os resultados das experiências – não obstante a situação instável no Distrito do Congo – encorajaram em Lisboa o Ministério a considerar a revogação completa do estatuto do indigenato.

Fica por examinar a relação entre o agravamento das ameaças para com a dominação portuguesa em Angola, consequência duma agitação dirigida pelos países vizinhos recentemente autónomos ou independentes, e a liberalização das ideias dos funcionários coloniais. Existiria uma liberalização puramente instrumental, antes das ameaças à ‘grandeza da pátria’?

#### **4. A tempestadade aproxima-se: administradores portugueses e a “ameaça nacionalista” nos territórios africanos**

Nos anos cinquenta, as evoluções, menos nos territórios da África Ocidental Britânica, do que nas colónias francesas e no Congo Belga eram observadas com inquietação pelas autoridades portuguesas, tanto pelos funcionários do Ministério do Ultramar como pelos oficiais do Estado Maior. Estas preocupações eram tão grandes, que mesmo o Governador da Guiné-Bissau criticou abertamente, face à administração francesa de Dakar, a linha conduzida pelo poder vizinho<sup>63</sup>.

Era discutido o modo como reagir a estas tendências, no caso dum desafio aberto. O Governador de São Tomé, Gorgulho, que aliás era conhecido por gozar duma boa reputação entre a população assimilada que se iria revoltar em 1953, escolheu a repressão brutal<sup>64</sup>. Parece que

<sup>63</sup> Arquivo Nacional do Senegal, 17 G 595, Governo Geral da África Ocidental Francesa, Direcção dos Negócios Políticos, *Bulletin de Renseignements: Guinée Portugaise - Activité de la P.I.D.E.* (n° 414/GUIN.PO/POL), 05-06-1957: 2.

<sup>64</sup> Sobre o ponto da vista dos representantes franceses na ilha, veja MAE, Direcção África-Levante, Guiné Portuguesa, 1953-1959, 1, Babelon, *Etude sur l'île de São Thomé* (sem numero), verão 1948: 8.

não se tratava de abusos de militares, mas sim de uma vaga de prisões e torturas sistemáticas contra os funcionários ‘forros’, os assimilados da ilha, sobre os quais Gorgulho estava bem informado (Seibert, 1997: 180-183). Mas, no Ministério, apenas os funcionários estavam satisfeitos com a acção do Governador. Mesmo o gabinete do Presidente do Conselho recebeu as moções de protesto dos assimilados são-tomenses sobre o assunto penoso, dado que nenhuma pessoa podia duvidar que um grande número de funcionários negros tinha sido preso e torturado sob circunstâncias horríveis<sup>65</sup>. Embora o Ministério tentasse primeiramente impedir um procedimento jurídico público contra Gorgulho, autorizou-o quando a pressão do procurador da República aumentou, dois anos após os acontecimentos de São Tomé<sup>66</sup>. Se bem que o antigo Governador da ilha nunca tenha sido sentenciado, é não obstante evidente que as forças reformistas no Ministério não podiam tolerar mais uma tal operação e que aceitariam mesmo um processo civil contra o responsável<sup>67</sup>.

Da referir os incidentes da rede nomeada Pidjiguiti a Bissau, durante os quais os marinheiros da empresa António Silva Gouveia, em greve, atacaram a polícia com pedras e foram mortos pelas forças armadas (contando com pelo menos 16 mortos), sendo incertas as intenções dos vários intermédios, em particular da polícia<sup>68</sup>. É provável que o administrador do concelho de Bissau, Silva Marques, contra o qual circulavam mesmo repreensões da parte dos colonos portugueses e dos rígidos agentes das forças armadas relativas à sua fraca repressão relativamente aos indígenas e à sua simpatia para com os assimilados

<sup>65</sup> Veja, com exemplo, as cartas de protesto do assimilado João Baptista Fernandes, irmão P. Baptista Fernandes fora preso e torturado por três meses, ANTT AOS/CO/UL-19/5, P. Baptista Fernandes a João Baptista Fernandes (sem número, privado), 23-05-1953 e ANTT AOS/CO/UL-19/5, João Baptista Fernandes a Salazar (sem número), 30-05-1953.

<sup>66</sup> ANTT AOS/CO/UL-19/5, Ministério do Ultramar, Gabinete do Subsecretário de Estado a Salazar (sem número), sem data [1955]: 1.

<sup>67</sup> ANTT AOS/CO/UL-19/5, Ministério do Ultramar, Gabinete do Subsecretário de Estado, [Nota sobre a homologação no quadro dos julgamentos de S. Tomé] (sem número), 27-06-1955.

<sup>68</sup> Mesmo o conselheiro diplomático francês em Dakar, tendo bons informadores em Bissau, não estava certo relativamente à evolução do incidente de Pidjiguiti, veja MAE, Direcção África-Levante, Guiné Portuguesa, 1960-1965, 3, Max, Conselheiro Diplomático do Alto Comissário da África Ocidental Francesa, a Janot, Secretário Geral da Comunidade Francesa, *Note: Situation actuelle de la Guinée portugaise* (sem número), 31-05-1960: 5.

na administração, tenha tentado acalmar a situação sem violência. Era, no entanto, posto de parte por alguns militares<sup>69</sup>. Um relatório endereçado ao Ministério da Defesa atacou o procedimento das forças da ordem; teria sido, em todo o caso, contraprocédente utilizar a repressão:

‘O agravamento do incidente deu-se devido à falta de preparação dos agentes da P.S.P. que, impotentes para actuar de outra forma, fizeram uso das armas de fogo.’<sup>70</sup>

O massacre de Pidjiguiti era, assim, vivamente criticado, tanto pelos administradores locais, como pelos altos responsáveis das forças armadas. Do seu ponto de vista, o incidente representava um acontecimento accidental, devido não só à falta de sensibilidade dos intervenientes locais, mas também à cobiça da empresa, recusando ajustar os salários. Enquanto alguns administradores perseguiram uma linha dura, esta não pode ser vista como estratégia geral (contra MacQueen, 1997: 17).

Seriam as preocupações da administração face ao perigo nacionalista devidas ao facto delas terem crescido de tal forma esmagadora que motivavam uma atitude liberal, não resultante de uma verdadeira mudança das definições das próprias responsabilidades? Só podemos tentar, neste quadro, perceber a importância que teve o sentimento de ameaça para as opções políticas nas províncias ultramarinas.

Um relatório geral do Estado Maior em Angola, de 1957, descreve ainda a situação no território como relativamente segura. Embora os esforços ‘nativistas’, como os da bem conhecida Liga Nacional Africana, fossem considerados geralmente como não tendo potencial de mobilização, lamentava-se a atitude crescentemente mais agressiva da Associação dos Naturais de Angola. O comportamento de alguns indivíduos abertamente pan-africanistas, como o clérigo Pinto de Andrade, foi registado, tal como os movimentos da secção tocoista no Norte da província. Mas, em geral, as preocupações sobre “indisciplina social” eram moderadas<sup>71</sup>:

<sup>69</sup> ANTT CO/AOS/UL-34/2, Ministério da Defesa Nacional, Gabinete do Ministro, *Situação na Guiné Portuguesa* (n° G/II/59), 02-09-1959: 1.

<sup>70</sup> ANTT CO/AOS/UL-34/2, Ministério da Defesa Nacional, Gabinete do Ministro, *Análise da Situação na Província da Guiné* (sem número), sem data [1959]: 4.

<sup>71</sup> AHU MU/GM/GNO/135/Cx. 39, A. Pestana de Vasconcellos, Capitão do Estado Maior, Chefe 2a Repartição, *Relatório da Situação: Referido do Ano de 1957* (sem número), 21-05-1957: 2 (movimentos “nativistas”), 3 (movimentos “emancipalistas” e “panafricanas”), 5 (tocoísmo).

“Têm-se verificado frequentes actos de indisciplina social e resistência passiva, em vários pontos da Província, sem contudo se revestirem de características terroristas. Duma maneira geral os incidentes que se produziram, foram motivados por problemas de mão de obra e de deficiente aplicação da lei e das normas da política indígena em vigor. Não há notícia de qualquer campanha ou acção de indisciplina social pré-planeada ou intencionalmente produzida com fins políticos.”<sup>72</sup>

Durante os três anos seguintes, a administração portuguesa no território angolano não ignorou o que se passava relativamente às acções subversivas. Era largamente discutido, tanto no Gabinete dos Negócios Políticos, em Lisboa, como pelo Estado Maior da província que alguns movimentos anti-portugueses, em particular a U.P.A. de Holden Roberto e os grupos separatistas de Cabindas utilizaram bases nos estados recentemente independentes de Congo-Brazzaville e Congo-Leopoldville para a sua propaganda libertadora<sup>73</sup>. Também a presença de Angolanos retornados do Congo ex-Belga aderentes da seita tocoista era seguida com desconfiança pelo Governador de Distrito Esteves Felgas e outras, tentando impedir o contacto entre esta comunidade, os agitadores nos países vizinhos, e a massa dos trabalhadores na zona do café<sup>74</sup>. As evoluções no Congo Belga eram comentadas pelo Estado Maior de Angola, em 1959, com uma inquietação visível. O Distrito do Congo era visto como ameaçado pela influência dos Angolanos do outro lado da fronteira e dos tocoistas. Para o sul e o centro da região, os relatórios eram mais optimistas<sup>75</sup>. No caso dos dispositivos das forças armadas serem utilizados nas regiões fronteiriças com diligência, o Estado Maior considerou que “auxiliados pela fraca densidade populacional e, se

<sup>72</sup> AHU MU/GM/GNO/135/Cx. 39, A. Pestana de Vasconcelos, *Relatório da Situação: Referido do Ano de 1957* (sem número), 21-05-1957: 9.

<sup>73</sup> AHU MU/GM/GNO/135/Cx. 39, General Carlos Nascimento e Silva, Comandante Militar de Angola, *Printrep. n.º 6/59: Referido ao período de 2 Maio 59 a 1 Jun 1959* (sem número), sem datada: 34.

<sup>74</sup> AHU MU/GM/GNO/135/Cx. 39, Esteves Felgas a Administrador do Concelho de Carmona (n.º 91/2a/20), 13-02-1959: 1-2.

<sup>75</sup> ANTT AOS/CO/UL-34/2, Ministério da Defesa Nacional, Gabinete do Ministro, *Análise da Situação na Província de Angola* (sem número), sem datada [1959]: 1-2 (evolução do Congo belga), 4 (Distrito do Congo).

evitarmos a formação de grandes aglomerados urbanos, consideramos que o perigo pode ser conjurado”<sup>76</sup>.

Havia uma mistura semelhante de preocupações e optimismo no Estado Maior da Guiné Portuguesa. O comando militar da província considerou que, antes de mais, o perigo vinha da acção demoralizadora de Conakry, em particular das emissões radiodifundidas da capital da Guiné independente<sup>77</sup>. Com a evolução tendendo para a criação duma Federação do Mali, a administração portuguesa receou que o próprio território fosse cercado por uma aliança de nações africanas hostis. Segundo informações não confirmadas, os militares esperaram uma infiltração de guerrilheiros da Casamança em Cacine<sup>78</sup>, mas acreditaram poder evitar uma revolta geral através da utilização de agentes especiais da P.I.D.E. e um reforço dos elementos tradicionais<sup>79</sup>.

Não se encontram relatórios semelhantes sobre Moçambique, onde as preocupações eram ainda menores, ou sobre São Tomé, onde a situação pareceu acalmar depois dos acontecimentos dramáticos de 1953. Os receios das populações europeias da ilha que preferiram sair armadas são explicados pela criminalidade de grupos de caboverdeanos, que não parecia, na perspectiva da comandatura militar, ter alvos políticos<sup>80</sup>.

Mesmo em Março de 1961, só algumas semanas antes da rebelião sangrenta que devia comover a posição portuguesa em Angola com consequências para o total das províncias ultramarinas portuguesas, e frente a uma primeira revolta isolada na Baixa do Cassange extinguida com uma dureza extrema (Freudenthal, 1995-1999: 259), Afonso Mendes, o director liberal do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, desenhou a imagem dum perigo a controlar. Exigiu

---

<sup>76</sup> ANTT AOS/CO/UL-34/2, Ministério da Defesa Nacional, Gabinete do Ministro, *Análise da Situação na Província de Angola* (sem número), sem data [1959]: 6.

<sup>77</sup> ANTT CO/AOS/UL-34/2, Ministério da Defesa Nacional, Gabinete do Ministro, *Análise da Situação na Província da Guiné* (sem número), sem data [1959]: 1.

<sup>78</sup> ANTT CO/AOS/UL-34/2, Carlos Viana de Lemos, Ministério da Defesa Nacional, Gabinete do Ministro, *Situação do Senegal* (n° G/-12/59), 08-09-1959.

<sup>79</sup> ANTT CO/AOS/UL-34/2, Ministério da Defesa Nacional, Gabinete do Ministro, *Análise da Situação na Província da Guiné* (sem número), sem data [1959]: 4.

<sup>80</sup> ANTT CO/AOS/UL-34/2, Ministério da Defesa Nacional, Gabinete do Ministro, *Análise da Situação na Província de S. Tomé e Príncipe* (sem número), sem data [1959]: 1.

que a administração procurasse compreender melhor os habitantes nos arredores dos seus postos e criticou uma negligência dos contactos directos:

'Na actual conjuntura política, quando a nossa soberania está sendo alvo dos maiores ataques, em que se procura a todo o transe criar um clima de incompreensão e incompatibilidade entre brancos e pretos, que se desenvolvem todos os esforços para sublevar as populações nativas contra a nossa presença em África, são evidentes as irremediáveis consequências que a continuidade dessa quase ausência de contactos provoca.'<sup>81</sup>

O panorama dos relatórios dos cinco últimos anos antes do início das guerras de independência parece demonstrar bem que as relações entre sentimento de perigo e vontade de realizar reformas não são fortes. Ao contrário da situação nos anos 60, quando as reformas tentadas pelos militares eram frequentemente o instrumento duma acção psicológica afim de reganhar a confiança das populações negras (Cann, 1997: 143), o reformismo dos administradores dos anos 50 não representa apenas uma medida estratégica para encontrar a ameaça duma revolta.

## Conclusão

Os resultados desta análise mostram que entre os administradores portugueses existia, a partir dos anos 40, uma tendência fortemente reformista que incluiu as opiniões duma parte não negligenciável deste grupo. Esta corrente teve consequências numa alteração do discurso, que mudou duma não tematização dos problemas indígenas a uma atitude que sublinhava expressamente a importância duma emancipação negra no sentido sócio-económico – que não omitia o princípio duma participação política – e criticava a realidade nas províncias ultramarinas. Mas, além disso, esta tendência tinha eco na acção prática de alguns administradores que iniciaram medidas concretas para romper o complexo de trabalho forçado, de repressão contra as populações

---

<sup>81</sup> AHU, MU/GM/GNP/184, Afonso Mendes, Ministério do Ultramar, Gabinete dos Negócios Políticos, *Apontamento* (nº 37), 11-03-1961: 2.



negras e de pobreza continuada. O exemplo do Congo Português demonstrou que a vontade dinâmica destes administradores podia ter resultados não sem dificuldades, mas com um carácter claramente liberal.

Qual foi a evolução cronológica deste fenómeno? Enquanto na primeira década do Estado Novo o bem estar dos habitantes negros das colónias africanas era raramente discutido, consideradas sendo apenas a exploração económica e a política de colonato europeu fossem mencionados, esta negligência desapareceu durante os primeiros anos da guerra. A situação miserável das populações negras rurais chegou a ser o objeto do protesto de funcionários e de disputas mais ou menos duras entre a administração territorial e o Ministério do Ultramar, acentuando os interesses económicos da Metrópole. Do início ao fim dos anos 50, as críticas começaram ser mais e mais frequentes e graves e vinham da parte de especialistas das inspecções dos Negócios Indígenas, do gabinete dos Governos Gerais e do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. No norte de Angola, foram mesmo tentadas as primeiras experiências com uma prática mais liberal da organização da mão de obra.

Quais foram os actores da evolução? Tratava-se dum fenómeno elitista ou teve uma base mais larga? Não se realizou uma grande pesquisa sobre as atitudes dos funcionários ao nível mais baixo devido a uma ausência de documentos disponíveis. Mas é, não obstante, visível que se descreve um movimento elitista que cresceu durante os anos 50. Os chefes de posto que deviam trabalhar com baixas de remunerações e que eram, frequentemente, vítimas da arbitrariedade das grandes empresas e dos concessionários de plantações, continuavam a procurar soluções abertamente repressivas para os problemas locais. Isto é evidente no modo como os chefes de postos e de circunscrições protestaram contra os passos de Esteves Felgas no Norte de Angola. Foram os altos funcionários ao nível de distrito, nos gabinetes do Ministério e do Governo Geral que decidiram a realizar uma reforma profunda do estatuto real e mesmo legal dos habitantes das províncias africanas. Este distancionamento entre uma parte da alta administração e os graus mais baixos originava dificuldades nos apelos a uma prática muitas vezes difícil de conseguir. Por isso, trata-se, concretamente, duma mudança lenta que só começara no fim dos anos 50.

Quais eram as motivações da corrente liberal na administração portuguesa? Naturalmente, é uma questão complexa, mas as correspondências parecem elucidar uma dedicação paternalista e, ocasionalmente, altruísta, mais de que uma estratégia simples para manipular os críticos das organizações internacionais ou a população negra descontente. A chave para a compreensão da mudança das atitudes dos funcionários parece ser a experiência dos anos 40. A miséria dos cultivadores africanos durante os anos da guerra, resultado duma política de exportação massiva que favorecia os orçamentos do Estado e as empresas privadas que se apoiou numa baixa das remunerações das populações negras, impressionou mais que um funcionário na alta administração dos territórios. Os protestos enviados a Lisboa deram parte deste horror. Mas o desgosto causado pela extrema negligência pelos interesses africanos não desapareceu com o fim da guerra, e a tendência para criticar as práticas administrativas nos territórios do Ultramar aumentava. É de notar que, nos documentos internos, os protagonistas não argumentaram com o perigo de descontentamento como factor de instabilidade, mas com uma noção relativamente vaga, porém de carácter emocional de dignidade e de obrigação da posição portuguesa em frente da população negra. Viu-se que os administradores e os comandos militares das províncias descreveram tarde uma ameaça real vindo duma possível sublevação de grupos africanos. Mesmo quando as tentativas de agitação nos distritos setentrionais de Angola eram bem conhecidos, a administração superior tendia para uma subestimação dos perigos e para desaconselhar as repressões que representavam somente o pânico dos administradores mal formados. Por isso, a corrente reformista não representava uma estratégia deliberada, mas sim um sentimento de indignação contra uma prática administrativa já não legitimável. Esta percepção visou, antes de tudo, o bem estar das populações rurais. Não parece ter-se debruçado sobre os problemas do reconhecimento dos assimilados ou da africanização dos graus médios administrativos. Mas o estereótipo de uma política colonial portuguesa somente retrógrada, primitiva e brutal foi, deste modo, pelo menos parcialmente corrigido.

A existência dum movimento liberal e reformista crescendo dentro da administração portuguesa não impediu a génese das sublevações de 1961 que, às avessas, destruiu a tendência para uma liberalização

intencional. A experiência duma rebelião extinguindo a presença portuguesa numa parte considerável da província de Angola produziu um choque para os funcionários portugueses. Após este episódio, a administração portuguesa escolheu, em primeiro lugar, uma repressão massiva, antes de utilizar medidas reformistas como trunfo para ter a maioria da população nas província ao lado dos defensores.

## Summary

The present article represents an attempt to differentiate our view of Portuguese colonial administration attitudes. After the shocking experience of misery in the Portuguese African provinces, due to the program of economic over-exploitation during the war years, the officials' discourse changed during the 1950s to a more or less open critique of administration realities at the local level. This new rhetoric was flanked by first attempts in practical reform when district administrators tried to abolish, at least partly, the repressive organisation of working conditions and native codex. Those reform measures that derived from a feeling of indignation about the situation of the Black African populations, were continued under the auspices of the war of independence, as a strategy to win over the native habitants support.

## Bibliografia

- Almeida, Adelino A.M. 'Para a compreensão do evoluir do ensino em Moçambique, 1926-1974 - Parte 2: O desenvolvimento do ensino em Moçambique (1926-1974)' em: *Africana*, vol. 1, 1987, p. 43-105.
- Bender, Gerald, *Angola under the Portuguese: the myth and the reality*. Heinemann, Nairobi - London 1978.
- Cann, John P., *Counterinsurgency in Africa: the Portuguese way of war, 1961-1974*, Greenwood Press, London, 1997.
- Clarence-Smith, Gervaise, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975: A Study in Economic Imperialism*. Manchester University Press, Manchester, 1985(b).

- Clarence-Smith, Gervaise 'The impact of the Spanish Civil War and the Second World War on Portuguese and Spanish Africa', em: *Journal of African History*, vol. 26(4), 1985(b), p. 309-326.
- Cruz e Silva, Teresa, 'Identity and Political Consciousness in Southern Mozambique, 1930-1974: two Presbyterian biographies contextualised', em: *Journal of Southern African Studies*, vol. 24(1), 1998, p. 223-236.
- Freudenthal, Aida, 'A Baixa de Cassanje: algodão e revolta' em: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, vol. 18-22, 1995-1999, p. 245-283.
- Gentili, A.M. 'Les origines rurales du nationalisme mozambicain' em: 'Acte du Colloque de Bujumbara, oct. 1989, Histoire sociale de l'Afrique de l'Est (XIXe - XXe siècle)' Karthala, Paris, 1991, p. 159-167.
- Gonçalves, Paulo Frederico Ferreira, 'Os Governadores do Ultramar: Atribuições e Competências. Do Antigo Regime ao 25 de Abril de 1974' em: *Africana*, vol. 21, 1999, p. 207-228.
- Havik, Philip, 'Mundasson i Kambansa: espaço social e movimentos políticos na Guiné Bissau (1910-1994)', em: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, vol. 18-22, 1995-1999, p. 115-167.
- Isaacman, Allen F., 'Chiefs, Rural Differentiation and Peasant Protest: The Mozambican Forced Cotton Regime 1938-1961', em: *African Economic History*, vol. 14, 1985, p. 15-56.
- Isaacman, Allen F. e Isaacman, Barbara, *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Westview Press, Boulder, 1983
- Isaacman, Allen F. e Chilundo, Arlindo 'Peasants at work: forced cotton cultivation in Northern Mozambique', em: Isaacman, Allen e Roberts, Richard (ed.), *Cotton, colonialism, and social history in sub-Saharan Africa*. James Currey, London, 1995, p. 147-179.
- da Luz Ferreira de Barros, Maria, 'Alguns aspectos da situação socioeconómica em Angola (1961-1974)' em: *Africana*, vol. 14, 1994, p. 41-62.
- Mac Queen, Norrie, *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*, Longman, London - New York, 1997.

Mateus, Dalila Cabrita, *A Luta pela Independência. A formação das elites fundadores da Frelimo, MPLA e PAIGC*. Editorial Inquérito, Mem Martins, 1999.

Mendy, Peter Karibe, *Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau, 1994.

Newitt, Malyn, *Portugal in Africa. The Last Hundred Years*. Hurst, London, 1981.

Penvenne, Jeanne 'João dos Santos Albasini (1876-1922): the contradictions of politics and identity in colonial Mozambique' em: *Journal of African History*, vol. 37(3), 1996, p. 419-464.

Pitcher, Mary Anne, *Politics in the Portuguese empire : the state, industry, and cotton; 1926 - 1974*, Clarendon Press, Oxford, 1993.

Seibert, Gerhard, 'Le massacre de Février 1953 à São Tomé: raison d'être du nationalisme santoméen' em: *Lusotopie*, 1997, p. 173-191.



# POLÍTICAS DE CLASSIFICAÇÃO/CLASSIFICAÇÕES POLÍTICAS: O EXEMPLO DAS PROPRIEDADES RÁDICAS/ CARACTERÍSTICAS SOMÁTICAS NO BI<sup>1</sup>

Fidel Reis

## Introdução

Em 26 de junho de 1996, quase 4 anos após as primeiras eleições multipartidárias, foi aprovada pela Assembleia Nacional, a nova lei do Bilhete de Identidade<sup>2</sup> angolano; lei que introduziu um critério de identificação/classificação assente na raça.

Duas décadas após a independência é, assim, publicada no Diário da República de Angola, a lei n° 17/1996 de 8 de Novembro que cria o Bilhete de Identidade Nacional em substituição do anterior, aprovado pela Lei n°5/75, de 9 de Dezembro. A lei de 1996 regulamenta as indicações a aparecer no BI, apresenta no seu artigo 4° os elementos de identificação exigidos ao titular do mesmo: Nome completo, filiação, residência, naturalidade, profissão, altura, sexo, raça, estado civil, impressão digital, data de nascimento e fotografia.

A adopção de um critério controverso como é o caso da introdução no Bilhete de Identidade de um elemento de identificação, assente em propriedades ráticas/características somáticas, leva-nos a interrogar das razões da reutilização de uma tal categoria. Como é possível introduzir o elemento identificador raça no BI, numa época em que o

---

<sup>1</sup> Este texto consiste numa síntese de parte da dissertação de mestrado defendida pelo autor no quadro do Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa -ISCTE, em Fevereiro de 2003, intitulada: Angola-práticas políticas e lutas de classificação (Reavaliação das propriedades ráticas/características somáticas em contextos de crise)

<sup>2</sup> Optaremos também pela sigla BI para designarmos o Bilhete de Identidade.

conceito de raça foi cientificamente abolido? Porque que é que o sub-campo político da Assembleia Nacional aprova uma lei que reconhece a “raça” como critério identificador de uma identidade?

Quanto a nós, estas interrogações implicam um conjunto de reflexões que julgamos pertinentes, e que estruturamos do seguinte modo.

Começaremos por abordar, ainda que de modo sucinto, uma questão prévia, de índole mais geral, relativa à construção da noção de ‘raça’ enquanto elemento de classificações políticas e factor explicativo de certas propostas científicas.

Seguidamente, apresentaremos um breve subsídio para uma abordagem histórica em torno da emergência e desenvolvimento de uma classificação assente em propriedades rácicas/características somáticas, em Angola.

Prosseguiremos a nossa reflexão com uma breve apresentação do enquadramento teórico que fundamenta a componente empírica deste trabalho. Trata-se de abordar a questão da lei do BI no quadro da dinâmica da Assembleia Nacional, a partir de uma articulação dos conceitos de identidade, campo político e crise

Por último, completaremos a nossa reflexão recorrendo a elementos empíricos recolhidos no trabalho de campo em Luanda, relativos às representações que os diferentes actores membros dos partidos políticos têm do sub-campo político da Assembleia Nacional e da lei do Bilhete de Identidade.

#### • Uma questão prévia. A “raça”.

Até ao século XVI a expressão raça tem como referente a ideia de pertença a uma linhagem, a uma linha de descendência que se estende muitas vezes a todo um grupo social hegemónico (raça nobre, etc.). Contudo, esta referência ainda não está associada a características físicas distintivas. A partir do século XVI, o horizonte semântico da noção raça alarga-se. Se até aí servia para definir um grupo restrito que se autodenominava como tal, passa progressivamente a adquirir o estatuto de conceito à medida que se constrói uma tipologia de povos e culturas estranhas ao mundo europeu. Esta correlação e conseqüente construção do conceito ‘raça’ não pode ser dissociada do desenvolvimento do processo de expansão iniciado pelos portugueses. Porém, na



sua trajetória, este conceito nunca perdeu o carácter determinista da ascendência e do “jus sanguinis”; na medida em que “o parentesco e o sangue têm vantagens óbvias para juntarem os membros de um grupo e excluírem os outros”<sup>3</sup>.

Os séculos XVIII e XIX caracterizam-se por uma “divisão dos homens” em raças, cujos critérios advêm do corpo (cor da pele, textura do cabelo, formato do rosto, dentes, olhos, crânios) dando fundamento às teorias que postulam a existência na comunidade humana, de estádios civilizacionais, culturais, psicológicos e morais diferenciados.

Estes discursos que recorrem à “racialização do mundo” para explicar a diversidade humana assentam, entre outros, nos seguintes pressupostos:

- a existência real de raças humanas constatáveis a partir dos caracteres físicos imediatamente observáveis;
- uma “coincidência”, realçada pela biologia, desses caracteres com características morais ou culturais;
- a hierarquização dos grupos classificados com base em valores universais oriundos da Europa (Eurocentrismo)<sup>4</sup>.

Esta dinâmica é igualmente sustentada pelo desenvolvimento e autonomia dos saberes, nomeadamente da filosofia, da história, da anatomia, da fisiologia, da antropologia física, da biologia etc. Este desenvolvimento e esta autonomia concorrem para o surgimento de teorias em que propriedades físicas passam de indicadores de diferenças mentais para as causas dessas mesmas diferenças, entre os diversos

---

<sup>3</sup> Hannah Arendt recorda, como depois de 1814, na Alemanha, a origem comum é descrita em termos de “laços de sangue” de origem sem mistura, laços familiares de unidade tribal. A raça aparece como substituto de emancipação nacional. A mesma autora lembra ainda como, no caso da França, Gobineau reconheceu que os nobres não podiam reconquistar a sua posição inicial, e identificou a queda da sua casta primeiro com a queda da França, depois com a da civilização ocidental e por fim com a queda da humanidade. Para ele a queda das civilizações deve-se à degenerescência da raça em virtude da mistura de sangue. Arendt (1982: 80 e seguintes).

<sup>4</sup> Aliás, em relação ao eurocentrismo, convém sublinhar que as grandes transformações, nas suas múltiplas dimensões, vividas na Europa se devem ao etnocentrismo (iniciado com o antropocentrismo), perspectiva que permitiu romper com o teocentrismo e possibilitou colocar o homem como principal protagonista da história. É, sobretudo, com a adulteração do paradigma etnocêntrico, para o qual concorreram um Eurocentrismo radical reforçado pela expansão colonial, que o pensamento universal europeu se iria esgotar num particularismo com consequências irreversíveis como foi o holocausto.

grupos humanos. Reforça-se, assim uma hierarquização dos grupos, classificados segundo valores universais, e um reordenamento das populações com base no estabelecimento de estádios civilizacionais que confirmam sempre a supremacia moral e intelectual do branco europeu. Predominava, pois, uma concepção fixista das espécies e, como tal, das raças, que ignorava os mecanismos produtores de modificações ao nível das estruturas somáticas das populações

Esta concepção foi abalada pela proposta do modelo evolucionista de Darwin, que torna conhecida as causas que regem a diversidade específica e “racial”<sup>5</sup>. Esta concepção seria complementada pela contribuição da genética que fundamenta a análise das populações apoiando-se não nos caracteres físicos mas, sim, nos caracteres transmissíveis pela hereditariedade. O que permite o surgimento de correntes neo darwinistas que tentam fazer a síntese entre a teoria da evolução e os mecanismos genéticos de transmissão do património biológico, descobertos por Gregor Mendel<sup>6</sup>.

Tal como afirma João Filipe Marques “na viragem do século XX, o conceito de raça está plenamente difundido por todos os campos do saber e do agir. (...) Será necessário chegar a 1945 para a humanidade se interrogar global e simultaneamente sobre a validade explicativa de um conceito e sobre a sua aplicação política”<sup>7</sup>.

É a partir da circulação destas ideias sobre a “racialização” do mundo que se pode abordar em Angola, a questão da raça, no quadro da relação de alteridade entre o Europeu e o Outro, negro colonizável/negro colonizado.

---

<sup>5</sup> Com efeito, para Darwin, a evolução das espécies vivas e do homem produz-se pela selecção natural dos mais aptos sendo úteis, neste processo, as variações apresentadas por certos indivíduos, na medida em que elas lhe conferem vantagem na luta pela vida. Um dos efeitos perversos da teoria da selecção natural é poder permitir uma leitura “política” ao aplicar-se ao estudo das sociedades humanas o princípio de sobrevivência dos mais aptos (darwinismo social).

<sup>6</sup> Religioso e botânico austríaco (1822-1884) autor de “Heredity” 1866. Torna-se assim, possível, a emergência de doutrinas que apelam para um “racismo científico”, tal como o eugenismo, que sustenta a melhoria do património genético das espécies vivas, advoga o impedimento da procriação de indivíduos inadaptados ou daqueles em que se acredita serem portadores de genes nefastos, encorajando o cruzamento entre indivíduos mais dotados. Mais tarde o discurso pseudo-científico sobre a higiene social acompanhará a ascensão do nazismo na Alemanha, legitimará a Shoah dos Judeus.

<sup>7</sup> Marques (1995: 45)

### **Angola: notas históricas sobre uma classificação assente em propriedades rácicas/características somáticas<sup>8</sup>**

Segundo Jill Dias, “nas últimas décadas do século XVIII, a explicação das variedades do Homem concentrava-se cada vez mais no problema das divergências físicas entre os representantes dos dois extremos da cor humana, ou seja o branco e o negro.”<sup>9</sup>

Este pensamento europeu dos séculos XVIII e XIX influenciou o modo de definir os negros em Portugal. Tal como nos outros países da Europa, a definição dos negros partia do pressuposto de que eram inferiores, correspondendo o negro africano ao último degrau das três fases do progresso da humanidade, ou seja, civilização para os brancos, barbárie para os amarelos e selvajaria para os negros.

A construção do espaço colonial em Angola não fugiu à regra da ideologia da superioridade do branco europeu sobre o negro africano.

Esta construção, com as suas mudanças estruturais converteu, progressivamente, Angola numa colónia de povoamento branco e conduziu a formas de desintegração e recomposição de grupos sociais acompanhada por uma conflitualidade crescente nas relações colono/colonizado; conflitualidade atravessada por uma ideologia influenciada por um darwinismo social difuso e repercutida pela crescente e contínua chegada de colonos brancos<sup>10</sup>.

Este processo de “racialização” do espaço colonial angolano é sustentado por uma complexa rede de classificações raciais e estatutárias que permitem fazer e desfazer grupos com base em crenças que fundamentam a sua categorização. De entre as múltiplas classificações ganha relevância sublinhar a construção de uma classificação assente em propriedades rácicas/características somáticas.

A emergência desta classificação e seu desenvolvimento enquanto categoria política e princípio organizador de dominação acontece, como

---

<sup>8</sup> Esta classificação e os processos da sua construção como categoria prática e categoria política afiguram-se-nos particularmente interessantes porque permitem mostrar como a noção de raça, arbitrariamente estabelecida em função de características somáticas (cor da pele, textura do cabelo, etc.), funciona como um princípio de dominação extremamente eficaz.

<sup>9</sup> Dias (1995:130).

<sup>10</sup> Um branqueamento demográfico cada vez mais acentuado sobretudo a partir da década de 40 do século XX.

é evidente, durante o Estado colonial, sendo mesmo um dos princípios de dominação utilizados na sua manutenção. Mais, a análise deste princípio de dominação mostra-nos que ele é um princípio dinâmico que assenta, ao longo das diferentes fases que caracterizam a história da dominação colonial, numa tensão permanente entre integração e desintegração dos diferentes espaços sociais com dinâmicas sociais endógenas. Trata-se, para usar uma linguagem de senso comum de um exercício de engenharia político-social por parte do poder colonial<sup>11</sup>.

É ainda no quadro dessa tensão permanente, que o Estado colonial organiza o controle das populações autóctones contabilizando-as estatisticamente e classificando-as hierarquicamente do ponto de vista das características somáticas, privilegiando sobretudo a cor da pele.

Com efeito, podemos, por exemplo, ler nas estatísticas coloniais classificações do tipo brancos, pardos e negros; ou ainda brancos, mestiços e negros, que são resultado da agregação de indivíduos em função da cor da pele. Esta delimitação contabilística dos grupos vai-se tornando cada vez mais complexa à medida que o estado colonial vai introduzindo, na construção dessas categorias estatísticas, novas dicotomias, de ordem estatutária, como por exemplo a de indígenas/civilizados.

A classificação assente em propriedades rácicas/características somáticas quando associada à classificação estatutária indígenas/civilizados, passa a constituir uma matriz estruturante de relações sociais hierarquizadas que se foram estabelecendo na sociedade angolana entre colonizadores e colonizados. Essas relações objectivadas em instituições diversas como o estado, a família e a escola, e incorporadas pelos actores sociais do espaço colonial, quer o dominado quer o dominante, sob a forma de categorias práticas cognitivas, produziram efeitos tanto nas dinâmicas das lutas nacionalistas<sup>12</sup> como na

---

<sup>11</sup> O estudo destes processos têm pertinência na medida em que é central para as Ciências Sociais o facto de os indivíduos nas suas interacções quotidianas aceitarem as "raças" como realidades; tornando-as subjectivamente reais" instituindo-se assim entre grupos e indivíduos formas particulares de relações sociais estruturadas em torno da noção de raça. Uma construção social, que faz com que num dado momento histórico, numa sociedade (a angolana), sejam delimitados grupos que são percebidos, designados e mesmo autodesignados.

<sup>12</sup> Recordamos que durante a década de 60 o MPLA atravessou uma crise em que essas propriedades foram reavaliadas. Reis (1996: 697-709).

construção da sociedade angolana independente, organizada segundo outros princípios de dominação. Aliás, não é por acaso que, na sociedade angolana actual, determinadas classificações de ordem "racial" como mulato, cabrito, fronteiras perdidas, cafuzo, etc., fazem ainda parte do léxico comum. Trata-se, quanto a nós, do resultado de processos de interiorização da própria dominação.

A constatação da perenidade, no todo ou em parte, de um sistema de classificação, produzido pelo estado colonial e efectivado no exercício da violência física e simbólica legítimas coloca um outro questionamento centrado sobre os efeitos que uma classificação assente em propriedades ráticas/características somáticas pode ter no campo político angolano.<sup>13</sup>

### **Enquadramento teórico. Identidade, Campo político e crise**

#### *Identidade*

Começemos pela problematização da construção das identidades.

Como se sabe, o debate teórico desta questão tem oscilado entre posições assentes na psicologia e na sociologia na medida em que nos remete para fenómenos de ordem psicológica socialmente determinados fazendo apelo à criatividade e liberdade dos actores sociais. As dinâmicas identitárias obedecem ao duplo processo de integração (identificação) e de diferenciação (identização). Trata-se de uma dialéctica implicando o com e o contra, a inclusão e a exclusão; distinções de classe e de estatuto. As diferenciações sociais fazem com que as construções identitárias sejam igualmente lutas de classificação que se processam em contextos societários historicamente determinados<sup>14</sup>.

No caso do estudo da sociedade angolana, julgamos necessário, de um ponto vista teórico, apelar para a articulação de lutas históricas e lutas de classificação na análise dos processos identitários. Esta consideração implica pensar o processo de construção das identidades em Angola tanto em termos diacrónicos como sincrónicos; pensar como, por um lado, tal processo de um ponto de vista histórico e pluridimen-

---

<sup>13</sup> Reconhecemos que este questionamento enquadra-se na complexidade histórica e sociológica do espaço social angolano, que não se reduz, obviamente, à construção de relações sociais com base em classificações assentes em propriedades ráticas/características somáticas.

<sup>14</sup> Pinto (1991: 217-231).

sional, e por outro, pensá-lo como processo social em que cada domínio de socialização é relevante no percurso dos actores. Não é demais sublinhar que a identidade é um processo dinâmico e não um dado objectivo e imutável. É, igualmente, um conjunto estruturado de elementos identitários que possibilitam aos actores definirem-se e agirem. A compreensão dos fenómenos identitários como práticas de construção social exige das ciências sociais o uso de instrumentos teóricos que considerem tais fenómenos como relacionais, como conjuntos estruturados de elementos identitários, cuja definição pressupõe situações de acção e interacção. O que nos interessa aqui realçar são as situações de conflito e/ou cooperação em que os jogos de classificação são também lutas políticas.

### *Campo Político*

Assim, na nossa reflexão, ganha relevo a referência ao político. Para abordar este nível recorreremos a algumas questões levantadas pela sociologia política. Utilizamos os contributos de Pierre Bourdieu, propondo um estudo relacional do político, que ultrapassa as divisões micro/macro e indivíduo/sociedade<sup>15</sup>. A sua análise das práticas políticas em termos de campo<sup>16</sup>, habitus<sup>17</sup> e capital, permite pensá-las como fenómenos que se foram constituindo, social e historicamente, como políticos.

A partir do conceito de campo torna-se possível pensar a construção do político na sociedade angolana, tendo em conta a sua especificidade não só relativamente à definição do que está em jogo, às crenças que o

<sup>15</sup> Dicotomia versus macro, materializada, grosso modo, por duas abordagens fundamentais relativamente ao poder: i) como interacção entre grupos e indivíduos; ii) como um efeito das estruturas sociais globais.

<sup>16</sup> Do ponto de vista analítico, o conceito de campo “pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objectivas entre posições. Estas posições são definidas objectivamente na sua existência e nas determinações que eles impõem ao seus ocupantes, agentes ou instituições, simultaneamente, pela sua situação actual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou de capital) cuja posse comanda o acesso aos ganhos específicos que estão em jogo no campo e, pelas relações objectivas com as outras posições (dominação, subordinação, homologia, etc)”. As sociedades, sobretudo as mais diferenciadas são, pois, constituídas por espaços de relações objectivas (microcosmos sociais) com lógicas e necessidades específicas e apresentando uma autonomia relativa.

sustentam e aos princípios que o organizam, mas também considerando as condições históricas e sociais da sua constituição.

Do ponto de vista analítico, o conceito de campo político pode ser entendido simultaneamente “ como campo de forças e como campo de lutas tendo em vista transformar a relação de forças, o que confere a este campo a sua estrutura num dado momento (...) Os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial em relação aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes mantêm com as suas organizações (...) O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos”<sup>18</sup>

A partir do conceito de campo político torna-se possível pensar a construção do político na sociedade angolana, tendo em conta a sua especificidade não só relativamente à definição do que está em jogo, às crenças que o sustentam e aos princípios que o organizam, como também considerando as condições históricas e sociais da sua constituição.

---

Bourdieu compara o campo a um jogo. Bourdieu, serve-se da metáfora do jogo, para dar uma “primeira intuição” do seu entendimento de campo. Como qualquer jogo este comporta não só o que está em jogo como também um investimento (*illusio*), ambos assentes na crença (doxa) de que vale a pena jogar o jogo. É esta colisão que está na base da competição e de conflitos, entre jogadores dispostos de trunfos (capitais) hierarquicamente diferenciados.

O estado das relações de força, em cada momento, define a estrutura do campo. Todo e qualquer campo tem uma história social do seu nascimento (gênese do campo) que constitui em certa medida o seu inconsciente histórico.

<sup>17</sup> Não utilizaremos no nosso artigo o conceito de habitus mas ele é definido por Bourdieu (1972:178-179) como um “sistema de disposições duráveis e transponíveis que integrando todas as experiências passadas, funciona em cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e acções que torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correcções incessantes dos resultados obtidos, dialecticamente, produzidas por estes resultados”.

<sup>18</sup> Bourdieu (1989: 163-164).

### *Crise*

As crises apresentam um valor heurístico de grande importância na medida em que são um instrumento de observação de práticas políticas (e não só) permitindo descortinar processos, dinâmicas, agentes, e estigmas muitas vezes dissimulados.

A crise pode ser entendida como “um momento de intersecção de uma série de acontecimentos independentes que acontecem em diferentes “regiões” de um espaço social, “regiões” com necessidades e temporalidades diferenciadas que caracterizam o referido espaço. A crise como conjunção de factores causais independentes implica a existência de “mundos” separados mas que participam do mesmo “universo” tanto no seu fundamento como no seu funcionamento. É esta independência na dependência que torna possível o acontecimento histórico”.<sup>19</sup>

No caso do período compreendido entre 1992-1996 constatamos que Angola é atravessada por uma crise para qual convergiram uma série de factores (militar, político, económico e simbólico ideológico), num contexto de guerra civil e, como tal, de permanente tensão entre a guerra e a paz. É nesta medida que o conceito de crise se apresenta como um instrumento analítico pertinente, sobretudo para o exame de diferentes acontecimentos independentes na sua dependência que convergiram para um período de crise entre 1992-1996.

### *Articulação identidade/campo político/crise*

Do conceito de identidade retemos duas dimensões. A dimensão identificação/identificação na relação com o “outro”, ou seja, a capacidade de inclusão e exclusão. A segunda dimensão do conceito de identidade é política e refere-se às lutas de classificação. Ora, para melhor apreensão desta última dimensão, é pertinente cruzar o conceito de identidade com o conceito de campo político na sua tripla dimensão: i) conflito/competição, dado que os partidos representados na Assembleia lutam pela apropriação dos recursos políticos tidos como relevantes em momentos escolhidos da luta política; ii) a dimensão institucional, que passa pela configuração das relações de força dos partidos

---

<sup>19</sup> Bourdieu (1984: 210-211).



representados na Assembleia Nacional; iii) a dimensão discursiva, que abrange produtos políticos como lutas de classificação inscritas nos discursos e pontos de vista dos actores.

Trata-se, ainda aqui, de dar maior pertinência à dimensão conflitual alargando o campo dos seus atributos. Para isso cruzamos o conceito de campo político com o conceito de crise.

### **• O sub-campo da Assembleia Nacional e a construção do novo Bilhete de identidade**

Servindo-nos dos elementos empíricos produzidos ao longo do trabalho de campo realizado em Angola, a nossa reflexão compreende dois eixos fundamentais: i) a nova divisão do trabalho político e os pontos de vista dos actores políticos sobre o sub-campo político da Assembleia Nacional; ii) A construção das classificações sociais na Angola independente e os pontos de vista dos actores sobre a lei do Bilhete de Identidade.

#### *A nova divisão do trabalho político e pontos de vista sobre o sub-campo político da Assembleia Nacional*

1) Com a II República<sup>20</sup> assiste-se a um momento de abertura política inserido num quadro político singular: o pluripartidarismo coexiste com uma situação de guerra em que o maior partido da oposição é simultaneamente oposição parlamentar significativa e oposição militar.

As primeiras eleições multipartidárias na Angola independente realizaram-se nos dias 29 e 30 de Setembro de 1992. A elas concorreram 11 candidatos presidenciais e 18 partidos políticos. Mais de 91% os eleitores inscritos participaram na votação. Estas eleições foram acompanhadas por 800 observadores, representando as Nações Unidas, governos estrangeiros como os EUA, Portugal França Bélgica, Canadá e Alemanha, União Europeia e ONGs.

---

<sup>20</sup> Entendemos por II República o período iniciado com as eleições de 1992 e que corresponde a um novo regime político e multipartidário.

Os resultados finais das eleições foram anunciados a 17 de Outubro de 1992.

Nas presidenciais, nenhum dos candidatos obteve maioria absoluta: José Eduardo dos Santos obteve 49,57 % de votos e Jonas Savimbi 40,07 %. Deveria pois realizar-se uma segunda volta no prazo de seis semanas.

Nas eleições parlamentares o MPLA obteve a maioria absoluta parlamentar com 53,74% de votos, enquanto a UNITA apareceu como a segunda força parlamentar com 34,10 % de votos.

Todos os observadores externos legitimaram os resultados, considerando que as eleições tinham sido “na sua globalidade livres e justas<sup>21</sup>.”

A partir dessa data, os dois beligerantes, entre acusações e contra-acusações, retomaram os diversos confrontos militares: i) batalhas de rua em Luanda, durante as quais numerosos dirigentes da UNITA foram vítimas mortais<sup>22</sup>; ii) lutas pelo controlo de outras cidades como foi o caso do Huambo. Estes confrontos seriam pontualmente interrompidos depois dos acordos de paz assinados em Lusaka<sup>23</sup>.

Mas, mais uma vez, os acordos não são respeitados e a acção política das duas forças político-militares volta a estar submetida à lógica dos aparelhos militares<sup>24</sup>.

Apesar da complexidade da nova situação e da sua dimensão paradoxal, podemos considerar que, pelo menos no plano formal, se instituíra em Angola uma nova ordem.

---

<sup>21</sup> Anstee (1997: 318).

<sup>22</sup> Nesta sangrenta batalha, que teve início em 31 de Outubro de 1992, e culminou com a vitória do MPLA, graças ao armamento de civis pelo governo, morreram: Salupeto Pena, Jeremias Chitunda e Alicerces Mango figuras proeminentes da cúpula da UNITA.

<sup>23</sup> Em 15 de Novembro de 1993, MPLA e UNITA iniciavam conversações em Lusaka, que iriam culminar no Protocolo de Lusaka. Das várias medidas do protocolo podemos assinalar o restabelecimento do cessar fogo, a continuação do processo de formação das Forças Armadas Angolanas, incluindo a desmobilização e a constituição de um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional- GURN, que tomaria posse a 11 de Abril de 1997, incluindo, além do MPLA e a UNITA também o PDA. Tomada de posse num quadro de guerra civil.

<sup>24</sup> O recente acordo de cessar fogo assinado a 4 de Abril de 2002 no Palácio dos Congressos, abre a possibilidade de um fim definitivo das hostilidades. Possibilidade que se pode tornar uma certeza na medida em que os que assinaram o acordo são militares (os generais Geraldo Abreu Kamorteiro- UNITA e Armando Cruz Neto das FAA).

A 26 de Novembro tomaram posse na Assembleia Nacional 150 dos 220 deputados eleitos nas eleições de Setembro/Outubro<sup>25</sup>.

Por fim, a 12 de Março de 1993, 28 de Maio de 1993 e 4 de Junho de 1993 são publicados nos respectivos Diários da República, o Regimento Interno da Assembleia Nacional, a Lei Orgânica do Estatuto dos Deputados e a Lei Orgânica do Estatuto da Assembleia Nacional.

A “velha ordem” dá lugar a uma nova ordem juridico-política multi-partidária. Esta reconversão permite que a investidura da figura jurídica do deputado sancione uma nova constituição que, embora alargando o campo político, procura ocultar, por um acto de ‘magia social’, o efectivo estado das relações de forças entre os partidos representados na Assembleia Nacional<sup>26</sup>. Relações de força objectivadas pela distribuição dos lugares na Assembleia tendo em conta não só o número de deputados como outros indicadores, a saber, controlo do governo, da presidência da república, aparelho militar estatal, exército, próprio luta antes da independência e dissidências.

2) O estado de relações de força foi captado subjectivamente pelas representações que os diferentes actores fazem do sub-campo político da Assembleia Nacional<sup>27</sup>.

**MPLA.** A percepção do funcionamento do espaço da Assembleia confere a este partido político um papel moderador, de quem é capaz de fazer concessões (condescendência de quem é dominante). Por outro lado, os efeitos da guerra concorrem para a possibilidade do partido dominante “desfazer” e reconstruir grupos como no caso da UNITA em que o MPLA distingue os “bons dos maus”.

---

<sup>25</sup> Somente a partir de 9 Abril de 1997 é que a maioria dos deputados da UNITA ingressou na Assembleia. Até esta data os deputados representados no parlamento oscilaram entre os 6 e 10 deputados.

<sup>26</sup> Recordamos que, em Setembro de 1992, se realizaram eleições legislativas e presidenciais em Angola. No que diz respeito às legislativas a distribuição de deputados na Assembleia Nacional foi a seguinte: MPLA, 129; UNITA, 70; PRS, 6; FNLA, 5; PLD, 3; Restantes partidos, 1. Quanto às presidenciais, nenhum dos candidatos obteve a maioria necessária para ser eleito na primeira volta. A segunda volta, que tinha por candidatos José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, nunca se realizou.

<sup>27</sup> Graças às entrevistas realizadas em Luanda na sequência do nosso trabalho de campo.

“ (...)Isso obedecia a uma certa filosofia e uma certa estratégia política que procurou-se implementar naquela época. Essa filosofia consistia no fundo em procurar diferenciar a oposição civil, incluindo aí os deputados da UNITA que tinham tomado assento, dos grupos armados que continuavam a fazer a guerra”<sup>28</sup>.

**UNITA.** É um discurso crítico sobre a Assembleia Nacional, reflexo de quem ocupa o campo dominado, mas que dentro, deste campo, se apresenta na condição de principal partido da oposição e, como tal, reivindica para si a nova ordem política; o menos dominado dos dominados não foge ao apelo militar.

“É uma instituição onde, desde 93, se pode praticar alguma democracia, que não é aquela democracia que há na sociedade. Há uma espécie de desfasamento entre aquilo que a Assembleia Nacional faz e aquilo que os cidadãos querem. Se tiver que fazer um balanço, é um balanço extremamente negativo, porque a Assembleia Nacional conseguiu dar início ao desenvolvimento do sistema multipartidário, mas este sistema ficou enclausurado na Assembleia Nacional, não passou para fora e também porque não pode haver democracia com guerra e nós estamos em guerra em todo o país”<sup>29</sup>.

Quanto aos restantes partidos, o escasso número de deputados não permite um discurso alternativo ao poder remetendo a sua crítica para questões relativas ao excesso de deputados do MPLA. A sua tendência é, pois, para participar em eventuais reajustamentos formais da Assembleia.

*classificações sociais na Angola independente e os pontos de vista dos actores políticos sobre a lei do Bilhete de Identidade.*

1) Com a independência, os conflitos manifestos passam a ser predominantemente ideológicos, enquanto que as conflitualidades com base em classificações “raciais” e/ou étnicas são mantidas em estado latente. Isso não impediu, no entanto, eclosões violentas de conflitos raciais,

---

<sup>28</sup> Entrevista de um deputado do MPLA.

<sup>29</sup> Entrevista de um deputado da UNITA.

em momentos de crise, nomeadamente no caso da tentativa de golpe de estado, em 27 de Maio de 1977<sup>30</sup>.

A partir da década de 90, assiste-se a dois fenómenos heterogéneos: i) o regresso de um discurso pan-negrista no seio da elite negra devido, segundo alguns investigadores, ao acentuar de conflitos no seio das próprias elites<sup>31</sup>; ii) a chegada de uma população europeia e asiática sobretudo depois dos acordos de Bicesse e da adesão ao multipartidarismo. Estas mudanças morfológicas da população angolana urbana, sobretudo de Luanda, prestam-se a um reavivar das tensões em torno das classificações raciais. Estamos, portanto, num contexto de crise e vazio ideológico, em que as estratégias de mobilização políticas, poderão jogar com estigmas regionais, “étnicos” e rânicos<sup>32</sup>.

É neste contexto que a lei do BI é aprovada pela Assembleia da Nacional, a 26 de Junho de 1996. A lei do Bilhete de Identidade Nacional inclui um preâmbulo feito no âmbito do Conselho de Ministros que é, no fundo, a justificação da sua necessidade. Nele é assinalada a preocupação com a possibilidade da sua falsificação e a necessidade da sua informatização. Pelo que consta da acta, a lei foi aprovada por 111 votos, nenhum contra e nenhuma abstenção<sup>33</sup>. Da proposta de lei apresentada pelo governo à Assembleia nacional não constava o elemento de identificação raça. Este elemento de identificação seria inserido no BI por proposta de um deputado do MPLA.

2. Das representações em torno do BI pelos agentes políticos podemos reter os seguintes aspectos.

Os agentes problematizam a questão do novo BI situando-a no contexto mais abrangente de produção das identidades<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> Tali (2001: 181)

<sup>31</sup> Tali (1996)

<sup>32</sup> Os estigmas são por excelência produtos oferecidos e construídos pelo campo político pois trata-se de tornar explícito o implícito, de instituir os instrumentos de percepção e de expressão do mundo social.

<sup>33</sup> A confrontação da acta com outros dados recolhidos mostra inconsistências na informação que foi fornecida. Acta nº 1, (1996: 18)

<sup>34</sup> Representações captadas também através das entrevistas aos membros dos partidos representados na Assembleia Nacional tendo em conta o conceito de identidade nas dimensões identificação/identização e lutas de classificação.

Dentro do sub-campo político da Assembleia Nacional, os actores que produzem os pontos de vista sobre o BI e as identidades políticas fazem-no a partir de posições diferenciadas nesse mesmo sub-campo, embora tenham como característica comum serem discursos políticos e, nesta medida, serem discursos realistas de reificação da noção de raça.

São igualmente pontos de vista que se situam num registo simbólico-discursivo assente numa construção jurídico-política, a qual legitima uma ordem social hierarquizada em que são privilegiadas certas propriedades arbitrariamente identificadas como qualidades sociais.

### 2.1. O Debate na Assembleia Nacional

Para os apoiantes da introdução das propriedades rácicas no BI, a argumentação centra-se na identificação dos cidadãos e controlo dos grupos

“Eu (...) gostaria apenas, de referir que, se mais não houvesse, bastariam os fundamentos de natureza estatística e de gestão estatal e política- sociológica para que este elemento raça estivesse explícito no Bilhete de Identidade”

Para os oponentes a essa introdução, o debate centra-se na definição do conceito de raça e na dificuldade em proceder a classificações sobretudo em grupos mistos. Ironiza-se quanto à possibilidade de classificação segundo a raça:

“A noção de raça é uma coisa um bocado.... não é assim tão taxativa, tão definida, como nós estamos a pensar e para exemplo disso basta só lembrar que nos Estados Unidos, quem não é branco é negro e, eu preferia que em vez de raça que se quer por, se pusesse cor e nessa altura, então, punha-se as várias cores, os vários matizes que constituem a nossa população e, para terminar, eu queria apenas também dizer que esta questão das raças é de tal maneira indefinida, porque eu queria ler com a devida vénia do meu colega, as raças mais ou menos conhecidas aqui no nosso país - negro, fulo, cafuzo, fronteiras perdidas um... quer dizer, os que estão juntos dos negros, mulato, cabrito,

fronteiras perdidas dois os que estão perto dos brancos, kilombo kiassa, albino mukotó, esbranquiçado, branco do caraças e conforme os casos...<sup>35</sup>

## 2.2. Pontos de vista dos Entrevistados sobre o BI

Os entrevistados utilizam a noção de raça, como categoria prática, para diferenciar pessoas e consideram que esta noção se identifica com propriedades corporais.

“(...) É evidente que a minha raça não é a mesma do meu filho, porque sendo a minha mulher branca, a raça da minha mulher é uma, a minha é outra e a do meu filho é outra e a prova de que não sou racista é que sou casado com uma branca”.

Há entrevistados que nos seus pontos de vista sublinham o carácter arbitrário das classificações rácicas quando utilizadas nas interações quotidianas...

“Então, facto curioso, mas a minha mulher tem um look, é negra, embora seja um bocadinho clara mas é negra, portanto tenho três filhos, onde puseram no BI raça negra e os outros olharam sem perguntar, puseram raça mista, então eu tenho três filhos, uns no bilhete diz que é raça negra, e outros que são raça mista quando são filhos do mesmo pai e da mesma mãe”.

Os entrevistados apresentam pontos de vista concordantes quando qualificam a introdução do elemento de identificação raça no BI, como uma questão pouco pacífica e transversal a todos os partidos políticos.

“Essas duas leis (a lei dos estrangeiros e a lei sobre o BI) foram aprovadas com votos favoráveis de deputados de todos os partidos e votos contra de deputados de todos os partidos, ultrapassou a divisão partidária”.

---

<sup>35</sup> Acta n° 1 pp.(1996: 21 e 22).

Os entrevistados consideram igualmente que o modo como esta questão foi introduzida no debate da Assembleia Nacional, não pode ser dissociada do estado de correlação de forças que permitia ao MPLA o exercício do poder assente na maioria absoluta.

“O nosso partido aprovou. Houve partidos que defendiam uma determinada posição, outros que consideravam que havia uma certa discriminação desta identidade. Como um certo partido é minoritário, as decisões passam muitas vezes, não digo coercivamente mas passam porque dentro deste Parlamento há uma maioria absoluta que é do MPLA e muitas vezes as nossas posições, embora firmes, são chumbadas. Não há consenso”.

Os entrevistados exprimiram pontos de vista em que reconhecem a legitimidade do poder político para catalogar, identificar e controlar as populações. Eles veiculam, ainda, a ideia de que o conjunto de operações levadas a cabo pelas autoridades políticas competentes para delimitar e controlar grupos é um procedimento cuja legitimidade tem por fundamento a lei e a possibilidade da sua revogabilidade. Na perspectiva que é a sua, compete à Assembleia Nacional a produção de identidades jurídico-políticas, que respeitem as alteridades e não estigmatizem os indivíduos e os grupos...:

“Eu parto do princípio que o BI é um instrumento que à partida deve servir, além da identificação de um indivíduo, cidadão, este instrumento deve ser uma peça que possa fornecer o maior número possível de dados às autoridades. Por exemplo, houve colegas que não quiseram que a raça fosse mencionada e outros, que foi o caso da maioria, achou que se tratava de uma característica que figurava em outros bilhetes anteriores. Vimos que era melhor fixar isso, imagine que eu me chamo Lelene, há outras pessoas que se chamam Lelene”. Se uma pessoa sabe a raça que ele pertence já não vai incomodar uma pessoa de outra raça pois já se sabe a raça desse Lelene”

“Incluir a raça no BI corresponde ao reconhecimento de uma identidade jurídica”



“muitos pensam que são agora confrontados com uma certa discriminação. Eu acho que não há nenhuma discriminação, as pessoas que dentro de um país multirracial e multiétnico que identificam-se, é minha opinião pessoal, não vejo nisso nada de discriminatório, mas simplesmente como um processo de identificação de um cidadão, tanto de raça preta, de raça branca como de raça mista”

Os entrevistados defendem que é preciso um alargamento do debate em torno das políticas identitárias e das políticas de organização do território tendo em conta a necessidade de escolha de um tipo de Estado.

“Como incorporar as novas identidades na Constituição? que tipo de estado vamos ter, um estado unitário, um estado regional, um estado federal, portanto era preciso alguma clareza.... se estudarmos isso, talvez encontrássemos uma via mais curta para um debate”.

Os entrevistados afirmam que o reconhecimento de identidades múltiplas implica a introdução de novos critérios na construção das classificações identitárias. De entre esse critérios é preciso não esquecer a língua.

“na Assembleia Nacional não se fazem discursos nas línguas nacionais, num país onde há uma multiplicidade de línguas, os debates, os discursos na Assembleia Nacional são todos feitos em português, as confissões religiosas nem todas estão representadas, nós não temos na Assembleia Nacional um padre da igreja católica, tivemos um bispo da Igreja Metodista... mas não há... ainda não representa o todo nacional.

Para os entrevistados, a questão da situação dos mestiços em Angola deve ser encarada do ponto de vista político, tendo em conta a sua articulação com as novas configurações identitárias que emergem no país. Para eles, não se deve igualmente aceitar, sem que se instaure um debate, a tendência para os mestiços, enquanto grupo, se autclas-sificarem ou serem classificados como minoria. Consideram ainda que

é preciso não confundir a minoria definida segundo critérios estatísticos e a minoria definida segundo critérios políticos.

“Agora há um discurso da minoria mestiça, ... Os irmãos mestiços já se assumem como minoria, em termos estatísticos pode ser, mas isso é uma outra conotação, querem criar um falso problema no País. Em termos estatísticos eles são uma minoria em relação ao resto da população”.

“embora a grande maioria dos deputados mestiços sejam do MPLA isso não quer dizer nada”.

“a intenção dos indivíduos que se referem aos mestiços como minoria é mesmo uma intenção política, é uma minoria que se destaca da maioria dos angolanos, que vive á parte e isto é perigoso”.

Uma última reflexão em aberto...

A análise das entrevistas<sup>36</sup> aos membros dos partidos representados na Assembleia Nacional confirma a incorporação de classificações assentes em propriedades ráticas/características somáticas. A inclusão destes critérios no BI visa sobretudo a delimitação e a reestruturação de grupos sociais. Uma vez objectivadas no BI, a função desses critérios torna-se manifesta. O carácter normativo e regulador das propriedades escolhidas torna-se manifesto.

Ganha relevância o enquadramento teórico que demos à questão da lei do BI. É ele que nos permite passar da questão da escolha de propriedades ráticas/características somáticas no bilhete de identidade para uma visão mais abrangente que engloba os discursos sobre as identidades e mostrar as razões da permanência de discursos envolvendo noções que, do ponto de vista científico, já perderam qualquer valor nas descrições da sistemática e nos quadros explicativos.

---

<sup>36</sup> Reforçada pelos discursos recolhidos da Acta referente ao debate sobre o projecto do BI de 26 de Junho de 1996.

Os elementos empíricos que sustentam esta reflexão levam-nos a intuir que classificações assentes em propriedades ráticas/características somáticas podem funcionar como um operador eficaz que, escondendo a arbitrariedade de base das classificações, as transforma em crenças mobilizadoras da acção política.

É obvio que a decisão da Assembleia vai ter efeitos sobre os grupos e indivíduos que compõem a sociedade Angolana. Como dissemos, a aprovação da lei do BI significa a legitimação jurídica do uso de características ráticas para efeitos de identificação. Mas, para além disso, prenuncia os termos de uma nova reorganização de identidades e hierarquização de grupos na sociedade.

Embora não tenhamos todos os elementos necessários para fazer uma comparação alargada entre o que se verificou na Assembleia e o que se passa na sociedade, podemos avançar com algumas considerações merecedoras de uma investigação mais profunda.

De facto, as questões das classificações e da definição dos seus termos já está presente, de modo mais ou menos articulado, nas entrevistas que aqui apresentamos. Torna-se claro que as redefinições identitárias, a aceitação de diferenciações baseadas em termos de maiorias e minorias, serão tanto mais fáceis de conseguir quanto maior for a visibilidade das suas implicações para os membros da sociedade.

A memória da génese da noção de 'raça' no período de dominação colonial implica, com certeza, alguns cuidados na reapropriação desta noção, o que faz prever novos discursos para construção de novas configurações identitárias. Mas a sua eficácia para "fazer e desfazer" grupos mantem-se, pelo menos na medida em que é possível esconder o carácter simultaneamente arbitrário e regulador da ordem das classificações ráticas, ao mesmo tempo que o arbitrário trabalha na construção de tais grupos, em condições subjectivas tais que a escolha dos critérios definidores de quem é misto, branco ou negro, torna a constituição dos grupos pelo Estado "uma ficção bem fundada" <sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Tal como afirma um actor: "o que presentemente ocorre nas repartições da identificação civil é uma bizarrice. Assistem-se a actos classificatórios realizados de modo arbitrário pelos funcionários do Ministério da Justiça, pois são eles que catalogam os cidadãos de acordo com a cor da pele Folha 8 2001 p15".

Esta subjectividade classificatória, legitimada pela objectividade da jurisprudência política, poderá levar, no nosso entender, ao surgimento de outros arbitrários na definição dos grupos, dado que um cafuzo social poderá ser um negro jurídico e um mestiço político.

Considerando o exemplo da cor da pele, vemos como ela aparece como um artefacto social quando temos em consideração esta dimensão subjectiva e performativa presente na construção de taxinomias práticas. No entanto, há que ir mais longe, já que o espaço dos possíveis das configurações identitárias não se reduz apenas ao artefacto assente na cor da pele.

Angola é um espaço social que permite a construção de configurações identitárias não assentes, apenas, em classificações ligadas a propriedades rácicas/características somáticas. Com efeito, outros sistemas classificatórios construídos com base na etnia ou na região, poderão funcionar como recursos políticos e levar a novos princípios de divisão social que fundamentarão a construção de novos grupos.

Ao reconhecer-se juridicamente uma identidade de raça no espaço social angolano, abriu-se a “caixa de Pandora” que continha outros possíveis identitários<sup>38</sup> susceptíveis de funcionar como outros tantos recursos políticos, sobretudo para aqueles que ocupam na estrutura do campo político posições dominadas do ponto de vista dos postos e privilégios, ou, para aqueles que lutam por aceder ao referido campo.

Assim, o campo político angolano propõe aos seus actores um espaço dos possíveis que orienta os posicionamentos políticos, os problemas políticos e ainda, a utilização, como recursos políticos, de propriedades sociais, arbitrariamente construídas, tais como a “raça”, a etnia, a língua e a região, que são de grande eficácia na política identitária. No estudo desses possíveis, não se pode esquecer que estas propriedades, socialmente construídas, têm vindo a constituir simultaneamente categorias de prática social e política e igualmente categorias analíticas.

Parece-nos pois importante abrir e problematizar este campo que joga com as opções políticas mas onde também elas se jogam.

---

<sup>38</sup> A título de exemplo, um deputado sugeria que se podia acrescentar a tribo no BI. Acta nº 1 (30: 1996).

## Bibliografia

1. ALEXANDRE, Valentim (1979). *Origens do colonialismo português moderno*. Lisboa: Sá da Costa
2. AMÂNCIO, LÍGIA (1993), "Identidade social e relações intergrupais". In Vala, Jorge e Monteiro, Maria Benedicta (coord.), *Psicologia Social*. Lisboa, Gulbenkian, pp.287-307.
3. AMORIM, António et al (1997), *O que é a raça. Um debate entre a Antropologia e a Biologia*. Lisboa, Espaço Oikos.
4. ARENDT, Hanna (1982), *L'imperialisme*. Paris, Fayard.
5. BANTON, Michael (1977), *A ideia de raça*. Lisboa, Ed. 70
6. BERGER, Peter et LUCKMANN, Thomas. (1996) *La Construction Sociale de la Réalité*. ed. Paris: Méridiens Klincksieck/Masson. (A Construção da Realidade Social. Petrópolis: Vozes, 1987).
7. BOURDIEU, Pierre (1972). *Esquisse d'une theorie de la pratique*. Genebra: Droz..
8. BOURDIEU, Pierre (1984)- *Homo Academicus* Paris, Minuit
9. BOURDIEU, Pierre (1988) "Penser la Politique », *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. 71-72, p.2 -3
10. BOURDIEU, Pierre (1989) - *O Poder Simbólico*. 2ª ed. Lisboa: Difel
11. BOURDIEU, Pierre e WACQUANT,Loic J.D.(1992) *Reponses*. Paris: Seuil
12. BRUBACKER, Rogers (2001), "Au-delà de l'«identité»". *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, n° 139, pp. 66-85.
13. CAMILLERI, Carmel, KASTERSZTEIN, Joseph, LIPIANSKI, E. Marc et al. (1990). *Stratégies Identitaires*. Paris, P.U.F.

14. CASIMIRO, Cláudia (1993/1994), *A Noção de Raça em Portugal*. Trabalho de Investigação apresentado no âmbito do Seminário de Investigação do 4º ano da Licenciatura em Antropologia. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
15. DIAS, Jill R. (1995), "Um contributo oitocentista para a divulgação do debate europeu sobre a Raça", *Ethnologia*, nº 3-4, pp.120-137.
16. LEVI-STRAUSS, Claude (1980). *Raça e História*. Lisboa, Presença
17. MACHADO, Fernando Luís (2000), "Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual". *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 33, pp. 9-44.
18. MARQUES, João Filipe (1995), " O estilhaçar do espelho. Da raça enquanto princípio de preocupação do social a uma compreensão sociológica do racismo". *Ethnologia*, nº 3-4, pp.39-57.
19. MARQUES, Sofia (1993), *Angola Guerra à Democracia*. Luanda, Edipress.
20. MEMMI, Albert (1993). *O Racismo*. Lisboa, Caminho
21. MESSIANT, Christine (1983), *1961, L'Angola colonial, histoire et société. Les prémices du mouvement nationaliste* Tese de Doutoramento, Paris, Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais
22. MESSIANT, Christine (1999a) "La Fondation Eduardo dos Santos (FESA)..." *Politique Africaine*. nº73, pp. 82-102.
23. MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque (1997), Configurações dos Núcleos Humanos de Luanda, do Século XVI ao Século XX . In *Encontro de Povos e Culturas em Angola: Actas do Seminário*, Luanda 3 a 6 de Abril de 1995. S/l: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 109-225.
24. NETO, Maria da Conceição (1997b), "Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX". *Lusotopie*. pp. 327-359.

25. PINTO, José Madureira (1991). "Considerações sobre a Produção social de Identidade". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 32, p.217-231.
26. REIS, Maria do Céu Carmo e REIS, Fidel Carmo (1996). "O MPLA e a crise de 1962-1964 como representação: alguns fragmentos". In III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 3, 1994, Lisboa. *Dinâmicas Multiculturais. Novas faces outros Olhares*. Actas das Sessões Temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 697-709.
27. TALI, Jean-Michel Mabeko (2001) *O MPLA perante si próprio (1962-1977)*, Luanda, Nzila, 2 volumes.
28. TALI, Jean-Michel Mabeko (1997) "L' interminable transition angolaise et les multiples dangers de l'incertitude politique", *Lusotopie*, pp. 87-103.
29. VALA, Jorge (1993), «As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social», *Análise social*, vol. XVIII (123-124) 4 e 5, pp. 887-919.
30. VALA, Jorge et al (1991), "Identidade social um conceito chave ou uma panaceia universal?" *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 9, pp. 107-120.





## PRESENÇA DA MULHER AFRICANA AO SUL DO SARA NA CULTURA E NA CIÊNCIA: QUESTÕES DE GÉNERO

Ilídio Amaral<sup>1</sup>

O princípio da igualdade entre homens e mulheres, tal como está na Carta das Nações Unidas, na maioria das constituições nacionais, na legislação governamental, nos programas de desenvolvimento e em numerosos instrumentos internacionais como a Declaração Universal de Direitos Humanos, o Convénio sobre Direitos Humanos, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres, as Estratégias de Nairobi e outros mais, nem sempre tem tido concretização. Não só em África, mas por todo o lado: é um fenómeno global. Entre Abril de 2001 decorreu em Adis Abeba um Encontro Regional para discutir as necessidades para o Projecto sobre construção de capacidades dos mecanismos nacionais para a igualdade do género em países africanos.

A participação pouco efectiva de mulheres na política e nos centros de decisão está ligada a vários factores, como atitudes socioculturais tradicionais, níveis baixos de instrução e de estatuto económico. São de acrescentar o facto do sistema político (o Estado) ser dominado por homens e a natureza subalternizada dos movimentos de mulheres, aspectos cruciais na compreensão da dinâmica da participação destas na vida pública e cultural.

Segundo a nigeriana Molara Ogundipe-Leslie, em entrevista de 1991 a várias escritoras africanas (2), “a sociedade africana, orientada pelo

---

<sup>1</sup> Geógrafo, Professor Catedrático jubilado da Universidade de Lisboa  
Director do Centro de Geografia do Instituto de Investigação Científica Tropical  
Membro da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História

<sup>2</sup> M. Busby, “Women writers speak out”, *Africa Forum. A Journal of Leadership and Development*, 1991, 1(1), pp. 33-35.

homem, reage de modo sexista usual, negando que haja uma opressão da mulher, glorificando um passado pré-colonial desconhecido em que as nossas mães africanas eram totalmente felizes, acusando as mulheres conscientemente activistas de serem vítimas de ideias Ocidentais e imitadoras das mulheres brancas, clamando que a 'família' é mais importante que o destino da mulher individual, afastando para o lado as preocupações das mulheres com a hipocrisia de que o 'desenvolvimento nacional' é uma prioridade maior do que a 'libertação da mulher', afirmando que, de qualquer modo, as mulheres não precisam de ser libertadas porque nunca estiveram em sujeição". Acrescentava ainda que existia um compêndio de falsificações históricas e sociológicas, tudo com o objectivo de amedrontar as mulheres e reduzi-las à quietude. As mais corajosas, capazes de elevarem as suas vozes social e politicamente, são estigmatizadas.

Molara (ou Omolara) Ogundipe-Leslie, especialista em teoria literária e literatura comparada, formada pela Universidade de Ibadan (Nigéria), com mestrado na de Londres e doutoramento na de Leiden (Holanda), autora de estudos sobre África e a sua diáspora, sobre problemas post-coloniais e activismo das mulheres e género, é também uma das pioneiras e líder de feminismos africanos. Tem uma longa lista de publicações, de que me permito destacar *Recreating Ourselves: African Women & Critical Transformations*, 1994, associadas a uma carreira brilhante de professora e conferencista em universidades nigerianas, inglesas, norteamericanas, canadianas, sul-africanas.

É do conhecimento comum que, numa sociedade largamente patriarcal, com muita dificuldade os homens cedem as posições privilegiadas que gozam desde há séculos, sem luta. Se na vida privada, no lar, o homem condescende em partilhar alguma autoridade, na esfera pública, sobretudo na arena política, o género masculino emprega todos os estratagemas para manter a mulher de fora. Esta terá que demonstrar que é muito melhor, para ser aceite nesse espaço; e, mesmo assim, como fica em minoria, a sua voz não alcança mais alto que um suspiro, abafado pela vozearia masculina.

Contundo as coisas têm mudado, contrariando um provérbio dos Beti dos Camarões segundo o qual "as mulheres não têm boca". Para Ama Ata Aidoo, escritora ganesa (dramaturga, poetisa, autora de pequenas histórias e novelas), o facto de se emudecer a voz feminina

tinha a ver com a posição da mulher na sociedade. “Os homens calam-nos porque ou não se importam connosco, ou odeiam-nos”. Activista política, com papel de relevo na revolução de 1981, por pouco tempo, Ama Aidoo foi Ministra da Educação. Defensora acérrima dos direitos das mulheres, com atitudes públicas de contestação, viu-se perseguida pelas autoridades do seu País e obrigada a emigrar, em 1983, para o Zimbawé, fixando-se em Harare. A colecção de poemas *An Angry Letter in January*, 1992, será uma das suas obras mais importantes, na qual exprime a experiência do exílio, as questões de nação e identidade, os conflitos entre géneros. Relativamente a estes já os utilizara, de forma magistral, em duas novelas: *Our Sister Killjoy, or reflections from a black-eyed squint*, 1977, e *Changes. A love story*, 1991.

Em muitos lados a mulher é considerada como não estando ainda qualificada para cargos de decisão política - uma alegação pouco convincente, tendo em conta que muitos políticos masculinos, eles próprios, só recentemente, e pela primeira vez, chegaram a tais cargos. Assim é perpetuada a subordinação e exploração da mulher e, por vezes, até a culpam de ela própria ser a causa disso! Por exemplo, em 1975 um ministro queniano, convidado para o encerramento de um Seminário Internacional de Mulheres, ao dirigir-se a uma audiência feminina não se coibiu de dizer o seguinte, ainda que tivesse tentado esclarecer que se tratava de um desafio: “Sou levado a acreditar que a mulher tem uma mentalidade preguiçosa. É demasiado preguiçosa para pensar. Vocês mulheres pensam e acreditam que são inferiores aos homens. É um problema psicológico, e 99,9% das mulheres sofrem disso” (*Sunday Post*, Nairobi, 25 de Maio).

Em certa medida, pode ser verdade que algumas mulheres sofram do complexo de inferioridade, nascido de anos de socialização para a subordinação. Mas é um exagero grosseiro mencionar 99 % ou outro valor próximo. Em muitos lados a mulher já não se pensa inferior ao homem. Na verdade, o seu problema básico é a falta de oportunidades e de acesso aos recursos que podem melhorar os seus estatutos e daí a sua capacidade de competir com os homens em bases iguais. E essas oportunidades e recursos continuam desproporcionadamente controlados pelos homens, porque dominam os sistemas onde são feitas as partilhas e a distribuição.

O ponto a sublinhar é que os homens usam desculpas socioculturais desactualizadas para excluírem as mulheres de posições políticas e de decisão. A finalidade é conservá-las num estatuto de subordinação. Num depoimento de 1964 Ruth Habwe, uma política hábil do Quênia, dizia o seguinte: “Estou consciente das dificuldades que os homens têm de enfrentar, quando consideram a possibilidade de mulheres ganharem posições de influência. Domina-os o medo inevitável de que, sendo superiores às mulheres, quando estas alcançarem o mesmo nível, eles cairão das posições elevadas que têm explorado ao longo dos tempos”.

Um escritor famoso, Akinwande Oluwole Soyinka (1934- ), yoruba de Abeokuta, figura bastante controversa - dramaturgo (mais de 20 peças, incluindo a *Opera Wonyosi*, influenciada pela *Ópera dos três virténs* de B. Brecht), director e actor de algumas das suas peças, poeta, novelista (*The Interpreters*, 1965, e *Season of Anomy*, 1979), crítico literário e ensaísta, tendo recebido vários prémios, docente em várias universidades nigerianas, britânicas e norteamericanas, político, investigador no campo das ciências sociais -, galardoado com o prémio Nobel de Literatura em 1986, exaltou as qualidades político-sociais das mulheres, mas em modos tais que algumas feministas acharam tais referências entre o cómico e o satírico, retratado o género feminino como objecto utilizado pelos homens.

Sirva de exemplo uma das suas peças mais populares, *The Lion and the Jewel* (1959), com três personagens centrais, de um triângulo amoroso: o ancião Chefe Baroka (Leão é o seu cognome), zelador da tradição (yoruba) e da autenticidade cultural africanas, e Lakunle, o jovem mestre escola, supostamente representante de uma modernidade europeia que absorveu durante uma estada na cidade de Lagos, ambos pretendentes à mão de Sidi, a beleza da aldeia de Ilujinle. Em certo momento, Lakunde diz-lhe o seguinte: “Sidi, quando estivermos casados... sentar-nos-emos à mesa, não no chão! E comeremos com garfos e facas, não com os dedos, e em pratos quebráveis (*breakable plates*, isto é, de louça), como seres civilizados... Quero passear contigo na rua, lado a lado, de braços-dados, tal como eu vi fazerem jovens casais em Lagos. Usarás sapatos de saltos altos, porás baton vermelho nos lábios...”. Como Sidi tivesse preferido o ancião, Lakunle teve forte reação, traduzida nos seguintes termos: “Incivilizada e primitiva -

rapariga do mato! Beijei-te como todos os homens educados - e cristãos! - beijam as suas mulheres. É este o modo do romance civilizado”.

A propósito do espírito irónico e sarcástico de Soyinka não posso deixar de recordar o seu poema autobiográfico, “Conversa telefónica” (1955) com uma Senhora inglesa quando, estudante em Leeds, procurava um quarto. Refiro os principais pontos do poema, numa tradução livre e sintética, tal como foi feito no caso anterior. Perante o preço e a localização da casa. Soyinka achou o primeiro “razoável”, e que a segunda lhe era “indiferente”. A Senhora começou a entrar em pormenores pessoais, mas Soyinka interrompeu-a do seguinte modo: “Madame, detesto um dia perdido (*I hate a wasted journey*). Eu sou africano”. Silêncio do outro lado, uma tosse e a pergunta: “Você é relativamente claro ou mesmo muito escuro?”. Resposta de Soyinka: “Assim, assim”. A Senhora insistiu: “Você quer dizer ... escuro, ou como leite com chocolate?”. Retorquiu Soyinka: “Sépia, da África Ocidental. Está no passaporte, como *brunette*” (moreno, trigueiro). Nova insistência da Senhora: “Mas isso é escuro, não é?!”. Resposta de Soyinka, “Não de todo. Facialmente sou *brunette* mas, Madame, devia ver o resto de mim. As palmas das mãos e as solas dos pés são descoradas, alouradas. Mas a fricção, causada por me sentar, tornou o meu trazeiro negro... Um momento Madame, não quererá vê-lo pessoalmente?”. O sarcasmo de O. Soyinka é demolidor. Noutra ocasião, insurgindo-se contra o movimento da Negritude, ironizava com a expressão de que “o tigre não” precisava de “se vangloriar da sua tigritude”.

É frequente os escritores africanos tratarem as personagens femininas dos seus livros de maneira displicente, quando não de forma caricatural, relevando o estigma de “sexo fraco”. Segundo a escritora queniana Asenath Odaga, autora de peças de teatro e de ficção para adultos e crianças, “o homem tem sido sempre dominante em África. Este é o seu mundo; a sociedade é dele. O que eu não gosto é da maneira como os escritores tratam as personagens femininas, de uma forma que as faz ou estúpidas, ou preguiçosas, ou sensuais. É verdade que algumas escritoras procedem do mesmo modo, mas a maioria de escritores é do sexo masculino e eles não têm dado uma boa imagem da mulher africana. Espero que as escritoras africanas tentem dar à mulher africana a dignidade que ela bem merece”.

A atitude geral da sociedade para com o chamado “sexo fraco” tem sido objecto de reflexão para algumas mulheres autoras de obras notáveis, quer especializadas em ciências humanas e sociais, quer simplesmente escritoras. A nigeriana Zaynab Alkali, na sua novela *The Stillborn*, 1984, escrevia o seguinte: “Estou cansada de ouvir muitas mulheres dizerem que foram criadas para serem ‘fracas’ e ‘incapazes’ de atingirem o ponto mais alto do desenvolvimento intelectual... Posso afirmar que, na literatura africana, as mulheres não estão adequadamente representadas, já para não falar de serem maltratadas, de uma maneira, ou doutra. Com muito poucas excepções as mulheres são ignoradas. Quando muito, têm papéis menores nos enredos. Estou certa de que alguns escritores, se pudessem, tinham dispensado as personagens femininas”. E Adeola James, editora de um livro com entrevistas feitas a escritoras africanas que sempre viveram em África, levantou a questão do motivo de não haver os equivalentes femininos de Chinua Achebe, com a sua linguagem metafísica, de A. Soyinka, com a sua ironia mordaz, ou de Ngugi wa Thiong’o, tão dotado de força telúrica e intensidade onírica.

A propósito disto é de asinalar o aparecimento, em anos muito recentes, de uma excelente escritora moçambicana, Paulina Chiziane, que pode ser considerada como a primeira romancista africana de língua portuguesa, ainda que ela própria prefira dizer-se simples “contadora de histórias e não romancista”, inspiradas “nos contos à volta da fogueira”, sua “primeira escola de arte”. Paulina Chiziane, natural de Manjacaze, com frequência de um curso universitário de Linguística, que não chegou a completar, demonstra nos seus romances uma notável força criativa nas vigorosas abordagens dos problemas culturais das mulheres e dos homens africanos (no caso, moçambicanos), centrando-se, particularmente, nos das primeiras. *Balada de Amor ao Vento*, 1990, *Ventos do Apocalipse*, 1995, *O Sétimo Juramento*, 2000, e *Niketche. Uma história de poligamia*, 2002, merecem leitura atenta; não lhes faltam aquelas características metafísicas, irónicas, oníricas e telúricas atribuídas a escritores masculinos. Nas dedicatórias antes da abertura de *Niketche*, que na Zambézia e em Nampula significa dança do amor, a autora sintetiza os fios condutores do seu romance: “Com a Leontina dos Muchangos, navego pelo universo da mulher, essa alma desconhecida onde descobri poderes adormecidos, e com a Alcinda de

Abreu, passeio até o Sol se pôr e o dia clarear, nas paisagens mais extraordinárias do mundo de uma mulher”.

No período pré-colonial, em muitas sociedades africanas as raízes dos grupos sociais baseados no gênero já mergulhavam no desenvolvimento de uma divisão sexual do trabalho. A intrusão colonial trouxe dimensões novas para a diferenciação entre os gêneros. Por exemplo, enquanto o trabalho assalariado e a produção para a exportação eram considerados como actividades masculinas, para as mulheres mantinha-se a produção de alimentos e a sua venda local.

Após as independências, porém, em muitas partes as mulheres continuaram a ser marginalizadas, afastadas das instituições centrais. As distinções entre público (estado) e privado também sublinharam as diferenças de gênero. Frequentemente, as políticas de desenvolvimento esquecem-se das mulheres, e quando são elaborados projectos específicos para seu benefício elas acabam por ser marginalizadas. No entanto, a igualdade de gêneros, como já foi referido, passou a estar integrada nos textos de muitas constituições, na legislação governamental, nas políticas e programas de desenvolvimento. Mas parece que os mecanismos nacionais têm encontrado sérias dificuldades em se imporem. Por exemplo, num encontro regional que teve lugar em Adis-Abeba, em Abril de 2001 - *Regional Meeting to discuss the Needs Assessment for Project on Capacity Building of National Machineries for Gender Equality in African Countries* -, reconheciam-se muitas dessas dificuldades: falta de recursos financeiros e humanos adequados, inexistência de dados desagregados de sexos; localização marginalizada ou ineficaz da condição feminina na estrutura do governo; laços insuficientes com a sociedade civil; compreensão deficiente das questões de gênero pelos actores intervenientes; instabilidades económicas e políticas, incluindo, em alguns lados, conflitos armados. “Olhai para este vasto continente! Olhai para este exército de mulheres! Realmente é ridículo que pessoas, especialmente homens africanos educados, ajam como se as mulheres não existissem! Isso é parte da herança colonial, porque não era assim nas nossas sociedades, pelo menos não o era em muitas delas”, é mais um testemunho de Ama Ata Aidoo.

É bom recordar que, num continente da oralidade, as mulheres detinham uma preeminência reconhecida na tradição: histórias contadas pelas avós modelaram as vidas de incontáveis gerações.

Contudo, o reconhecimento das suas contribuições, em termos de palavra escrita, continua por fazer, de modo idêntico ao que foi realizado com os *griots*, esses “mestres da palavra”, de escolas ou centros tradicionais da zona de savanas da África setentrional.

Hoje, quando se fala de literatura africana, isso significa, em geral, textos escritos em línguas europeias, de colonização, por autores africanos. Enquanto os escritores masculinos se concentraram, inicialmente, na luta contra a colonização por potências Ocidentais, as mulheres tiveram de lutar também contra a ‘colonização’ feita pelos seus próprios homens e por atitudes tradicionais que reservavam a educação formal para os rapazes. A ausência de mulheres das antologias mais antigas fala por isso mesmo. Apenas nas últimas décadas escritoras africanas, nascidas e vivendo no continente, começaram a receber algum reconhecimento público, aclamadas e com largas audiências.

Em muitos casos, contudo, esse reconhecimento veio depois da morte. Seja o exemplo da novelista sul-africana Bessie Head (1937-1986), cuja história trágica começou por ser filha de uma mulher branca (pertencente a uma família rica do Natal, de fazendeiros e criadores de cavalos de corrida) e de um rapaz negro (um Zulu, moço de estrebaria), crime grave no país do *apartheid*. Após o parto a mãe foi dada como louca pela sua gente e Bessie Head entregue a um infantário, posta num lar até aos 13 anos, e depois numa escola de missão. Trabalhando como professora e jornalista, aos 27 anos mudou-se para o Botswana e utilizou a sua própria história em livros como *When rain clouds gather*, *Maru*, *A question of power*, e outros, sem ter conhecido verdadeiro sucesso ou aceitação enquanto esteve viva. Numa carta que escreveu, em Junho de 1980, a um professor da Universidade de Bahran, pode-se ler o seguinte: “Olhei para trás, para a minha vida, com extrema agonia ... Ocorreu-me a questão posta por Chinua Achebe em *A Man of the people*, ‘O que fazes quando vens do frio?’... Muitas vezes a África independente responde a isto de uma maneira terrível - queremos carros, queremos muitas mulheres, precisamos de várias mansões. As minhas novelas e eu nunca viemos do frio. Permanecemos na aldeia (referia-se a Serowe, onde vivia), construindo pequenas indústrias e cooperativas rurais, na esperança de que se expandam e abram novas portas”.



Vejamos alguns factos que dizem respeito à condição feminina africana no período post-colonial. A maioria das mulheres participa, activamente, na economia e contribui, de maneira significativa, para o PNB, mas sem o benefício do poder de decisão. Estimam-se as suas presenças em 78% da produção agrícola, 80% do processamento de alimentos, 80% da procura de combustível (lenha), 80% do fornecimento de água ao lar, 90% da fabricação de bebidas (cerveja), 50% da criação de animais. Na África subsariana entre 60 e 80% de trabalhadores de campo são mulheres.

Como os valores reais de salários e preços nos produtores diminuíram nos anos 70 e 80 os homens chefes-de-família não puderam desempenhar muitas das suas funções como tal e as mulheres viram-se obrigadas a prover partes crescentes dos encargos familiares. Em muitos casos elas tornaram-se mesmo as únicas fontes de receitas financeiras da casa - mães-solteiras, mulheres abandonadas pelos maridos, viúvas. Isto fez aumentar, na sua consciência, o valor do seu género, levando-as, em vários lados, a rebelarem-se, juntamente com os jovens do género masculino, contra a dominação da família patriarcal. Hoje, mulheres de negócios gerem os seus negócios em sectores do comércio, dos transportes e de outras actividades; mulheres mais afortunadas vão aumentando o controlo sobre as fontes de produção, de crédito e de utilização de tecnologia moderna. Interessante referir que, nos finais dos anos 70, na Tanzânia, cerca de 30% dos chefes de família eram mulheres.

Tomando o continente africano como um todo, na agricultura a percentagem de trabalhadores do género feminino é maior que a do género masculino. Contudo, verifica-se que as mulheres ainda têm acesso muito limitado à terra, ao crédito financeiro, à formação profissional e às tecnologias modernas, que são factores importantes para o aumento da produtividade e dos rendimentos. No sector industrial, muitas vezes, o emprego feminino é precário (pagamento diário, trabalho temporário, etc.) e os salários são baixos. Há uma nítida preferência por mulheres iletradas, sem formação profissional e não sindicalizadas, porque trazem menos problemas ou, dito de outra maneira, porque são mais facilmente exploradas..

No sector de serviços (escritórios, comércio, ensino, saúde, etc.) é relativamente recente a chegada de mulheres, em comparação com os

países industrializados. Mas em muitos países africanos, nesse sector a proporção de mulheres duplicou e noutros triplicou. Naturalmente que tal crescimento varia de país para país. Estatísticas da Organização Internacional do Trabalho e da *UN National Research and Training Institute for Advancement of Women (INSTRAW)*, 1950-2000, mostram, por exemplo, que no Senegal se passou de 3 para 8,3%, na Costa do Marfim de 7 para 13,6% e na Nigéria de 31 para 52%. Apesar disso, a percentagem de mulheres ainda se mantém inferior à de homens. Em muitos países há uma tendência para a rápida feminização de certas áreas, como de escritórios e comércio, ensino, serviços sociais e de saúde, mas em escalões baixos, porque nos mais altos continuam a predominar os homens. Por exemplo, na área de saúde há muitas enfermeiras e serventes, mas poucas médicas em cirurgia, na pesquisa científica e em lugares de gestão hospitalar.

O sector informal continua a ser a área de maior empregabilidade de mulheres, quer no mundo rural, quer no mundo urbano. Estima-se que nas grandes cidades africanas elas constituam 50 a 60% da força de trabalho mas o seu impacto no desenvolvimento ainda está incompletamente conhecido. Faltam inquéritos exaustivos sobre a organização do trabalho, as oportunidades e riscos, a ajuda governamental, o acesso ao crédito financeiro, as margens de benefícios, as ligações com o sector formal, a introdução de tecnologias, a formação de cooperativas ou associações de ajuda mútua, o papel dos sindicatos, etc.

A propósito de grupos de poupança e ajuda mútua cabe aqui recordar a sua importância, mais conhecidos em centros urbanos, pois existem por toda a parte, com predomínio daqueles formados por mulheres. Consoante os países e, mais do que isso, as regiões, muitas vezes com ligações étnicas, tais grupos têm nomes diversos, podendo ser mais de um nos países de vincada diferenciação linguística, como, por exemplo, a Nigéria. Assim, a título de exemplos, assinalo as designações de *Chita* ou *Xita* e *Motshelo* na África do Sul, *Kixikila* (na área bacongá) e *Kussulekissa* (entre os ovimbundu) em Angola, *Banobi* no Gabão, *Chilimba* e *Chilyelano* no Malawi, *Eusu*, *Ajo*, *Cha Bam*, etc. na Nigéria, *Upatu* e *Xitique* em Moçambique, *Tontine* e *Nath* no Senegal, *Icilimba*, *Upatu* e *Chilembe* na Zâmbia, etc., etc. Já existem muitos estudos sobre esses grupos ou associações, sobretudo os de poupança e crédito que,

na literatura científica de língua inglesa, têm sido arrumados sob a expressão *Rotating Savings and Credit Associations*, por vezes substituída pela sua sigla, *RoSCAs*..

Nos finais da Década das Mulheres (1975-1985), organizada pelas Nações Unidas, todos os governos aprovaram estratégias prospectivas para a promoção das mulheres - *Forward-Looking Strategies for the Advancement of Women (FLS)* -, exprimindo assim o desejo político de expandirem as suas medidas e actividades para o avanço do género feminino. Nas últimas décadas houve alguns progressos em áreas como da legislação, da educação e do emprego, da saúde e do planeamento familiar e, em certa medida, da participação da mulher na política. Contudo, no geral, e muito menos no caso particular das camadas pobres, não se pode dizer que tenha havido grandes progressos.

Muitos países africanos lançaram planos de acção para implementação das medidas prospectivas em sectores prioritários do desenvolvimento. Todavia, na maioria deles as mulheres e as famílias são conceptualizados mais como problemas de bem-estar do que fundamentos económicos. No âmbito das *Nairobi Forward-Looking Strategies* (Resolução 40/108 da Assembleia Geral das Nações Unidas, Dezembro de 1985) foi solicitado às agências especializadas e organismos do sistema das Nações Unidas que estabelecessem, onde ainda não existissem, pontos focais sobre questões femininas em todos os sectores das suas actividades. No seguimento disso o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO na sigla inglesa), a UNESCO, a Organização Internacional do Trabalho, etc. tomaram medidas para o estabelecimento de *Women in Development Divisions* e/ou reforçar os seus pontos focais.

Organizações não-governamentais também têm desempenhado papéis de relevo, publicitando e ajudando a implementar tais estratégias, com conferências e encontros realizados a níveis local, nacional e internacional de modo a trazerem à atenção do público as questões das mulheres, identificação de problemas prioritários e procura de soluções, recolha de dados, preparação e produção de manuais ou guias para acção e formação. Formas idênticas foram assumidas em Estratégias de Arusha e na Conferência da União Inter-Parlamentar..

A posição que as mulheres ocupam, o papel e estatuto que lhes são concedidos na África contemporânea representam medidas significativas

determinadas pela quantidade e qualidade da educação formal a que tiveram acesso. Na verdade, que as mulheres continuem subprivilegiadas e subrepresentadas em todos os cargos importantes de decisão é, sobretudo, uma função das diferenças institucionalizadas e estruturais do sistema educativo. A quantidade e o tipo de educação acessíveis à maioria das mulheres são inadequados e/ou inapropriados para participarem ou ocuparem posições de relevo na vida pública.

Nas últimas décadas houve grandes progressos nos padrões de educação e formação mas, devido a dificuldades económicas, com sequentes cortes orçamentais, não faltaram graves retrocessos. Por outro lado, na sociedade africana o género masculino teve sempre a prioridade na educação e formação, com prejuízo do género feminino e, no fundo, a cultura tradicional, especialmente nas áreas rurais, ainda é refratária à plena igualdade de géneros. Para agravar mais as questões, muitas vezes os programas de formação vocacional e técnica não foram planeados para a inclusão de mulheres e outros, ditos de “assuntos femininos”, oferecem possibilidades económicas muito limitadas, geralmente periféricas dos principais processos de desenvolvimento nacional. Os programas de educação não formal para mulheres rurais e mulheres urbanas não devem ser planeados isoladamente e têm de estar ligados aos planos gerais de desenvolvimento nacional.

A participação desequilibrada das mulheres africanas na vida económica revela um quadro de disparidades crescentes dos géneros. Esta divergência aumentou a dependência das mulheres relativamente aos homens quanto a rendimentos pecuniários. Muitas mulheres encontram-se mais sobrecarregadas, mais empobrecidas do que no passado. Esta tendência reflecte-se nos números sobre literacia e matrícula em escolas, dois indicadores vitais do estatuto corrente e potencial das mulheres em África. Segundo as estatísticas mais recentes incluídas no *Relatório do Desenvolvimento Humano 2001* do PNUD, subtítulo *Novas Tecnologias e Desenvolvimento Humano*, da alfabetização de jovens em 43 países africanos - feminino em percentagem do masculino -, apenas o Lesotho (120), o Botswana (110), a Namíbia (104), a Suazilândia (102) e a África do Sul (100) ofereciam valores favoráveis ao género feminino; todos os outros os tinham na ordem desfavorável, como o Burkina-Faso (50), o Benim (48), o Níger (42), etc. Quando comparado com as taxas elevadas de mortalidade e

as fracas assistências médica e medicamentosa, torna-se mais claro que o processo de empobrecimento recai, muito desproporcionadamente, sobre o gênero feminino.

Como já ficou registado anteriormente, a posição das mulheres em várias partes da África é determinado, numa larga medida, por normas culturais e práticas tradicionais. Embora as mulheres africanas possam partilhar preocupações comuns, formas específicas de desigualdade variam de país para país, e de uma cultura para outra. Novos problemas surgiram depois das independências, com agravamento dos de violação, prostituição, molestaç o de crianças, delinq ncia, etc., que têm crescido, assustadoramente, em anos recentes.

As disparidades de estatutos pessoal e social levaram, inevitavelmente, a clamar por maior igualdade dos g neros feminino e masculino. Nas sociedades muçulmanas do Sahel isto tomou a forma de pedido de liberdade das mulheres de certas condições impostas pela religião. Recordo aqui a escritora senegalesa Mariana B  (1929-1981), nascida no seio de uma família muçulmana que, de acordo com as normas tradicionais, não a teria mandado para a escola, não fora o facto do pai, que foi Ministro da Saúde, ter um espírito aberto e liberal. Um casamento terminado em separação e a luta pela tutela de 9 filhos, deram-lhe matéria para uma novela excepcional, *Une si longue lettre*, com reflexões sobre a poligamia, as castas, a exploração da mulher, que foi galardoada com o primeiro pr mio NOMA, em 1980.

Nas regiões agrárias da África ocidental isso exprimiu-se por reclamações de maior direito de propriedade em geral e de acesso à terra em particular. Há um reconhecimento crescente, nos quadrantes femininos, de que o estatuto de inferioridade das mulheres na sociedade está intimamente relacionado com a ambiguidade do seu lugar no domínio público.

Embora ainda possuam esferas de autonomia (especialmente financeira), houve uma redução das suas posições políticas em comparação às suas importâncias relativas nas sociedades tradicionais. Para as mulheres, os progressos na área da participação política ainda permanecem lentos. Em quase todos os países, no papel, as mulheres têm direito de voto, de serem elegíveis para lugares de serviço público, para exercer funções públicas nos mesmos termos que os homens, a níveis local, nacional e internacional. Em muitos países, porém, as mulheres

participam só marginalmente nos mais altos níveis de decisão. Percorrendo as organizações partidárias ou a hierarquia do Estado, encontram-se muito poucas mulheres nos lugares cimeiros e, quando isso sucede, têm posições secundárias.

As mulheres, com alguns agricultores, trabalhadores e comunidades locais, vão resistindo à subordinação às instituições oficiais. A dramaturga queniana Rebeka Njau sublinhava como as mulheres africanas ainda temiam virar-se do avesso, isto é, exprimir os seus pensamentos ou sentimentos íntimos. Dizia ela que se adquirissem coragem para escrever sobre questões sociais ou políticas, as suas vozes teriam de ser ouvidas. A sua novela *Ripples in the pool*, 1975, em que aborda, de maneira crua, temas como das relações sexuais e da liberdade das mulheres, mereceu um prémio do Comité de Escritores da África Oriental. No entanto, lida por um pastor protestante, ouviu-o, chocada, dizer o seguinte: "Não foi Você que escreveu este livro. Certamente foi o seu marido que o fez!".

Molara Ogundipe-Leslie afirmaria que, devido aos laços patriarcais das sociedades africanas, a maioria das mulheres suportava uma carga dupla, senão tripla. "As sociedades africanas podem louvar as suas escritoras, mas ficarão chocadas se elas tocarem em certos assuntos sobre os quais as escritoras europeias ganharam liberdade para os tratar. Esperam que as mulheres escrevam, principalmente, para crianças ou sobre coisas edificantes, uma vez que os homens pensam que a responsabilidade moral nacional assenta nos ombros delas. Mas são falsamente glorificadas, porquanto, na vida real, são discriminadas e excluídas do poder real, exploradas a todos os níveis, ridicularizadas".

As muitas coisas diferentes do género feminino deram expressão a uma miríade de organizações de mulheres que têm categorias distintas. Há as associações oficiais de mulheres, tendo cada país africano a sua organização social (*All Women's Association* no Ghana). Por vezes há um ramo feminino do Partido no poder: exemplos de Angola e de Moçambique com a OMA e a OMM. Um segundo tipo é baseado no emprego - cada sindicato tem um ramo feminino e há profissões, como foi dito anteriormente, com alta representação de mulheres (enfermagem, professorado, etc.) que podem ter as suas associações próprias. Um terceiro tipo é o das vendedeiras, que também estabelecem associações para servirem os seus interesses. Um quarto tipo é o das

associações voluntárias, que proporcionam serviços às mulheres, fazem extensão de aprendizagem não formal, prestam cuidados infantis, formam redes de apoio; muitas delas estão ligadas a associações internacionais de mulheres ou a instituições religiosas (igrejas e mesquitas). O quinto tipo é o de associações que crescem espontaneamente, quer em áreas rurais, quer em áreas urbanas, ao encontro de necessidades específicas das mulheres trabalhadoras, diferindo dos grupos voluntários pelas suas origens mais espontâneas e o seu activismo mais independente de qualquer instituição formal. Um sexto tipo, encontrado em algumas cidades grandes, é de categoria mais radical: mulheres altamente educadas juntam-se para militar por mudanças básicas nas actividades sociais relativamente ao seu género; muitas desses agrupamentos estão filiados na "Associação de Mulheres Africanas para a Pesquisa e Desenvolvimento" (Quénia), uma organização com papel muito activo. E, finalmente, um tipo muito específico, conectado com os movimentos de libertação, com grande intervencionismo político, como as secções femininas do *ANC-African National Congress* (África do Sul), e da *SWAPO* (Namíbia).

Mas muitas desses agrupamentos permanecem fracos porque lhes faltam visão e estratégias comuns que lhes permitam agir em uníssono nas reivindicações de mudanças políticas e estruturais dos sistemas que têm perpetuado os seus estatutos de subordinação. As poucas mulheres que se lançaram, através dos médias, de academias, pelas profissões liberais ou outras, nos desafios da promoção de mudanças a alto nível, precisam de encorajamento e apoio das outras mulheres. Agir em uníssono não significa, de modo algum, a ingenuidade de pensar na constituição de um grupo monolítico unido pela feminilidade. Já é difícil generalizar para todas as mulheres africanas as grandes diferenças. Só na Nigéria há cerca de 395 línguas e dialectos, quase 250 grupos étnicos divididos em perto de 90.000 ditas comunidades!

De fora ajudam diversas organizações, como o *African Center for Women (ACW)*, uma divisão do *Economic Commission for Africa (ECA)*, estabelecido em 1975 - acesso igual aos recursos, às oportunidades, participação igual na tomada de decisões, etc., o *African Women Global Network (AWOGNet)*, sediado no Centro de Estudos Africanos da Universidade do Ohio (EUA), etc. A informação na Internet é abundante, e dela referiremos apenas o exemplo de *The African Women's Develop-*

*ment and Communication Network (FEMNET)*, instituída para reforçar o papel e contribuição das organizações não governamentais africanas relacionadas com o desenvolvimento da mulher; para criar uma via de aproximação ou canal através do qual essas ONG possam trocar ideias, conhecimentos e experiências sobre a melhoria da condição feminina; para manter ligações de trabalho e criar parcerias, directa ou indirectamente, com governos, agências das Nações Unidas e outros organismos; para publicitar as actividades e serviços da própria rede.

A propósito das ONG's africanas não podemos deixar de referir o *Gender and Development Centre*, Kisumu (Quénia), dinamizado pela escritora Asenath Bole Odaga, cuja missão é a de trabalhar com grupos de mulheres e comunidades rurais com base nelas, para promoção do desenvolvimento sustentável que permita lutar contra a pobreza e melhorar a qualidade de vida.

Em Março de 1988, sob os auspícios das Nações Unidas teve lugar em Cartum (Sudão) uma Conferência Internacional sobre a Dimensão Humana da Recuperação Económica e Desenvolvimento da África, como seguimento da implementação do UN-PAAERD (*United Nations Programme of Action for African Economic Recuperation and Development*), 1986-1990, do APPER (*Africa's Priority Programme for Economic Recuperation*) e da Conferência Internacional "África: O Desafio da Recuperação Económica e Desenvolvimento Acelerado" (Abuja, Nigéria, Junho de 1987). Foi aprovada uma Carta ou Declaração, dita de Cartum, e entre as numerosas Recomendações lá aparece explicitado, no capítulo de "Incorporação do Factor Humano na Recuperação e Processo Estrutural", que na elaboração de programas de ajustamento e desenvolvimento deve ser dada atenção especial às questões do género, de modo a acelerar a integração da mulher na totalidade do processo de desenvolvimento pois que, com a clara consciência das grandes contribuições da mulher, haverá uma nova oportunidade para enormes progressos nessa direcção (I, 29.vii) E no capítulo do "Sector social e Grupos vulneráveis", que "devem ser dadas oportunidades às mulheres para maior participação nos processos políticos e de decisão da Nação, a todos os níveis, especialmente nos centros nacionais de poder. Que lhes seja facultada formação apropriada, onde fôr necessário" (II, 30.vi).

A *Third World Academy of Sciences* (Trieste), fundada em 1983, teve papel importante na criação do *Third World Organization for Women in*



*Science (TWOWS)*, em 1993, cujos objectivos são os seguintes, envolvendo mulheres cientistas que trabalhem e vivam nos países do Sul: reforçar as oportunidades de investigação e formação de jovens cientistas; inventariar e analisar a posição social e as perspectivas das mulheres na ciência e tecnologia; promover o reconhecimento das suas realizações científicas e tecnológicas; melhorar as oportunidades de acesso à educação e formação em ciência e tecnologia; aumentar a produtividade científica e a eficiência de cientistas do género feminino; promover a colaboração e a comunicação entre cientistas e técnicos do género feminino no Terceiro Mundo e com a comunidade científica internacional; promover a sua participação nos processos de tomada de decisões, quer a nível nacional, quer a nível internacional; encorajar outras organizações internacionais a aumentarem as suas actividades relacionadas com a promoção do papel das mulheres na ciência e na tecnologia no Terceiro Mundo.

Entre as actividades desenvolvidas por *TWOWS* estão o inventário das mulheres cientistas e das suas organizações, e as bolsas de formação post-graduada para cientistas do género feminino da África subsariana em Centros de excelência situados no Sul. Existe um Boletim que serve como veículo de comunicação para a organização, distribuído a todos os membros de *TWOWS*.

Voltando aos domínios da cultura, têm-se firmado muitas escritoras e investigadoras africanas nos domínios da crítica e do ensaio, sobretudo a partir dos anos 50 e 60 quando cada vez mais mulheres acederam ao ensino superior. Há dois nomes a fixar: Abena Busia (Ghana), autora de *Theorizing Black Feminisms* e *Testimonies in Exile*, e Ifi Amadiume (Nigéria). Sobre esta distinta antropóloga, actualmente Professora na Universidade de Dartmouth, acrescentamos uma pequena nota, dada a importância da sua obra, como analista do género, em particular *Daughters of the Goddess, Daughters of Imperialism: African Women, Culture, Power & Democracy*, Londres, 2000, depois de ter publicado *Male Daughters, Female Husbands: gender and sex in an African society* (1987, com várias reimpressões) e *Reinventing Africa: Matriarchy, Religion and Culture* (1997). Em *Daughters of the Goddess, Daughters of Imperialism*, de leitura aliciante, como o título sugere, a autora tentou teorizar um quadro amplo de situações contrastantes das mulheres africanas, um projecto ambicioso que vai desde a religião (*the Goddess*),

pela economia política (*Imperialism*), à cultura, ao poder e à democracia. E ensina-nos ainda que qualquer análise das relações entre os géneros deve ter em conta quanto elas foram formadas e transformadas pelo tráfico escravagista, pelo colonialismo, pela missionação cristã e pela islamização, pelo neocolonialismo ...

Nada há inerentemente masculino na criatividade intelectual; apenas constrangimentos sociais e económicos podem ainda conspirar para manter as mulheres, até as mais cultas e de formação universitária, coibidas de desenvolverem as suas portencialidades em pleno e de alcançarem proeminência igual à dos homens. Mais uma vez socorremos de Molaria Ogundipe-Leslie: “As académicas e profissionais africanas ainda não são tomadas seriamente”. Segundo ela, muitos homens teimam em ver os empregos das mulheres como *hobbies* - nada a sério ou auto-definido, apenas alguma coisa para fazerem fora de casa e ajudarem o orçamento familiar. E se a mulher for uma profissional bem sucedida, casada, as pessoas acharão que não necessita de promoção ou de aumento salarial porque há o marido que, de qualquer modo, cuidará dela. No entanto, alguns colegas masculinos dessa profissional podem invejar o marido, porque tem dois bons vencimentos para utilizar: o dela e o dele; muitas vezes, aparecem neles vislumbres de zanga, ... que recaí sobre a mulher.

A dramaturga tanzaniana Penina Muhando, considerando a questão de até que ponto deverão ser as escritoras africanas responsáveis perante as mulheres, respondeu do seguinte modo: “é natural que a escritora sinta a responsabilidade de trabalhar em defesa das mulheres, porque se não o fizer haverá o risco de elas continuarem a ser maltratadas pelos escritores (masculinos). Mas essa responsabilidade é perante a sociedade”... “A questão feminina não pode ser isolada de outros problemas, uma vez que as mulheres não podem ser separadas do resto da sociedade. A libertação da mulher tem de ser parte da libertação da própria sociedade. Esta tem de entender que cada problema que afecta a mulher também a afecta”. Por isso mesmo, nas suas peças, Penina Muhando apresenta o que é relevante quer para as mulheres, quer para os homens, mesmo quando aborda uma questão especificamente feminina. Isto é, não pode haver uma resolução parcial do problema.

Termino esta modesta contribuição com breves referências à revista *Jenda: A Journal of Culture and African Women Studies*, primeiro número

*online*, 2001. Segundo a sua directora, Nkiru Nzegwu, na apresentação intitulada “Globalization and the JendaJournal”, a “conceptualização” da revista “foi guiada por dois objectivos principais: a criação de um espaço de teorização das nossas experiências, marginalizadas, actualmente, no contexto global de relações económicas desiguais, e tirar-nos do modelo de concepções estereotípicas no qual esta ordem económica internacional e a sua cultura concomitante de hierarquia nos lançaram”. Acerca da palavra *Jenda*, a mesma responsável explicava que a sua escolha correspondera à aproximação da forma como os não-intelectuais e mesmo os intelectuais pronunciam, muitas vezes, a palavra *gender*, ao utilizarem o vernáculo ou *pidgin* de base inglesa. O volume está dividido em partes, Hierarquia e poder, Conhecimento e ideologia branca, Estudos de mulheres africanas, etc.

No volume de 2002, depois de um editorial, na secção de artigos são de assinalar, entre outros, “Conceptualização do género: os fundamentos eurocêntricos de conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas”, “Simone de Beauvoir em África: ‘Mulher = Segundo sexo?’ Questões do pensamento feminista africano” e “Fome, actos criativos da mulher e dinâmicas do género em Manawashai, Darfur, Sudão Ocidental”.



**GENERAL NORTON DE MATOS (1867-1955)**  
**Aspectos maiores de um perfil histórico-biográfico –**  
**o militar, o colonialista e o democrata**

Armando B. Malheiro da Silva<sup>1</sup>

No meio desta situação caótica e de confusão político-nacional por ela provocada, só a Reacção vigilante, estranha à nossa nacionalidade, bem que tendo em Portugal auxiliares de valor, manobrando no estrangeiro, tanto na Alemanha, como na Espanha e no Vaticano, ainda que com fins, propósitos e poderes diversos em cada um destes centros, soube manter uma linha de conduta de há muito traçada e escolher o nosso País para a primeira experiência de um governo totalitário.

*(Memórias e Trabalhos da minha Vida, tomo 5º, inédito, acabado em 2 de Dezembro de 1954)*

## **1. Nota introdutória**

A recente publicação da primeira biografia documentada e analítica sobre o general Norton de Matos da autoria de um seu parente (NORTON, 2002) e uma dissertação de Mestrado prestes a ser concluída sobre a acção desenvolvida em Angola, primeiro como Governador Geral e depois como Alto Comissário, são sinais eloquentes e promissores do crescente interesse historiográfico por uma figura importante para a

---

<sup>1</sup> Professor Auxiliar – Faculdade de Letras do Porto.

compreensão de certas especificidades do processo histórico português entre 1890 e 1950.

Um interesse que nos toca há vários anos e nos levou, no âmbito do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS 20), a contribuir para um projecto de longa duração formalizado por protocolo assinado em 1999 entre esse Centro, a Câmara Municipal de Ponte de Lima e os Herdeiros do General Norton de Matos sob a designação genérica - *O General Norton de Matos e o seu Tempo, 1867-1955. Projecto editorial e de investigação*, cuja primeira iniciativa, já no prelo, consiste na reedição dos quatros volumes de Memórias e Trabalhos da Minha Vida, acrescida de mais dois inéditos (o 5º e o 6º).

Pretende-se através deste artigo divulgar os resultados de pesquisas preliminares (SILVA e GARCIA, 1995: 349-404) e em curso, com destaque para a faceta do colonialista e da questão colonial, permitindo a difusão de um retrato mais isento e aproximado de alguém que merece ser melhor conhecido pelos estudiosos e pelos leitores assíduos de História Contemporânea de Portugal.

## **2. Do berço minhoto ao serviço da Pátria nas colónias**

Natural de Ponte de Lima, onde nasceu a 23 de Março de 1867, José Mendes Ribeiro Norton de Matos, descende de uma família burguesa, de origem inglesa (por uma das linhas da ascendência paterna) e com uma forte tradição de luta a favor do liberalismo em Portugal.

Em 1884, matricula-se no Curso de Matemática da Universidade de Coimbra. Da passagem pela Academia de Coimbra, entre os anos lectivos de 1884-85 e de 1887-88, ficou-lhe a recordação do confronto entre “polainas” (estudantes ricos) e “briosos” (os mais *pobres e modestos*, animados por *ideias niveladoras*), as *diferenças de modos de pensar e de proceder entre os estudantes de Direito, de Medicina, de Matemática e de Teologia* (MATOS, 1944: vol. 1, 67-68) a indiferença com que os lentes de Direito encaravam os estudantes de Matemática a propósito da cadeira comum de Economia Política ou ainda as leituras extracurriculares, que iriam influir bastante no seu quadro mental e ideológico: *Por outro lado — conta-nos nas suas Memórias — já nesse tempo [1884-1888] principiaram a circular pela Academia folhetos socialistas*

e num dêles apresentava-se em resumo, “O Capital” de Karl Marx. Adquiri-os e a sua leitura levou-me a comprar as obras de Proudhon. Direi, a propósito, que do que li no meu tempo de estudante e da Escola do Exército nada teve tanta influência sobre mim como os livros de Proudhon (MATOS, 1944: vol. 1, 69).

Marcante seria, também, o período que se seguiu à conclusão do curso de oficial do Estado Maior na Escola do Exército, onde ingressara em Outubro de 1888 e donde saiu Alferes em Novembro de 1890 e decorreu até 1898<sup>2</sup>, mantendo-se nesse posto até 1892.

Mas mais marcante e decisivo na carreira profissional de Norton de Matos foi a partida para a Índia, na primeira quinzena de Junho de 1898, sendo nomeado, a 4 de Agosto de 1898, pelo Governador Geral, general Joaquim José Machado, director da Repartição de Agrimensura do Estado da Índia, criada nesse mesmo dia por portaria provincial n.º 569. Começou, então, um tirocínio de dez anos no domínio do fomento colonial, preenchido pela execução da triangulação secundária do território e do cadastro predial, rural e urbano, tarefas acumuladas com várias missões de estudo técnico-administrativo à Índia inglesa, com outros serviços e muitas comissões, como a de administrador das Matas, director das Obras Públicas, membro do Conselho do Governo, etc.

O testemunho da irmã, D. Rita<sup>3</sup>, leva-nos a admitir que ao cabo de tão longa e intensa permanência nessas longínquas paragens do

<sup>2</sup> Reconhece-o nas suas *Memórias* (vol. I), mas de um modo evasivo e genérico: “Bem ou mal, os anos que decorreram de 1890 a 1898 marcaram na minha vida profundamente. Tenho de fazer um esforço para me recordar do que nêles se passou de essencial para a formação do meu espírito, para destacar dessa nublada época as pedras brancas e negras que foram ficando ao longo do meu caminho. Será difícil... Hesitações, absoluta dificuldade de adaptação a um meio inteiramente contrário ao meu íntimo sentir, algumas loucuras de mocidade, desfalecimentos de vontade, mas ao mesmo tempo um grande sentimento de dignidade, de lealdade, de ausência completa de inveja ou de maldade, que nunca permitiram durante a minha longa vida a prática de qualquer baixeza que leve fôsse” (MATOS, 1944: vol. 1, 77-78).

<sup>3</sup> Merece ser transcrito o seguinte comentário de D. Rita Norton de Matos: *Nessa dezena de anos passados na Índia foi grande a influência que teve na “formação” de meu irmão o passado de grandeza que nessas paragens deixamos e muito o impressionou, como revela em cartas que nos escreveu, a concepção gigantesca e perfeita de Albuquerque, consistindo na transformação do pequeno Portugal num grande império, graças à sua expansão para a África e para o Oriente, livrando-o assim de constantes ameaças. Começou então a germinar no seu espírito a ideia da Nação Una, da Unidade Nacional, resultante da fusão íntima e completa, sob o ponto de vista nacional, social, territorial e económico, de todas as regiões portuguesas pelo mundo espalhadas* (Cf. MATTOS, 1953: 109).

Império, onde se presentia ainda *a concepção gigantesca e perfeita de Albuquerque*, Norton de Matos descobrira uma paixão e um desígnio — o estudo e a prática da colonização no Mundo moderno.

Regressado à Metrópole em Outubro de 1908, o capitão Norton de Matos seguiu, pouco depois, para Macau na qualidade de secretário da missão diplomática presidida pelo General Joaquim Machado e destinada a tratar com a China os limites daquele território<sup>4</sup>. Em meados de 1910, estava de volta a Portugal e os dois anos seguintes seriam vividos na “caserna”: fez serviço no corpo do Estado Maior, sendo por pouco tempo Sub-Chefe do mesmo na Divisão Militar sedeadada em Viseu. Sob a tutela pessoal do General Correia Barreto, então Ministro da Guerra, passou, já como major, a exercer o lugar de Chefe do Estado Maior em Coimbra. Data, também, deste período a sua nomeação, por concurso, para professor de Geodesia e Topografia do Instituto Superior Técnico de Lisboa, donde será compulsivamente afastado, a 16 de Maio de 1935, por motivos políticos.

### 3. Acção e pensamento coloniais

Foi, de novo, curta esta estada metropolitana.

Em Abril de 1912 era nomeado Governador-Geral de Angola e a 17 do mês seguinte era iniciado *maçon* na Loja *Pátria e Liberdade*, nº 332, de Lisboa (rito escocês)<sup>5</sup>, com o nome simbólico de *Danton*, tendo-se comprometido, no acto da iniciação, a *abolir efectivamente a escravatura*. Parte para Luanda no navio *Beira* a 1 de Junho e irá permanecer, aí, até 8 de Março de 1915, dia do regresso a Lisboa, após ter apresentado o pedido de demissão e este ter sido aceite pelo Ministro das Colónias, coronel de Engenharia Teófilo José da Trindade, do Governo ditatorial Pimenta de Castro (28 de Janeiro a 14 de Maio de 1915).

<sup>4</sup> Sobre esta complicada missão técnica e diplomática ver *Missão na China. Diário do Comissário Régio Joaquim José Machado nas Conferências Luso-Chinesas para a Delimitação de Macau (1909-1910)*. Apresentação e introdução histórica por António Vasconcelos de Saldanha. Leitura do manuscrito e introdução literária de Carmen M. Radulet. Macau: Fundação Macau/Centro de Estudos das Relações Luso-Chinesas, 1999. Ver ainda NORTON, 2002: 165-172.

<sup>5</sup> Loja fundada em Lisboa em 1911 por transformação do triângulo nº 149 de Beirolas e separou-se do Grande Oriente Lusitano Unido em 1914, acompanhando a dissidência do Supremo Conselho (Cf. MARQUES, 1986: vol. 2, cols. 1093 e 1401-1402).



Mas antes de prosseguirmos na descrição desta intensa e interessante trajectória individual, impõe-se um enquadramento histórico que ajude a situar a génese e a evolução da questão colonial a que Norton de Matos acabou devotando sua vida.

Os factos ocorridos até à Conferência de Berlim, realizada entre 15 de Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885 e promovida pelo chanceler Bismarck em sintonia com o governo francês de Jules Ferry (MANCHUELE, 1988: 185-206), bem como as suas consequências imediatas, conduziram à consagração do direito da força contra a força dos direitos históricos, o que prejudicou imenso os interesses portugueses. Portugal não só foi forçado, quase no fim da Conferência (em 14 de Fevereiro de 1885), a reconhecer a soberania territorial da Associação Internacional Africana sobre uma região descoberta no séc. XV pelo navegador Diogo Cão<sup>10</sup>, mas também se viu compelido a definir as fronteiras dos seus territórios com os das novas potências e a impôr o seu domínio nas regiões que reclamava por direito histórico.

A África tornara-se, assim, um continente a explorar e a demarcar por todos os meios e, principalmente, através de estratégias políticas e científicas, que conduziram inevitavelmente à *internacionalização dos problemas africanos*, como nos mostra, por um lado, a história diplomática com vários tratados — o de Lourenço Marques (1879-1881), o do Congo (1884) e a referida Conferência de Berlim— e, por outro, a proliferação de instituições de carácter científico, as chamadas Sociedades de Geografia, que se foram disseminando por toda a Europa, sendo três as mais antigas: a de Paris, criada em 1821; a de Berlim, em 1828; e a de Londres, em 1830. Em 1876, com mais de cinquenta anos de atraso e quando já havia no panorama europeu quatro dezenas de agremiações congêneres, apareceu a Sociedade de Geografia de Lisboa, a qual, segundo Ângela Guimarães (1984), se regeu por um processo moroso e burocrático com vista ao ajuste de condições de operacionalidade no terreno, exigidas pela expansão colonial europeia. E só a partir de 1887, graças ao empenhamento do novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Barros Gomes, é que foi dada prioridade máxima à *política de ligação das duas costas* (da angolana banhada pelo Atlântico à

---

<sup>10</sup> Em 23 de Fevereiro era proclamado o Estado independente do Congo, tendo por soberano Leopoldo II da Bélgica.

moçambicana banhada pelo Índico), que ficou conhecida por Mapa Cor-de-Rosa e que levou ao conflito aberto com o governo inglês, profundamente empenhado no projecto contrário de Cecil Rhodes de ligar o Cabo ao Cairo. Era o sonho impossível do “novo Brasil” em África, cujo fundo ideológico (legitimador de importantes opções económicas — o neomercantilismo de que fala Clarence-Smith, 1985: 85-119) sobressai no *Apelo ao Povo Português em Nome da Honra, do Direito, do Interesse e do Futuro da Pátria*, aprovado em 1881, para lançar uma *Subscrição Nacional Permanente destinada ao Estabelecimento de Estações Civilizadoras nos Territórios Sujeitos e Adjacentes ao Domínio Português em África* (LUCAS, 1992: 303) ou ainda, uns anos depois, nas palavras de Pinheiro Chagas, Ministro da Marinha e Ultramar: *Unir Angola a Moçambique, cortar de um lado a outro o continente africano, foi sonho dos nossos maiores (...) e bem cabida era esta ambição num povo que abrisse ao mundo o caminho de África, da Índia e do Brasil e que possuía, de um lado, as embocaduras do Zaire, do Quanza e do Cunene, do outro a foz do Limpopo, o delta do Zambeze e o curso do Rovuma. Quem melhor do que nós poderia realizar tão grandiosa obra?* (LUCAS, 1992: 306-307).

Essa nostálgica confiança no prestígio imperial português conduziu os governos de José Luciano de Castro, chefe do Partido Progressista, a um arriscado jogo diplomático, concebido na convicção falsa do apoio da Alemanha contra a nossa velha aliada Inglaterra. O célebre Mapa Cor-de-Rosa, expressão gráfica desse sonho e desse jogo, acabou por constranger o governo inglês e daí o já referido *Ultimatum* de 1890<sup>15</sup>, que provocou em Portugal uma tremenda comoção nacional de consequências políticas sobejamente conhecidas, como, por exemplo, a abortada revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891 (MARQUES, 1991).

Duro golpe na tendência portuguesa para tomar por real a miragem de um vasto e próspero império, a atitude do governo inglês serviu de lição amarga — sublimada, porém, pelo tratado anglo-luso de 11 de

<sup>15</sup> Ficou assim conhecido na imprensa e na opinião pública o *Memorandum* enviado pelo governo inglês em 11 de Janeiro de 1890 na sequência da penetração de Serpa Pinto no vale do Chire e das bem sucedidas operações militares na região sob o comando de João de Azevedo Coutinho, factos vistos pelos britânicos como *casus belli*. Ver TEIXEIRA, 1990 e MARTINÓ, 2002.

Julho de 1891— a uma geração de políticos e de colonialistas que haveriam de promover a inflexão do colonialismo português num rumo mais pragmático. A crise política e económica a que se chegara impunha-o. E as reflexões pessimistas de Oliveira Martins sobre a problemática vantagem de Portugal manter possessões sitas em ambiente hostil ao homem, chegando mesmo a sugerir o abandono de Moçambique ou o seu aluguer a companhias concessionárias para se conseguir implementar uma promissora política de fomento em Angola —ideia retomada por Ferreira de Almeida, em termos mais duros, propondo a venda de Moçambique (PÉLISSIER, 1987: 167-170) —, colocavam, definitivamente, a questão colonial na esfera do progresso inadiável.

O grande obreiro dessa estratégia foi António Enes, Ministro da Marinha e Ultramar, Comissário Régio em Moçambique (1891-1892) e Governador em 1895, para quem as medidas prioritárias giravam em torno do trabalho indígena (Enes defendeu o trabalho compelido, indo ao encontro dos interesses da burguesia colonial) e da conquista e “pacificação” do território. Posição superiormente adoptada nesse final de século: o Regulamento do Trabalho Indígena foi elaborado sob sua direcção e publicado em 1899 e as campanhas de África não tardariam a fazer parte das *Glórias Militares Portuguesas* —título sugestivo de um livrinho edificante, escrito por um militar, Zeferino Brandão, para ilustração de soldados (BRANDÃO, 1907), Marracuene, Magul e Coelela; Caldas Xavier, Aires de Ornelas, Paiva Couceiro e Mouzinho de Albuquerque (o célebre Mouzinho que subjogou e prendeu, em Chaimite, o chefe vátua Gungunhana) — eis o quadro épico que galvanizou a Nação.

Até ao fim da Monarquia dominou o pensamento colonial de Enes, executado por militares de carreira e fundado no pressuposto de que Portugal teria de se afirmar em África através de uma demonstração inequívoca de poder e de força. Daí, pois, o relevo da componente administrativa numa linha centralista, secundada, ao nível do contacto mais directo com a vida das populações indígenas, pela acção das congregações católicas estrangeiras (aceites pelo Governo português para servirem de “tampão” à influência das missões protestantes e do islamismo) e a prossecução de um protecçionismo, que Clarence-Smith sintetizou assim: *No que diz respeito às colónias aumentou-se o protecçionismo aos produtos, intensificou-se o papel das companhias de navegação e manipularam-se as pautas diferenciais de forma a que os*

*produtos coloniais passassem por Lisboa, ganhando-se assim divisas preciosas. No virar do século, a África estava a desempenhar um papel similar ao que tinha sido desempenhado pelo Brasil em relação a Portugal um século antes, ainda que em menor escala* (CLARENCE-SMITH, 1985: 89).

Com a implantação da República pode dizer-se que o esforço político-administrativo e económico de colonização em África prosseguiu dentro do paradigma fomentista ou modernizador posto em prática pelas grandes potências coloniais. O que nos permite afirmar a presença do modelo forjado durante o regime monárquico: um nacionalismo pró-capitalista, liberal e filantrópico, com raízes na leitura de obras-chave — por exemplo *La Colonisation chez les peuples modernes* de Paul Leroy-Beaulieu<sup>21</sup> — e em doutrinas que frutificaram em França e em Inglaterra, como foi o caso do saint-simonismo, para o qual a finalidade da colonização *n'est pas la conquête pour elle-même ou pour un quelconque enjeu international, encore moins de satisfaire les appétits mercantiles des grandes maisons de Marseille ou de Bordeaux, ni même de répondre aux appels des milieux d'affaires prêts à spéculer sur les terres nouvellement acquises. C'est à une véritable entreprise de modernisation et d'investissements productifs que doit s'atteler la métropole afin de donner à la colonie les moyens financiers, techniques et humains de son développement et de son autonomie économique* (REUILLARD, 1993: 477). Projecto absorvido pela teoria colonial de Jules Ferry<sup>23</sup>, em plena

<sup>21</sup> José Relvas leu e resumiu, em data não indicada, a 3ª edição dessa obra. Também Norton de Matos adquiriu um exemplar da 5ª edição (Paris, Guillaumin & C<sup>te</sup>, 1902) em Nova Goa, aos 17 de Dezembro de 1902. Trata-se de uma obra clássica para o estudo do colonialismo comparado, em cujo 1º vol. existe um capítulo — o 2 — sobre a colonização portuguesa, que termina com uma apreciação crítica: *Le Portugal, en garantissant aux Européens la sécurité et la justice, eût pu attirer dans ses provinces d'Afrique les capitaux des riches pays, notamment les capitaux français. Il eût été désirable que l'on vit se reconstituer dans le prochain demi-siècle en florissant empire portugais en Afrique. C'eût été un territoire neutre entre les ambitions des grandes puissances européennes. Malheureusement, la métropole semble avoir, par son inertie, son incapacité, sa corruption due à la traite des noirs, laissé échapper l'heure propice. (...)Ce qui a fait perdre au Portugal ses colonies, ce n'est pas la petitesse de son territoire et de sa population, car la Hollande a conservé les siennes, c'est sa détestable administration intérieure"* (Cf. LEROY-BEAULIEU, 1902: 59).

<sup>23</sup> A teoria colonial de Jules Ferry foi bem sintetizada por François Manchuelle: *Si l'on se place au niveau de la théorie coloniale de Ferry, bien que Jules Ferry ait fait par la suite d'importantes concessions au protectionisme montant dans la vie politique française, il est tout à fait certain qu'il fut un libre-échangiste convaincu, non seulement dans sa*

III República Francesa, e passível de ser subscrito por ilustres colonialistas portugueses — Paiva Couceiro, Freire de Andrade, João Belo e, em especial, Norton de Matos, cujos textos mais representativos permitem conotá-lo com o “programa colonial” traçado, cerca de oitenta anos antes, pelo Marquês de Sá da Bandeira e com uma postura político-ideológica e mental marcada pela concepção antropológica liberal e respectiva ordem sócio-económica (liberdade do humano face ao divino, primazia da razão, axiologia fundante de uma sociedade de homens livres, iguais e justos, apologia da livre iniciativa e da dinâmica comercial, defesa aberta da propriedade e intervenção controlada na esfera fiscal) e ainda pela natural afirmação do cientismo de raiz positivista.

É sabido que a jovem República herdara uma situação colonial complexa<sup>24</sup> a que tinha de dar uma resposta urgente, muito reclamada, aliás, pela burguesia colonial e pelas forças progressistas no período final da Monarquia. Sujeita a uma conjuntura internacional onde sobressaía o expansionismo alemão na sequência da revolução industrial europeia, flagelada pelos problemas estruturais do capitalismo português e comprimida por um jacobinismo militante e agitador de tensões sociais profundas, a I República nunca chegou a dispôr de suficiente margem de manobra e durante dezasseis anos de vida não

---

*jeunesse, mais également dans sa maturité et qu'il vit dans les colonies un des derniers refuges du libre-échange à son époque, un exutoire aux surproductions qui, sans elles, feraient "éclater la machine" de l'Europe industrielle. La théorie de l'émigration des hommes ne tient certes plus aucune place dans la pensée coloniale pratique de Ferry, quoiqu'il s'y réfère assez souvent sur le plan théorique dans ses discours. Mais l'idée des colonies comme solution aux problèmes posés par les surplus de capitaux ou par la surproduction, dans la lignée de Wakefield, Stuart Mill et de leurs homologues français, était un des piliers de la théorie coloniale de Ferry. (...) Le problème fondamental, pour Ferry et les républicains, était évidemment d'empêcher que le self-gouvernement colonial ne tourne à l'avantage exclusif des colons. La politique du Protectorat en Tunisie et celle du Gouvernement général en Algérie permirent de concilier dans une certaine mesure la défense des intérêts des indigènes avec le principe de l'autonomie coloniale" (Cf. MANCUELLE, 1988: 201-202).*

<sup>24</sup> Gervase Clarence-Smith descreve-a nestes termos: Tanto os críticos republicanos como os monárquicos argumentavam que os monopólios e o proteccionismo excessivo estavam a estrangular o crescimento económico, sacrificando os interesses dos colonos e proporcionando lucros escandalosos a uma clique de privilegiados politicamente influentes. Os intermediários na compra do capital externo estavam a vender-se aos estrangeiros. Os défices eram inaceitáveis e a administração do império era caótica, ultrapassada, ineficaz e vergonhosa (Cf. CLARENCE-SMITH, 1985: 119).

conseguiu instaurar um modelo colonial consistente por culpa de sucessivos erros de gestão e de uma instabilidade política e financeira que lhe precipitaram a queda. Mas isto não significou ausência de ideias novas ou de iniciativas promissoras: a velha e pertinente questão de saber qual das administrações era a mais adequada na aplicação dos princípios assimilacionistas, se a administração directa, se a indirecta, foi resolvida através da inequívoca aposta numa descentralização de pendor nacionalista, ou seja, a colónia passava a ser sinónimo de província ultramarina (a expressão reaparece na Constituição de 1911), parte integrante de um todo nacional indivisível. Em contrapartida, surgiram grandes óbices à introdução do progresso em todo o território nacional e, no que concerne às colónias, pode dizer-se que a gestão colonial arcaica, sustentada, entre outras forças, pelo Banco Nacional Ultramarino, conseguiu travar os ímpetus de mudança (TORRES, 1991: 265-284).

Dez meses após o 5 de Outubro de 1910, a Direcção da União Colonial Portuguesa enviava ao Presidente da Câmara Constituinte o texto de uma proposta votada em Assembleia Geral de 25 de Julho de 1911 e na qual, a par do pedido de extinção da representação das colónias no parlamento da metrópole, se reivindica um grau de descentralização política e administrativa compatível com o estado de desenvolvimento de cada colónia, através de leis especiais ou cartas orgânicas, perfeitamente adaptáveis às suas circunstâncias económicas, físicas e sociais. Surgiram e intensificaram-se as pressões junto, por exemplo, dos deputados da Constituinte para que a tendência descentralista ficasse contemplada na Constituição da República (1911). E ficou: o artigo 67º refere que *na administração das províncias ultramarinas predominará o regime de descentralização, com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada uma delas* (CAETANO, 1971; SOARES, 1971: 682). Mais tarde — em 1917 para o Ultramar e em 1922 só para Moçambique — seriam promulgadas as cartas orgânicas que a União Colonial Portuguesa reclamara com tanta veemência. No entanto, o pêndulo administrativo ter-se-á deslocado, pouco depois, na presidência conservadora de Sidónio Pais (5-12-1917 a 14-12-1918), para um certo centralismo: o decreto de 1 de Julho anulava as cartas orgânicas, considerando-as meras cópias das leis 277 e 278 de 15 de Agosto de 1914, as quais haviam sido promulgadas — em pleno vazio legislativo

sobre matéria colonial — para consagrarem os princípios norteadores da administração colonial descentralizada. A intenção do governo sidonista só pode ser compreendida dentro do quadro conflitual — 1ª Grande Guerra — que, então, se vivia. Um quadro em que era alto o valor estratégico das colónias e, por isso, todos os políticos e colonialistas portugueses apenas se permitiam divergir quanto à melhor forma de as preservar.

O alegado “desvio” sidonista foi efémero e as cartas orgânicas tornaram a vigorar até ao fim da 1ª República, revalorizando o regime descentralizador da administração indirecta, inspirado, aliás, no *indirect rule* britânico. A reposição dessas cartas trouxe logo para primeiro plano dois pontos essenciais: o papel dos Altos Comissários<sup>29</sup> e a política de assimilação.

No que toca à acção desses representantes do governo central, sedeados em Lisboa, dotados de amplas prerrogativas legislativas, administrativas e políticas que lhes permitiam, por exemplo, assinar acordos e convenções em nome da respectiva colónia, terá de se reconhecer que foi insuficiente para cumprir o espírito de descentralização, tão intensamente defendido pela União Colonial Portuguesa. E isto mais por culpa da instabilidade e ambiguidade do sistema jurídico-político, eivado de “vícios” centralizadores, do que pelo empenho pessoal, embora, por vezes, controverso, dos Altos Comissários nomeados<sup>31</sup>.

O caso de Norton de Matos é, neste contexto, exemplar: louvado por muitos pela sua ousada política de fomento assente no incremento do trabalho livre com vista a uma relação inédita entre colonos e africanos foi, também, criticado por alguns, nomeadamente Cunha Leal, que, no seu livro *Calígula em Angola*, acusou, num tom implacável, aquele Alto-Comissário de nepotismo e de descontrolo financeiro.

---

<sup>29</sup> Esta figura político-administrativa terá sido criada, segundo José Medeiros Ferreira (1992: 30-32), como resposta à pretensão britânica, expressa durante a Conferência de Paz em Paris (1919), de ver dividido o território de Moçambique em duas partes e com atribuição de estatutos políticos diferenciados.

<sup>31</sup> Entre 1921 e 1930, ano em que terminou o esquema político-administrativo de Alto-Comissários, passaram por Angola: Norton de Matos (1921-1924); Rego Chaves (1925-1926); Vicente Ferreira (1926-1928); e Filomeno da Câmara (1928-1930). Por Moçambique: Brito Camacho (1921-1923); Ivens Ferraz (1924-1926); e José Pereira Cabral (1926 a 1930, como Alto-Comissário, e até 1934 já como Governador-Geral).

A questão do trabalho, tão cara a Norton de Matos, leva-nos à política de assimilação, entendida, segundo Gérard Leclerc, como o fim da colonização na perspectiva evolucionista e consignada nas cartas orgânicas através da diferenciação entre assimilados e indígenas e ainda entre estes e os europeus. Os dados disponíveis permitem afirmar que os “assimilados” do sistema colonial republicano acabavam por ser discriminados, apesar das garantias e dos privilégios inscritos no Estatuto do Indigenato. De facto, os indígenas “assimilados” das colónias portuguesas continuaram a ter profissões modestas, como a de serventes, contínuos, condutores, enfermeiros, monitores nas escolas missionárias e pouco mais. E esta descriminação não se ficava só pelo campo profissional, mas abrangia vastos domínios, como o sócio-económico, o político-institucional ou o instructo-educativo. Na base desta atitude estava um etnocentrismo arreigado, que não contemplava a especificidade cultural dos povos colonizados e que apostava na hegemonia de um só modelo civilizacional (BENDER, 1980: 145-157). Modelo legitimador de uma estratégia económica (seja livre-cambista, seja proteccionista) baseada na exploração sistemática das riquezas e das matérias-primas coloniais com integração plena dos autóctones. No entanto, o pensamento e a acção de Norton de Matos demarcaram-se deste pragmatismo “duro” por força do ideário atrás esboçado.

Se passarmos em revista a obra por ele produzida em Angola quer como Governador-Geral, quer como Alto-Comissário e ainda o relato e a reflexão que essa rica experiência lhe suscitaram, ressalta a difícil tentativa de combinar e integrar elementos diversos e até antagónicos — unidade nacional transoceânica, liberdade, progresso e autonomia colonial — num projecto de almejado alcance civilizacional. A receita vinha das potências coloniais democráticas e industrializadas, mas a sua aplicação a Portugal, pequeno país periférico, esbarraria no incontornável atraso económico, sócio-político e culto-mental da metrópole e colónias.

De 1912 a 1915, pairando no ar a ameaça anglo-alemã de ocupação e posse das colónias portuguesas, Norton de Matos tudo procurou fazer — e o empenho com que defendeu a participação de Portugal na Grande Guerra confirma-o em pleno — para contrariar o expansionismo colonial alemão, taxativamente impresso no livro do general F. von Bernhardi, *A Alemanha e a guerra próxima* (editado em 1911), que tanto o im-



pressionou e a tal ponto que escreveu de Luanda, em 1 de Janeiro de 1913, ao Ministro das Colónias a recomendar-lhe a leitura desse livro, citando, a propósito, trechos da obra de Treitschke, e principalmente a compilação das suas lições sob o título de *“Politik”, verdadeiro evangelho do povo germânico nos últimos tempos*, terminando num apelo: *Esta carta leva, a V. Ex<sup>a</sup>, pela sua própria natureza, por tudo o que nela digo e pela afirmação que nela faço da minha inteira convicção de que “dentro de poucos meses a Alemanha fará rebentar a guerra e que um dos seus primeiros actos de agressão armada será a invasão de Angola e de Moçambique”, o meu pedido instante, que perante o Governo da República tão intensamente tenho pôsto, para que se trate da defesa militar desta vastíssima região portuguesa* (MATOS, 1945: vol. 4, 17-18).

O seu plano organizava-se, assim, em torno de dois eixos fulcrais: a curto prazo, a defesa militar, num esforço permanente de vigilância das tropas e dos colonos alemães, extensiva aos “perigos” gentio e boer (MATOS, 1945: vol. 4, 267-281), e a médio prazo na demonstração inequívoca de que Portugal queria, sabia e podia gerir os seus territórios ultramarinos em total sintonia com o espírito civilizacional moderno e tendo bem presentes os conselhos do intrépido monárquico Henrique Mitchel de Paiva Couceiro, lidos e anotados, em 1912, no relatório dos dois anos de governador-geral de Angola (COUCEIRO, 1910: 26-27 e 361). Relatório de Couceiro, lido por Norton com atenção e plena concordância, reafirmada décadas mais tarde, em 1948, na (re)edição desse trabalho, *comemorativa do terceiro centenário da restauração de Angola, que se publica precedida de um ensaio sobre Paiva Couceiro do ex.mo general Norton de Mattos* (MATOS, 1948). Ensaio rematado de forma assaz eloquente: *A carreira colonial de Paiva Couceiro terminara para sempre! Tão gloriosa, tão levantada e digna, tão proveitosa para os destinos da Nação, tão realmente, tão praticamente e tão seguramente indicadora do único caminho a seguir para o engrandecimento de Portugal foi essa carreira, que outra não vejo na Hisória Colonial Portuguesa dos últimos 200 anos que se lhe possa compara* (MATOS, 1948: 127-128). E por esse mesmo caminho seguiu Norton de Matos, animado de firme vontade e de ingente obstinação, quando teve nas mãos os destinos da mesma colónia, deparando, também, com várias dificuldades levantadas quer pelo governo de Lisboa, quer por influentes sectores adversos a arrojadas políticas de desenvolvimento.

Nas funções de Governador-Geral, Norton de Matos retomou, pois, o programa ousado de Paiva Couceiro, deixando no terreno as marcas de uma acção, resumida por Rocha Martins, na sua *História das Colónias Portuguesas*, do seguinte modo: *José Mendes Ribeiro Norton de Matos tinha ideias largas e no contacto com a provincia ultramarina mais as desenvolvera, cabendo-lhe, no começo, a autoria de portarias de pouca monta, em comparação com o desenvolvimento e importância das que se lhe seguiram. Proibira os castigos corporais; iniciou um sistema aperfeiçoado de contractos de trabalho indigena, a fim de evitar abusos; fez aplicação rápida das leis da mão de obra livre e impôs aos funcionários que não recebessem emolumentos pela aquisição de serviços, cujo recrutamento se faria de uma forma recta, em defesa dos negros. Eram leis moralizadoras. Aplicara, em definitivo, o regime das circunscrições, ficando a provincia no distrito de Luanda, cujos concelhos eram Luanda, Cambambe, Novo Redondo e Ambriz, com suas circunscrições de Ambriz, Cambambe, Novo Redondo, Dande, Ambaca, Cazengo, Golungo Alto, Icolo e Bengo, Lílolo, Muxima, Pungo Andongo e as capitánias-mores de Amboim, Dembos, Encoge e Quissama (17 de Abril de 1913) (MARTINS, 1933: 519).*

Anos mais tarde, regressado a Luanda para assumir as acrescidas responsabilidades de Alto-Comissário e cumulativamente de Governador-Geral, Norton de Matos propôs-se continuar e ampliar a política do seu primeiro governo (CASIMIRO, 1958: 127-134), mas logo deparou, desiludido, com um completo retrocesso no modo de utilização da mão-de-obra, devido à promulgação, entre 1915 e 1921, de diplomas *que felizmente a tempo se revogaram — escreveu ele em 1953 — (e com os quais) quase se ia estabelecendo o trabalho forçado em Angola, e esses impensados, ainda que bem intencionados passos dos legisladores, produziram um estado de coisas e de espírito em tudo o que respeitava à mão-de-obra indigena e às relações das autoridades e dos colonos com os indígenas de Angola, que muito me levou a transformar de novo e me criou, mais uma vez, por parte dos exploradores do trabalho do preto, animosidades e campanhas, de que senti na Metrópole, mais do que em Angola, os desleais e cobardes efeitos (MATOS, 1953: 84).* De facto, o segundo período governativo em Angola, de Abril de 1921 a 30 de Junho de 1924, se foi mais farto e proficuo em medidas tomadas, graças à considerável liberdade de acção de que dispunha o Alto

Comissário, também, em proporção, gerou maior controvérsia, tendo sido minado por campanhas hostis (foi o caso conhecido de Cunha Leal e do seu *Calígula em Angola*) e por conflitos, como o havido com o Ministro das Colónias Rodrigues Gaspar (NORTON, 2002: 282-301).

Como é óbvio, não cabe aqui a enumeração exaustiva do rol das adversidades ou ainda das medidas legislativas e das realizações concretas — e logo pelo seu autor registadas para a posteridade em *A Província de Angola*, sendo, décadas depois, recordadas muitas delas nas *Memórias...*, em *A Nação Una* e na *África Nossa* —, mas apenas a indicação das mais ilustrativas.

Em evidência voltou a estar a questão do trabalho indígena, questão incómoda para os interesses da burguesia colonial e, por isso, em 1924, assim que Norton de Matos abandonou Angola pela segunda e última vez, *tudo se principiou a destruir — segundo as suas próprias palavras —. Primeiro que tudo a legislação inteira de protecção ao indígena e principalmente a que constituiria um dique formidável à exploração do trabalho dos pretos. E tão precipitadamente, com revelação de tanto ódio às medidas por mim tomadas, com tão completa ausência de escrúpulo, que o Doutor Afonso Costa, nosso representante na Sociedade das Nações, oficiou, alarmado, ao govêrno da República a comunicar o péssimo efeito que a revogação da minha legislação social e protectora dos indígenas, estava produzindo em Genebra* (MATOS, 1944: vol. 3, 353). Era, também, concedida prioridade ao plano de colonização directa, subordinado à ideia básica de se *colonizar os nossos domínios ultramarinos com o povo português* e implicado no paradigma da fusão numa só política das duas políticas históricas: *-a da Metrópole e a do Ultramar*, ou seja, *Comércio único a ligar com laços cada vez mais fortes todos os territórios da Nação. Mercados recíprocos que permitam a circulação da riqueza em todo o vasto império português. Indústrias sem peias de espécie alguma, a aproveitarem e a transformarem as possibilidades e as forças coloniais como o fazem na Metrópole. A agricultura das terras do Ultramar a completar as dos nossos campos. Tudo isto pela forma como tantas vezes o tenho dito nos meus discursos de Angola: -A mais íntima, a mais estreita ligação da Metrópole e de as Colónias Portuguesas, por forma a constituir e a construir para sempre uma única Nação; um Parlamento único, o da Metrópole, onde a representação colonial seja cada vez mais numerosa para que os*

*interesses das Colónias sejam mais defendidos, e sobretudo, cada vez mais compreendidos* (MATOS, 926: 25-26)<sup>44</sup>; e, por fim, materializado numa área (a região planáltica de Benguela) de 30 milhões de hectares, reservada para cultivadores brancos e cinco milhões para empresas agrícolas capitalistas de acordo com as disponibilidades de mão de obra, através, naturalmente, de abundante e diversificada legislação (decreto nº 16, de 19-3-1921, o nº 95 de 3-2-1922, o nº 204 de 8-11-1922, o nº 212 de 9-12-1922 ou a portaria provincial nº 14 de 1923 sobre colonização e emigração).

Envolvendo todas estas questões sectoriais surgia o programa de fomento, que pode dividir-se em três objectivos: primários, que compreendem a construção de caminhos de ferro, de portos, de estradas e de habitações para os funcionários, operários e colonos; secundários, que englobam a edificação de hospitais e enfermarias, a adopção de práticas higiénicas e de profilaxia, a urbanização, o estabelecimento de linhas telegráficas, telefónicas e estações radiotelegráficas, a navegação de cabotagem e fluvial, a farolagem e a criação de quartéis; e científicos, relativos à organização de serviços geológicos, geográficos, astronómicos e meteorológicos, construção de laboratórios médicos, veterinários e de diversa espécie e criação de institutos de investigação científica (MASCARENHAS, 1970: 269). Programa ambicioso e exigente do ponto de vista financeiro, radicado na opinião corrente de que as colónias deviam ser fomentadas essencialmente na base dos seus recursos. Tornava-se, pois, indispensável o recurso a empréstimos, de que a província de Angola se tinha de responsabilizar e de assumir o provável aumento do défice, tendo em conta o estado frágil das finanças: em 1921 o défice atingira o meio milhão de libras. Numa situação dilemática como esta, Norton de Matos não podia apostar num desenvolvimento intensivo sem realizar um empréstimo para liquidar os débitos existentes e para garantir as despesas com obras inadiáveis, abrindo, assim, as portas à entrada de novos capitais pela via do investimento. Era uma aposta pensada para um período longo, no mínimo de dez anos, mas que, afinal, só durou três e sem os resultados pretendidos. A acusação mais grave que lhe seria feita prendia-se com a ausência de saneamento financeiro e imprudente incremento das despesas.

---

<sup>44</sup> Idem, *A Província de Angola*, ob. cit., p.25-26.

O certo, porém, é que Norton de Matos, não obstante certos erros de cálculo e de “estilo”, não agiu de forma tão voluntarista como os seus críticos fizeram crer, cuidando mesmo de encomendar ao economista Quirino Avelino de Jesus, pessoa ligada aos círculos católicos conservadores, membro da administração do Banco Nacional Ultramarino e futuro conselheiro “influente e discreto” de Salazar em economia e em matéria colonial, um detalhado relatório, com data de 7 de Julho de 1924 e de que conhecemos dois volumes dactilografados — *Finanças de Angola* e *A Moeda e o crédito de Angola*. Este último abre com uma *Advertência Preliminar*, onde se lê o seguinte: *Um empréstimo externo para Angola não é só necessário. É também possível, se a governação financeira e económica estiver em ordem, o que é tão realizavel como difficil. Apenas julgamos agora que nenhuma grande parcela dêle pôde vir pela Companhia de Diamantes de Angola. Acaba ela de pôr em evidência ao mesmo tempo uma grande fraqueza financeira e o pensamento de arruinar o Tesouro Provincial*<sup>46</sup>. Mas não era a única. O

<sup>46</sup> Documento inédito do Arquivo-Biblioteca Norton de Matos, que não pudemos, pela sua extensão e densidade informativa, analisar aqui. No meio do volume *A Moeda e o crédito de Angola* há um texto manuscrito de Norton de Matos, em 6 fls. lisas e de cor verde, que merece um destaque especial. Atente-se nos seguintes extractos: *Este Relatório de Quirino de Jesus merece ser lido com atenção, pois fornece elementos e informações de valor para o estudo do meu Alto Commissariado em Angola. Tem, porem, de ser cuidadosamente controladas as suas afirmações, por vezes pouco verdadeiras. Os factos apresentados sofrem tambem deformações, intencionais ou não. Compreendeu em grande parte o meu pensamento governativo e as conversas que com ele tive e o conhecimento íntimo que tomou do meu governo, comunicou-lhe noções de grandeza que mais certo lhe serviram para a confecção do Acto Colonial hoje em vigor. Não viu, porem, tudo e não tinha envergadura para abranger a grandeza nacional dos meus projectos. Distribue-me intenções que nunca tive. Uma delas é o meu proposito firme e constante (segundo diz) de *contrair grande emprestimo externo para Angola. É certo que pensei nisso e que levei essa ideia para Londres, onde fui antes de partir para Angola a assumir o meu lugar ali. Mas esse proposito varreu-se-me para sempre da mente depois de ter compreendido bem o que estava sendo o mundo no apoz guerra. (...) Tinha eu uma conversa preliminar no F. O. fixado o quantitativo do emprestimo em 5 milhões de libras. Marcada a entrevista com Lord Milner, la fui falar com ele. Muito bem recebido, expuz-lhe os meus planos de desenvolvimento de Angola e disse-lhe que para tanto carecia, alem do dinheiro que podia levantar em Portugal e até na propria colonia, carecia de moeda estrangeira. Lord Milner não me desanimou antes pelo contrario apesar de me dizer desde logo que o momento não era dos mais propicios. Mas como, acrescentou logo, o assunto carecia de estudo circunstanciado, era natural que, entretanto, a situação financeira em Londres de desanuviasse. Seguidamente falou-me de um emprestimo que a Inglaterra acabava de fazer ao Quénia. Era da mesma quantia, os 5 milhões de libras. E tanta informação me deu da natureza desse emprestimo, dos seus fins, da sua influencia em grandes empresas territoriais**

Banco Nacional Ultramarino não hesitou em obstruir a política do Alto Comissário e em lesar os interesses representados pela Associação Comercial de Luanda, pervertendo, na prática, o fim para que fora criado (apoiar o fomento das colónias), como refere o próprio Quirino de Jesus nesse mesmo volume: *A Associação telegrafára ao Banco Ultramarino em 1 de Março, expondo-lhe a situação difícil e pedindo-lhe o seu esforço. A resposta do Governador veio no dia 10, e era bem expressiva. O Banco pretendia atirar para cima do Alto Comissário tôdas as responsabilidades da crise. Tentava mesmo voltar, se fosse possível contra o primeiro magistrado de Angola o comércio da Província. Declarava estar pronto a salvar êste. Como? O Govêrno provincial que prescindisse da transferênciã mensal dos 400.000\$00 do Estado para a Colónia. Restituisse também ao Banco parte dos capitais que êste lhe fornecera, pela applicação do contrato de 1922, em 1923. O Banco poria tudo isto ao serviço das transacções mercantís. Mas ainda punha outra condição. Fôsse-lhe permitido elevar o próprio convencional de transferênciã, que era de 3%, como vimos. Numa palavra o Banco regressava á sua idéia capital: o Estado que lhe fornecesse directa e indirectamente o dinheiro para êle acudir á Província, mas ainda com a possibilidade de maiores ganhos próprios, á custa da economia e crédito de Angola e dos exportadores metropolitanos (SILVA; LIMA, 1995: 373-374).*

A estratégia do BNU vinha já de trás (TORRES, 1991: 107), não se esgotando, por isso, na crise fiduciária que forçou essa instituição de crédito a sair de Angola em 31 de Outubro de 1926 (DURÃES, 1976: 36-44) e à sua substituição pelo Banco de Angola, do qual seria governador (de Julho de 1927 a Janeiro de 1930) Francisco da Cunha Leal, ex-líder parlamentar do Partido Nacionalista Republicano,

---

*inglezas a fazer avançar rapidamente os territorios de Africa, ao contrario do que tinham conseguido os alemães, a partir de 1825, que eu sahi de la a pensar, mau grado meu, que esse emprestimo avultado, levantado na Inglaterra para o desenvolvimento de uma colónia portuguesa, poderia ter como resultado uma infiltração de interesses ingleses, mais do que seria para desejar. (...) De resto muito antes de partir por Angola, como A. C., quando no parlamento me perguntaram com que recursos contava respondi que com os de Angola e com os de Portugal. Havia bancos emissores, Caixas de depositos, empresas diversas, minas, terras que produziam, pesca, produtos naturais, uma enorme riqueza latente que bem desenvolvida, bem valorizada daria ao Estado os recursos de que carecia para uma obra continua de progresso. -O que era necessario era vencer o ponto morto, e estava certo de que o conseguiria. E conseguí-o. É isto que não viu ou não quiz ver, ou se o viu não o quiz dizer, o Snr. Quirino e como ele tantos outros Quirinos.*

fundador da União Liberal Republicana (partido envolvido na campanha de propaganda preparatória do movimento militar de 28 de Maio de 1926) e crítico severo da governação de Norton de Matos. No entanto, este adepto inicial da ditadura militar não tardou a ser, também, um virulento opositor dos *novos senhores da situação* e, sobretudo, da política financeira e colonial de Oliveira Salazar (LEAL, 1930).

Em síntese, podemos sublinhar que toda essa intensa e atribulada experiência governativa de Norton de Matos em Angola não lhe suscitou apenas a compreensível necessidade de provar a justeza dos seus actos, mas contribuiu principalmente para a consolidação do seu projecto de ideologia colonial. É que a sua obra global, só em pequena parte concretizada, fundava-se, afinal, num quadro ideológico, de matriz demo-liberal e filantrópica é certo, mas acentuadamente etnocêntrica (ou assimilacionista) e nacionalista, tendo algum eco, precisamente por isto, no pensamento colonial das várias direitas da época (desde os conservadores moderados até aos pró-fascistas). A sua ideia basilar, tantas vezes proclamada e expressa até no título de uma obra — *A Nação Una*-concorrente, em 1952, ao prémio Abílio Lopes do Rego sobre administração colonial, mas dele excluída, consistia, pois, na defesa da unidade nacional, na indivisibilidade do território nacional, na unidade económica e na unidade de acção, assentando em três pilares: *A Nação tem de os construir — proclamava o seu arauto — em grandeza, com solidez, lealdade e verdade. Nenhum interesse que não seja alto interesse nacional; nenhuma discriminação entre regiões, povos, raças, cores e ideologias, capazes de diminuir a estabilidade do equilíbrio da construção; nenhuma mesquinhez ou falta de beleza na sua erecção; a perenidade das leis nacionais que conduzam a essa construção e que a ela presidam: — só uma Assembleia Constituinte, livremente, democraticamente e solenemente eleita, em que a inteira liberdade de voto e a fiscalização absoluta do acto eleitoral estejam acima de tudo, será capaz do acto legislativo que a construção dos três pilares exige* (MATOS, 1953: 8). Três pilares, a saber: *A Autonomia Administrativa de cada uma das partes da Nação; A Civilização dos habitantes que os portugueses encontraram nas terras que descobriram e ocuparam e que há cinco séculos estão diligenciando transformar em portugueses como eles. (...) Temos de conseguir esta civilização mediante uma completa e perfeita assimilação; e O Povoamento, com portugueses de cor branca,*

*das terras ocupadas, tendo sempre em vista a constituição da Nação Una como um povo único, oriundo de diversos povos e raças, que continuará perenemente a ser o povo português, cuja cor como que desapareça em presença da civilização igual, da língua única, dos mesmos usos e costumes, de mentalidade nacional idêntica:—o Portugal Maior dos nossos sonhos seculares* (MATOS, 1953: 8-9).

Projecto de um colonialista experimentado e de um visionário, tinha todos os ingredientes para ser suficientemente mobilizador e para incorporar o espírito da Iª República. Tinha o que outras ilustres figuras do regime ligadas aos problemas coloniais, como Freire de Andrade ou Brito Camacho, não conseguiram propôr: a articulação de uma prática de fomento e de reorganização administrativa, claramente modernizadora, com um núcleo compatível de valores e de ideias-força, produzindo, assim, um discurso ideológico que integrava a velha questão colonial num nacionalismo aberto à participação e à representação democrática de todas as províncias e de todos os interesses e que era a alternativa possível à cobiça alheia, ao separatismo e à destruição do velho império colonial português. Ameaças, que Norton de Matos sempre julgou superáveis. O caso do Brasil — exemplo típico de colónia de povoamento — ficou, porém, na História a provar o contrário e a servir de aviso a alguns defensores da ideia de império, que chegaram mesmo a descrever da Nação para sempre una e a renderem-se ao pragmatismo mercantilista. Tudo isto, claro está, num outro contexto político: a queda da “nova República velha”.

#### **4. Intensa actividade política e cívica**

Referimos atrás o interregno de acções governativas em Angola, durante o qual Norton de Matos foi chamado por circunstâncias históricas precisas a contribuir, sobretudo com seu capital de organizador nato e determinado, para a estratégia político-partidária dos democráticos de Afonso Costa.

Interrompidas, pois, a seu pedido, as funções de Governador Geral, e regressado, entretanto, a Lisboa, o major Norton de Matos embrenhou-se na luta partidária, participando, ao lado de outros democráticos ou afonsistas — Álvaro de Castro, Sá Cardoso, António Maria da Silva e Freitas Ribeiro — numa conspiração triunfante contra a ditadura de



Pimenta de Castro (o célebre 14 de Maio de 1915). A conjuntura era dramática e complexa, com uma Guerra total e uma carnificina inimagináveis a acontecer na Europa, em África, na Palestina, e com um Portugal indeciso e dividido sobre a eventual participação militar na frente europeia ao lado da Grã-Bretanha, a velha Aliada.

Os dois efémeros Governos de José de Castro, que se sucederam de 17 de Maio de 1915 até à formação do 2º Governo de Afonso Costa, em 29 de Novembro desse mesmo ano<sup>6</sup>, contam já com a presença de Norton de Matos — eleito, entretanto, deputado por Ponte de Lima nas legislativas de 13 de Junho e nas listas do Partido Democrático — como Ministro das Colónias e depois, nas pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. No Gabinete chefiado por Afonso Costa, responsável pela requisição dos navios alemães surtos no Tejo e pela subsequente declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em 9 de Março de 1916, manteve-se na pasta da Guerra, dando continuidade à preparação militar por ele assumida convictamente, pois entendia-a necessária para a defesa da integridade colonial portuguesa.

A entrada na I.ª Grande Guerra voltou a colocar na ordem do dia a conveniência de um pacto entre todos os partidos da República, mas a recusa dos unionistas de Brito Camacho, adeptos de uma neutralidade gerida no quadro da aliança anglo-lusa, mutilou a “União Sagrada”, cujo Ministério entraria em funções a 15 de Março de 1916 sob a presidência do evolucionista António José de Almeida, incluindo, entre outros, Afonso Costa nas Finanças e Norton de Matos na Guerra. Cerca de onze meses depois caía este Governo de concentração e constituía-se o 3º presidido por Afonso Costa, que conserva Norton de Matos na Guerra e em posição de destaque, chegando mesmo a assumir interinamente a chefia do Governo na ausência temporária do líder.

---

<sup>6</sup> Estes Governos, embora de “concentração”, eram naturalmente dominados pelo Partido Democrático (designação comum do velho Partido Republicano Português após a cisão em finais de 1911), que, ao sair vitorioso do movimento revolucionário de 14 de Maio, tomou conta do Poder e conseguiu legitimá-lo através das eleições legislativas de 13 de Junho e da eleição, no Congresso dos Deputados, de um novo Presidente da República, Bernardino Machado. Em ambos os actos eleitorais o Partido Democrático obteve uma irrefragável vitória e só não formou novo Ministério, porque, entretanto, Afonso Costa sofreu um grave desastre de eléctrico, que obrigaria a retardar a formação de um Governo abertamente democrático até finais de Novembro.

Durante tão difícil e instável fase governativa, o coronel Norton de Matos viu o seu prestígio crescer de forma exponencial quer dentro do Partido Democrático (chegou a membro efectivo do Directório), quer no seio da Maçonaria, e conseguiu organizar, com poucos meios e manifesta falta de tempo, o Corpo Expedicionário Português (C.E.P.) — motivo tanto de orgulho próprio e dos seus correligionários, como de crítica cerrada por parte dos anti-guerristas (MEDINA, 1986).

Não admira, por isso, que a ira dos descontentes o vitimasse, tal como a Afonso Costa e a Bernardino Machado, na sequência do golpe de Sidónio Pais de 5 a 8 de Dezembro de 1917, ao qual não conseguiu, enquanto Presidente interino do Ministério e Ministro da Guerra, opôr uma eficaz resistência (SILVA, 1997: vol. 1, 730-748). A sua casa na Avenida Miguel Bombarda, n.º 109, foi assaltada e ele teve de se refugiar no navio de guerra inglês “Woodnut”. Foi considerado desertor e demitido do Exército. Enquanto durou a experiência sidonista, ou seja, até ao assassinato de Sidónio a 14 de Dezembro de 1918, Norton de Matos permaneceu exilado em Londres, onde se limitou a acompanhar de forma passiva o desenrolar dos acontecimentos e trabalhou como agente de uma Empresa de Construções Navais (1918-1922) .

Reintegrado no Exército com o posto de coronel até ser promovido, em 4 de Setembro de 1919, a general, agraciado com a grã-cruz da Torre e Espada, na vigência do Governo José Relvas (formado a 27 de Janeiro de 1919, após o malogro das tentativas restauracionistas da Monarquia do Norte e de Monsanto), foi nomeado delegado à Conferência de Paz (FERREIRA, 1992: 72-77) e manteve-se nessas funções até Julho desse ano, mês em que regressa a Portugal e aqui se fixa, mas por pouco tempo... Em Abril de 1920 recebe o convite do Ministro das Colónias, Utra Machado, para ocupar o cargo, recém criado, de Alto Comissário em Angola, cuja acção ficou acima focada. E em 1924, a sua acção de colonialista obstinado e visionário haveria de lançá-lo em rota de colisão com interesses contrários em Angola e no seio do Governo de influência democrática, dividido quanto ao apoio a prestar-lhe (NORTON, 2002: 293-305).

## 5. Entre o Exílio (lá fora e cá dentro) e a Intervenção Pública

A situação era politicamente embaraçosa e afectava a honorabilidade de uma figura do regime, que exigia uma reparação pública. Não tardou, por isso, a ser nomeado Embaixador de Portugal em Londres, para onde partiu no mês de Agosto de 1925 e onde, como se sabe, estivera exilado durante a “situação” sidonista. E será nesse posto diplomático que a Ditadura Militar, saída do 28 de Maio de 1926, o foi encontrar e logo que pôde, ou seja, a 21 de Junho exonerou-o. E cerca de seis dias depois, ainda em Londres, Norton de Matos escrevia ao seu colaborador Rodrigo de Abreu, pedindo-lhe *encarecidamente que apresse o mais possível o aparecimento do meu livro* [A *Província de Angola*, impresso pela Emp. Industrial Gráfica do Porto aos 5 de Abril de 1927]. *Bem sabe que ele constitui obra republicana e nacional e que hoje mais do que nunca, carecemos de manifestações dessa natureza* (NORTON, 2002: 222) — atitude bem típica, aliás, do seu modo de agir, recorrendo ao juízo político-administrativo da História numa hora em que os seus adversários voltavam a senhorearem-se do Poder.

Com cerca de 59 anos de idade, o general Norton de Matos entrava numa nova fase da sua vida, marcada pelo confronto político com as autoridades da Ditadura e depois com o Estado Novo de Salazar. Em consequência da sua participação nas revoltas falhadas de 3 a 7 de Fevereiro de 1927 (FARINHA, 1998: 34-63) foi preso e enviado para a ilha de S. Miguel (Açores), fixando residência na cidade de Ponta Delgada, onde se lhe vai juntar a mulher.

Durante a permanência em Ponta Delgada verá o seu nome proposto pela Loja “Acácia” (a 6 de Dezembro de 1928) para Grão-Mestre adjunto da Maçonaria Portuguesa. A 7 de Dezembro morre o Grão Mestre Magalhães Lima e o sucessor eleito, António José de Almeida, morrerá, também, uns meses depois — a 31 de Outubro de 1929. Já regressado a Portugal, Norton de Matos acaba por ser eleito Grão Mestre, a 31 de Dezembro, para os anos de 1930 e 1931, mas só tomou posse a 30 de Abril de 1930 (MARQUES, 1986: vol. 2, col. 962).

Desenvolveu, então, intensa actividade, participando em encontros maçónicos de carácter internacional: em Setembro de 1930 esteve em Antuérpia, a propósito da Convenção Maçónica Internacional e da Semana Portuguesa da Exposição Internacional Colonial de Antuérpia,

onde proferiu uma importante conferência sobre *La Formation de la Nation Portugaise envisagée au point de vue coloniale*; esteve, também, em Bruxelas para tomar parte na Convenção da *Association Maçonique Internationale* (A.M.I.). Reeleito Grão-Mestre prosseguiu, nos anos seguintes, os seus esforços em prol do ideal maçónico, vindo, como não podia deixar de ser, a protestar publicamente, no início de 1935, contra o projecto de lei da Assembleia Nacional que proibia as associações secretas.

A par de um tão intenso empenhamento na vida interna da Maçonaria Portuguesa, não deixou de se envolver politicamente na luta contra a Ditadura e o Estado Novo, presidindo à Aliança Republicano-Socialista (1931) e sendo vítima da repressão estatal. Durante a revolta da Madeira, iniciada em 4 de Abril de 1931<sup>7</sup> e logo propagada aos Açores, foi detido no Hospital Militar da Estrela, desde 10 de Abril até meados de Maio. Não voltará a ser preso, mas a sua acção ficará sob vigilância e a sua carreira profissional afectada: em 1935 é obrigado a abandonar o Instituto Superior Técnico, passando à situação de reforma no Exército e ligando-se, para sobreviver à actividade empresarial.

Alternando a residência entre os arredores de Lisboa e Ponte de Lima, o general Norton de Matos dedicou os seus últimos dez anos de vida ao estudo de matérias técnico-científicas, nomeadamente a Fotogrametria, e político-coloniais, preparando para a História um conjunto de trabalhos, em que avultam as referidas *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, *África Nossa* e *A Nação Una*, além de um considerável acervo de artigos para a imprensa (colabora, desde 29 de Maio de 1931, n'O *Primeiro de Janeiro*) e de textos avulsos, nomeadamente a série (iné dita) do *Diário* ou *Memórias e Diário*, onde continuou a registar a sua impressão sobre os acontecimentos nacionais e internacionais (TORRALBA; SILVA, 1996: 99-138).

Apesar da idade, o oposicionista Norton de Matos não se esquivou aos apelos para um regresso à política activa, assumindo em 1943 a presidência do Movimento de Unidade Anti-Fascista (MUNAF) e da Junta

---

<sup>7</sup> Para a história desta revolta política veja-se, por exemplo, VARÃO, 1932. Citámos o exemplar existente na Biblioteca de Norton de Matos (Ponte de Lima) e que tem a seguinte dedicatória: "Ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. General Norton de Matos, ilustre republicano e estadista, homenagem do subordinado e amigo // António Fernandes Varão // Cabo Verde, S. Vicente // 16 de Setembro de 1933". Ver também FARINHA, 1998: 145-171.

Consultiva do Movimento de Unidade Democrática (MUD) e aceitando, por fim, candidatar-se à Presidência da República sem ter conseguido ir, porém, até ao fim — até às urnas (SILVA, 2001).

Saiu, de facto, frustrado do confronto ilusório e desigual com Salazar e com o Marechal Óscar Fragoso Carmona, mas prosseguiu disponível para arvorar o seu pensamento político e a sua acentuada divergência com os comunistas, ao mesmo tempo que, em nome do reforço da sua profissão de fé cristã e livre pensadora, *sinceramente anti-papista e anti-católico-riomano*, teve ocasião de vincar um indelével anti-capitalismo. Chegou mesmo a escrever a este propósito que o capitalismo era um *verdadeiro cancro social*, pior que o comunismo: *Os comunistas, desde que deixem de ser ateus e que fujam do capitalismo de Estado serão recebidos pela Europa cristã de braços abertos*.

Aos 86 anos de idade, mais precisamente em Agosto de 1953, profere, em Aveiro, uma conferência pública por ocasião da campanha eleitoral para deputados. Dois anos depois, falece em Ponte de Lima. Naquela que seria a sua última aparição pública, num apelo à sociedade, exprime o que foi o seu ideário político e a sua mentalidade cívica:

...e o meu primeiro apelo será para que se combata o comunismo. Quando foi da minha Candidatura e nos últimos tempos dela, quando indeciso, estava pensando os motivos de uma desistência ou de uma ida às urnas, alguém me perguntou o que faria eu no caso de ser eleito, em relação aos comunistas. Respondi que diligenciaria levar o Executivo a fazer-lhes a maior das oposições: — na Metrópole sem quaisquer violências, mas pela maior propaganda e a melhor organizada possível, ainda que para isso tivesse o Estado de gastar avultada quantia: no Ultramar por meio de uma lei que não permitisse que qualquer comunista se conservasse naquela parte dos territórios portugueses e que fossem mandados todos eles regressar à Metrópole para ouvirem a propaganda que contra eles estavam fazendo os brancos metropolitanos e para publicamente dizerem de sua razão. De modo algum, se pode consentir a propaganda comunista feita a pretos de civilização primitiva, que em consequência dela serão levados a uma única conclusão — a da necessidade de eliminar todos os brancos (MATOS, 1953b: 14-15).

**REFERÊNCIAS**

- BENDER, Gerald, 1980 — *Angola sob o domínio português: mito e realidade*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- BRANDÃO, Zeferino, 1907 — *Glorias militares portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- CAETANO, Marcelo, 1971 — *História breve das constituições portuguesas*. Lisboa, Editorial Verbo.
- CASIMIRO, Augusto, 1958 — *Angola e o futuro: (alguns problemas fundamentais)*. Lisboa: Livrolândia.
- COUCEIRO, Henrique Paiva, 1910 — *Angola (Dous annos de Governo Junho 1907-Junho 1909). Historia e commentarios*. Lisboa, Editora A Nacional.
- DURÃES, António, 1976 — *Angola e o general Norton de Matos. (Subsídios para a história e para uma biografia)*. Melgaço, Edição do Autor.
- FARINHA, Luís, 1998 — *O Revirralho: revoltas republicanas contra a ditadura e o estado novo, 1926-1940*. Lisboa: Editorial Estampa.
- FERREIRA, José Medeiros, 1992 — *Portugal na Conferência da Paz. Paris, 1919*. Lisboa, Quetzal Editores.
- GUIMARÃES, Ângela, 1984 — *Uma Corrente do colonialismo português. A Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895*, Lisboa, Livros Horizonte.
- LEAL, Francisco Cunha, 1930 — *Subsídios para o estudo do problema do crédito em Angola*. Lisboa, Edição do Autor.
- LEAL, Francisco Cunha, 1930 — *Oliveira Salazar, Filomeno da Câmara e o império colonial português*. Lisboa.
- LEAL, Francisco Cunha, 1930 — *A Obra intangível do dr. Oliveira Salazar*, Lisboa, Edição do Autor, 1930.
- LEROY-BEAULIEU, Paul, 1902 — *La Colonisation chez les peuples modernes*. Paris, Guillaumin & C<sup>ie</sup>.
- LUCAS, Maria Manuela, 1992 — A Ideia colonial em Portugal (1875-1914), *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 14.
- MANCHUELLE, François, 1988 — Origines républicaines de la politique d'expansion coloniale de Jules Ferry (1838-1865)", *Revue Française d'Histoire d'Outre-Mer*, Paris, 75 (279), p. 185-206
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1986 — *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*. Lisboa: Editorial Delta, 2 vols.
- MARTINÓ, António Miguel, 2002 — *João de Azevedo Coutinho: marinheiro e soldado de Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- MARTINS, Francisco Rocha, 1933 — *História das Colónias Portuguesas. Obra patriótica sob o patrocínio do "Diário de Notícias"*, Lisboa, Diário de Notícias.

- MASCARENHAS, Renato F. Antunes, 1970 — *Norton de Matos: Alto Comissário e Governador-Geral de Angola. Dissertação de licenciatura apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina*. Lisboa: Universidade Técnica.
- MATOS, Norton de, 1926 — *A Província de Angola*. Porto: Edição do Autor.
- MATOS, Norton de, 1944-45 — *Memórias e trabalhos da minha vida*, 4 vols. Lisboa: Editora Marítimo Colonial Lda.
- MATOS, Norton, 1948 — *Angola. Ensaio sobre a vida e acção de Paiva Couceiro em Angola que se publica ao reeditar-se o seu relatório de Governo. Edição comemorativa do terceiro centenário da restauração de Angola*, Lisboa, Edições Gama.
- MATOS, Norton de, 1953a — *África nossa: o que queremos e o que não queremos nas nossas terras de África*. Porto: Edições Maranus.
- MATOS, Norton de, 1953b — *Conferência*. Aveiro: Edição dos Candidatos Democratas por Aveiro.
- MATOS, Norton, 1953c — *A Nação Una. Organização política e administrativa dos territórios do ultramar português. Com um prefácio do Prof. Egas Moniz*. Lisboa, Paulino Ferreira, Filhos, Lda.
- MATOS, Rita Mendes Norton de, 1953 — *A Família Norton de Mattos*. Ponte de Lima: Edição da Autora.
- MEDINA, João (apresentação), 1986 — *Portugal na Grande Guerra. "Guerristas" e "Antiguerristas". Estudos e documentos*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Científica.
- NORTON, José, 2002 — *Norton de Matos: biografia*. Lisboa: Bertrand Editora.
- PÉLISSIER, René, 1987 — *História de Moçambique. Formação e oposição*, vol. 1, Lisboa, Editorial Estampa.
- REUILLARD, Michel, 1993 — *Saint-Simonisme et colonisation. La politique indigène du gouverneur Guillain en Nouvelle-Calédonie (1862-1870)*. *Revue Française d'Histoire d'Outre-mer. Explorations, colonisations, indépendances*, Paris, 80 (301) 4º trim.
- SILVA, Armando Malheiro da; GARCIA, José Luís Lima, 1995 — *Norton de Matos e a oposição à política colonial de Salazar*. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 17, 349-404.
- SILVA, Armando Barreiros Malheiro da, 1997 — *Sidónio e sidonismo. História e mito. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea de Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 2 vols.
- SILVA, Armando B. Malheiro da, 2001 — *Para a História da Oposição ao Estado Novo: a candidatura à Presidência da república do general Norton de Matos e o Boletim Eleições Livres no distrito de Braga (1949)*. *Bracara Augusta*, Braga, 50 (no prelo).

- SOARES, Mário, 1971 — Constituição de 1911. In Joel Serrão (dir.) — *Dicionário de História de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Iniciativas Editoriais, p. 682.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, 1990 — *O Ultimatum inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa.
- TORGAL, Luís Reis e SILVA, Armando Malheiro da, 1996 — Norton de Matos e a Alemanha na II Guerra Mundial. Impressões de um diário. In *Portugal. Alemanha. África. Do Colonialismo imperial ao colonialismo político. Actas do IV Encontro Luso-Alemão, Lisboa 1995*. Lisboa: Edições Colibri.
- TORRES, Adelino, 1991 — *O Império português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher.
- VARÃO, António Fernandes, 1932 — *Infantaria 13 no movimento político da Madeira de 4 de Abril de 1931. (Palavras dum vencido)*. Faro de Vigo.



# OS CORREDORES DE DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

Madalena Pires da Fonseca<sup>1</sup>

## 1. Introdução

Tem-se assistido nos últimos tempos a um crescendo reconhecimento das fragilidades institucionais dos novos regimes políticos da maior parte dos países africanos que abandonaram modelos socialistas de partido único e procuram formas de democracia com multi-partidarismo e liberalização económica (Pfister 2001). Combate à corrupção e alívio da pobreza são actualmente os temas que dominam a agenda da ajuda internacional a África. Não que os temas sejam novos, mas a abordagem é que se alterou. Os doadores internacionais apontam actualmente de forma explícita, a corrupção como um factor condicionante do desenvolvimento socio-económico, um estrangulamento à eficiência e aplicação dos programas de ajustamento estrutural e começaram a exercer uma forte pressão sobre os governos dos países africanos para que sejam tomadas medidas eficazes de combate à corrupção e ao crime organizado. É preciso uma *boa governança!* (EIU. Jan.2002). A diferença na abordagem reside, por um lado, no facto de o tema corrupção deixar de ser tabu e passar a ser explicitado claramente e, por outro, no facto de também de forma clara passar a ser atribuída a responsabilidade aos governos locais. Em certa medida esta alteração no discurso político das instituições internacionais, ultrapassa a visão tradicional da herança colonial ou da permanência de estruturas tribais ancestrais e

---

<sup>1</sup> Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Investigadora Convidada da Universidade de Bayreuth - Alemanha.

responsabiliza os governos locais, iniciando uma forma de diálogo diferente que pressupõe a aplicabilidade dos esquemas ocidentais de democracias multi-partidárias em África (Pfister 2001; Ansprenger 1999; Krabbe; Mayer, H s/d; Makoba 1998; Neubert 1999,2001). No caso de Moçambique, o Banco Mundial exigiu que o Governo elaborasse um plano estratégico de combate à pobreza, como condição para o alívio de parte da dívida externa. Assim surgiu o Poverty Reduction Strategy Paper (PRSP), resultado das exigências dos doadores internacionais - *Foreign Donors* - reunidos em Maputo, em Outubro de 2001, para o qual o Fundo Monetário Internacional definiu um instrumento financeiro, Poverty Reduction and Growth Facility (PRGF)<sup>2</sup>. Apesar das preocupações em relação ao combate à pobreza, o objectivo prioritário deste programa do FMI é uma reforma na política fiscal, aliás praticamente inexistente e inconsequente em Moçambique: “priorise fiscal consolidation!”. Basicamente o FMI sugere que sejam tomadas medidas para aumentar as receitas fiscais (EIU. Jan.2002).

O presente estudo debruça-se sobre os chamados Corredores de Desenvolvimento em Moçambique, outrora designados apenas por “corredores” por se referirem apenas às facilidades de acessibilidade num conjunto de infra-estruturas de transporte instaladas ao longo de eixos de penetração nos países encravados no interior - *land-locked-countries* - a partir dos portos na costa do Oceano Índico. Não serão abordadas, à partida, as questões da acessibilidade social das populações rurais. Indirectamente elas serão contempladas, na medida em que a probabilidade desses corredores de transporte se converterem em efectivos corredores de desenvolvimento, pressupõe uma alteração nos arranjos espaciais das populações e actividades, ao longo dos eixos de circulação.

O ponto crítico do processo de desenvolvimento dos corredores poderá residir no quadro institucional, como a actual literatura crítica da corrupção sugere em outros domínios. Poder-se-ão procurar estran-

---

<sup>2</sup> Ministério do Plano e Finanças (2000) - *Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (2000-2004)*. Maputo: Promédia.

gulamentos específicos do próprio país ou no quadro de integração política actualmente em curso na África Sub-sahariana – A Southern Africa Development Community (SADC). A verdade é que foi a partir da entrada da República da África do Sul (RSA) na SADC, depois do Apartheid, em 1994, que o tema dos corredores foi retomado. Desde 1996 que quer a própria RSA, quer a SADC, têm vindo a apresentar propostas de planeamento do desenvolvimento centradas nos corredores, no âmbito das chamadas Spatial Development Initiatives (SDI), designando-os por Corredores de Desenvolvimento.

A questão que se coloca é a de saber até que ponto os Corredores de Desenvolvimento agora publicitados não são apenas “Old Wine in New Bottles” e não irão continuar a ser apenas túneis de ligação dos *land-locked-countries* ao mar, como o foram no passado, desde a sua construção, no tempo colonial. Nesta fase do estudo e antes do trabalho empírico na região, procurarei analisar em que medida a política interna de Moçambique tem contemplado a questão dos Corredores e de que forma tem internalizado a sua concepção no quadro da SADC. Aparentemente Moçambique perdeu, por duas vezes, oportunidades históricas de converter os corredores de transporte em corredores de desenvolvimento: no tempo colonial, onde os objectivos de desenvolvimento socio-económico e territorial equilibrado não se colocavam e após a constituição da então SADCC, em 1980, quando Moçambique conseguiu chamar a si o pelouro dos transportes, em 1981. Com uma reestruturação institucional da SADC, actualmente em curso, decidida em Windhoek, em 2001, que prevê a retirada dos pelouros dos sectores estratégicos (transportes?) aos países que actualmente os detêm, a curto prazo, não estará já em curso um terceiro fracasso? Ao longo dos últimos quase 22 anos de gestão do sector dos transportes na SADC, Moçambique não conseguiu converter os seus corredores em corredores de desenvolvimento eficientes. Que políticas se preparam para o futuro?

Com o presente artigo pretendo demonstrar cinco teses fundamentais:

*Primeira:* O modelo de inserção de Moçambique na economia mundial, isto é, na divisão internacional do trabalho, decalca hoje, no essencial, a estrutura dos últimos anos do colonialismo e nesse contexto, os corredores de transporte/desenvolvimento são os pilares fundamentais. Durante os cerca de 20 anos que decorreram entre a Independência e as primeiras eleições multipartidárias e o início da aplicação de uma política económica aberta ao exterior e liberal, a economia Moçambicana fechou-se sobre si mesma, ensaiando modelos socialistas, num percurso de sucessivos insucessos, agravados por uma guerra civil fortemente destruidora das infra-estruturas produtivas.

*Segunda:* Da mesma forma que Portugal revelou uma incapacidade política histórica para controlar efectivamente o desenvolvimento das suas colónias e explorar de forma eficiente os recursos das mesmas, permitindo a entrada de companhias estrangeiras e aceitando, impotente, decisões políticas de outros países, sobre os seus territórios, também Moçambique actualmente, e desde a Independência, tem revelado uma forte debilidade política no campo das relações internacionais, daí resultando muitas limitações à aplicação de um modelo de desenvolvimento socio-económico concebido e construído internamente, pelo próprio país.

*Terceira:* Daqui resulta que os corredores de transportes serão corredores de desenvolvimento apenas na medida e na intensidade e no timing em que as instituições estrangeiras ligadas à cooperação e ajuda internacional, os países vizinhos de economias mais fortes e os investimentos directos estrangeiros o determinarem, isto é, em função do interesse maior ou menor dos actores exteriores!

*Quarta:* Feliz ou infelizmente para Moçambique, é de esperar que o fluir “natural” desse processo conduza a muitos e diversificados investimentos segundo um padrão de “alguma” dispersão. Assim, é possível antever *algumas* âncoras ao longo de *alguns* dos corredores que consigam fixar *algum* dinamismo e induzam o aparecimento de novos projectos e investimentos, *alguns* dos quais de origem local. Desta forma, nem todos os corredores conduzirão apenas ao crescimento (modernização) das cidades localizadas na costa, no limite juzante do corredor, mas poderão emergir “ilhas” ou focos locais de concentração de novos investimentos e fluxos de populações das áreas rurais adjacentes. Nesse contexto, o aprofundar da integração da actual SADC pode ser positivo para Moçambique, mesmo que convertendo-se numa semi-periferia da RSA.

*Quinta:* *Last but not least*, gostaria de discutir os conceitos de inovação/modernização e redes de transportes, tomando as abordagens da escola sueca dos anos 50 e 60 e posteriores desenvolvimentos e o estudo de Edward Soja para o Kenya em 1968: *The Geography of Modernation in Kenya. A Spatial Analysis of Social, Economic, and Political Change*. “...the future (may well) look back upon the overseas imperialism of recent centuries, less in terms of its sins of oppression, exploitation and discrimination, than as the instrument by which the spiritual, scientific and material revolution which began in Western Europe with the Renaissance was spread to the rest of the world.” (Emerson, R. 1960 – *From Empire to Nation* citado por Soja 1968.p.1). E a minha tese é: a modernização/inovação em África corresponde à difusão de um modelo cultural marcadamente europeu, cujos primeiros canais de penetração são os corredores de transporte transnacionais.

## 2. Transportes e desenvolvimento: “a road to develop by road?”<sup>3</sup>

Que relações existem entre a rede (o sistema) de transportes de um país, ou de uma região e o desenvolvimento socio-económico da mesma?

Ninguém contesta o pressuposto de que um sistema de transportes eficiente é uma condição imprescindível ao desenvolvimento de qualquer território não só como armadura à sua organização interna, como facilitador da articulação desse território ao exterior (Hecht 2001; Gorski 1977; Heinze 1967; Arnold; Weiss 1977). A verdade é que não é fácil demonstrar, nem há um concenso generalizado sobre o tipo e a intensidade de efeitos que as redes de transporte são capazes de induzir (Hofmeier 1979, 1979<sup>a</sup>); Hoyle 1973; Adler 1971). Tradicionalmente, sobretudo nos anos 70 e ainda no início dos anos 80, aplicavam-se metodologias do tipo da análise custo-benefício para avaliar, regra geral, numa fase *ex-ante*, os projectos de infra-estruturas de transporte. Ora esses cálculos incidiam sobre o movimento de mercadorias, o respectivo volume de vendas e os passageiros transportados ou a transportar. O impacto de uma rede de transportes faz-se sentir porém para além do volume de vendas do sistema. Uma rede de transportes tem efeitos económicos, sociais e políticos. À posteriori, sabe-se que uma intervenção numa rede de transportes, por exemplo a construção de uma nova infra-estrutura, pode ter efeitos positivos directos sobre o território, efeitos negativos ou ter um efeito neutro, nada se alterando substancialmente. De facto, se é fácil perceber os efeitos positivos directos sobre o território em que é instalada essa infra-estrutura, não se pode esquecer que também pode haver efeitos negativos, como por exemplo o desvio de fundos prioritários para outros sectores e/ou o esvaziamento de áreas a favor de focos e centros de concentração, nem sempre desejável, como pode também acontecer que nunca se venham a registar as melhorias ou os fluxos que se haviam projectado, pouco ou nada se alterando com a criação da nova ligação (Hecht 2001.p.80).

---

<sup>3</sup> Expressão de HECHT, Volker, Christian Weis(2001) - *Bordercrossings in Southern Africa: regional development through economic integration and road transport strategies*. Bochum: Geographisches Inst. Materialien zur Raumordnung, 58.p. 65.

Da mesma forma que os efeitos da rede de transportes sobre o desenvolvimento regional se podem fazer sentir de diversas formas e em diversos domínios, é importante também ter em linha de conta que as decisões sobre os projectos dos sistemas de transportes se prendem com vários factores. Assim, um projecto de uma infraestrutura pode vir a ser implementado não por razões económicas, ou seja na sequência de uma avaliação custo-benefício positiva, mas por questões políticas e/ou sociais e de estratégia a longo prazo.

Muitas das decisões sobre projectos e programas de transportes decorrem exclusivamente de decisões políticas (para não dizer a maior parte!), com objectivos de prestígio dos decisores ou respectivas instituições. Isto deve-se ao facto das infra-estruturas de transporte apresentarem uma visibilidade muito grande, de forte impacto na opinião pública que raramente vem a ter informação a médio ou longo prazo, sobre os reais efeitos e impactos induzidos pela mesma.

Em nenhum outro continente como em África, estes processos se podem analisar de forma tão evidente. A maior parte das infraestruturas que hoje constituem o sistema de transportes em África foram construídas com objectivos políticos e estratégicos, quer no tempo colonial, quer pelos países independentes. A partir dos anos sessenta, com as independências, verificou-se um forte impulso na expansão das redes anteriores, adensando-as, numa política de apoio ao desenvolvimento agrícola. No entanto, os eixos estruturantes da rede transnacional africana decalcam ou são hoje os construídos pelo colonialismo. Este facto em si mesmo não é relevante porque também na Europa, muitos dos eixos estruturantes das vias de comunicação transnacionais decalcam hoje, o traçado da rede de estradas do Império Romano.

*„...bei Anwendung heutiger Kosten-Nutzen-Analysen wären die großen africanischen Erschließungsbahnen in den ersten Phasen der Kolonialzeit nie gebaut worden!“ (Hofmeier 1979.p.8)*

A questão das decisões políticas evidencia-se de forma particular, em África, no caso dos países encravados no interior – *land-locked-countries* – que para além de necessitarem de uma ligação ao mar, até

pelo tipo de base económica que ainda hoje em dia mantêm na maior parte dos casos, de exportação dos seus recursos naturais, minérios de grande valor ou produtos agrícolas, necessitam de ligações alternativas para se defenderem de potenciais boicotes dos países vizinhos através dos quais se ligam ao mar.

*“The problem of obtaining freedom of access to the sea has faced landlocked countries for centuries. It has contributed to the starting of wars and the reformation of national boundaries. It is natural that the colonial powers occupied themselves with treaties, agreements, and uneconomic transport investment to insure access to the sea from Central Africa. The presence of valuable minerals far inland added to the incentive. The legacy of investment and agreements are now, however, ill suited to the needs of the new countries who possess the mineral wealth, Zambia and the Congo.”* (Haefele,E;Steinberg,E. 1965.p.32.)

Ainda que sem um quadro teórico onde se possam demonstrar as correlações ou relações de causalidade entre as modificações nas redes de transporte e o desenvolvimento socio-económico e territorial, uma rede de transportes eficiente é uma condição necessária, mesmo que não suficiente, para induzir ou impulsionar processos de crescimento, desenvolvimento e modernização. Não é necessário recorrer a análises do tipo custo-benefício para aceitar que os custos de transporte fazem aumentar os custos de produção e que isso pode constituir um travão ao desenvolvimento, de forma particularmente evidente e intensa no actual quadro da globalização da economia.

### **3. Transportes e Inovação**

Maier e outros (Maier,J;Paesler,R;Ruppert,K;Schaffer,F 1977,p.93) na sua *Sozialgeographie* analisam o factor transportes no conceito de inovação, tendo em conta as propostas teóricas da Geografia sueca dos anos 50 e 60 e a abordagem de Borchert, directamente ligada à origem da própria palavra. “Inovação” tem origem na botânica e corresponde ao aparecimento de rebentos de ramos na planta. („*Aus der Botanik stammt und bezeichnet das Voranschieben von Knospen*“ Ob.cit. p.94). Da mesma forma que a planta cresce e se reproduz a partir dos rebentos, também a inovação no sentido de difusão (*Ausbreitung*) quer imaterial



quer material de um modelo cultural, necessita de uma infra-estrutura física para se difundir: uma rede de infra-estruturas básicas de prestação de serviços de transporte e outros. Os processos de inovação de modernização não são no entanto pacíficos e induzem modificações estruturais nos territórios. A Inovação no sentido de difusão, implica uma sobreposição ou uma substituição do “antigo”, do anterior ou da “tradição” em oposição ao moderno (Ob.cit. p.94; Soja 1968). Um aumento de acessibilidade produz naturalmente novas concentrações e novas disparidades regionais e pode modificar profundamente o mapa das regiões. Daí que, em planeamento regional se continue a colocar a questão de saber se os transportes induzem o desenvolvimento ou se deverá haver desenvolvimento antes de alterações profundas nas redes de transporte. Este tipo de questões decorre, por seu turno de outras debilidades teóricas.

#### **4. Políticas de Transporte**

Não é possível separar os efeitos dos transportes de outros efeitos induzidos por outras medidas no âmbito de políticas ou programas integrados ou sectoriais. Também a escala de intervenção tem impactos diferentes sobre os territórios. As intervenções nas redes transnacionais têm efeitos diferentes das alterações das redes locais ou rurais. Com efeito elas até decorrem de objectivos diferentes. A chamada acessibilidade social, o acesso das populações aos equipamentos sociais mínimos – escolas, centros de saúde, mercados, carreiras de transporte, etc. – foi depois das independências, de forma generalizada, a primeira prioridade das políticas nacionais de transporte em África. Da mesma forma que a rede fundamental de estradas transnacionais foi construída ao longo do período colonial, servindo objectivos económicos, militares e estratégicos, dependentes da acessibilidade externa, as políticas nacionais dos primeiros tempos das independência tiveram como prioridade o aumento da acessibilidade interna. A rede transnacional entrou mesmo em decadência a partir dos anos 60, degradando-se em muitos casos até situações irreversíveis. Actualmente, a maior parte dos países africanos não projectam novas estradas de ligações regionais<sup>4</sup>, nem os

---

<sup>4</sup> Regional no sentido de região= área supra-nacional (no caso a chamada África Austral).

países e instituições internacionais doadores e financiadores de projectos, preconizam a construção de auto-estradas e vias rápidas transnacionais. A política de transportes dominante na actualidade é a da reabilitação e conservação da rede existente e um paralelo reforço da rede local que serve as populações rurais. As estradas uma vez construídas precisam de ser mantidas e conservadas; ora, em África a própria construção das estradas é toda financiada pela ajuda internacional não existindo, naturalmente, meios para a sua posterior conservação e reparação. Daí poderão decorrer novos endividamentos!

Em conclusão, qualquer que seja a articulação entre os dois elementos, ambos se encontram numa situação crítica em África: rede de transportes e desenvolvimento económico, social e territorial. Apesar das extraordinárias melhorias tecnológicas registadas nos transportes nas últimas décadas, elas não têm sido aplicadas em África. A periferização de África no discurso político internacional e até na ajuda e cooperação para o desenvolvimento, apesar da manutenção de importantes fluxos financeiros, verifica-se também na acessibilidade física, África cada vez fica mais distante do resto do Mundo e de si própria, mantendo níveis de acessibilidade interna inadmissíveis em 2003.

### **5. Acessibilidade e integração regional: uma questão institucional?**

Se, actualmente e de forma geral para a África sub-sahariana, existe algum consenso quanto à política de transportes, a qual deve privilegiar a reabilitação e conservação de infraestruturas existentes, em detrimento da construção de novos eixos (Hecht 2001.p.78) e se há uma identificação mais ou menos pormenorizada e exacta das carências ao nível da acessibilidade interna e externa, é de admitir que os principais estrangulamentos se situem ao nível institucional. À excepção da República da África do Sul, há uma incapacidade política e técnica por parte da maior parte dos governos para aplicar os planos existentes, apesar de existir potencial financiamento, por parte do Banco Mundial, União Europeia e outros financiamentos ao abrigo da cooperação bilateral.

No âmbito da discussão em torno dos estrangulamentos institucionais, a integração territorial e concretamente o desenvolvimento da SADC tem surgido como a alternativa imediata e disponível a uma regeneração económica e social da África Austral (Evans 1999; Jenkins, C. Leape, J. Thomas, L 2000; Wellmer 2000; Matambalaya 1995 1997). E, nesse contexto, o sistema de transportes é um pilar importante da integração regional, com particular incidência nas regiões transfronteiriças. Com efeito, se qualquer nova infra-estrutura deve ser projectada de forma integrada no quadro global da rede de transportes e comunicações, também a política sectorial de transportes deve ser enquadrada na restante política regional, o que implica a todos os níveis, uma integração territorial. Para as redes transnacionais essa integração pode ser facilitada por uma integração política e pela não existência de barreiras alfandegárias e outras, não-tarifárias nas áreas transfronteiriças. A permeabilidade das fronteiras é o primeiro alvo da integração. A consolidação da actual SADC, com o aprofundamento da integração regional ao nível económico e político, poderá constituir o quadro institucional mais eficaz para a aplicação de políticas de desenvolvimento integrado, aí se podendo inserir uma política de transportes convenientemente articulada (Evans et al. 1999).

A relação entre a acessibilidade e a integração regional constituiu um ponto crítico do processo de integração europeia e tem sido tomada, em grande medida como modelo, no sentido de “exemplo a seguir”, na África da SADC. É verdade que na Europa, os objectivos de integração e coesão económica e social, encontraram na rede de transportes uma infra-estrutura eficiente para uma política de integração territorial equilibrada (pelo menos a definida como desejável e exequível). A questão que se coloca é a de saber que tipo de relação existe entre a rede de transportes e o desenvolvimento, como se desenvolve e em que medida pode ser aplicada no planeamento do desenvolvimento em África. Esta é quase uma segunda grande questão a nível do enquadramento teórico do presente estudo. No caso da actual SADC a questão tem particular oportunidade porque a rede de transportes transnacional foi e continua a ser um ponto crítico da história económica e política da região.

Da mesma forma que actualmente se procura demonstrar como o processo de integração económico e social da região depende da rede de transportes, também se faz depender a melhoria do sector transportes e da acessibilidade geral, interna e externa, da consolidação da integração política. Esta dupla abordagem reflecte bem a própria fragilidade da justificação teórica da relação transportes-desenvolvimento. Independentemente dessas limitações, os objectivos deste estudo são os Corredores de Desenvolvimento em Moçambique, os quais se enquadram na rede transnacional de transportes da SADC, enquanto caso de estudo da realidade da África Austral e assim, é importante fazer uma pequena retrospectiva.

Ao admitir que as acessibilidades são um pressuposto à integração regional na África Austral e ao crescimento/desenvolvimento económico da região, levanta-se sempre a questão de essa ser uma abordagem euro-cêntrica e poder-se-à perguntar até que ponto se pode transpor a filosofia da União Europeia para a SADC. Como poderá porém, a SADC encontrar um modelo de integração específico, adaptado às realidades locais a às respectivas populações? Qualquer que sejam as formas de organização da SADC, elas serão sempre a resposta a dois tipos de pressões eventualmente contraditórias: por um lado a inserção na divisão internacional do trabalho no quadro da globalização e por outro a procura de um desenvolvimento sustentável e adaptado às realidades locais. Neste contexto, a República da África do Sul é vista por vezes como uma espécie de Cavalo de Tróia do Norte. Mesmo que partilhando muitas das fragilidades dos países vizinhos, a RSA encontra-se num estádio de desenvolvimento económico muito mais avançado e é sempre o parceiro mais forte na SADC. A verdade é que os outros países parece já terem compreendido que a RSA é um parceiro importante com potencialidades positivas da mesma forma que a própria RSA já compreendeu que também não lhe serve de nada ter vizinhos “pobres” e precisa que os países periféricos cresçam para que a SADC funcione eficientemente e se possa afirmar no quadro internacional (Evans 1999). O cepticismo que se regista em muitas análises sobre o futuro da SADC decorre essencialmente dos medos do comportamento da RSA no seu interior. Será que a RSA vai converter a SADC numa nova SACU, para poder vender o que não consegue vender ao exterior, é a pergunta que

muitas vezes é levantada. A verdade é que o tempo tem vindo a demonstrar que para a SADC não há duas alternativas, é o tudo ou nada e o processo de integração regional já chegou a um ponto de irreversibilidade, com os acordos e protocolos já assinados (Cassim, R ; Myer, Marina 1997).

Uma das grandes potencialidades da própria SADC é o aparecimento de novas instituições supra-nacionais credíveis, funcionando um pouco como “*Bruxelas*” na União Europeia, entendida a palavra como referência a uma instituição independente dos Estados Membros, de onde emanam as regras e as leis (Pfister 2001). Essas instituições podem ser a solução para muitos dos problemas internos dos vários parceiros e para ultrapassar a incapacidade individual de desenvolver regimes democráticos.

## **6. Moçambique nas vésperas da Independência: inserção na divisão internacional do trabalho**

Portugal começou muito tarde uma política de efectivo controle sobre as suas colónias, nomeadamente Moçambique. Só em meados dos anos 40, do século passado, se iniciou por exemplo, um processo de transferência ou construção de unidades industriais em Moçambique, até porque anteriormente a legislação proibia a criação de fábricas nas colónias (Fonseca 2001). A industrialização de Moçambique, no seu início foi determinada essencialmente por dois factores: a necessidade de um segmento importante da indústria metropolitana – em especial a indústria têxtil - encontrar territórios de deslocalização para proceder à sua própria renovação tecnológica e a necessidade política de impedir o controle por parte da Inglaterra de alguns eixos de comunicação entre as colónias inglesas localizadas no interior do continente africano e os portos na costa do oceano Índico. Um conjunto de factores de carácter geo-estratégico conduziram assim a que Moçambique, ainda enquanto colónia portuguesa, tivesse um tipo de desenvolvimento económico assente em pilares regionais e em prioridades da potência colonizadora. Algumas análises sugerem que Portugal terá utilizado as suas colónias como via de inserção na divisão internacional do trabalho, no sentido de reforçar a sua posição de semi-periferia do sistema mundial, de

acordo com o modelo de Wallenstein (Fortuna 1993). No que diz respeito a Moçambique, a sua posição geo-estratégica veio a constituir desde logo, o ponto forte do seu modelo de desenvolvimento, na medida em que oferecia aos *land-locked-countries*, ricos em recursos naturais, com minas de variados metais e pedras preciosos, a possibilidade de ligação ao mar e à exportação.

Desde o final do sec. XIX que se iniciou a construção de linhas de caminho de ferro de penetração no interior e ligação aos *land-locked-countries*, embora só a partir dos anos 40, com uma política de industrialização e de expansão das culturas de plantação – algodão, açúcar, caju, sisal, etc. – se possa falar de uma política integrada de crescimento económico em Moçambique. A ideia de corredores é assim antiga e surge com o próprio desenho do mapa de África, com a partilha de África no séc. XIX. Compreende-se facilmente que para Moçambique, os caminhos de ferro sempre tenham sido uma importante fonte de receitas. As vias de caminho de ferro atravessavam o país de oeste a leste, entre o *land-locked-countries* e os portos, na costa do Índico.

A construção das linhas de caminho de ferro e das infra-estruturas portuárias foram um motor impulsionador de grande dinamismo económico na então colónia. Asseguraram emprego ao longo de muitos anos, aumentaram as receitas na prestação de serviços ao exterior, na exportação de matérias primas e outros recursos e serviram ainda de meio de transporte aos imensos fluxos de trabalhadores emigrantes de Moçambique para as minas na RAS. Aliás, o “que as colónias ganhavam, nas transacções com outros países, perdiam no comércio com a Metrópole e Moçambique, como os outros territórios africanos, financiava em grande parte os déficits da balança de pagamentos do país europeu em desenvolvimento, Portugal” (*„Was die Kolonie im Verkehr mit Drittländer gewann, verlor sie im Handel mit Portugal; so finanzierten Mosambik und die anderen Überseebesitzungen das Defizit des europäischen „Entwicklungslandes“ Portugal* „(Schicho, 1999 p.80).

Nas vésperas da Independência, o modelo de desenvolvimento económico de Moçambique assentava assim, num conjunto de quatro pilares fundamentais: na expansão da industrialização, com a instalação

de indústrias tradicionais deslocalizadas da Metrópole e outras novas, tecnologicamente mais avançadas e de importância crítica para a construção de infra-estruturas e construção civil (1); na intensificação da agricultura de plantação(2); nas remessas dos trabalhadores das minas da África do Sul (3); e na prestação de serviços de transporte aos land-locked-countries, ao longo dos corredores (4).

Ainda que o modelo de desenvolvimento estivesse articulado com toda a estratégia nacional de Portugal, os pontos fortes do desenvolvimento económico da então colónia conferiam-lhe alguma autonomia na inserção internacional. O mesmo é dizer que não foi só a ruptura das ligações económicas à Metrópole que terá debilitado a economia Moçambicana do pós-Independência mas também, e como tem sido apontado e demonstrado, a saída dos portugueses, técnicos de toda a ordem, quadros superiores e médios, que asseguravam o funcionamento da administração pública e das empresas ligadas a todo esse leque de serviços. Determinante foi ainda naturalmente, o abandono do modelo de desenvolvimento da época colonial, com a adopção de uma política virada para o interior do país e para o desenvolvimento endógeno, criando um forte isolamento (Badru 1998; Brito 1980; Cravinho 2002; Mihenc 1995; West, Myers 1996; Schicho 1999). Os ensaios de socialismo dos primeiros governos do Moçambique independente viriam a revelar-se catastróficos. As ligações internacionais estabelecidas privilegiaram os antigos países europeus do leste cujo apoio se traduziu mais em acções políticas e solidariedades ideológicas do que em ajudas financeiras, as quais acabaram sempre por vir das instituições do ocidente. A partir de 1989, com a queda do Muro de Berlin, também essas ligações (Conselho de Ajuda Económica Mútua) se romperam, num período em que a abertura ao exterior a liberalização da economia cada vez obrigavam a mais rápidas transformações económicas e políticas.

O percurso político e o paralelo ensaio de modelos alternativos de desenvolvimento levados a cabo em Moçambique não foram muito diferentes dos desenvolvidos por outros países de África, antigas colónias europeias, depois das respectivas independências (Chingono 1996; Makoba 1998).

## **7. Moçambique depois da Independência: A “dualidade” económica, social (política) e territorial**

Actualmente o traço mais marcante da economia Moçambicana é provavelmente a sua dualidade. A par de actividades pouco dinâmicas e de baixa produtividade em empresas, sectores ou formas de produção retardatários, existem sectores vanguardistas, dinâmicos, de alta tecnologia, capital intensivos, ainda que obviamente criadores de poucos empregos.

Três quartos da população activa do país são referidos nas estatísticas oficiais como trabalhando no sector agrícola, inferindo-se daí, um grande peso do sector primário (World Bank 1995; EIU 2002; Cravinho 2002). Ora, a agricultura de Moçambique apresenta a mesma dualidade do resto da base económica do país. Existe um segmento ligado às plantações e à criação extensiva de gado, que abrange alguns produtores do tempo colonial, empresas novas e um fluxo recente de “farmeiros” que migraram do Zimbabwe e que se estão a instalar nas áreas fronteiriças do centro do país, dinâmico e com elevados níveis de produtividade. A par deste, há um vastíssimo segmento de pequenos produtores agrícolas familiares. Trata-se de populações rurais, que exploram algumas parcelas agrícolas, regra geral de forma pouco eficiente, com baixíssimos níveis de produtividade da terra e do trabalho, procurando assegurar a sua sobrevivência e da sua família (Negrão 2001). As reais potencialidades agrícolas do país são desconhecidas. A maior parte dos estudos sobre o assunto são do tempo colonial. A política agrária dos primeiros governos depois da Independência registou fracassos graves (Kimble 1996; West; Meyers 1996). Depois disso não houve ainda um plano estratégico global integrado, para o sector. Há iniciativas dispersas, muitas vezes conduzidas por ONG's, outras por investidores privados ou parcerias, algumas com anunciado sucesso, inseridas, na maior parte dos casos, em planos de desenvolvimento integrado de áreas limitadas, como por exemplo no Vale do Zambeze, no distrito do Chokwe ou nos Pequenos Libombos.

As metas para o sector são também muito pouco ambiciosas e não têm em conta a dualidade do mesmo. Em 2001, registaram-se exce-



dentes na produção de milho, facto que apesar de positivo, em si mesmo, não decorre de nenhuma estratégia planificada, nem é provável que induza outros efeitos na base económica local. Excedentes na produção de milho ou deficits sucedem-se, procurando improvisar-se soluções para os problemas, ano a ano. Assim, os resultados da agricultura moçambicana, no chamado sector familiar, são o somatório das produções familiares, dispersas, resultantes apenas da evolução do tempo, do clima, etc. Da imprevisibilidade, do destino.

Quando se lêem os documentos do governo de Moçambique, ao nível do programa político e de desenvolvimento socio-económico, ou mesmo o recente PRSP e se lêem os documentos estratégicos da SADC ou os planos de desenvolvimento da RSA, no que diz respeito a Moçambique ou projectos transnacionais e até mesmo nos conteúdos de alguns grandes projectos de infra-estruturas financiados pelo Banco Mundial, somos levados a pensar que se trata de dois países diferentes: o Moçambique em português e o Moçambique em inglês. É difícil encontrar documentos ou relatórios sobre os corredores de Maputo, Beira ou Nacala, em português! O próprio CPI (Centro de Promoção do Investimento), agência de promoção do investimento estrangeiro do governo de Moçambique, divulga a sua informação em inglês. Ao nível do programa do governo moçambicano nunca são definidos cenários territoriais, nunca se encontra um plano de desenvolvimento socio-económico territorializado. Em oposição, a rede de corredores e os mapas com a rede de transportes trans-nacionais dominam os documentos estratégicos da RSA ou da SADC.

Há referências a instituições e projectos de diversos financiadores, no âmbito dos corredores, como por exemplo o RSIS, Rolling Stock Information System ou a SARA, Southern African Railways Association (*SADC Today*, nº 5), abrangendo o território de Moçambique em fontes exteriores, naturalmente em inglês. Em português, nas revistas, nos serviços de informação do governo ou outras fontes em Moçambique, não aparecem os corredores como projectos integrados. Só são referidas obras isoladas de melhoramento ou recuperação dos portos, das linhas de caminho de ferro e outras infra-estruturas, nunca se conseguindo avaliar em que medida a sua transformação em corredores de desen-

volvimento é um objectivo nacional ou apenas uma (re)invenção da RSA.

### **8. A questão institucional (SADC)**

Em 1979, reuniram-se em Arusha, na Tanzania, os chamados Países da Linha da Frente com o objectivo prioritário de, em conjunto e de forma coordenada, conseguirem reduzir a dependência económica em relação à Republica da África do Sul, que naltura dominava de forma quase exclusiva, a economia da região da África Austral, isto é, com o objectivo de “fazerem frente” à RAS. Para reduzir essa dependência económica era necessário mobilizar de forma eficiente os recursos nacionais e assegurar o apoio e interesse estrangeiro, com vista ao financiamento de projectos e programas de desenvolvimento de impacto nacional e regional.

No ano seguinte, 1980, os referidos países e outros entretanto convidados a aderir ao projecto, num total de nove - Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Tanzania e Zâmbia - reunidos em Lusaca, na Zâmbia, associam-se formalmente na chamada SADCC: Southern African Development Co-ordination Conference. A SADCC é portanto, na sua origem, uma forma institucional de integração regional com objectivos de desenvolvimento socio-económico e estabilidade política.

O quadro logístico da SADCC foi definido em 1980, desta forma: cada país membro ficaria responsável por um sector, existindo uma estrutura central de coordenação muito simples, o Secretariado, localizado em Gabarone, no Botswana. Moçambique conseguiu chamar a si o sector dos transportes, logo em 1980. Este é um facto extraordinário e traduz uma capacidade negocial de Moçambique, ao tempo, superior à que posteriormente terá tido em diversos processos. É possível que esse facto se tenha ficado a dever à presença do Ministro Moçambicano da época - Alcântara Santos - um antigo engenheiro português da Companhia de Caminhos de Ferro de Moçambique, a trabalhar na construção de vias ferroviárias no território, desde o início dos anos 1950. “O Pai dos Corredores”, chamou-lhe a revista Xitimela (Nº111

Especial, Outubro de 2001). De facto, tratava-se de alguém que conhecia a importância estratégica dos corredores desde o seu início, no tempo colonial e foi capaz de negociar de forma vantajosa a atribuição dos pelouros da SADC. Este engenheiro ferroviário morreu em 1986.

A transformação da SADCC em SADC (Southern Africa Development Community) ocorreu em 1992, em Windhoek (Summit da SADC). Em 1994, após o fim do apartheid, a RSA entra para a SADC. Hoje são 14 membros no total. Após longuíssimas negociações, em 1996 foi assinado o Protocolo dos Transportes. Em 2001, teve lugar em Windhoek, Namíbia, uma reunião extraordinária no âmbito da reforma institucional da SADC (Extra-ordinary Summit), que decidiu que as SCUS (Sector Coordinating Units) deveriam desaparecer dentro de dois anos, devendo o processo de extinção ser acelerado para as áreas prioritárias.

Tendo conseguido chamar a si um dos domínios mais importantes da SADC e mantendo a sua gestão por mais de 20 anos, como pôde Moçambique ter avançado tão pouco na reconversão dos corredores de transporte em corredores de desenvolvimento? Tendo a RSA passado de “inimigo comum” a parceiro, que vantagens advieram para Moçambique na sua política de transportes transnacionais? Pior, perante a ameaça a curto prazo de uma reconversão na estrutura da SADC, Moçambique poderá ver-se privado da gestão desse sector, actualmente, talvez o principal ponto forte de Moçambique no quadro político e económico da região onde se insere.

Como no passado, o futuro dos Corredores de Moçambique será determinado pelos países do hinterland – *land-locked-countries*. Alcântara Santos não terá sido propriamente o Pai dos Corredores. O Pai dos Corredores foi o colonialismo. O que Alcântara Santos foi capaz de compreender em 1981, com extraordinária visão para o futuro, foi o carácter estratégico dos corredores. Provavelmente como Soja (1968), também ele percebeu o grau de enraizamento do modelo de desenvolvimento criado pelo colonialismo e procurou maximizar as suas virtualidades, num novo quadro político.

## 9. Os Corredores de desenvolvimento em Moçambique

A importância estratégica dos corredores e em particular dos Corredores de Maputo, Beira e Nacala, foi particularmente posta em evidência durante a Guerra Civil em Moçambique.

Imediatamente a seguir à Independência e assumindo a orientação marxista-leninista da Frelimo, Moçambique confrontou-se com os seus vizinhos República da África do Sul e Rodésia (Chingono 1996; Newitt 1997). Condenando o governo de minoria branca da Rodésia, Moçambique procedeu a um boicote àquele país, fechando as fronteiras e cortando-lhe portanto o acesso ao Corredor da Beira, em 1976. Posteriormente, viria precisamente da Rodésia o apoio logístico à Renamo e o Corredor da Beira seria o palco privilegiado para as confrontações. Com a Independência do Zimbabue, Moçambique reestabelece relações com aquele país. A fronteira é de novo aberta e um enorme exército Zimbabueano fica estacionado ao longo do corredor assegurando o transporte regular de mercadorias entre Harare e o mar!! Muitos estudos se têm debruçado sobre o que terá sido o posterior apoio à Renamo por parte da RSA. Qualquer que ele tenha sido, a verdade é que o corredor de Maputo rapidamente se converteu no segundo grande palco da guerra civil.

A costa de Moçambique prolonga-se por cerca de 2500 Km. É uma costa com muitos pontos de fácil ancoragem, propícios à navegação marítima. No entanto, até praticamente a meados do século XIX, devido à inexistência de relações com os territórios do interior do Continente, esses potenciais portos não tinham grande significado. *"Bis zur Mitte des 19. Jahrhunderts waren die Künstenstützpunkte von Mosambik, wegen kaum vorhandener hinterlandsbeziehungen und verlorengangener politisch-strategischer Position bedeutungslos. Schon seit 1650 hielt Großbritannien den Seeweg nach Indien fest in seiner Hand."* (Sendler 1977.p.439)

Também o tráfico de escravos nunca atingiu as proporções da costa ocidental, pelo que não provocou um maior dinamismo nos portos da costa moçambicana.

A valorização da costa de Moçambique só ocorreu de facto a partir do séc. XIX com a descoberta dos “tesouros” minerais no sub-solo da África do Sul e dos outros territórios correspondentes à actual Zâmbia e Zimbabwe.

As disputas pelos territórios portugueses por parte dos franceses, belgas e ingleses, com particular importância para as chamadas *terras do mapa cor-de-rosa*, entre Angola e Moçambique, foram reduzindo a extensão das colónias portuguesas, ficando Moçambique praticamente com a actual configuração a partir da Conferência de Berlin da partilha de Africa (Newitt 1995). Em 1891, ficaram definitivamente definidas as fronteiras do país, tal como elas se encontram actualmente.

Os três principais portos de Moçambique – Maputo, Beira e Nacala – não entroncam em nenhum ponto de ancoragem primitivo do tempo dos descobrimentos ou da época da influência Árabe. Foram os três criados em articulação com as ligações de caminho de ferro aos territórios do hinterland, aos *land-locked-countries*. Os três portos devem o seu dinamismo e crescimento não ao lado do mar mas ao lado da terra e à actividade económica daqueles países. Mesmo a construção do porto de Nacala, em 1970, obedeceu à mesma política dos dois anteriores. A função de trânsito destes portos decorre deste contexto (Sendler 1977.p.441).

A construção dos grandes eixos ferroviários em Moçambique iniciou-se no final dos anos 80 do séc. XIX. Em 1887 foi inaugurada a primeira linha de caminho de ferro de Lourenço Marques à fronteira do Transval, numa extensão de cerca de 87 Km, servindo acima de tudo as minas de ouro e carvão ali localizadas. A segunda linha aberta, em 1900, ligava a cidade da Beira à então Rodésia (actual Zimbabwe), foi construída por uma companhia inglesa e explorada posteriormente também por uma companhia estrangeira. Uma terceira linha, Transzambezião, seria aberta em 1922, com o objectivo de servir a Niassaland (actual Malawi), um protectorado inglês, nessa época e finalmente, uma quarta linha viria a ser construída para ligar Lourenço Marques a Goba, junto da fronteira com a actual Suazilândia. Estes quatro eixos ferroviários correspondem exactamente aos corredores de ligação dos *land-locked-*

*countries* ao mar. Foram construídos por pressão desses países, pelas suas empresas e posteriormente também explorados por empresas e consórcios dos próprios países ou das potências colonizadoras, com destaque para a Inglaterra. Marcaram toda a história posterior de Moçambique, durante o período colonial e foram a base dos agora designados (e reabilitados?) corredores de desenvolvimento.

O governo português foi construindo outras linhas férreas internas e algumas empresas privadas, ligadas às grandes plantações, também contruíram as suas linhas próprias mas a rede geral nunca se tornou muito densa nem nunca se desenvolveram linhas de ligação, norte-sul, entre os eixos principais leste-oeste.

A política dos primeiros tempos da Independência, de inspiração socialista, como foi dito, previligiando uma orientação para o desenvolvimento endógeno e as conflituosas e agitadas relações de Moçambique com os países vizinhos da RSA e da Rodésia/Zimbabwe, para além da própria guerra civil, interna, levaram a um abandono dos “corredores” como eixos estruturantes da organização do território do país.

Os (novos-)corredores aparecem explicitamente definidos no Protocolo sobre Transportes, Comunicações e Meteorologia, aprovado em Agosto de 1996, em Maseru, na Summit da SADC.

„*“Corridor” means a major regional transportation route along with a significant proportion of Member States or non Member States, regional and international imports and exports are carried by various transport modes, the development of which is deemed to be a regional priority.*” (Protocol on Trade in the Southern Africa Development Community Region. Gabarone: SADC, 1996)

O mesmo documento prevê a criação dos “*Corridor planning committees*”. Não há porém referências à sua existência, nem ao seu funcionamento regular e organizado. É possível que eles existam legalmente mas na prática correspondem a uma pessoa, com outras atribuições administrativas, na área dos transportes ou indústria e não têm instalações, nem quadros técnicos próprios.

Ainda que desde 1993 tenha havido iniciativas nos corredores, em Moçambique, ao nível da reconstrução de vias, por exemplo no Caminho de Ferro do Limpopo, não se pode deixar de associar à entrada da RSA na SADC, o retorno dos Corredores à política da África Sub-sahariana. Daí também naturalmente as preocupações dos países mais pequenos e com uma base económica débil, face a potenciais tendências hegemónicas da RSA.

Em 1986 foi lançado em Moçambique o Programa de reinstalação do Corredor da Beira (ainda durante o ministério de Alcântara Santos). Em 1993, depois da Guerra Civil, procedeu-se à reabilitação da Linha do Limpopo. Em 1997 foi privatizado o porto de Maputo e em 1999 foi anunciado o relançamento do Corredor de Nacala (Schicho, 1999). Há portanto não só uma retoma de atenções sobre os corredores, a partir da entrada da RSA na SADC, como uma alteração radical na política de reabilitação dos mesmos. As privatizações quer de portos, caminhos de ferro e serviços diversos, fazem parte de uma nova abordagem política global para o país e no contexto da região, naturalmente muito dominada pelo peso (político e económico) da RSA (Muibo 1999).

## **10. Corredores de Desenvolvimento ou SDIs – Spatial Development Initiatives: Old wine in new bottles?**

Depois do apartheid, a RSA alterou profundamente o seu modelo de planeamento do desenvolvimento, ao nível espacial. O modelo de concentração em determinados pólos de desenvolvimento, da época do apartheid, associado a uma estratégia macro-económica de substituição da importações, comum a outros países de África, deu lugar a uma política de apoio às exportações e penetração no comércio internacional, assente num modelo territorial de planeamento, apresentado como novo. Basicamente esse modelo traduz-se na definição de áreas prioritárias de desenvolvimento, designadas por *Spatial Development Initiatives*: SDI, correspondentes a áreas de intervenção integrada, regra geral com uma forte especialização em determinados domínios, quer de produção industrial, quer de desenvolvimento agrícola, turismo ou outros (Rogerson 2001, 2001<sup>a</sup>). As SDI estão naturalmente associadas aos corredores (não só os de Moçambique como outros, numa complexa

rede cobrindo toda a SADC), confundindo-se com eles próprios já que os documentos existentes de apresentação dos respectivos planos se resumem ao traçado de duas faixas paralelas aos eixos ferroviários e rodoviários dos corredores de transporte, assinalando uma hipotética área de influência dos mesmos (Beer 2001). Não está clara a metodologia que terá orientado quer a largura quer o carácter de continuidade das referidas faixas, admitindo-se que elas representam afinal aquilo que poderão ser os territórios de desenvolvimento dos corredores de transporte.

A ideia das SDIs e dos “corredores” aí incluídos, pretende naturalmente articular-se com a política nacional de crescimento macroeconómico mas, é também um instrumento estratégico ao nível da coesão territorial da SADC: as SDIs são os eixos da integração regional na SADC. Os corredores, especificamente, deverão constituir os eixos privilegiados do comércio transnacional na África Austral e assegurar a captação do investimento directo estrangeiro. Ao nível dos modelos de planeamento, o esquema dos corredores procura assegurar um desenvolvimento equilibrado, ou seja contemplar e respeitar os actuais critérios de sustentabilidade e preservação da qualidade do ambiente mas, a partir dos projectos apresentados e em processo de execução parece tratar-se mais de boas intenções do que de acções concretas. 80% dos projectos da SADC são actualmente financiados pelos doadores internacionais o que pode levar a que objectivos de eficiência económica se sobreponham a curto prazo a outros de equidade social ou sustentabilidade e preservação ambiental ainda que estas componentes possam estar enunciadas nos estudos e nas apresentações dos projectos.

## **11. Conclusão**

O desenvolvimento e crescimento económico de Moçambique a médio prazo passa naturalmente pela SADC, provavelmente via RSA. Mesmo que outros caminhos houvesse, este é provavelmente o mais desejado, mais seguro e mais eficiente. Mais, é provavelmente, neste momento, um quadro irreversível. Interessa aprofundar a integração e acelerá-la (Evans 1999).



Nessa perspectiva o mais importante será uma avaliação das reais potencialidades dos corredores enquanto eixos de desenvolvimento e modernização. Moçambique poderá aproveitar o momento provavelmente excepcional, de maximizar os efeitos positivos da proximidade à RSA e evitar uma situação de neo-colonialismo de proximidade! Mas os corredores não podem ser apenas canais de circulação rápida. E os documentos disponíveis neste momento sugerem que provavelmente eles ainda continuarão a ser apenas corredores de transportes. À actual revitalização dos corredores, associa-se invariavelmente o parque industrial de Beluluane e a fábrica de alumínio da Mozal, no Corredor de Maputo. Este corredor é aliás sistematicamente apresentado como uma história de sucesso e um ponto forte do actual desenvolvimento da economia de Moçambique. É porém estranho o facto do corredor de Maputo ter assumido subitamente uma importância superior aos do centro e norte do país (Beira e Nacala), anteriormente de maior peso. A extensão do Corredor de Maputo em território Moçambicano é muito reduzida (cerca de 100Km) mas muito mais extensa em território sul-africano (cerca de 500 Km), ligando as áreas de maior concentração industrial da RSA, nas proximidades de Johannesburgo (Gauteng e Mpumalanga) ao mar. Parece existir alguma sobrevalorização do sucesso do Corredor de Maputo, alimentada pelo lado da RSA.

A verdade é que a debilidade económica, política e social de Moçambique é seguramente um grande estrangulamento para uma política de planeamento mais ambiciosa, nos corredores como noutros segmentos do território mas, a SADC e o modelo das SDI, apesar de tudo, poderão também ser as únicas âncoras possíveis neste momento. De qualquer forma para Moçambique é importante conseguir afirmar-se no planeamento dessas iniciativas de desenvolvimento espacial.

## OS CORREDORES DE DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

## CRONOLOGIA

Madalena Fonseca  
Bayrouth 11/02/03

Data	Moçambique	SADCC/SADC	International (outros)
1854/5			Conferência de Berlim
1887	Primeira linha férrea em Moçambique (Lourenço Marques/Maputo-Tyranavaal)		
1891	Estabelecimento das actuais fronteiras de Moçambique 2ª Linha Férrea: Beira-Salisbury/Harare (planeada até ao Kongo)		
1922	3ª Linha férrea: Beira-Niassalândia (Malawi)		
1951	Abertura do Porto de Nacala		
1952	O Engº Alcântara Santos chega a Moçambique para a construção de linhas férreas (vale do Limpopo)		
1955	Ligação ferroviária Lourenço Marques - Salisbury (Vale do Limpopo)		
1962	Ligação ferroviária entre Lourenço Marques e a Suazilândia		
1970	Ligação ferroviária entre Nacala e o Malawi		
1974	Independência		
1975	Política de desenvolvimento socialista Ligação ao Conselho de Ajuda Económica Mútua (CAEM ou COMECON) (Possibilidades de ajuda e apoio muito limitadas)		Desenvolvimento dos Portos Sul-africanos Durban, Port Elizabeth e Richards Bay
.../1976	A Rodésia (Zimbábue) era o principal parceiro no Porto da Beira		
1976	Boicote comercial total à Rodésia		
1979		Primeira reunião dos Estados da Linha da Frente em Anuscha (Tanzânia) Objetivos: Independência económica em relação à RSA Fundação em Lusaka - Zâmbia (9 Estados)	
1981	MAPUTO = Sede do Sector dos Transportes da SADCC (Alcântara Santos, Ministro dos Transportes de Samora Machel)		
1982/...	passível apoio logístico e militar dos rebeldes moçambicanos através da República da África do Sul		
.....	Destruição das linhas férreas do e para Maputo/Beira/Nacala Estacionamento de um quarto do exército zimbabueano ao longo do Corredor da Beira (Harare-Beira)		
1984	Acordo de Nkomati (Não agressão entre Moçambique e a RSA)		
1987	Morte de Samora Machel (... e Alcântara Santos) Programa de Recuperação Económica (PRE) financiado pelo FMI		
1989	Abandono do marxismo-leninismo pela Frente transformação em direcção à social-democracia		
.../1990	A dependência económica da SADC em relação à RSA era maior que nunca anteriormente!		
1990			Independência da Namíbia
1984...1992	Reabilitação do Porto de Nacala (Financiamento da Finlândia)		
1992	Acordo de Paz de Roma	SADCC transformou-se na SADC (princípios de integração regional) Tratado da SADC (Windhoek)	
1992/1995	Presença de tropas das Nações Unidas (ONUMOZ)		
1994	Reforma da Constituição Primeiras Eleições livres multi-partidárias	Novos Membros: A República da África do Sul (de adversário a parceiro) Maurícias	Primeiras eleições livres na RSA (fim do apartheid)
1996	Nova Constituição	Balço da actividade da SADC: pouca cooperação! falta de investimento directo estrangeiro Preparação do Protocolo de Comércio Conferência da SADC em Maseru Lesotho Ratificação do Protocolo de Transportes: As "Spatial Development Initiatives" SDI's - Corredores de Desenvolvimento	
1997	Primeiras eleições municipais (33 Cidades e Distritos)		
1998		Adesão da República Democrática do Congo e das Seychelas	
1999	Segundas eleições presidenciais e legislativas livres		
2000	Chóias	Ratificação do Protocolo de Comércio	
2001		Reforma Institucional - Summit da Windhoek - Namíbia	

Elaboração Própria

**BIBLIOGRAFIA**

- ANSPRENGER, Franz (1998)- Súdáfrika am Ende des Regenbogens. *Blätter für Deutsche und Internationale Politik* 43(6) pp. 720-728.
- ANSPRENGER, Franz (1999)- *Politische Geschichte Afrikas im 20.Jahrhundert*. München: Beck.
- ANSPRENGER, Franz (2002) - *Geschichte Afrikas*. München: Beck
- ARNOLD; Guy; WEISS, Ruth (1977) – *Strategic Highways in Africa*. London: Julian Friedmann Publishers.
- BADRU, Pade (1998) - *International banking and rural development: The World Bank in Sub-Saharan Africa. (The making of modern Africa)*. Aldershot: Gower.
- BEER, Geoffrey de; BRUZELIUS, Nils (2001) – *An Overview of the Southern African Regional Development Corridors and Spatial Development Initiatives*. SADC – SATCC. www.satcc.org
- BRITO, L.de (1980) - Dependência colonial e integração regional. *Estudos Moçambicanos* n. 1, p. 23-32
- CAPELA, José (2003) – *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.
- CASSIM, Rashad; MAYER, Marinez (1997) - Le development industriel au sein de la SADC. *Afrique Contemporaine*. N. Spécial.4.ème tr. Pp.141-156.
- CHINGONO, Mark F.(1996) - *The state, violence and development. The political economy of war in Mozambique-1975-92*. Aldershot: Avebury
- CHIPETA, Harry; NKOMO, Jabavu Clifford; BANDA, Dazydelian; SINDISO, Ndema Ngwenya (Ed) (1993) - *The Transport and Communications Sector in Southern Africa*. Harare: Sapes Books.
- CRAVINHO, João Gomes (2002) - Mozambique: Recent history and economy. in *Africa South of the Sahara* 31ed. 2002 London: Europe Publications 2001,2002. pp.672-696 (Countries Reports)
- (The)Economist Intelligence Unit (2002). Mozambique. Country Report. January 2002. www.eiu.com
- ENEVOLDSEN, Thyge; JOHNSEN, Vibe (1978)- *A political, economic and social bibliography on Mozambique with main emphasis on the period 1965-1978*. Copenhagen: Centre for Development Research.
- EVANS, David; HOLMES, Peter; MANDAZA, Ibbo (1999) - *SADC: the cost of Non-Integration*. Harare: Sapes Books, 1999
- FERRAZ, Bernardo; MUNSLOW, Barry (1999) - *Sustainable development in Mozambique*. Oxford: James Currey
- FONSECA, Madalena Pires da (2001) – *A Indústria Têxtil Algodoeira no Norte de Portugal*. Porto: Faculdade de Letras.

- FORTUNA, Carlos (1993) – *O Fio da Meada. O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*. Porto: Edições Afrontamento.
- FUMANE, Paulo (2001)- *The case of Nacala development corridor: An example of public-private partnership in transport infrastructure*. Windhoek: SADC.
- GERSDORFF, Ralph von (1958) – *Moçambique*. Bonn: Kurt Schroder.
- GORSKI, Bohdan J. (1977) – *Die Investitionsprojekte im Verkehrswesen und die Regionalpolitik in den Entwicklungsländern. Eine empirische Untersuchung – Beispiel Zaire* Bern, Frankfurt am Main, Las Vegas: Peter Lang.
- HAEFELE, Edwin T; STEINBERG, Eleanor B (1965) – *Government Controls on Transport. An African Case*. Washington D.C.: The Brookings Institution. Transport Research Program.
- HALL, Margaret ; YOUNG, Tom (1997) - *Confronting Leviathan. Mozambique since independence*. Athens, Ohio: Ohio University Press.
- HECHT, Volker, WEIS, Christian (2001) - *Bordercrossings in Southern Africa: regional development through economic integration and road transport strategies*. Bochum: Geographisches Inst. Materialien zur Raumordnung, 58.
- HEINZE; Gert Wolfgang (1967) – *Die Verkehrssektor in der Entwicklungspolitik unter besonderer Berücksichtigung des afrikanischen Raumes*. München: Weltforum Verlag.
- HOFMEIER, Rolf (1979) – Die politische Ökonomie von Verkehrsvorhaben in Afrika. Zur Einschätzung der ökonomischen, gesellschaftlichen und politischen Wirkungen von gro\_en Eisenbahn -und Stra\_enprojekten. *Afrika Spektrum*. 79/1 14Jhg Pp.5-18.
- HOFMEIER, Rolf (1979) – Die Transafrikastraßen – Stand der Planung und Realisierung. *Afrika Spektrum*.79/2 Pp.31-52.
- JENKINS, Carolyn ; LEAPE, Jonathan ; THOMAS, Lynne (ed. 2000)- *Gaining from trade in Southern Africa: Complementary policies to underpin the SADC free trade area*. London: Macmillan Press Ltd, Commonwealth secretariat
- KRABBE, Günther; MAYER, Hans-Peter – *Afrika- der andere Kontinent*. Rosdorf: Dieterische Universitäts Buchdruckerei. W.Fr Kaestner
- LANDAU, Luis (1998) - *Rebuilding the Mozambique economy country assistance review*. World Bank WB Operations Evaluation Department
- MAIER, Jörg; PAESLER, R; RUPPERT, K; SCHAFFER, F (1977) – *Sozialgeographie. Das Geographische Seminar*. Braunschweig: Westermann.
- MAKOKA, J. Wagana (1998) – *Government Policy and Public Enterprise Performance in Sub-saharan Africa. The case studies of Tanzania and Zambia, 1964-1984*. Lewiston, NY: The Edwin Mellen Press.
- MATAMBALYA, Francis (1997) - *The merits and demerits of the EU policies towards associated developing countries: An empirical analysis at economic relations within the Framework of the Lomé Convention*. Frankfurt am Main,

- Berlin: (European University Studies, series 5: Economics and Management; 2211)
- MATAMBALYA, Francis A.S.T. (1995) - *The impact of regionalisation schemes on the export and countries: A case study of the Southern African development community(SADC)*. Frankfurt am Main: Brandes e Apsel Verlag.
- MEYNS, Peter (1977) - *Mozambique im Jahr 2 der Unabhängigkeit*. Berlin: Oberbaumverlag.
- MEYNS, Peter (1999) - Present Structures and Future Challenges of Regional Cooperation and Integration in Southern Africa. *Africana Studia. Revista Internacional de Estudos Africanos*.1/1999.pp85-107.
- MIHENC, John (1995) - *The market tells them so. The World Bank and economic fundamentalist in Africa*. London, ZED Books, Ltd
- MUIBO, Pascoal (1999) - *Privatisierung in Mozambique. Der Aufbau einer kapitalistischen Marktwirtschaft*. Hamburg; Kovac (Tese de doutoramento).
- NEGRÃO, José (2001) - *Cem anos de economia da família rural africana*. Maputo: Promédia.
- NEUBERT, Dieter (1999) - Demokratisierung ohne Zivilgesellschaft? Zur Rolle von Patron-Klient-Beziehungen in den neuen afrikanischen Mehrparteiensystemen. In Lauth, Hans-Joachim; LIEBERT, Ulrike (HrSg) *Im Schatten demokratischer Legitimität; informellen Institutionen und politische Partizipation in interkulturellen Demokratievergleich*. Opladen/Wiesbaden: Westdt Verlag.
- NEUBERT, Dieter (1999) - Probleme politischer Transition in Afrika: Zum Verhältnis von Patronage und Demokratie. *Internationales Afrikaforum*.
- NEWITT, Malyn (1997) - *História de Moçambique*. Lisboa: Edições Europa América.
- NGWENYA, Sindiso; CHIPETA, H; NKOMO, J.C.; BANDA, D.L. (Ed) (1993) - *The Transport and Communication Sector in Southern Africa*. Harare: Sapes Books.
- PFISTER, Roger (2001) - Political changes in Sub-Saharan Africa, 1989-1993: Road to Democracy? In SOTTAS, Beat; VISCHER, Lilo Roost (Hrg) (2001) - *Überleben in afrikanischen Alltag. Improvisations techniken im ländlichen und städtlichen Kontext*. Bern: Peter Lang.
- RODRIGUES, Junior (1956) - *Transportes de Moçambique*. Lisboa: Editorial Ultramar
- ROGERSON, C.M. (2001) - Investment - LED. Entrepreneurship and small enterprise development in tourism: lessons for SDIS from the international experience. *South African Geographical Journal* 83 2 pp.105-114
- ROGERSON, Christian M. (2001a) - *Spatial development initiatives in Southern Africa: The Maputo development corridor*.

- ROGERSON, Christian M. (2001b) – *Tourism and spatial development initiatives: the case of the Maputo development corridor. South African Geographical Journal* 83 (2) pp.124-136  
*SADC-Today* . Nov2002 vol.5
- SCHICHO, Walter (1999) - *Handbuch Afrika die drei Bänden. Band 1: Zentralafrika, südliches Afrika und die Staaten im Indischen Ozean. Südwind: Brandes und Apsel.*
- SEKESO, Tafadzwa (2002) - Railway restructuring to facilitate trade. *SADC-Today* Nov2002 vol.5 n.5 pp.4
- SEDLER, Gerhard (1977) - Zur Problematik der Seehäfen Mozambiques. In *Studien zur allgemeinen und regionalen Geographie. Josef Matznetter zum 60. Geburtstag.* Frankfurt am Main: Selbstverlag des Seminars für Wirtschaftsgeographie der Johann Wolfgang Goethe – Universität.
- SOJA, Edward W. (1968) - *The geography modernization in Kenya. A spatial analysis of social, economic and political change.* New York (Syracuse): Syracuse University Press – Syracuse Geographical Series n.2
- STRACHAN, Beth (1996) - *Mozambique: the quest for peace. The political, social and economic context 1980-1994. A select and annotated bibliography.* Johannesburg: South African Institute of international Affairs.
- WEGGORO, Nyamajeje Caleb (1995) - *Effects of regional economic integration in Southern Africa and the role of the Republic of South Africa: A study of project coordination approach in industry and trade in SADCC/SADC.* Berlin. Verlag Dr. Köster.
- WELLMER, Gottfried (2000) – *SADC zwischen regionaler Integration und reziproken Freihandel mit der Europäischen Union.* Bielefeld: Dritte WELT Haus e.V./ KOSA Koordination Südliches Afrika.
- WEST, Harry G.; MYERS, Gregory W. (1996) - A piece of land in a land of peace? State farm divestiture in Mozambique. *The Journal of Modern African Studies.* Vol 34, n.1. Cambridge University Press.
- WORLD BANK (1995) - *Country assistance strategy of the World Bank groups for the Republic of Mozambique.*
- World Investment Directory 1996
- WORLD OF INFORMATION(1999) - *The world of information Africa review/22. The economic and business report.*
- XITIMELA – *Publicação semestral dos CFM- Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique E.P.*  
[www.sadc.org](http://www.sadc.org)  
[www.gov.mz](http://www.gov.mz)

# DA DISCIPLINARIZAÇÃO DE MOÇAMBIQUE: AJUSTAMENTO ESTRUTURAL E AS ESTRATÉGIAS NEO-LIBERALAIS DE RISCO<sup>1</sup>

E. Macamo<sup>2</sup>

## Introdução

Boaventura de Sousa Santos identifica o problema das ciências sociais na actualidade com a dificuldade de produção duma teoria crítica (1999). No apelo apaixonante que lança aos cientistas sociais para que não se contentem em apenas investigar o que existe, mas sim procurar também descrever, reconstruir e reabilitar o que não existe porque não pode ou não deve, Sousa Santos faz referência a duas formas de conhecimento, nomeadamente o conhecimento-regulação e o conhecimento-emancipação. A primeira, que se produz na preocupação ideológica de estabelecimento da ordem, é, na sua óptica, característica da modernidade enquanto que a segunda, a qual se legitima por uma ética de solidariedade, proporciona elementos para uma epistemologia verdadeiramente libertadora (idem). Tanto o diagnóstico quanto a proposta de classificação do conhecimento afiguram-se-nos úteis como ponto de partida para um olhar demorado sobre o papel do reajustamento estrutural na constituição de Moçambique como realidade social.

Em Moçambique, o problema mais intrigante que as ciências sociais enfrentam não é tanto a incapacidade de produção duma teoria crítica, mas sim a sua inutilidade. Para além dum projecto totalizante alterna-

---

<sup>1</sup> Agradeço os comentários que os meus colegas do Centro de Estudos Africanos do ISCTE no projecto de investigação sobre as transições políticas na África lusófona fizeram a uma primeira versão deste trabalho. O texto final é da minha inteira responsabilidade.

<sup>2</sup> Universidade de Bayreuth, Alemanha/Centro de Estudos Africanos, Lisboa.

tivo, que Sousa Santos coloca como uma das condições essenciais de emergência duma teoria crítica, faz falta neste início de milénio um espaço crítico capaz de dar coerência e legitimidade às muitas críticas que se fazem à ordem actual. Em certo sentido, portanto, não é tanto a ausência duma teoria crítica que constitui um problema, mas sim a dificuldade de tornar plausível qualquer projecto que procura localizar a realidade fora daquilo que existe. Mesmo sob o risco de provocar a ira de Ian Hacking (1999) podemos sugerir que a plausibilidade é uma construção social na medida em que a sua existência é função de interesses sociais, económicos, culturais e políticos que, no final de todas as contas, estabelecem os limites de coerência e compreensibilidade que qualquer fenómeno social precisa para se impôr como verdadeiro. Nas críticas que se fazem ao ajustamento estrutural quer em Moçambique, quer em todo o mundo duma forma geral, não faltam visões alternativas de projectos sociais totalizantes e reguladores. Faltam, isso sim, os contextos normativos dentro dos quais a violência totalitária<sup>3</sup> do ajustamento estrutural pode ser vista como uma negação agressiva de outras realidades e, sobretudo, como um incentivo à acção.

Poderia propor, com recurso ao sociólogo francês Jean Baudrillard, que a realidade que o ajustamento estrutural impõe é um simulacro: é algo que se produz como representação de algo que não existe. É uma ilusão no sentido restrito de Baudrillard, mas também no sentido mais lato de Nietzsche, isto é de conhecimento funcional à vontade do poder. Chegados a este ponto podemos recuperar a classificação de conhecimento de Sousa Santos para defender a ideia de que, como ainda veremos, o ajustamento estrutural tem como base um conhecimento-regulação que se serve dum horizonte discursivo profundamente alicerçado num conhecimento-emancipação. Noutros termos, o projecto epistemológico do ajustamento estrutural visa essencialmente a produção duma ordem normativa e ontológica claramente definida. Neste sentido, o ajustamento estrutural está directamente implicado no conhecimento-regulação. Ao mesmo tempo, contudo, o projecto epistemológico cria as condições da sua própria reprodução social utilizando um discurso social eivado de referências emancipatórias como “dimen-

---

<sup>3</sup> Utilizo esta expressão com o sentido que Michel Maffesoli lhe atribui na sua obra do mesmo nome (1994).



são social”, “capital social”, “participação”, “capacitação”, “propriedade”, “alívio”, etc., que esvaziam de conteúdo qualquer atitude crítica contra a ordem das coisas.

A reflexão que me proponho neste trabalho é justamente sobre estes dois momentos, nomeadamente a produção e legitimação duma ilusão. A ilusão em questão é Moçambique no quadro do reajustamento estrutural. A tese que quero defender é de que no contexto do reajustamento estrutural, Moçambique não é uma categoria ontológica essencial, mas sim um artefacto da intervenção externa num determinado espaço social local. O facto de ser um artefacto, porém, não torna Moçambique menos real, antes pelo contrário, a sua artificialidade é constitutiva da sua realidade. Noutros termos, Moçambique é o produto duma vontade de poder que na construção da realidade cria simultaneamente as condições necessárias à sua própria reprodução. Esta maneira de ver as coisas apoia-se na noção foucauldiana de ‘governamentalibilidade’<sup>4</sup>.

O conceito analítico central ao empreendimento aqui proposto é o de “disciplinarização”. Com base em Michel Foucault, a quem devemos a ideia inovadora sobre a natureza relacional do conceito de poder, interessa-me evocar o conceito de poder em articulação com a problemática da transformação de sujeitos em objectos. A pertinência analítica do conceito de poder não se esgota na constatação do seu exercício. Antes pelo contrário, é precisamente nos seus efeitos, nas condições materiais e sociais que cria para se reproduzir, que é possível apreciar com maior proveito analítico a sua utilidade. Assim, interessa-me neste trabalho olhar para a forma como as intervenções externas em meios sociais locais no contexto do reajustamento estrutural transformam sujeitos em objectos, isto é como é que uma sociedade inteira, um sistema político, uma economia, deixam de ser categorias ontológicas com agendas próprias para se constituírem como objectos da intervenção do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. A este processo dou o nome de normalização também com base no quadro analítico proposto pela noção de governamentalibilidade<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> ver Foucault 1991 e o volume editado por Burchell et al 1991

<sup>5</sup> Ian Hacking (1990) utiliza a noção de normalização num sentido próximo do que é empregue aqui. Com efeito, ele identifica-o com a domesticação do acaso que coincidiu com aquilo que ele chama de ‘invenção de pessoas’ (making up people) (ebd.:3).

O conceito de normalização descreve o processo através do qual os actores sociais agem de acordo com uma norma estabelecida pelos que detêm o poder e, por via disso, internalizam as estruturas de regulação e autoridade que lhes são impostas de fora. Através da normalização o poder surge como desiderato do sujeito. O meu argumento aqui é de que os programas de reajustamento estrutural, enquanto instrumentos da vontade de poder do projecto totalizante neo-liberal, enquadram o processo normalizador em que o governo de Moçambique se submete voluntariamente ao poder das instituições de Bretton Woods sem se dar conta de tal.

### **O ajustamento estrutural em Moçambique**

De entre “tanto para criticar” que o mundo hoje tem figuram certamente as políticas de reajustamento estrutural promovidas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial<sup>6</sup>. Nenhuma análise da condição do continente africano fica completa sem referência ao papel de ambas as instituições de Bretton Woods. Embora invariavelmente crítica e negativa, a referência revela a importância que as políticas promovidas por estas instituições têm na constituição da realidade social, económica e política das sociedades em que estão presentes. Esta importância não se resume apenas às intervenções ao nível estatal que são características de qualquer programa de reajustamento estrutural. Ela inclui também níveis mais inferiores, sobretudo o nível do quotidiano, onde os efeitos das intervenções macro-económicas se fazem sentir. Com efeito, é ao nível do dia a dia que se traduzem, domesticam e estabilizam as intervenções ao mais alto nível no esforço quotidiano individual e colectivo de tornar a ordem social previsível. É no dia a dia, para usarmos linguagem fenomenológica, que o mundo extremamente problemático do reajustamento estrutural é integrado no mundo não-problemático do quotidiano, do que é dado por adquirido. Na verdade, o que torna o reajustamento estrutural importante para a

---

<sup>6</sup> Para o leitor menos atento este trabalho pode assumir o carácter duma ‘desculpabilização’ de Moçambique. Pois bem, acho oportuno proclamar aqui e agora que também sou de opinião que a responsabilidade pelos problemas de África, no geral, e de Moçambique, em particular, são em 95% é dos africanos e dos moçambicanos. Este trabalho é sobre os 5% que sobram.

constituição da realidade nos países africanos é precisamente a sua enorme capacidade de desestabilização da ordem quotidiana. É a forma como ele se impõe no horizonte social como a única fonte de problemas que precisam de solução. Completamente saturada por problemas, interesses, clivagens, etc. que reflectem as prioridades do reajustamento estrutural a realidade social daí resultante é uma realidade bastarda, expressão duma visão totalitária que se legitima com um discurso emancipatório.

A reflexão feita em África sobre o reajustamento estrutural tem dado primazia aos seus efeitos imediatamente materiais<sup>7</sup>. Esta reflexão tem como ponto de partida a crítica da racionalidade económica e política por detrás desses programas (ver a este respeito Gibbon 1996, Harvey 1996). Critica-se, sobretudo, o modelo neo-liberal sobre o qual assenta a acção do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, deplora-se o ascendente do chamado consenso de Washington<sup>8</sup> e lamenta-se a ausência de alternativas (Green et al 1994, Please 1992).

No caso específico de Moçambique para além da crítica do consenso de Washington (Abrahamsson 1995) dá-se destaque às incongruências do modelo económico, como por exemplo no caso da política de caju, e seus efeitos perversos na estabilidade política e social do país. Os trabalhos de Joseph Hanlon constituem, neste ponto, uma referência obrigatória uma vez que aliam uma sensibilidade especial para a história do país com uma atitude incrédula em relação ao discurso neo-liberal (sobretudo 1991).

Embora a descrição gráfica do impacto social do reajustamento estrutural ilustre o seu lado negativo e represente de certa maneira o embrião do que Boaventura de Sousa Santos chamaria de “teoria crítica”, isto é, uma teoria que faça a etnografia do que é proibido, ignorado e oprimido, a reflexão crítica sobre o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional deixa de lado o que há de mais insidioso no reajustamento estrutural: o projecto totalizante neo-liberal. As críticas perdem-se no detalhe ao mesmo tempo que aceitam os termos de análise do consenso de Washington. Com efeito, a simples rejeição dos artigos de fé do con-

---

<sup>7</sup> Simsa'a 1998, Riddell 1992, Mlambo 1993, Cheru 1995, Sahn et al 1997, Carmody 1998, Konadu-Agyemang 1998.

<sup>8</sup> Ver também o número especial da *International Social Science Journal* (2000).

senso de Washington, nomeadamente a liberalização comercial, financeira e cambial, a privatização e a redução do papel do estado recupera os termos restrictos e profundamente ideológicos através dos quais o reajustamento estrutural se insinua no quotidiano e perde de vista o projecto mais global que enquadra e dá coerência a cada um dos elementos criticados. Criticar, por exemplo, o Banco Mundial em Moçambique pelo desastre que foi a política do cajú é oportuno e plausível. Mais necessário, contudo, é uma reflexão crítica que integre a deregulação e a crença supersticiosa na mão invisível do mercado num projecto mais alargado de invenção duma realidade cuja razão de ser não é outra senão a reprodução social do consenso de Washington. Se teoria crítica tem que haver ela deve virar as suas bactérias contra o narcisismo do discurso e práticas neo-liberais, pois será no acto de apontar e desmascarar esse projecto orweliano que se vão recuperar alternativas.

É neste sentido que a reflexão aqui proposta não envereda pelo caminho já bem trilhado da crítica aos efeitos materiais do reajustamento estrutural. Ela coloca no centro das atenções o projecto em si, o que dá coerência aos elementos estruturais na mira dos críticos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Sugerimos que esse projecto não se concretiza, nem se materializa na execução das políticas de liberalização e privatização, mas sim na representação que torna possível Moçambique. Ou por outra, a violência totalitária do projecto neo-liberal, para recuperar a feliz expressão de Maffesoli, está na colonização de espaços autóctones e imposição de limites à articulação de visões alternativas. O projecto totalitário neo-liberal concretiza-se nas aporias que impõe, na sua capacidade de tornar os anseios, projectos e expectativas do Outro apenas articuláveis nos termos do consenso de Washington. A análise incidirá, portanto, na disciplina- rização de Moçambique com destaque para o processo de normalização. A principal característica deste processo é o recurso a tecnologias de poder que incidem essencialmente naquilo que podemos chamar de invenção de actores, instituições e, duma forma geral, da construção social de Moçambique<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Ao contrário de Michael Lynch (2001) que na sua recensão de Ian Hacking dá a entender que este se opõe fundamentalmente ao construtivismo – ele escreve, por exemplo, que Hacking, vacila entre a ambivalência e a indiferença' (p.241) – interpreto

## A normalização

Moçambique tornou-se membro do Fundo Monetário Internacional em 1984, mas só a partir de 1987 é que introduziu um programa de reajustamento estrutural inspirado em receitas dispensadas pelo Fundo. A razão imediata da adesão ao Fundo Monetário foi a crise económica de que o país começou a se ressentir com acutilância na década de 80. A crise teve várias expressões. Por um lado, ela manifestou-se na fraca capacidade da economia nacional em satisfazer as necessidades do mercado nacional e por outro na incapacidade do estado moçambicano honrar os seus compromissos financeiros internacionais. As causas da crise económica moçambicana constituem matéria para debates empolgantes sobre a viabilidade, ou não, de projectos excêntricos de emancipação económica (ver a este respeito Hanlon 1984 e Saul 1985). Quando o país se tornou independente em 1975 o novo governo, de orientação marxista-leninista, optou pelo socialismo científico como via de desenvolvimento<sup>10</sup>. Em termos económicos a opção socialista teve como vertente prática principal a introdução duma economia planificada e a nacionalização de empresas e serviços em quase todas as áreas relevantes da actividade económica. Embora ainda não esteja totalmente esclarecido se as nacionalizações foram contingentes ou parte do programa revolucionário da Frelimo e se, dada a herança colonial, o país tinha alternativa à centralização do processo de decisão económica ou não, parece haver consenso quanto ao papel que estas opções tiveram na crise económica que veio a pôr o país de rastos (Cahen 1987). Acresce-se a estes factores estritamente económicos os factores de ordem política como por exemplo a guerra sul africana de desestabilização bem como a longa e sangrenta guerra civil que paralisou o país durante 16 anos para se obter um quadro duma crise programada e inevitável (Andersson 1992; Finnegan 1992; Gersony 1988).

---

a intervenção de Hacking como uma clarificação útil da noção de construção social. Com efeito, a sua exortação para que se especifiquem a que se refere a noção de 'construção' é bem vinda da mesma maneira que são oportunas as duas implicações que ele retira, nomeadamente (a) que esse construto é algo mau e (b) que o mundo estava melhor sem ele (1999:6). É seguindo esta lógica que defendo a tese de que com o ajustamento estrutural assistimos à construção social de Moçambique, construção essa que é má e da qual podemos prescindir. O meu olhar é decididamente normativo.

<sup>10</sup> Esta opção foi formalizada no III Congresso do partido em 1977.

Do ponto de vista sociológico é extremamente difícil caracterizar Moçambique antes da introdução do Programa de Reajustamento Estrutural. Esta dificuldade vem sobretudo do facto de que qualquer caracterização fará recurso a um repertório linguístico que efectivamente reconstrói a realidade de forma tendenciosa. Com efeito, a escolha é entre contar a história do PRE do ponto de vista das instituições de Bretton Woods ou do ponto de vista dos seus críticos. No primeiro caso o período que antecedeu a introdução do PRE seria de irresponsabilidade económica e irracionalidade política. Voltaremos, mais adiante, a este tema. No segundo caso, porém, contar-se-ia a história dum projecto arrojado de emancipação económica e política que é rude e violentamente destruído por uma conspiração ideológica e financeira internacional para livrar o país ao fanatismo neo-liberal da nova direita (ver a este respeito Hanlon 1991 e Abrahamsson e Anders 1995).

Onde, então, começar a história? Uma vez que parece problemático começar a história desde o princípio afigura-se-nos como sendo mais sensato contá-la a partir da sua continuação, isto é a partir do momento em que a disciplinarização de Moçambique começa a materializar-se. A disciplinarização comporta vários elementos. Como atrás referido, estes elementos fazem parte do que chamo de processo de normalização. Cada um destes elementos é um pilar no projecto totalitário neo-liberal. A lógica por detrás deste projecto é a transformação de sujeitos em objectos do poder, isto é a re-invenção de Moçambique como um espaço local de intervenção externa. Na linguagem de Foucault trata-se de tecnologias de poder que, no caso vertente, encontram enquadramento institucional no programa de reajustamento estrutural. Com efeito, mais do que um programa virado à correção de desequilíbrios estruturais económicos, o reajustamento estrutural é, acima de tudo, um projecto de normalização no mais profundo sentido do termo, isto é ele estabelece normas de conduta que passam a guiar o comportamento dos actores sociais em questão.

A invenção de actores e a visibilidade do país constituem o eixo central da disciplinarização. Através destes dois elementos o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional produzem o ideal tipo de actor social e instituições sociais que vão ser a pedra angular da constituição duma nova realidade. Será na base deste eixo central que vai ocorrer a racionalização do conhecimento sobre o país, condição

essencial para a reprodução institucional do Banco Mundial e do FMI. O conluio entre, por um lado, a invenção de actores e a visibilidade do país e, por outro, a racionalização do conhecimento sobre o país produzem efeitos perversos que se manifestam sob a forma de trivialização do político e mistificação económica do país<sup>11</sup>.

### *A invenção de actores*

A sociologia, através do conceito de socialização, ensina que a existência, manutenção e permanência duma ordem social depende da funcionalidade de certos mecanismos institucionais e normativos. Segundo a sociologia funcionalista de Talcott Parsons, que mais produziu sobre a matéria, os sistemas sociais mantêm-se e reproduzem-se com base no trabalho que certas instituições como por exemplo a família ou a escola fazem. A sociologia de orientação marxista, principalmente a que se debruçou especificamente sobre o conceito de ideologia e hegemonia, aceita esta perspectiva funcional, distanciando-se dela apenas quando introduz um elemento de conflito. Neste sentido, a funcionalidade da socialização tem como subtexto a legitimação das relações de produção.

No período imediatamente a seguir à independência o ideal do serviço público estava subordinado à ética política dominante: servir o povo. O funcionário público tinha de ser altruísta e honesto, tinha de respeitar os bens públicos e procurar gratificação política e não material para os seus esforços, tinha de ter uma conduta moral recta, enfim, tinha de ser íntegro sob todos os pontos de vista. Muitos observadores atestam ao governo da Frelimo uma conduta moral rígida (ver por exemplo Hanlon 1991). Esta conduta não era condicionada apenas pela orientação ideológica assumida. Tinha também um pouco a ver com a forte influência do protestantismo no nacionalismo moçambicano<sup>12</sup>, o qual não se alimentava apenas da rejeição da exploração do homem pelo homem como também da aversão à degeneração moral que o colonialismo português tinha produzido no país. Com efeito, os primeiros

---

<sup>11</sup> Não me vou debruçar sobre estes últimos dois aspectos, porque já o fiz algures (Macamo 1999 e 2002).

<sup>12</sup> ver a este respeito Cruz e Silva 1996.

discursos políticos de Samora Machel, o primeiro presidente de Moçambique independente, dão muito destaque a questões éticas. Em quase todos os discursos pronunciados durante a sua viagem triunfal do Rovuma ao Maputo em 1975 a tónica principal não é tanto a exploração capitalista quanto a degeneração moral nas urbes.

Embora este ideal público tenha sido sempre contestado, mais nas acções concretas do dia a dia correspondendo um pouco àquilo que James Scott chamaria de 'armas dos fracos' do que verbalmente, a sua afirmação fazia parte do projecto hegemónico do bloco de poder. Na verdade, era através da condenação pública e repressão do desvio que o projecto revolucionário se legitimava. Uma das mais importantes invenções do bloco de poder no período pós-independência foi a chamada figura de 'Xiconhoca' que era a antítese do 'homem novo', o ideal revolucionário. A característica mais marcante do 'Xiconhoca' não era a hostilidade à revolução, mas sim uma conduta moral duvidosa que, no final de todas as contas, punha em perigo todo o projecto revolucionário.

Enquanto que na euforia da vitória sobre o governo colonial português o "Xiconhoca" era essencialmente um espantalho funcional à imagem de "homem novo" que o novo regime queria impor, com o agudizar da crise económica no início dos anos oitenta esta nemeses da revolução começou a ganhar contornos reais na vida pública. O ideal de serviço público e integridade começou a ser posto em causa pela função pública, cuja cúpula começou a reclamar privilégios correspondentes à sua importância de membros da nomenclatura. Na altura, estas reivindicações foram duramente criticadas quer pelo próprio partido quanto por observadores atentos. A tónica geral destas críticas tinha um cunho marxista que imputava à nova conduta do funcionalismo público tendências burguesas extremamente nocivas ao projecto revolucionário (Hanlon 1984; Saul 1985). Noutros termos, o problema foi visto em termos estruturais. Com efeito, considerou-se o ressurgimento de tendências neo-burguesas como resultado directo do facto de o partido estar a perder o seu papel dirigente na sociedade. A resposta dada a este problema foi o aumento da repressão, sobretudo a reintrodução de castigos corporais, a introdução da pena capital e, de forma geral, o aumento das penas de prisão para crimes económicos e políticos.



Tratando-se, contudo, dum problema que tinha mais a ver com a corrosão do ideal de serviço público do que da orientação ideológica a repressão não teve um efeito significativo no comportamento geral. E uma vez que os problemas que o país enfrentava eram, essencialmente, de natureza económica, portanto técnica, a dependência do partido dos conhecimentos técnicos da função pública inviabilizou de certa maneira a pequena revolução cultural que a Frelimo quis iniciar em resposta à crise do seu próprio sistema. A entrada em cena das instituições de Bretton Woods só acentuou ainda mais esta tendência. Com efeito, o reajustamento estrutural tinha também o seu ideal público. A honestidade e integridade figuraram sempre no conjunto de valores e características que o funcionário público ideal tinha que ter. No caso do ajustamento estrutural, contudo, não se tratava dum ideal virado para o serviço público em nome da revolução socialista, mas sim em nome duma crença inabalável numa visão essencial da natureza humana. Essa visão tinha o seu alicerce ideológico na noção neo-liberal de *homo economicus*.

Nesta ordem de ideias a ética que acompanha a visão da essência humana neo-liberal substituiu o que restava do altruísmo revolucionário pelo egoísmo e espírito competitivo necessário à libertação das energias empreendedoras tanto tempo prisioneiras do ideal revolucionário. É assim que o ajustamento estrutural, com todo o seu aparato institucional de incentivos, remuneração bem como a instalação dum sistema em certa medida meritocrático, intensifica o processo de alienação estrutural da burocracia em relação ao poder político e estabelece um novo perfil de funcionalismo público como norma. O 'homem novo' da Frelimo é substituído pelo 'homo economicus' do ajustamento estrutural.

Há paralelos interessantes entre o ideal de serviço público da Frelimo e das instituições da Bretton Woods. Ambas primam pela integridade e pelo serviço público em prol dum ideal essencialmente político. A concretização deste ideal, contudo, fica prisioneira do contexto institucional dentro do qual cada uma das ideologias opera. Assim, enquanto que o 'homem novo' da Frelimo tem de optar entre o altruísmo apregoado pela revolução e o instinto natural de preservação o 'homo economicus' neo-liberal vê-se confrontado com a escolha entre a maximização dos seus benefícios e o consentimento dos sacrifícios necessários ao

equilíbrio estrutural da economia. Em ambos os casos o contexto normativo em que os actores sociais operam é, contudo, bastante tentador. No caso da Frelimo o sistema de nomenclatura em que se baseia a distribuição e exercício do poder favorece o seu abuso. No caso do ajustamento estrutural é a revolução de esperanças crescentes que cria um ambiente conducente à corrupção.

Dum modo geral o ajustamento estrutural cria condições para a emergência, legitimação e sedimentação dum novo tipo de actor social. Estas condições são subjectivas e estruturais. Elas são subjectivas na medida em que legitimam indirectamente o individualismo. Elas são vistas pelos actores sociais como uma oportunidade para se emanciparem das exigências sociais que sobre eles pesam. Ao mesmo tempo, contudo, elas são estruturais na medida em que o recuo do estado e o processo de pauperização que o ajustamento torna cada vez mais presente exerce uma pressão muito forte sobre as redes sociais tradicionais.

### *A visibilidade do país*

O controlo disciplinar assenta num poder panóptico. O objecto do poder tem de ser opaco, isto é visível do exterior e cego por dentro. No seu mais recente livro James Scott atribui ao estado formas de ver que formam a base da estabilização da sua ascendência sobre a sociedade (1998). Através da standardização e uniformização o estado torna a sociedade visível ao mesmo tempo que a regimenta. O reajustamento estrutural contém também elementos uniformizantes e standardizantes que tornam o país em questão visível ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional. Estes elementos consistem essencialmente naquilo que o projecto neo-liberal chama eufemisticamente de 'capacity building'. Trata-se, no fundo, de reformas burocráticas cuja função manifesta é tornar o estado mais eficiente e funcional. Não obstante, a função latente do 'capacity building' reside na possibilidade de tornar o país transparente aos olhos das instituições de Bretton Woods.

Com efeito, uma das maiores prioridades de qualquer programa de reajustamento estrutural é de apreender o país em questão em números. O sucesso do reajustamento estrutural depende da quantificação. Assim, em Moçambique despendeu-se muita energia na modernização do sistema de recolha e tratamento de dados estatísticos. A realidade

do país foi reduzida a números. Já no período colonial a estabilização do estado colonial tinha dependido essencialmente da quantificação da sociedade. A Direcção Geral dos Serviços Indígenas, por exemplo, mantinha pautas com a relação das autoridades gentílicas que consistiam não só dos nomes dos régulos e chefes de terras como também, e fundamentalmente, do número de habitantes de ambos os sexos, número de palhotas e gado (bovino, caprino e canino) (Arquivo Histórico de Moçambique). A contagem, como instrumento de poder, tem uma longa tradição (ver a este respeito Hacking 1990).

Desde a introdução do programa de reabilitação económica o país melhorou constantemente a sua capacidade de se resumir em números através da sofisticação dos seus meios estatísticos e inclusão dum número cada vez maior de variáveis na definição do que é a realidade do país. A redução do país a números não responde apenas à necessidade de sistematização da informação para melhor intervenção. Ela propicia também a frieza legendária destas instituições em relação ao lado social das suas políticas. Números são frios, factuais, não transmitem emoções. O sofrimento e a felicidade, a pobreza e a afluência, a fome e a plenitude, o desemprego e o emprego reduzidos a números, percentagens, proporções, tendências e frequências são a mesma coisa. São simples números.

Michel Foucault identifica a emergência duma nova forma de biopolítica com a capacidade crescente do estado de contabilizar os seus recursos. Esses recursos vão desde o potencial humano até ao material e natural dum determinado território. Aliás, a redução dum território a números, à estatística, constitui uma das formas mais eficazes, e perniciosas, de regulação social. Por outro lado, a redução é também uma maneira de tornar uma realidade visível de uma certa maneira. Assim, a redução de Moçambique a números não só facilita o trabalho das instituições de Bretton Woods como também, e sobretudo, permite a sua classificação em termos pré-definidos. É com base nesta classificação que o FMI e o Banco Mundial podem planear as suas intervenções. Ou por outra, o produto interno bruto não revela apenas a fraqueza ou vigor da economia moçambicana, mas também onde o país deve ser colocado e que tipo de conselhos e receitas ele precisa.

Este processo de produção da visibilidade do país está na origem da tendência destas instituições de ignorar as condições específicas do

país. Apesar dos protestos moçambicanos, ao Banco Mundial e ao FMI nunca interessou saber donde vinha a incapacidade de honrar os compromissos financeiros externos. A guerra civil, a desestabilização militar e económica sul africana e a ordem económica internacional nunca figuraram nos cálculos destas instituições. E a razão pela qual nunca figuraram tem menos a ver com uma atitude ideológica pré-concebida e muito a ver com o seu procedimento burocrático pré-estabelecido que consiste em classificar, categorizar e dar receitas gerais. O mundo, na visão neo-liberal, é um lugar simples em que, estranhamente, não é o comportamento individual que conta, mas sim a predominância de modelos.

#### *A racionalização do conhecimento sobre o país*

Através da invenção de actores e instituições sociais o reajustamento estrutural age directamente sobre o país. Molda-o aos seus interesses estratégicos e funcionais. Reduzido a números e dirigido por actores com o perfil ideal o país ganha contornos reais para o Banco Mundial e para o Fundo. Estes contornos manifestam-se através do processo através do qual o conhecimento sobre o país é racionalizado no interior destas instituições. Surgem peritos, gabinetes especializados, programas e dossiers sobre Moçambique que dão realidade aos números que a direcção nacional de estatísticas, o centro de promoção de investimentos, o centro de promoção de exportações, etc. vão produzindo no seu frenesim quantificador.

Nos anos que vão desde a introdução do PRE até aos dias de hoje o Banco e o Fundo estabeleceram-se como as fontes mais importantes e credíveis de conhecimento objectivo sobre Moçambique. Os seus gabinetes de imprensa produzem informação actualizada e detalhada sobre os vários sectores da vida económica, política e social do país e os seus especialistas afirmam-se como os verdadeiros conhecedores dessa realidade. A produção e processamento de informação sobre Moçambique vira uma instituição que serve também o objectivo não só de dar realidade concreta a Moçambique no interior destas organizações como também de impor a sua visão como sendo a única válida. O conhecimento do Banco e do Fundo constitui-se em discurso oficial, isto é em única fonte válida e fidedigna de informação sobre a verdadeira realidade do país.

## **Ajustamento estrutural e estratégias de risco**

A perspectiva teórica informada pela noção de governamentabilidade parte dum pressuposto político-analítico que identifica a fase da modernidade em que vivemos com o triunfo do discurso neo-liberal (Dean 1997). Este discurso neo-liberal traduz-se em práticas de dominação que encontram nas instituições da Bretton Woods, através dos programas de ajustamento estrutural, um executor ideal. Michael Hardt e Antonio Negri (2000) declaram o imperialismo morto e acabado. Em seu lugar eles identificam o 'império', uma nova forma global de soberania, cuja lógica de dominação é a bio-política, isto é o controlo da vida. Hardt e Negri apoiam-se, na enunciação desta contestação, também numa perspectiva foucauldiana. O 'império', esta nova forma de soberania global, é um projecto totalizante articulado coerentemente pelos pressupostos neo-liberais, sobretudo nas suas manifestações concretas nos países em desenvolvimento.

O neo-liberalismo, como tecnologia de dominação, afirma-se pela sua capacidade de representação da realidade. Esta representação materializa-se através da definição dum campo discursivo em que o exercício do poder é racionalizado. Noutros termos, o discurso neo-liberal delimita conceitos, especifica objectos e fronteiras e produz argumentos e justificações (vide Lemke 2001) que constituem a base sobre a qual assenta a capacidade governativa de lidar com problemas. O discurso estrutura certas formas de intervenção no campo definido para o efeito. Esta estruturação que surge sob forma de agências, procedimentos, constituições, formas jurídicas, etc., produz, por assim dizer, o objecto e sujeito da gestão da racionalidade política. Na sua análise de duas formas específicas de neo-liberalismo Michel Foucault estabelece uma linha contínua entre o Ordo-liberalismo alemão que culminou com a economia social do mercado (1991) e o neo-liberalismo da escola de Chicago que, por sua vez, foi dar, ainda segundo Foucault, na sobreposição da esfera económica sobre todas as outras<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> ver também Rose e Miller 1992, O'Malley 1996.

Para cada uma destas fases do liberalismo correspondeu uma forma específica de governação. Enquanto que na primeira, ordo-liberalismo da escola de Freiburg, dominou a ideia de que o capitalismo é uma entidade económica institucional historicamente constituída e que, por isso mesmo, aberta à intervenção política na segunda, neo-liberalismo da escola de Chicago, ganhou proeminência a ideia de que a regulação social com base no ideal do 'homo economicus' constitui a única forma legítima de intervenção política (1988). Consequentemente, na primeira fase a política social foi concebida como uma forma de criação de condições sociais e históricas para o surgimento e funcionamento do mercado. Na segunda, pelo contrário, a política social tem como objectivo responsabilizar o indivíduo. A criação de condições sociais e históricas para o mercado teve na socialização do risco através da criação, desenvolvimento e institucionalização do estado-previdência a sua vertente prática. A responsabilização do indivíduo, porém, tem a sua vertente prática na reforma do estado-previdência com maior ênfase naquilo que se chama de 'novo prudencialismo' (Dean 1997, Rose 1996). Na nova concepção da gestão de relações sociais a sociedade não se produz através da socialização do risco, como argumentava, por exemplo, François Ewald (1991 e 1993), mas sim através de cálculos agregados de bem-estar ideal para grupos identificáveis de população bem como pela categorização de grupos marginais considerados como sendo de 'alto risco' para a sociedade e que precisam de ser mantidos à distância.

A minha tese é de que o projecto totalitário neo-liberal transferiu estas duas últimas estratégias de risco, nomeadamente o risco epidemiológico e o risco de gestão de casos (Dean 1997) para o palco internacional. Com efeito, nas relações entre o centro e a periferia domina a afirmação das práticas discursivas neo-liberais que tratam a periferia como um vasto campo de desordem e caos que ameaça a integridade do centro. Este caos precisa de ser domesticado e tornado previsível. O instrumento que se utiliza para o efeito são precisamente as duas estratégias de risco. O FMI e o Banco Mundial com as suas receitas de ajustamento estrutural surgem, neste contexto, como os executores dum projecto mais amplo de substituição do imperialismo pelo império, isto é pelo discurso e práticas neo-liberais que se constituem como novo projecto totalizante conforme referido repetidamente neste trabalho.

Os programas de ajustamento estrutural funcionam efectivamente como formas de domesticação da desordem e do risco. A crítica que se costuma fazer contra estes programas, nomeadamente de que ignoram a especificidade de cada país onde intervêm, tem a sua razão de ser na lógica de domesticação da desordem que lhes é inerente. Na verdade, os programas de ajustamento estrutural não intervêm directamente num país específico, mas sim numa ideia que corresponde a um tipo específico de país. Essa é a base da sua actuação. Moçambique torna-se visível para o FMI e o Banco Mundial menos pela sua história individual de colonização portuguesa, luta armada de libertação nacional, projecto socialista de emancipação política e económica, guerra civil, desestabilização, natureza madrastra, etc., mas mais por outro tipo de categorias: país de economia dirigida, país de governantes corruptos, país sem transparência governativa, país altamente endividado, país altamente endividado e pobre, etc.. Cada uma destas categorias constitui uma espécie de modelo que não define um único país, mas sim um grupo deles e a partir destas características gerais procura reconstruir um ideal-tipo. É através destas características gerais que Moçambique, como realidade social, ganha contornos aos olhos das instituições da Bretton Woods e pode ser definido como campo de intervenção.

Esta definição como campo de intervenção, como atrás indicado, opera segundo a lógica que a estratégia de risco impõe. A estratégia epidemiológica manifesta-se na forma como através da abstracção dum conjunto de factores se prognosticam certos resultados práticos no bem-estar populacional em consequência de determinadas acções práticas. Assim, o ajustamento estrutural inspira-se no consenso de Washington que parte da ideia de que os pressupostos sociais, económicos e políticos na base da economia de mercado são o fundamento mais seguro de optimização do bem-estar no mundo. É nessa base que o ajustamento estrutural, independentemente das condições específicas de cada país, insiste na implementação destes preceitos neo-liberais. Os condicionalismos típicos da intervenção do FMI e do Banco Mundial assim como as noções de 'boa governação', 'transparência', 'prestação de contas', etc. estabelecem uma norma que define o ideal de conduta no império, no sentido de Hardt e Negri (2000). Quando o governo moçambicano se impõe uma disciplina fiscal e monetária que atenta contra todo o instinto de sobrevivência de qualquer governo democra-

ticamente eleito bem como quando implementa reformas políticas tão contraditórias como a descentralização do poder e o reforço da autoridade tradicional não está somente a governar no sentido restrito do termo, mas sim, e sobretudo, a submeter-se à lógica disciplinar de normalização.

Já a estratégia de gestão de casos particulares se manifesta de forma diferente. Aqui não são noções abstractas que contam no cálculo de resultados agregados, mas sim a identificação de casos de risco que constituem perigo para a saúde e bem-estar do tecido social geral. A pobreza dos países em desenvolvimento não constitui apenas problema para os países industrializados somente porque suscita sentimentos descritos por Carlos Lopes como sendo de dívida de compaixão (1997). Ela é um problema porque põe em risco a própria segurança destes países: a pobreza e o sub-desenvolvimento levantam o espectro de migrações descontroladas, tráfico de drogas, criminalização do estado, terrorismo, etc. Estes problemas são apreendidos sobretudo como ameaças aos países industrializados. Consequentemente, a melhor forma de com eles lidar é através da sua transformação em riscos calculados. É assim que se identificam os países potencialmente perigosos e se desenham políticas que não resolvem os problemas estruturais de base, mas sim mitigam os seus efeitos. A proclamação de Moçambique como HIPC, por exemplo, não resolve, e ninguém de resto diz isso, o problema do endividamento do país. Antes pelo contrário, ao mesmo tempo que se anula mais de dois terços da dívida torna-se o país elegível à contração de mais dívidas<sup>14</sup> A proclamação, portanto, é uma medida preventiva que mantém o país num estado vegetativo (com os programas de erradicação da pobreza até 2015, e diziam que a planificação era apanágio do comunismo...) como forma

---

<sup>14</sup> Segundo a organização não-governamental britânica, Oxfam, a dívida moçambicana aumentou em cerca de US\$300 milhões por ano entre 1980 e 1994. Nos anos noventa o próprio FMI prognosticou que o serviço da dívida iria subir para US\$400 milhões em 2000 antes de se estabilizar numa média de US\$435 milhões no ano 2005. O que é ainda mais interessante observar é que uma boa parte desta dívida foi contraída junto do FMI. Assim, a dívida duplicou de US\$18 para \$30 milhões entre 1996 e 1998. O serviço da dívida para com o Banco Mundial também duplicou de US\$8 para 18 milhões no mesmo período de tempo esperando-se que suba para mais de US\$70 milhões em 2015. A ironia destes números está no facto de que o FMI e o Banco Mundial foram a Moçambique para ajudar o país a livrar-se do problema da dívida!



de inocular o centro contra os efeitos secundários da patologia da periferia.

O ajustamento estrutural, portanto, funciona ao nível duma lógica específica aos tempos em que vivemos. Esta lógica articula um projecto totalizante de concepção neo-liberal que estende à escala mundial formas insidiosas de controlo da vida. São insidiosas as formas de controlo porque o neo-liberalismo utiliza, para recuperar a classificação de Sousa Santos, um discurso simultaneamente de conhecimento-regulação e conhecimento-emancipação. Com efeito, através das técnicas disciplinares do consenso de Washington que se consubstanciam nas estratégias de risco brevemente descritas mais acima o discurso e práticas neo-liberais submete a periferia ao poder hegemónico dum centro enebriado pela sua própria vitória. O conhecimento-regulação impõe uma norma que países despidos de qualquer individualidade, quais 'zombies' - no sentido de Jean e John Comaroff (1999) - tão representativos do capitalismo milenário, seguem à risca, sob pena de não existirem. Ao mesmo tempo, contudo, trata-se dum discurso que glorifica a liberdade, a emancipação e tudo quanto de bom e útil a modernidade tem para prometer ao ponto de parecer irracional a persistente rejeição da modernidade pela periferia.

O ajustamento estrutural inventa Moçambique. Sem ele Moçambique não pode ser visível aos olhos da comunidade internacional doadora. Através do ajustamento estrutural criam-se não só as condições de visibilidade do país, como também, e sobretudo, estabelecem-se os parâmetros segundo os quais o próprio país se reconstitui. Por detrás do ajustamento estrutural está o consenso de Washington, cuja lógica está profundamente alicerçada no projecto totalizante neo-liberal.

Na agenda deste projecto não figura o desenvolvimento de países como Moçambique. O que consta dessa agenda é, antes pelo contrário, a contenção dos perigos que o atraso económico e a instabilidade política da periferia colocam à porta do centro. Esses perigos são traduzidos em riscos segundo estratégias que por um lado identificam resultados agregados desejáveis e, por outro, isolam grupos considerados de risco para não contaminarem o tecido social. Neste contexto ideológico a ajuda para o desenvolvimento constitui um fim em si. Noutros termos, ajuda-se para se poder ajudar. O ajustamento estrutural, por exemplo, fez de Moçambique um dos maiores recipientes de auxílio externo em

África. Segundo Joseph Hanlon mais de dois terços das importações essenciais do país são financiadas pelo auxílio externo em forma de donativos (Hanlon 1996). Um dos principais objectivos do ajustamento estrutural era precisamente de equilibrar a balança de pagamentos, contudo a maciça subvenção das importações moçambicanas revela não só que este objectivo está longe de ser alcançado como também mostra que provavelmente a principal conquista do ajustamento estrutural é mesmo uma maior dependência do país em relação ao auxílio externo.

A análise aqui proposta pretende ser crítica. A crítica que se propõe, porém, não se apoia numa visão sólida duma alternativa estrutural. Neste sentido, ela é fundamentalmente diferente da análise crítica estrutural que a teoria da dependência, por exemplo, formularia em relação a este projecto totalizante. Segundo esta teoria a expansão material e discursiva do neo-liberalismo usando como instrumento ideológico imediato o consenso de Washington e apoiando-se na prática nas políticas de ajustamento estrutural seria um artefacto duma lógica estrutural que articula as relações entre o centro e a periferia. A conquista de espaços marginais e sua produção como periferia seria inerente ao próprio funcionamento do modo de produção capitalista sobre o qual assenta o poder neo-liberal. Ainda que persuasiva a teoria da dependência oferece uma perspectiva demasiado determinista para ser útil no projecto ambicioso de Sousa Santos de libertar a crítica da jaula de aço do triunfo liberal.

O que se propõe neste trabalho crítico não é tanto a descrição duma lógica estrutural perene quanto a análise duma contingência histórica. O poder neo-liberal não é essencial à ordem natural das coisas. Ele constitui-se na subjugação de outras historicidades. É um poder essencialmente discursivo que se insinua insidiosamente nas condições de possibilidade da realidade social. Identificar a sua presença e a forma como ele se reproduz à custa dos objectos que ele constitui pode ser um contributo fundamental para a produção duma teoria crítica que celebra a emancipação real.

## Conclusão

O que pretendi demonstrar neste trabalho não é a maldade das instituições de Bretton Woods. Esse é um argumento simples. O que me interessa é proporcionar elementos para um diagnóstico do nosso tempo a partir dum exemplo muito específico. Esse exemplo é o ajustamento estrutural em Moçambique que na minha óptica obedece a uma lógica não teorizada que se insinua insidiosamente no quotidiano do centro e da periferia. Trata-se duma lógica neo-liberal que se constitui como um projecto totalizante através da domesticação das margens. Esta domesticação assume o carácter duma re-invenção de realidades, no caso vertente, da re-invenção de Moçambique como alvo e recipiente do auxílio externo.

Ao contrário da crítica do ajustamento estrutural que vê nele a execução dum plano malévolo para o empobrecimento e inviabilização da periferia prefiro ver nele a manifestação concreta dum projecto social que se articula em práticas discursivas e institucionais correspondentes a uma ideologia política estabelecida. Prefiro ver no ajustamento estrutural a continuação da política doméstica dos países do centro nos países da periferia por outros meios. Prefiro, em suma, aceitar a ideia de que o ajustamento estrutural corresponde a um impulso real de assistência e socorro. Partindo destas suposições e analisando as tecnologias de poder que este projecto social mobiliza chego à conclusão de que a lógica por detrás desse impulso humanitário trai os seus próprios objectivos. O ajustamento estrutural não pode nem estabilizar, nem permitir o desenvolvimento dos países recipientes. O ajustamento estrutural, nos termos em que é conduzido em Moçambique, serve, de momento, uma outra agenda. Essa agenda é a contenção do risco que representa o atraso económico de países como Moçambique para a estabilidade e segurança dos países do centro.

Posto isto é legítimo perguntar se Moçambique estaria melhor sem o ajustamento estrutural. A minha resposta a esta questão é um não enfático. Moçambique precisa do ajustamento estrutural por todas as razões aqui apresentadas para descrever a lógica estrutural do projecto totalizante neo-liberal. Ao mesmo tempo, contudo, o país deve reconhecer e saber definir nessa lógica estrutural espaços de acção para a sua subversão. Mais do que mais uma crítica da desumanidade

do ajustamento estrutural e da falta de piedade das instituições de Bretton Woods o que Moçambique precisa, e isto aplica-se a quase todos os países nas mesmas condições, é a recuperação duma teoria crítica, conforme o apelo de Sousa Santos. Essa teoria crítica, porém, não vai servir de cavalo de batalha contra o conhecimento-regulação do projecto neo-liberal, mas sim como instrumento de subversão da lógica que lhe é subjacente.

A recuperação duma teoria crítica é essencial para dotar os fracos duma arma contra o totalitarismo.

### **Bibliografia**

- Abrahamsson, H. & Nilsson, A. (1995) *Mozambique: the troubled transition – from socialist construction to free market capitalism*. Londres: Zed Books.
- Adjumobi, S. (1996) The structural adjustment programme and democratic transition in Africa. In *Verfassung und Recht im Übersee*, 29,4, pp.416-33.
- Andersson, H. (1992) *Mozambique – a war against the people*. Basingstoke: Macmillan.
- Appadurai, A. (2002) Deep democracy: Urban governmentality and the horizon of politics. In *Public Culture*, 14, 1, pp.21-47.
- Bar-On, A. (1997) Assessing sub-Saharan Africa's structural adjustment programmes: the need for more qualitative measures. In *Journal of Social Development*, 12, 1, pp.15-27.
- Burchell, G., Gordon, C. and Miller, P. (eds), *The Foucault effect - Studies in governmentality*. London: Harvester.
- Carmody, P. (1998), Constructing alternatives to structural adjustment in Africa. In *Review of African Political Economy*, 25, 75, pp.25-46.
- Cheru, F. (1995) The World Bank and structural adjustment in Africa. In *Africa Insight*, 25, 4, pp.236-40.
- Comaroff, J & Comaroff, J.L. (1999) Alien-nation: Zombies, immigrants and millennial capitalism. In *Codesria Bulletin*, pp.17-28.
- Cruz e Silva, T. (1996) *Protestant churches and the formation of political consciousness in Southern Mozambique (1930-1974): The case of the Swiss Mission*. Ph.D. Thesis, University of Bradford.
- Dean, M. (1991) *The Constitution of poverty: Towards a genealogy of liberal governance*. London: Routledge.
- \_\_\_\_ (1997) Sociology after society. In Owen, D. (ed.), *Sociology after postmodernism*. London: Sage, pp.205-28.

- Ericson, R., Barry, D. and Doyle, A. (2000) The moral hazards of neo-liberalism: lessons from the private insurance industry. In *Economy and Society*, 29, 4, 532-558.
- Finnegan, W. (1992). *A complicated war – the harrowing of Mozambique*. Berkeley: University of California Press.
- Foucault, M. (1991) Governmentality. In Burchell, G., Gordon, C. and Miller, P. (eds), *The Foucault effect - Studies in governmentality*. London: Harvester, pp.87-104.
- Gersony, R. (1988). *Mozambique refugee accounts of principally conflict-related experiences in Mozambique*. Washington: US State Department.
- Green, R.H. e Faber, M. (eds), (1994) *The structural adjustment of structural adjustment: sub-Saharan Africa 1980-1993*. Brighton: Institute of Development Studies.
- Gibbon, P. (1996) Structural adjustment and structural change in sub-Saharan Africa: some provisional conclusions. In *Development and Change*, 27, 4, pp.751-784.
- Hacking, I. (1990) *The taming of chance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- \_\_\_ (1999) *The social construction of what?*. Cambridge: Harvard University Press.
- Hanlon, J. (1984). *The revolution under fire*. Londres: Zed Books.
- \_\_\_ (1991) *Mozambique – who calls the shots?* Londres: James Currey.
- \_\_\_ (1996) *Peace without profit: How the IMF blocks rebuilding Mozambique*. Oxford: Irish Mozambique Solidarity & International African Institute.
- Hardt, M. E Negri, A. (2000) *Empire*. Londres: Harvard University Press.
- Harrison, G. (1998) Marketing legitimacy in rural Mozambique: the case of Mecúfi district, northern Mozambique. In *The Journal of Modern African Studies*, 36, 4, pp.569-91.
- Harvey, C. (ed.), (1996) *Constraints on the success of structural adjustment programmes in Africa*. Basingstoke: Macmillan.
- Jaycox, E.V.K. (1989/90) Structural adjustment in sub-Saharan Africa: the World Bank's perspective. In *Issue*, 18, 1, p.36-40.
- Jeffries, R. (1993), The State, structural adjustment and good government in Africa. In *The Journal of Commonwealth & Comparative Politics*, 31, 1, pp.20-35.
- Konadu-Agyemang, K. (1998) Structural adjustment programs and the perpetuating of poverty and underdevelopment in Africa: Ghana's experience revisited. In *Scandinavian Journal of Development Alternatives and Area Studies*, 17, 2/3, pp.127-44.

- Macamo, E. (1999) Alternative structural adjustment or the reinvention of politics. In Langthaler, H. *Voices from Africa*. Frankfurt am Main: Peter Lang, pp.78-91.
- (2002), Der IWF, die Weltbank und das Streben nach Perfektion in Mosambik. In *Zeitschrift für Sozialökonomie*, 39 (132), pp.34-40.
- Lemke, T. (2001) 'The birth of bio-politics': Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality. In *Economy and Society*, 30 (2), pp.190-207.
- Lopes, C. (1997) *Compasso de espera – o fundamental e o acessório na crise africana*. Porto: Afrontamento.
- Maffesoli, M. (1994) *La violence totalitaire – essai d'anthropologie politique*. Paris : Meridiens Klincksieck.
- Mbaku, J.M. (1999) A balance sheet of structural adjustment in Africa: towards a sustainable development agenda. In Mbaku, J.M. (ed.) *Preparing Africa for the twenty-first century: strategies for peaceful coexistence and sustainable development*. Aldershot: Ashgate.
- Mkandawire, T. e Olukoshi, A. (eds), (1995) *Between liberalisation and oppression: the politics of structural adjustment in Africa*. Dakar: Codesria.
- Mlambo, A.S. (1993) The rich shall inherit the earth: towards an analysis of the role and impact of IMF structural adjustment programmes in sub-Saharan Africa. In *Zambezia*, 20, 1, pp.53-76.
- Olukoshi, A. O. (1998) *The elusive prince of Denmark: structural adjustment and the crisis of governance in Africa*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.
- Please, S. (1992) Beyond structural adjustment in Africa. In *Development Policy Review*, 10, 3, pp.289-307.
- Riddell, J.B. (1992) Things fall apart again: structural adjustment programmes in sub-Saharan Africa. In *The Journal of Modern African Studies*, 30, 1, pp.53-68.
- Rose, N. (1996), The death of the social? Re-figuring the territory of government. In *Economy and Society*, 25, 3, pp.327-56.
- Sahn, D.E., Dorosh, P.A. e Younger, S. (1997) *Structural adjustment reconsidered: economic policy and poverty in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Scott, J.C. (1998) *Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven: Yale University Press.
- Simsa'a, L. (1998) Structural adjustment policies and women in the rural areas in Africa: a review of some major issues. In *Africa Development*, 23, 3/4, pp.135-47.

- Sousa Santos, B. (1999), Porque é tão difícil construir uma teoria crítica?. In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54, pp.197-214.
- Stewart, F. (1995) *Adjustment and poverty: options and choices*. London: Routledge.
- Tschirley, D.L. e Benfica, R. (2001) Smallholder agriculture, wage labour and rural poverty alleviation in land-abundant areas of Africa: evidence from Mozambique. In *The Journal of Modern African Studies*, 39, 2, pp.333-58.

### **Outras fontes**

- International Monetary Fund, URL: <http://www.imf.org/external/country/moz/index.htm>
- International Social Science Journal* (2000). The development debate – beyond the Washington consensus. Oxford: Blackwell.
- Koordinierungskreis Mosambik e.V. *Die wichtigsten Daten zur Verschuldung Mosambiks*. URL: <http://www.kkmosambik.de/kampagne/index.htm>
- Oxfam, *Debt relief for Mozambique*. URL: <http://www.oxfam.org.au/oxfam/advocacy/moz97.html>
- World Bank. URL: <http://www.worldbank.org/afr/mz2.htm>





## OLHARES EPIFÂNICOS – A EPIFANIA NOS CONTOS “AMOR” DE CLARICE LISPECTOR E “À SEXTA-FEIRA” DE LUANDINO VIEIRA

Rosa de Souza Oliveira<sup>1</sup>

Brasil e Angola são países que possuem semelhança histórica. Uma vez que ambos foram colonizados e tiveram o mesmo colonizador: Portugal. É deste país que herdaram a língua portuguesa, pela qual se expressam os autores escolhidos para este trabalho em Estudos Comparados.

A língua portuguesa, portanto, é que propiciou a aproximação lingüística dos contos “Amor” de Clarice Lispector e “À sexta-feira” de Luandino Vieira, permitindo uma análise comparativa de suas semelhanças e diferenças.

À primeira vista, a comparação de textos desses dois autores pode parecer impossível. Antes, pela concepção de mundo deles. Depois, pelas próprias narrativas, que justamente expressam essas diferentes concepções entre esse escritor e essa escritora.

“Amor” é uma das narrativas do livro *Laços de família*, já conhecido do público leitor e bastante estudado. A protagonista Ana resume bem os modelos de personagens de Clarice Lispector: mulher casada, alheia da realidade e que evita a contestação existencial, mas que tem um repente de luz, um momento revelador.

“À sexta-feira” é um dos contos de *Vidas Novas* e, como muitas das “estórias” de Luandino Vieira, tem um tema político, mais especificamente o tema da libertação de Angola. A personagem principal também

---

<sup>1</sup> Universidade de São Paulo – Brasil

é uma mulher alheia ao que está à sua volta. Nela, esse é seu nome, é indiferente à causa política pela qual luta o namorado preso.

Mas, é o fato de as duas personagens serem mulheres que permite que os textos sejam comparados? As duas, alheias a algo, seria motivo de comparação? Os dois contos, escritos em língua portuguesa, são por isso comparáveis?

A resposta para todas essas perguntas é afirmativa. As narrativas giram em torno de duas personagens femininas. Ana e Nela são mulheres e a comparação levará em conta que as duas vivem em sociedades que privilegiam o sexo masculino. Isso as coloca numa condição feminina semelhante, que as faz alheias, alienadas de seu cotidiano doméstico.

A língua portuguesa, primordial nesta análise comparativa, responde à última pergunta.

Semelhanças como essas ligam os dois contos. E, além delas, há uma outra semelhança que parece também ligá-los: a epifania.

A palavra epifania vem do grego epi (sobre) e phaino (aparecer, brilhar); as duas palavras resultam em epipháneia (manifestação, aparição).

A definição de epifania que a maioria dos dicionários de língua portuguesa traz é religiosa, neles a epifania é sinônimo de “aparição ou manifestação divina”. (*Novo Dicionário Aurélio*, por exemplo) No *Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa* de Caldas Aulete (1958) e no *Dicionário Mor de Língua Portuguesa* de Candido de Oliveira (1967) encontramos a definição litúrgica de epifania como sendo uma comemoração religiosa da “manifestação de Jesus Cristo aos gentios”. Mas, por extensão, os mesmos dicionários designam a epifania como “revelação, manifestação”.

É esse último sentido de epifania que nos interessa, porque as personagens, aqui estudadas, têm a sua revelação. “Olham” e esse “olhar” parece ser um canal para a revelação delas.

Considerada como “revelação ou manifestação”, a epifania pode ser entendida na obra literária como momento de revelação de personagens,

... uma experiência que a princípio se mostra simples e rotineira, mas que acaba por mostrar toda a força de uma inusitada revelação (...) Ainda mais especificamente em literatura, epifania é uma obra ou parte de uma obra onde se narra o episódio da revelação. (SANT'ANNA, 1979: 189)

Embora Clarice Lispector não cite o termo epifania e não o explicita, podemos inferi-lo em sua obra. Um exemplo é a cena do banho de Joana em *Perto do coração selvagem*. Segundo Olga de Sá, ao destrinchar os elementos da cena \_ um espaço fechado, um elemento sensível, a predominância de sensações táteis, uma personagem, as sensações visuais - remetem a uma epifania.

Há outros momentos epifânicos em Clarice: o espelho, os olhos, o pai, o ovo, convergem sempre para uma revelação.

Em "Amor" a personagem Ana está segura em seu mundo doméstico e satisfeita com seu cansaço, preocupada em arrumar a casa, cozinhar, costurar etc, tudo a deixa ocupada e aparentemente tranqüila.

Um pouco cansada, com as compras deformando o novo saco de tricô, Ana subiu no bonde. Depositou o volume no colo e o bonde começou a andar. Recostou-se então no banco procurando conforto, num suspiro de meia satisfação. (p.17)

Mas, essa segurança é abalada a partir do momento em que Ana "olha" um cego parado na calçada mascando chiclê e isso lhe causa um desconforto nauseante.

Ela apaziguara tão bem a vida (...) E um cego mascando goma despedaçava tudo isso. E através da piedade aparecia a Ana uma vida cheia de náusea doce, até a boca. (p. 22)

O momento epifânico de Ana dá-se assim que ela "olha" o cego. Suas compras caem e os ovos se quebram, como se quebrasse também um fio que prendia a mulher ao seu cotidiano equilibrado. Ana desequilibra-se, não consegue tirar os olhos do cego. As pessoas do bonde também não deixavam de olhá-la assim que ela derrubou as compras. Mas,

Poucos instantes depois já não a olhavam mais. O bonde se sacudia nos trilhos e o cego mascando goma ficara atrás para sempre. Mas o mal estava feito. ( p. 21)

O clarão epifânico persiste, "o mal estava feito", e Ana segue de olhos abertos para o mundo que se revela para ela.

... E como uma estranha música, o mundo recomeçava ao redor. O mal estava feito. ( p. 21)

A partir dessa visão das coisas que estão fora do seu **mundinho**, Ana começa a perceber também o seu mundo interior. Olha o externo e vê seu próprio interior. Desdobra-se.

A epifania também não é explicitada por Luandino Vieira em seus livros de contos *Vidas Novas* (do qual faz parte “À Sexta-feira”); *Macandumba*; *Velhas estórias*, *Luuanda* e nas narrativas longas como *Nós, os do Makulusu* e *A vida verdadeira de Domingos Xavier*.

Mas, é no conto “À sexta-feira” onde percebemos que a epifania se faz presente na escritura desse autor.

O momento epifânico de Nela dá-se quando ela “olha” uma **mulher de panos** - essa expressão é um jeito utilizado pelo autor para indicar o modo das angolanas vestirem-se com panos amarrados ao corpo. A moça acabara de chegar à porta da cadeia sem reparar as mulheres que estavam ali, pede licença em meio à fila quando uma menina esbarra em suas pernas, derrubando suas coisas, e a **mulher de panos** vem ajudá-la. A aparência primeiramente e depois a voz da mulher chamam a atenção de Nela. A moça “olha”, então, para a fila e, conseqüentemente, para tudo o que já estava à sua volta quando a mulher fala:

– Desculpa só, menina! Eu apanho as laranjas!

A voz dela parecia não era dos olhos nem do corpo em baixo dos panos, velho, seco e estragado pelo trabalho da vida. Tinha uma fala macia e nova, parecia era cantiga, e Nela ainda não tinha ouvido falar dessa maneira assim. (p. 48)

A revelação de Nela, que começou quando ela “olhou” para a mulher, continuou quando ela se espantou com a voz doce que veio daquele corpo sofrido. O olhar que a **mulher de panos** lançou para Nela também a incomodou, foi um olhar que pareceu multiplicar-se em vários olhares, assim que a epifania de Nela a deixou perceber a fila de mulheres de panos que também a olhavam.

Nela, nessa hora, sentiu as outras mulheres como **percebedoras** de seu comportamento. Incomodou-se ainda mais com isso, porque:

Viu-se suja, má, nos olhos das mulheres sentadas e caladas. Um arrepio andou-lhe nas costas quando pensou isto e encostou na parede, para não cair. O sol já quente, o buraco no meio das coisas que pensava e das coisas que fazia, estava nu, viu-lhe bem nessa hora, sem sombras nem esquivas, com luz que espreitava nas últimas nuvens de chuva e lhe batia em cheio. (p.51, grifo nosso)

Como a náusea que Ana teve ao ver as coisas e que a deixou com as "pernas dêbeis" e desorientada, Nela também tem uma náusea e encosta-se no muro para não cair. Perturbada com os olhares alheios diante de sua atitude egoísta, a moça se retraiu e, nesse momento, quando o guarda veio atender à campainha, Nela diz que não foi ela quem tocou. As lembranças das palavras que o namorado Zé Pedro lhe dizia vieram à tona e Nela sentiu-se aliviada com sua atitude.

O guarda ficou banzo a olhar, mas depois, zangado, bateu com força o postigo. Uma paz serena, crescida dessas palavras, uma alegria boa pela coragem da recusa... (p.52)

O sol brilhava, como se o clarão epifânico continuasse. Nela sentia-o no rosto. Encostada no muro, via a mulher de panos que sorria para ela. O sorriso da mulher era como o sol que vinha aliviar-lhe a vergonha daquele momento.

Os olhos taparam-se do sol com um cacimbo brilhante e não queria ainda pensar que era choro. Mas através dessa luz de água viu, do outro lado da fila, a mulher de panos que sorria-lhe outra vez. E esse sorriso era o sol bom que lhe colava no muro, parecia era a água fresca da chuva que tinha caído para lhe lavar a vergonha do princípio... (p.52)

As personagens precisaram olhar ativamente para o outro e, assim, passaram a olhar ativamente para si mesmas.

Ana e Nela perceberam o mundo a partir do "olhar". Passaram, assim, a conhecer o que as cercava e, depois, a conhecerem-se.

A epifania, então, foi estimulada, nos dois contos, pelo "olhar" das personagens. Alienadas até então, Ana em seu ambiente doméstico temendo as "horas da tarde" e Nela alienada da luta política, ambas "olham" algo que, de repente, estimula a reflexão.

Segundo Alfredo Bosi, em seu ensaio "Fenomenologia do olhar" de 1988, ver não significa olhar. Ou melhor, coisas do mundo externo podem ser vistas a todo momento, porém o estado de inconsciência diante dessas coisas não permite "olhar" para elas. "Olhar" as coisas significa então vê-las com consciência, abstraindo delas um sentido que leva à reflexão.

É isso o que as personagens demonstram. Ana "olha" o cego que estava na calçada e Nela "olha" para a mulher de panos.

As personagens apenas viam as coisas, mas não “olhavam” para elas, ou seja, não tinham consciência do que viam.

É a partir do “olhar” que se dá, então, a epifania nos contos. Como se vivessem envoltas em uma névoa que se dissipa assim que surge o clarão epifânico, as personagens “olham” tudo em redor.

Ana “olha” as outras pessoas que estavam na calçada, “olha” o Jardim Botânico e toda a vida que flui nele sem a sua ajuda. E Nela “olha” as outras mulheres que faziam fila na porta da cadeia.

Porém, apesar da semelhança dos momentos de revelação, é o que os contos têm de diferente que os valoriza ainda mais.

Diferenciam-se, já, a partir da concepção de mundo distinta dos autores. Essa concepção faz com que as personagens desses contos, apesar de serem mulheres e distanciadas de sua realidade, tenham o final de sua trajetória diferenciado.

A visão de mundo dos autores é diferente. Clarice é mulher e Luan-dino é homem, essa já é a primeira característica que os coloca em disparidade. Outra diferença se apresenta no nível da linguagem dos autores.

A linguagem de Clarice Lispector causou um certo furor na crítica da época da publicação de seu primeiro romance. A ausência de linearidade da narrativa e o jogo metafórico estranho não eram comuns naquela altura. Segundo Antonio Candido havia um certo “conformismo estilístico” já que “quase ninguém” tinha aprofundado a “expressão literária” (SÁ, 1979: 102)

Clarice veio inovar nessa questão, abandonando “as formas do romance tradicional, inaugurando no domínio expressivo a audácia na concepção, nas imagens, nas metáforas...”, segundo Álvaro Lins. Há, com freqüência na escritura da Autora, o momento de revelação das personagens. Esse momento é sempre perigoso para elas, pois é nele que “a casca do cotidiano” quebra-se. Esse é o momento epifânico. É a epifania das personagens que lhes revela “a vida selvagem que existe sob a mansa aparência das coisas”. Para as personagens de Clarice, o momento de revelação representa perigo porque é nele que elas se vêem à beira da reflexão sobre seu íntimo. A reflexão pode trazer-lhes conseqüências arrasadoras. Retardar esse momento revelador, essa epifania, consiste numa defesa dessas personagens contra seu próprio interior.

O cotidiano doméstico sem reflexão protege as personagens clariceanas de refletirem sobre seu íntimo. Elas continuam, então, nos seus afazeres do dia-a-dia, aparentemente felizes. Até que a epifania revela-lhes algo, por exemplo, quando voltou das compras e viu o cego, iniciou-se a epifania de Ana, a partir da qual, esta percebeu que as coisas seguiam o curso normal sem a sua ajuda. Sua epifania revelou-lhe que as coisas podiam ser perfeitas apesar de não terem a sua interferência.

Quanto a Luandino Vieira, sua linguagem acaba sendo sinônimo de transgressão, isto é, na variação do português com a inclusão do quimbundo falado nos musseques, num intuito de fazer com que o leitor perceba o processo ideológico da língua. (CANIATO)<sup>2</sup>

Sua preocupação por romper com as estruturas lingüísticas do português é uma forma de preservação da identidade nacional do povo angolano.

Como sabemos,

A língua (...) é uma das principais componentes da identidade de um povo. Atacá-la, transgredi-la, na sua norma lingüística ou social, corresponderá, portanto, a abalar as estruturas da identidade do povo que a usa e, por extensão, o sistema de valores em que essa identidade está alicerçada. É este, em suma, o objetivo profundo de Luandino, ao desrespeitar a vernaculidade do idioma de Camões. (TRIGO, in LABAN et al, 1980: 240)

Ao português imposto pelo colonizador, o povo angolano incluiu palavras dos seus dialetos. Antes por não conseguir aprender a língua, depois numa forma de transgredir a língua do dominador e, assim, resistir na preservação de sua própria.

Luandino quer expressar essa transgressão em seus escritos, sua linguagem associa-se ao plano político da nação angolana. Por isso transgredir a gramática da língua portuguesa para representar a oralidade do povo de Angola. Depois da colonização portuguesa os angolanos tiveram que assimilar a língua do outro. Passaram, assim, a conviver com os dois idiomas, adaptando-se a um bilingüismo. É esse bilingüismo que Luandino Vieira faz questão de mostrar em sua obra.

<sup>2</sup> Texto xerocopiado apresentado no Congresso Internacional de Línguas Vivas, Recife, março/97.

Sua linguagem expressa a resistência do povo em preservar a língua e, conseqüentemente, preservar a identidade.

A linguagem de Luandino é, ao mesmo tempo, regional e moderna, como disse Tania C. Macedo:

A escrita de Luandino Vieira, apesar da forte vinculação ao falar dos musseques luandenses, vai além. Ao citar neologismos e subverter a estrutura do português, detém o mérito dos grandes empreendimentos da literatura de nosso tempo: obrigam a avançar devagar, não apenas pelas inovações lingüísticas apresentadas a cada passo, como também pela perplexidade que uma nova postura de fruição frente aos textos acaba por se impor. Numa palavra a ficção de Luandino Vieira força o leitor a rever seus conceitos de literatura, arte e linguagem... (MACEDO, 1984: 5-6)

Voltada para um plano político de resgate e preservação cultural, a linguagem desse autor transgredir a língua colonial já em sua estrutura gramatical mais simples. Um exemplo está na ausência de preposições e da partícula reflexiva se, que seriam necessárias na gramática normativa da língua padrão:

Cada vez que a porta [se] abria e uma pessoa adiantava [se] [a] entregar as coisas no [para o] rapaz preso... ( "À sexta-feira", p. 46)

*Nos textos de Luandino, habitam as personagens que representam os excluídos sociais. São os moradores dos musseques de Luanda, aqueles que trazem na fala as marcas de colonização e, ao mesmo tempo, de resistência a ela, porque seu falar é de um português falho e repleto de expressões do quimbundo.*

A transgressão da língua portuguesa, também na sua representação gramatical, é uma maneira de Luandino transgredir também as formas literárias herdadas do colonizador. Como já dissemos, a linguagem de Luandino está voltada para o plano político.

Condições diferentes assim tornam também diferentes as narrativas. Com isso, as alienações das personagens também não são iguais. Cada uma está alheia a seu modo. Nesse contexto de diferentes alienações temos, então, diferentes momentos de revelação. O caminho utilizado pelos autores para que a revelação se dê às personagens é o mesmo: o "olhar".



Esse é tema recorrente em Clarice Lispector. O "olhar" das personagens promove um desdobramento delas – a alteridade – que passam a ver-se como um outro, desdobrando-se. Há a necessidade de verem o outro para, assim, verem-se a si próprias. E essa visão de si mesmas é evitada por essas personagens freqüentemente.

O desdobramento, olhar para fora e olhar para dentro, estimula a consciência reflexiva das personagens. É o que aconteceu com Ana e Nela, desdobrando-se, revelaram-se. Ou melhor, o desdobramento do olhar estimulou sua epifania delas.

As duas personagens "olham" de maneira diferente o que sempre viam. Ana via o seu cotidiano doméstico ausente de reflexão e seu clima rotineiro é quebrado por um "olhar": "olhando" o cego (externo), passa a "olhar" para si mesma (interno).

Nela tem sua reflexão aguçada também por um "olhar": "olha" a mulher de panos (externo) para depois "olhar-se" (interno).

A alteridade as leva a olharem as coisas do seu cotidiano de forma diferente, refletindo sobre essas coisas e, conseqüentemente, refletindo sobre si mesmas. O olhar diferente é importantíssimo quando do momento revelador de ambas. Se o "ver" não tivesse se transformado em "olhar" a revelação não aconteceria. As personagens continuariam alheias, envoltas numa espécie de névoa.

"Olhar" para fora, resultando em "olhar" para dentro, as fez conhecerem-se. Ana reconheceu-se diante de um mundo, o qual ela parecia ter esquecido que existia, ou melhor, reconheceu-se alienada dele.

Nela reconheceu-se como mais uma mulher cuja função, de levar as *imbambas* para os homens presos, era importante para a luta de libertação angolana.

Para que percebêssemos o momento em que a névoa se dissipa, ou melhor, o momento revelador das personagens, a figura do narrador foi importantíssima. Seu olhar é onisciente nos dois contos, sabendo bem o que se passa no íntimo das personagens. E foi através do olhar do narrador que tornaram-se conhecidos os desdobramentos, em conseqüência dos momentos de revelação das personagens.

O narrador do conto de Clarice, por conhecer bem a sua personagem, revelou o seu medo numa "certa hora da tarde". Medo de refletir, medo de pensar na vida:

Certa hora da tarde era mais perigosa (...) Quando nada mais precisava de sua força, inquietava-se (...)

Sua preocupação reduzia-se a tomar cuidado na hora perigosa da tarde. ( p. 18 e 19)

Ana bloqueava a reflexão. O narrador sabia disso e contou que:

... Olhando os móveis limpos, seu coração se apertava um pouco de espanto. Mas na sua vida não havia lugar para que sentisse ternura pelo seu espanto \_ ela o abafava com a mesma habilidade que as lides em casa haviam transmitido. Saía então para fazer compras ou levar objetos para consertar, cuidando do lar e da família à revelia deles. (p. 19)

O mesmo aconteceu com o narrador de Nela. Ele sabia de seus sentimentos mais íntimos, como quando narrou a sua raiva na chegada à porta da cadeia:

Andou devagar, sentindo a areia a entrar nos sapatos de salto e essa terra vermelha, e a admiração da gente assim por ali atirada irritou-lhe, fez subir uma raiva que não sabia ainda se era dela mesmo, se era de quem. (p.47)

Foi o narrador quem mostrou a alienação de Nela e, mais tarde, o seu olhar revelador. Pois, até então, a moça não “percebia” nada.

Atrapalhada, a carteira branca numa mão e o saco das coisas na outra, Nela mirava sem perceber o que passava. (p. 46, grifo nosso)

Vale ressaltar os diferentes pontos de vista dos narradores.

No conto “Amor” podemos dizer, de acordo com a crítica sobre Clarice, que o ponto de vista é feminino. Ou seja, uma narradora acompanha a personagem Ana em toda a narrativa, revelando seus pensamentos e angústias.

Em “À sexta-feira” podemos considerar que o narrador seja masculino. Com o tema político do conto e o engajamento de Luandino Vieira na política de libertação de Angola, até que ponto o narrador não é ele mesmo: um homem engajado numa luta? Entendemos que Nela é, portanto, acompanhada de um ponto de vista totalmente masculino.

Há ainda sob a questão do ponto de vista da narrativa mais uma grande diferença entre os contos. É como se os narradores, um masculino, outro feminino fizessem com que as personagens olhassem

exatamente o que eles estivessem determinando. O narrador de Nela quer que ela "olhe" o momento de luta e a sua importância nessa luta. A narradora de Ana quer que ela "olhe" o que teme "nas horas da tarde".

A semelhança do momento revelador é aparente, pois diferencia-se no ponto em que a personagem Nela é olhada.

Ana "olhou" e o cego não podia vê-la, mas Nela "olhou" a mulher de panos e esta retribuiu-lhe o "olhar". A reciprocidade do olhar na epifania de Nela a fez mudar suas atitudes e ela resolveu esperar sua vez na fila. O mesmo não acontecendo com Ana, que voltou ao seu estágio inicial no interior de seu apartamento.

Por que Nela se reconheceu como mulher igual às outras que estavam na fila? E, por que Ana não se reconheceu em nada e voltou para o seu *mundinho*?

A diferença está no fato de que as personagens desempenham *papéis* femininos estipulados pela sociedade, mas esses papéis diferenciam-se pela visão de mundo dos autores. O narrador de Nela quer que ela "olhe" a sua realidade política, na qual o próprio autor é engajado. Então, o *papel (papel que é levar a comida e as roupas limpas para os homens presos)* torna-se o canal que liga a personagem às outras mulheres, porque é esta a forma de luta delas. Assim que a epifania de Nela a fez perceber isso, é como se o clarão desse momento revelador perdurasse.

Também a narradora de Ana quer tirar-lhe da alienação de seu meio doméstico, mas não obtém êxito. Ana tem um *papel* feminino, mas este não é caminho para que a personagem não se aliene, ele é a sua própria alienação. Com isso, quando Ana volta do Jardim Botânico, é como se apagasse o fogo epifânico que iluminou sua vida por um momento apenas. A névoa que a encobria antes volta e parece proteger-lhe de "olhar" a realidade.

Portanto, os olhares epifânicos são similares, mas trazem consequências díspares.

Após sua epifania, Ana volta ao seu *mundinho* doméstico. Ela sabe que algo mudou porque, de repente, viu o que não via antes, mas não dá atenção a esse "olhar" diferente para as coisas e prefere voltar ao estado anterior de apatia. Na suposta proteção de seu lar.

Nela, após sua epifania, é outra mulher. Seu “olhar” lhe revela a luta política dos homens que estavam presos e também a luta silenciosa das mulheres que aguardavam na fila para visitá-los.

A epifania de Nela a faz reconhecer-se como mais uma dessas mulheres que lutam caladas diante do momento de opressão e que a luta delas está no desempenho do *papel* feminino.

A luta dessas mulheres estava em manter os homens alimentados e vestidos, e isso os ajudava a resistir. Mas foi preciso que Nela ouvisse o discurso feminino, que veio através da mulher de panos, pois o discurso masculino proferido por seu namorado não foi suficiente para fazê-la “olhar”, foi preciso ouvir a voz de uma igual.

As personagens “olharam”, de forma diferente, algo que já era parte de seu cotidiano. A epifania levou-as à autoconsciência. Mas esse momento epifânico diferenciou-se quando uma voltou ao seu estado alienado e a outra saiu dele de forma radiante.

## Bibliografia

- 1 - ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Literatura, História e Política*, São Paulo, Ática, 1989.
- 2 - ANDRADE, Costa. *Literatura Angolana (opiniões)*, Lisboa, Edições 70, 1980.
- 3 - BORELLI, Olga. *Clarice Lispector – Esboço para um possível retrato*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.
- 4 - BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*, São Paulo, Cultrix, 1976.
- \_\_\_\_\_ et al. *O olhar*, São Paulo, Cia das Letras, 1988.
- 5 - CANDIDO, Antonio. “No raiar de Clarice Lispector”. IN *Vários escritos*. São Paulo, Duas Cidades, 1970.
- \_\_\_\_\_ et al. *A personagem de ficção*, São Paulo, Perspectiva, 1972.
- \_\_\_\_\_ “Literatura Comparada”. IN: *Recortes*. São Paulo, Cia das Letras, 1993.
- 6 - CARVALHAL, Tânia Franco. *Literatura Comparada*, São Paulo, Ática, 1992.
- \_\_\_\_\_ e COUTINHO, Eduardo F. *Literatura Comparada – Textos Fundadores*, Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- 7 - CHAVES, Rita de Cássia Natal. Tese de doutorado: *Entre Intenção e gestos: a formação do romance angolano*, São Paulo, 1993.
- 8- ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*, São Paulo, Perspectiva, 1995.
- 9 - FERREIRA, Manuel. *O discurso no percurso africano*. Lisboa, Plátano, [1988].

- 10 - GUILLÉN, Claudio. *Entre lo uno y lo diverso*, Barcelona, Editorial Crítica, 1985.
- 11 - LABAN, Michel. *Angola - Encontro com escritores*, 1º vol., Fund. Eng. Antonio de Almeida, 1991.
- \_\_\_\_\_ ( et al.). *Luandino - José Luandino Vieira e sua obra ( Estudos, testemunhos, entrevistas)*, Lisboa, Edições 70, 1980.
- 12 - LARANJEIRA, J.L. Pires. *Literatura Calibanesca*. Porto, Afrontamento, 1985.
- 13 - LÉVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*, Petrópolis, Vozes, 1997.
- 14 - LISPECTOR, Clarice. *Laços de família*, Rio de Janeiro, Rocco, 1998.
- 15 - MACEDO, Tânia Celestino. Tese de Mestrado: *Da Inconfidência à Revolução (Trajetória do trabalho artístico de Luandino Vieira)*, São Paulo, s.c.p., 1984.
- 16 - NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada - História, Teoria e Crítica*, São Paulo, EDUSP, 1997.
- 17 - NUNES, Benedito. *O mundo de Clarice Lispector*, Manaus, Edições Gov. Estado do Amazonas, 1966.
- \_\_\_\_\_. *O drama da linguagem. Uma leitura de Clarice Lispector*, São Paulo, Ática, 1989.
- 18 - PONTIERI, Regina Lúcia. *A voragem do olhar*, São Paulo, Perspectiva, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Clarice Lispector - Uma poética do olhar*, Cotia, 1999.
- 19 - SÁ, Olga de. *Clarice Lispector - A travessia do oposto*, São Paulo, Annablume, 1993.
- \_\_\_\_\_. *A escritura de Clarice Lispector*, São Paulo, Vozes, 1979.
- 20 - SANT'ANNA, Afonso Romano de. "Laços de família e Legião estrangeira", in *Análise estrutural de Romances brasileiros*, Petrópolis, Vozes, 1979.
- 21 - SANTILLI, Maria Aparecida. *Estórias Africanas - História e Antologia*, São Paulo, Ática, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Africanidade*, São Paulo, Ática, 1985.
- 22 - SEGOLIN, Fernando. *Personagem e Anti-personagem*, São Paulo, Cortez & Moraes, 1978.
- 23 - VIEIRA, José Luandino. *Vidas novas*. Porto, Afrontamento, 1975.
- 24 - WALDMAN, Berta. *Clarice Lispector*, São Paulo, Brasiliense, 1983.
- 25 - *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, nº 1. São Paulo, ABRALIC, 1991.
- 26 - *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, nº 2. São Paulo, ABRALIC, 1994.
- 27- *Revista Remate de Males*, nº 9, Campinas, 1989.
- 28 - *Revista Brasileira de História - "A mulher no espaço público"*, nº 18, Vl. 9, São Paulo, 1989.



## **Notas/Recensões**





**José C. Curto - *ÁLCOOL E ESCRAVOS O comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c.1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*, Vulgata, Lisboa, 2002**

José Capela \*

O objecto que o autor se propôs investigar foi o comércio luso-brasileiro do álcool na África Central Ocidental desde os finais do século XV até 1830, isto é, durante o período do tráfico atlântico de escravos. Tendo em conta a conexão comercial que os dois produtos - álcool e escravos - alimentaram entre si. O autor explicita o alcance do objecto do seu trabalho apontando quatro objectivos: calcular as dimensões quantitativas do comércio do álcool luso-brasileiro na África Central Ocidental; a análise do papel do álcool no comércio dos escravos; demonstrar como o álcool luso-brasileiro se infiltrou na estrutura económica, social e cultural das sociedades regionais; a avaliação do impacto desta história na África Central Ocidental.

A panóplia documental de que o autor se socorre é impressionante e, em geral, cauciona abundantemente as conclusões a que chegou. Quando se referem as grandes quantidades de vinho transportadas nas primeiras viagens das caravelas, nomeadamente na carreira da Índia, dão-se como razões para tal procedimento, a constituição de lastro dos navios e tratar-se de um produto alimentar relativamente resistente à deterioração. Por outro lado o facto de o vinho se ter transformado no melhor presente para cativar as autoridades locais com quem os portugueses haveriam de negociar. Mais tarde, uma vez os

---

\* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

portugueses estabelecidos, passaram eles próprios a ser grandes consumidores, conseqüentemente importadores de vinho. De qualquer maneira parece não ficar claro que o vinho foi, desde o princípio, uma mercadoria a bordo com objectivos comerciais próprios e perfeitamente estabelecidos. Ora entre 8 de Março de 1508 e 10 de Novembro de 1509 o feitor de Sofala, Pero Pessoa, recebeu, além de outras mercadorias, 242 almudes de vinho. Sofala estava a começar. Em 1518 havia conflitos entre o almoxarifado de venda dos vinhos de Sofala e Moçambique e o capitão da fortaleza que estava a vender os seus próprios vinhos à frente dos da Fazenda Real. Mal se inaugurara a taverna e já se disputava a venda do álcool. Os desígnios da Índia nem todos eram nobremente epopeicos. Ontem como hoje era próprio de comerciantes transacionarem produtos. Por que não vinho se Portugal abundava dele e sempre se manifestou bebida entre todas apetecível? A moral retroactivada seria aqui descabida. O mesmo se não diga quanto a julgamentos éticos e estéticos a quando da circunscção da natureza da colonização.

Não são convincentes, muito menos definitivamente convincentes, as razões apresentadas para explicar a adopção entusiástica que os africanos fizeram do álcool europeu face àquele que já produziam e continuaram a produzir. Muito mais tarde seriam policialmente constrangidos a abandonar as bebidas «cafreais» conseqüentemente levados a adoptar o álcool importado. Mas durante séculos essa repressão não se verificou. Que o álcool importado, flagrantemente no caso do vinho, chegava ao consumidor africano totalmente degradado não há qualquer dúvida. Talvez por isso a custo sem concorrência possível. Também aquilo que hoje denominamos moda. Ao observarmos as mutações rápidas no gosto pelas bebidas ditas sociais, as gerações transitando do vinho para a cerveja, do conhaque para o uisque, etc. somos levados a remeter igual tipo de transição para as populações africanas iludidas pelo gesto das suas aristocracias e estas induzidas no apreço do álcool europeu e americano.

Ao longo do estudo fica bem evidenciada a concorrência que a geribita brasileira fez ao álcool metropolitano nas praças de Angola. O que coincidia com a tentativa daqueles que o autor denomina «comerciantes coloniais brasileiros» estarem a disputar aos «capitalistas mercantis metropolitanos» o monopólio do tráfico de escravos no porto de Luanda.

Mas esta conclusão suscita-nos uma interrogação sobre a ausência da moeda metálica, ouro e prata, no tráfico de Angola. O autor considera descabidas as opiniões dos que «sugeriram» como causa da prosperidade das casas comerciais da baía da Guanabara a utilização do ouro de Minas Gerais para comprar a maioria dos escravos. Ora é o autor que cita (sem lhe atribuir especial significado) um ouvidor-geral segundo o qual em 1797 estavam a ser utilizadas «grandes quantias de moeda em ouro para compra de escravos». É no mínimo muito estranho que o mais apreciado meio de aquisição de escravos nos portos do Índico fossem as patacas espanholas e as moedas de ouro cunhadas no Brasil (especialmente a de 6\$400 réis) quando se podia obter a mesma mercadoria no Atlântico com álcool. Isto a partir de finais do século XVIII quando a moeda de prata e de ouro dos franceses, brasileiros e espanhóis invadiu a costa oriental de África na procura de escravos. Se o ouro e a prata eram facilmente substituídos pelo álcool, na costa ocidental, por que razão os negreiros passaram a frequentar a costa oriental onde a moeda era praticamente indispensável ao negócio? Se o álcool gozava de todas as vantagens no mercado local, nomeadamente na aquisição de escravos no interior, isso não parece ser razão bastante para prevalecer sobre o ouro e a prata amoadados. Além do mais, a moeda permitia a transferência fácil para os portos metropolitanos quer dos lucros quer das fortunas acumuladas. Era muito mais prático, cómodo e seguro remeter ou transportar moeda do que fazer-se acompanhar de escravos para venda no porto de destino e, com a receita problemática destes, prover aos pagamentos aí a fazer.

De qualquer maneira o autor conclui que só (só digo eu) 25% dos 1811500 cativos exportados legalmente de Luanda entre 1710 e 1830 foram obtidos em troca de geribita. Relativamente ao período de 1785-1830 8% terão sido obtidos com vinho, aguardente e bebidas alcoólicas. Este tipo de conclusões deixa-nos um tanto perplexos sabendo nós como sabemos que são retiradas de estatísticas gerais (e muitas delas meras estimativas) das exportações de escravos e das importações de álcool. Embora se afigurem excessivas tais conclusões por que intuídas mais do que demonstradas, tal não invalida nem sequer retira mérito à obra que fazia mister e que uma vez felizmente publicada nos apetrecha com elementos essenciais para a demarcação da verdadeira natureza da colonização.

Um glossário e numerosos quadros estatísticos enriquecem uma obra já repleta de informação.

*Post scriptum*: Não se compreende o “K” de Kongo quando, ainda por cima, logo a seguir se escreve “congoleses”, assim como Kassange, etc..

## **Esclavage et Confréries Noires au Portugal durant l'Ancien Régime (1441-1830) -Tese de Doutoramento de Didier Lahon**

José Capela \*

Cobrindo praticamente todo o período da sua existência, esta história das confrarias de negros em Portugal, muito mais do que o enunciado, é a história da escravatura em Portugal. É portanto a história da escravatura portas adentro da metrópole de um império escravista. É também, para o mesmo período, história das relações sociais, consequentemente a ilustração de toda uma sociedade estratificada na representação mais flagrante das suas relações internas.

De envergadura física assaz dilatada, o trabalho é apresentado em 14 capítulos subordinados aos temas: O tráfico negreiro para Portugal até 1761; O quadro sócio-demográfico; As etapas de uma nova humanidade: baptismo, casamento, morte; Magia, Calundu, sincretismo e crenças africanas em Lisboa; Corpos e rostos dos escravos fugitivos; Violência de Estado, violência privada: a palavra e o gesto; A alforria: o dito e o não-dito; As confrarias negras no século XVI; As confrarias de negros no Novo Mundo: Peru e Brasil; Crescimento numérico e expansão geográfica das confrarias negras; Devoções marianas e culto dos santos negros; Estatutos, organização e actividades religiosas e profanas das confrarias negras de Lisboa; As confrarias negras no século XVIII; Lisboa: um sincretismo sem estrutura cultural?; Hipóteses de trabalho; Numerosos mapas, gráficos e gravuras.

---

\* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

Tendo em atenção essa ordem oferece-se-nos desde logo uma observação relativamente à existência em Portugal, nos começos do século XVII, de escravos provenientes de Moçambique. Como anota o autor esses escravos não chegaram a Portugal pela via de um comércio transatlântico de escravos a partir de Moçambique que não existia. Eram escravos de tripulantes de navios ou de outros que os conduziam até Portugal via Índia e Brasil. No entanto, em nota, o autor retoma a afirmação muito repetida segundo a qual, uma vez ocupada Luanda pelos holandeses, a procura de escravos para o Brasil se voltou para Moçambique. Voltar, voltou, mas sem êxito. Quando acrescenta que o tráfico começa em 1645 e “alguns anos mais tarde” 4 a 5000 escravos saem anualmente comete um erro de perspectiva. Isso só acontece em finais do século XVIII quando, então sim, está estabelecido o tráfico transatlântico sistemático a partir de Moçambique.

Como quer que seja, seguindo as origens e as quantidades dos escravos desembarcados em Lisboa, não se nos torna possível escapar a uma leitura mais atenta do que era e do que representava esse primeiro passo portas adentro do que diríamos “a civilização”. A Civilização por antonomásia: o navio atracado e a exposição da mercadoria no convés, maltrapilhos ou desnudados, condição física péssima, refocilando sobre uma vasilha na disputa de gotas de água quais bichos no assalto à gamela. O negócio do refugio e todo o aparato da redução daquelas criaturas a mercadoria.

O facto de o autor poder dispor de estudos de apenas três freguesias de Lisboa susceptíveis de proporcionar a caracterização do sistema escravista na capital não impediu que tivesse avançado para uma análise sóciodemográfica com a qual fica muito enriquecido o conhecimento da sociedade portuguesa.

Não pretendendo este ser uma síntese do trabalho que refere, saliente-se, mesmo assim, o facto de nos levar à conclusão de como a presença visível e, por vezes, exuberante dos escravos na sociedade portuguesa - como o exotismo da cor da pele, de hábitos, crenças - se tornou incómoda e trouxe à flor da pele a rejeição. E como a apropriação da pessoa - tanto ou mais do que qualquer outra apropriação - foi de

natureza obsessiva. Obsessão que por incoerente que pareça - foi especialmente transparente no acto de alforria, também ele e sobretudo ele afirmação de propriedade. Raramente acto de concessão líquida e desinteressada de liberdade, condicionado como era frequentemente ao comportamento subsequente do alforriado, outras vezes objecto de pagamento, nessa tantas vezes aparente alienação de propriedade mais uma vez se afirmava o seu contrário: a marca que prevalecia na identificação social do escravo. Espectro transparente do alforriamento por parte dos senhores em qualquer sociedade escravista, o fenómeno mantém-se claramente em Lisboa.

Que em Portugal como em qualquer outro lado a escravatura se ficou a dever a motivações económicas e que nem sequer a preocupação de introduzir esses pagãos no rebanho de Cristo foi determinante, se é que não foi objecto de desmazelo generalizado, fica muito claro de quanto o autor concluiu a partir do que denomina "as etapas de uma nova humanidade".

Constatação intrigante é a do eclipse na sociedade portuguesa de vestígios morfológicos e culturais da escravatura. Pujante como foi, por que razão se não reproduziu aqui tal como em outras muitas partes? Ao contrário do que aconteceu, por exemplo nos Estados Unidos, onde a utilização capitalista do escravo devolveu ao próprio escravo o interesse pela sua reprodução, em Portugal, o matrimónio de escravos parece não ter sido facilitado por razões económicas mas também porque era um factor de atenuação do exercício do senhorio. Ao escravo casado o senhor não poderia evitar a concessão de um pouco mais de liberdade. O autor equacionou de uma forma que se afigura inédita (pelo menos para o caso português) as contradições inerentes ao estatuto matrimonial dos escravos, contradições tanto mais evidentes quanto é certo que só era considerado matrimónio aquele que era sacralizado de harmonia com a disciplina da Igreja. Sabendo-se como se sabe que a causa final primordial do matrimónio é a reprodução da espécie e esta integrada na família, não deixa de se apresentar como espantoso que o recém-nascido mantenha o estatuto do ventre onde é gerado - *partus sequitur ventrem* - e que a Igreja recomende, em certos casos, que se retire a criança aos pais para garantir a sua educação religiosa. Também

que o senhor possa, ao abrigo de muitas razões, decidir ou levar a mãe a depositá-lo como exposto. Em tais circunstâncias, o que resta de família? Esta terá sido uma das grandes causas da baixa fertilidade dos casais de escravos. De facto nem sequer se pode apelar para a contingência de os escravos terem beneficiado em Portugal do acolhimento e familiarização muito comuns em regimes de patriarcalidade. Institucionalmente, no antigo regime português, a família incluía os criados mas não incluía os escravos. Sem deixar de considerar que o escravo, pela exacta razão de não dispor da liberdade de que dispunha um criado, tender em alguns casos a aproximar-se mais do senhor, nem isso seria o normal nem ia a favor da constituição de família. O casamento do escravo podia tomar foros de insubmissão. Verdadeiramente não fazia sentido. O casamento implica sociabilidade e socialização e o escravo era, por definição, excluído, insociável. Tudo isso nos é transmitido de uma forma clara e exemplificada pelo autor.

O escravo fazia o percurso da sua vida permanentemente confrontado com a condição a que estava sujeito.

O autor considera que mais do que a repressão da Inquisição, mais do que o número relativamente moderado da população escrava, foi o impedimento precoce do tráfico em direcção a Portugal e o carácter acentuadamente urbano da escravatura que condicionaram a preservação duradoura embora oculta de certos valores e crenças africanas. O primeiro argumento afigura-se pouco convincente se levarmos em conta que o autor dá como tendo sido importados nos EE. UU. cerca de 400 a 600, talvez 650 000 escravos e em Portugal pelo menos 350 000 entre 1441 e 1761. Levando em conta a dimensão geográfica e demográfica totais de cada dos casos, pareceria que a população escrava teria muito mais condições de se afirmar e fazer prevalecer os seus valores em Portugal do que nos EE. UU., não obstante ter deixado de ser refrescada com novas entradas a partir de 1761. As razões afiguram-se mais complexas e constam do próprio estudo aqui em apreço. A primeira das quais será o tipo de relacionamento entre os escravos e a sociedade local assim como a estrutura de cada dos grupos. Nos EE. UU. havia espaço físico propício e interesse económico imediato da parte do senhorio no que respeitava à reprodução da escravatura. Os escravos concentravam-se nas plantações. Em Portugal prevalecia a



escravatura doméstica sem possibilidade de agregação comunitária. A diluição física e cultural na sociedade dominante que lhe limitou drasticamente a reprodução terá sido um corolário lógico de tal situação.

Não deixa de revestir-se de patético a imagem retirada da imprensa do século XVIII para obter “corps et visages d’esclaves fugitifs” : «pelo meio das informações comerciais de todo o género, a rubrica “biens meubles” apresenta lado a lado ao leitor os méritos de uma cadeirinha de transporte, de uma carroça, de um altar, de um navio, de livros, de animais de abate ou de monte, de escravos dotados de «qualidades inquestionáveis».

O autor escusa-se a analisar o que foi uma questão fútil e intelectualmente hipócrita: a distinção entre a escravatura anglo-saxónica e a escravatura latina. Para muitos a bondade ou humanidade da escravatura exercida pelos portugueses *versus* deshumanidade da escravatura praticada por outros colonizadores. Distinção levada muito a sério por muita boa gente não obstante se tratar de distinção visceralmente apriorística. Em ordem ontológica distinção sem qualquer sentido. Sendo a escravatura, como é, de si mesma, a totalização de um estado social em que a pessoa apropriada por outrem é reduzida à categoria de coisa, que houvesse - e havia - diferenças nas relações senhor-escravo, tais diferenças nada alteram daquilo que é essencial à natureza da escravatura: a apropriação de uma pessoa por outra pessoa. Os estudos comparados e comparativos são indispensáveis à compreensão global do fenómeno e à clarificação da equívocidade semântica persistente quando se trata da escravatura. Não foi a isso que o autor se escusou, outrossim escusou-se a alimentar a questão desenvolvida na área da “propaganda” e esta entendida como escorrência de sistema político ditatorial em substituição das ciências sociais.

O autor ilustra suficientemente como desde o século XVI ao século XIX defensores estrénuos da escravatura alimentaram uma representação animalesca ou brutal das populações negras escravizadas. O próprio Zurara coloca-os ao nível das bestas. O mesmo se diga de Cada Mosto e de Rui de Pina. Nem a manumissão pode ser invocada como atenuante para a subsistência de uma ideologia e de uma prática que

atribuíam ao senhorio a inerência ontologizante do seu exercício escravista. Isto é, a apropriação de uma pessoa por outra pessoa não era posta em causa. Só em casos excepcionais atempadamene desautorizados o foi. O acto de alforriar, ao contrário, foi sempre uma afirmação desse direito de propriedade do senhor sobre o escravo. Porque acto unilateral e condicionado não apenas à vontade como aos caprichos do senhor. Aliás o alforriamento não era necessariamente a concessão da alodialidade, condicionado como era as mais das vezes. Não é fácil conjecturar solidariedades para além daquelas que se conhecem - tal era a mentalidade formada relativamente à escravatura. Vale por isso a pena referir os dois casos líquidos enumerados pelo autor. Em um deles o senhor liberta a escrava “pelo horror que sinto de ter uma criatura cativa baptizada”. O outro caso é o de um casal simples que compra uma escrava casada com o fim de a libertar e assim cumprir com uma promessa “porque a nossa intenção foi sempre a de comprar um escravo para lhe dar a liberdade pelo amor de Deus em razão de uma promessa feita em certa ocasião”. É claro que estes casos, por mais isolados que possam ter sido, levantam as maiores perplexidades sobre as mentalidades e os comportamentos.

### As confrarias

As confrarias são elas mesmas um tema aliciante. Tanto mais aliciante quando se trata de confrarias de escravos em meio social europeu. Os primeiros estatutos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foram publicados em 1565. São os primeiros conhecidos de uma confraria de negros em Portugal. Não obstante a pobreza material que geralmente as caracterizou, as confrarias de escravos foram porventura a sua única representação colectiva organizada e eficaz. Não se limitando - muito longe disso - a uma narração *événementielle* o autor abarca o contexto alargado dentro do qual se implanta a confraria e procede a um estudo comparado em que inclui confrarias negras no Peru e no Brasil. Além das confrarias são contempladas as devoções marianas e o culto dos santos negros. De uma forma que se afigura perfeita o autor debucha a função primordial das confrarias: “em todos os lugares onde existiram as confrarias negras revelaram aplicações locais diferentes no seio do sistema escravista.

Tanto no Peru como no Brasil as confrarias de escravos e de forros apresentam-se como o único espaço institucional em que as categorias sociais emergentes do sistema escravista conseguem exprimir de uma forma relativamente livre a sua identidade e escapar, momentaneamente, ao olhar e ao controlo do senhor e das autoridades civis, até mesmo das religiosas. Relativamente ao que se passou em Portugal talvez se não possa ir tão longe como se conclui a propósito das confrarias do Peru e do Brasil: «Os individuos membros de uma “nação” ou de uma casta podiam aí afirmar-se dentro de toda a legalidade em tanto que tais, preservar ou reconstruir uma identidade, tratar dos seus interesse espirituais e materiais individuais, agir como membros de uma comunidade, obter por vezes a sua liberdade. Era graças a eles, e nos limites institucionais definidos, que podiam entrar em competição com o branco, às vezes opor-se ao seu poder absoluto. Todavia, nada disto era possível sem um acordo do poder eclesiástico, municipal ou real, na perspectiva de uma “sã” gestão económico-religiosa das populações submetidas à ideologia e às necessidades da exploração colonial».

Mas as confrarias são também elas próprias a representação mais evidente da estratificação social. Em 1551, Nossa Senhora da Escada era um santuário onde coexistiam duas confrarias da invocação de Nossa Senhora, uma governada por pessoas honradas, outra por «pessoas de baixa condição chamadas ganha-pão». Nos começos do século XVIII, exceptuando os jesuítas, todas as grandes ordens religiosas têm a responsabilidade de uma confraria negra. Seria do maior interesse a decifração das características de cada ordem na sua ligação aos diversos sectores da sociedade. O que sendo porventura inexequível não impede que o distanciamento - se é que existiu - dos jesuítas relativamente às comunidades africanas em Portugal de imediato nos sugira o seu elitismo proverbial.

Não poucos entre os fenómenos que articularam o nosso tecido sócio-cultural valeram-se do contributo dos escravos como não podia deixar de ser tendo em conta a envergadura quantitativa e a duração secular da sua presença. Apesar de sabermos da sedução do exótico não deixa de intrigar o facto da utilização de uma “santa negra”, madre Cecília,

como veículo da divulgação da devoção do Sagrado Coração de Jesus. O autor face à perplexidade criada pela instrumentalização que ficou a dever-se aos franciscanos de Lisboa sugere que tal atitude poderá ter a ver com o facto de os capuchinhos contestarem, embora de forma prudente, a escravatura e levantarem a questão da sua perpetuação através de filhos de escravos cristãos.

Que se saiba só existiu uma confraria de “pardos” e esta no Porto. A distinção pela tonalidade da pele não foi muito para além do preto e do branco mas nesse extremo foi implacável. No século XIX a confraria da Graça passa a acolher os mulatos e passa a designar-se por “Confraria dos Homens Negros e Mulatos”. No entanto, os estatutos ratificados em 1565 sancionavam a criação de associações que estabelecendo a impossibilidade da coexistência entre brancos e negros por causa de interesses contraditórios em que o problema da liberdade desempenhava um papel essencial, mesmo assim tais estatutos representavam o início de uma cadeia de instituições do mesmo género onde os negros afirmarão a sua identidade, apoiarão e defenderão os interesses dos escravos contra os senhores. O autor encerra o capítulo destacando uma originalidade das confrarias portuguesas que é o facto de o senhor ser o objecto de todas as tensões. Ao contrário do que aconteceu no Brasil e em outros territórios coloniais, em Lisboa não se encontram tensões entre grupos do mesmo nível sócio-económico ou entre segmentos e categorias sociais.

O estudo beneficia da abrangência que pretende ser global e prejudica-se por isso mesmo. O simples arrolamento e o percurso factual das confrarias de escravos que existiram em Portugal já seria um trabalho de vulto. O que foi feito fundamenta-se em confrarias de Lisboa e socorre-se de dados parcelares sobre uma confraria do Porto e de algumas outras. Mas, como vimos, pela enumeração dos capítulos não se limita à história dessas confrarias. Situa-as sociodemograficamente depois de se ocupar com a proveniência dos escravos que arribam a Lisboa. Analisa o alcance da legislação pombalina que reorienta o sentido escravista do império colonial, a introdução do escravo na nova sociedade em que o baptismo, o casamento, a família e a morte marcam de forma indelével a condição de escravo. As crenças africanas, as

práticas mágicas, o sincretismo e as relações com a Inquisição. A morfologia física e a maldição omnipresente ao escravo fugitivo, a violência nas suas formas mais diversas, a alforria, o culto dos santos negros e cultos sincréticos, para além das confrarias em si mesmas. O estudo das confrarias transforma-se em tratado e a prolixidade resultante do desenvolvimento de alguns desses temas talvez pudesse ter sido evitada sem prejuízo das conclusões a que o autor chegou. Talvez esse seja o preço de um dos objectivos em que o autor porfiou: estabelecer conclusões para além da síntese meramente factual. Sem isso não disporíamos do panorama social verdadeiramente estereofónico com que esta grande obra nos brinda.



**Présentation du livre du Professeur Antonio  
Custodio Gonçalves  
*A tradição e a Modernidade na (Re)construção  
de Angola, Afrontamento, 2003***

Elikia M' Bokolo\*

C'est un réel plaisir pour moi de présenter devant vous le livre du Professeur Antonio Custódio Gonçalves. Entre autres qualités, ce travail possède celle de montrer ce que les sciences sociales peuvent apporter à la connaissance du monde dans lequel nous vivons et, en particulier, à la connaissance de l'Afrique et de l'Angola.

Son approche est en effet en rupture avec la manière dont le sens commun aborde la situation, les problèmes et les perspectives des pays africains. L'une des particularités des sciences sociales tient au fait que les questions que nous traitons sont les questions de «tout le monde» et que chacun, parce qu'il y est impliqué, se considère comme autorisé à en parler avec la même compétence, ou presque, que *les spécialistes*. Or, cette approche par le sens commun, qui tend à imposer ses (vraies ou fausses) évidences sur l'ensemble de l'espace social et à tous les acteurs sociaux, possède des caractéristiques propres auxquelles on ne dira jamais assez qu'il faut prendre garde. En premier lieu, elle se focalise sur le temps présent, sur le «temps court», voire sur l'urgence, enjoignant à tous de ne pas trop s'embarrasser de finesse, d'élaborations théoriques et d'argumentations à coups de concepts, pour aller droit aux «faits» et proposer des «solutions» rapides et «concrètes». C'est que, en second lieu, le sens commun ne semble retenir du spectacle de notre monde et, plus particulièrement, de l'Afrique, que les «dysfonctionnements» qui, soit

---

\* Directeur d'Études à L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris.

dit en passant, renvoient inconsciemment et implicitement à une sorte de «modèle» («ici», le lieu d'où l'on observe, opposé à cet obscur «là-bas», où ces «dysfonctionnements» se produisent): les guerres et les conflits armés (et Dieu sait si un pays comme l'Angola en a connus au cours des quatre décennies écoulées); l'impunité des bandes armées, devenues, avec l'embrigadement massif des jeunes et des enfants, le seul mode ou le principal mode de socialisation; les maladies et épidémies, les pénuries et la pauvreté, constituant autant de signes de l'aggravation des clivages sociaux; la pesanteur, chargée d'inefficacité et d'incompétence, d'un État corrompu, privatisé... Tout cela est, évidemment, bien, connu de nous tous.

La démarche que le livre du Professeur Gonçalves illustre est toute autre, celle d'un anthropologue attentif à établir et soucieux de démontrer au moins trois choses:

1 - Montrer la complexité des phénomènes qui se produisent dans la société angolaise aujourd'hui: contre la tendance abusive à la simplification et la multiplication des formules lapidaires, il veut restituer toute(s) leur(s) complexité(s) à la société angolaise, aux peuples angolais et à tous les processus et dynamiques qui les traversent et dans lesquels ils sont engagés.

2 - Etablir l'intelligibilité de ces processus à partir d'un corps de concepts explicités et de modèles construits par l'anthropologue. Ceci va évidemment à l'encontre de l'opinion commune, trop prompte à s'indigner, à juste titre, des drames du temps présent et à les considérer comme intellectuellement «incompréhensibles», c'est-à-dire, en réalité, comme moralement et politiquement inacceptables.

3 - Enfin, quoique ce dernier point ne soit pas dit ouvertement, il transparait tout au long de ce livre l'idée selon laquelle, ces processus étant intelligibles, les acteurs sociaux sont en mesure d'agir sur eux, qu'ils agissent en fait effectivement sur eux, c'est-à-dire qu'ils produisent leur propre histoire.



Justement, l'attention accordée aux processus et aux dynamiques donne à ce livre la dimension, qui n'est pas usurpée, d'un livre d'histoire. Car aujourd'hui, c'est ainsi que les historiens écrivent l'histoire, dans la mesure où, s'ils ne répugnent pas aux narrations, ils s'attachent également et davantage aux processus et aux dynamiques: «histoire .récit», d'un côté, «histoire problème», de l'autre, pour reprendre une formule chère à François Furet. D'ailleurs, le livre du Professeur Gonçalves prend à bras le corps ces dynamiques dans la longue durée puisque son examen remonte aux premiers temps et à certains moments forts de la rencontre entre les sociétés angolaises et les Européens et de la construction du sentiment et du mouvement nationalistes angolais. En même temps, à l'opposé d'une de ces lectures à la mode qui s'arrêterait aux turbulences politiques et aux problèmes économiques ou leur donnerait, sans raison, une place privilégiée et un caractère déterminant, le Prof. Gonçalves nous montre tout ce que l'on peut tirer en s'attachant aux phénomènes culturels dans le sens le plus large: à la littérature bien sûr, (par laquelle a transité, à la fin du XIX siècle comme au milieu du XXè, une bonne partie du nationalisme angolais); mais aussi à la religion et aux mouvements religieux. On lira ainsi avec grand intérêt les analyses qu'il consacre à l'antonianisme (XVIIIè siècle) et au tokoïsme (XXè siècle) pour voir comment, loin de subir les enseignements des missionnaires chrétiens, les Africains, au contraire, ont constamment mis leur génie à se les approprier, à les (ré)interpréter, à en faire donc une ressource supplémentaire dans leur longue recherche de l'autonomie politique et du bien-être social. Vus sous cet angle, les défis actuels du développement et de la démocratisation ne sont pas tombés du ciel et, surtout, ne trouvent pas les acteurs sociaux désarmés face à eux.

Voilà donc un livre que liront donc avec intérêt les anthropologues, sociologues, historiens, politologues, bref tous les spécialistes des sciences humaines et sociales et, avec le plus grand profit, tous ceux, responsables politiques et associatifs, gens d'action, qui se préoccupent, avec l'optimisme de la volonté, d'infléchir le cours des choses en Angola au mieux de l'intérêt général et pour le bien-être du plus grand nombre.

Paris, le 31 mars 2003



## **Resumos/Résumés/Abstracts**



## O ISLÃO NA ÁFRICA SUBSARIANA: GUINÉ-BISSAU E MOÇAMBIQUE, UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Francisco Proença Garcia

**Abstract:** The present article “O Islão na África Subsariana. Guiné-Bissau e Moçambique, uma análise comparativa” is divided into five independent, yet connected, key points. Its purpose is to make a comparative analysis of Islamism both in Mozambique and Guinea-Bissau.

The first step was to draw a global analysis of the Islamic expansion in the Sub-Saharan Africa in order to reach a better understanding of the origins and nature of Islamism in those two countries. The article also intends to describe the lateral mechanisms of communications expanded in those territories by the Islamic brotherhood.

Finally, an effort was made to give a brand new vision of the relationship between the Portuguese power and Islam during the period of colonial war, along with an attempt to find out what were the mechanisms used by that same power to conquer the Muslim communities in two territories where the demographic and political densities played a role of great importance.



**“PROTEGER OS PRETOS”. HAVIA UMA MENTALIDADE REFORMISTA NA ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA NA ÁFRICA TROPICAL (1926-1961)?**

Alexander Keese

**Abstract:** The article represents an attempt to differentiate our view of Portuguese colonial administration attitudes. After the shocking experience of misery in the Portuguese African provinces, due to the program of economic over-exploitation during the war years, the officials' discourse changed during the 1950s to a more or less open critique of administration realities at the local level. This new rhetoric was flanked by first attempts in practical reform when district administrators tried to abolish, at least partly, the repressive organisation of working conditions and native codex. Those reform measures that derived from a feeling of indignation about the situation of the Black African populations, were continued under the auspices of the war of independence, as a strategy to win over the native habitants support.

**Resumo:** O artigo pretende diferenciar o nosso ponto de vista das atitudes dos administradores coloniais portugueses. Estas atitudes mudaram devido à experiência choquante da miséria nas províncias africanas de Portugal que resultara do programa de exploração económica abusiva durante os anos da guerra. O discurso dos oficiais acabava por representar, durante os anos cinquenta, uma crítica mais ou menos aberta das realidades na administração local. Essa nova retórica era acompanhada por primeiros projectos de reforma prática em que os administradores de distrito tentavam abolir parcialmente a organização repressiva das condições de trabalho e o código dos nativos. Estas medidas de reforma, derivando dum sentimento de indignação com a situação das populações africanas negras, eram prosseguidas como estratégia psicológica no contexto das guerras de independência.





**POLÍTICAS DE CLASSIFICAÇÃO/CLASSIFICAÇÕES  
POLÍTICAS: O EXEMPLO DAS PROPRIEDADES RÁDICAS/  
CARACTERÍSTICAS SOMÁTICAS NO BI**

Fidel Reis

**Resumo:** A lei do bilhete de identidade aprovada pela Assembleia Nacional de Angola em 26 de Junho de 1996 incluiu a “raça” como um dos elementos de identificação. As razões da inclusão deste critério controverso constitui o ponto de partida de um questionamento que articula enquadramento teórico e investigação empírica por forma a reflectir sobre a construção de configurações identitárias assentes em classificações ligadas a propriedades ráticas/características somáticas no campo político em Angola.

**Palavras-chaves:** Lutas de classificação, propriedades ráticas/características somáticas, identidade, campo político, crise

**Résumé:** Une loi approuvée par l'Assemblée Nationale de l'Angola le 26 Juin 1996 y comprend comme élément de identification de la Carte d'Identité « la race ». Les raisons de l'inclusion d'un critère racial et controversé est le point de départ d'un questionnement lequel articule encadrement théorique et recherche empirique. Notre but c'est une réflexion autour de la construction des configurations identitaires qui trouve leur fondement dans des classifications liées aux propriétés raciales/caractéristiques somatiques, dans le champ politique en Angola.

**Mots-clefs:** Lutttes de classification, propriétés raciques/caractéristiques somatiques, identité, champ politique, crise

**Abstract:** According to the law approved by the National Assembly of Angola, the 26th of June 1996, 'race' is one of the identifying features present in the Identity Card. The reasons for the inclusion of such a controversial criterion constitute the starting point of my study. It was my purpose to reflect on the identity configurations based on classifications using racial properties and their role in the political arena of Angola. For this, I have combined a socio-historical theoretical framework with the results of the empirical research I did in Luanda.

## PRESENÇA DA MULHER AFRICANA AO SUL DO SARA NA CULTURA E NA CIÊNCIA: QUESTÕES DE GÊNERO

Ilídio do Amaral

**Resumo:** Em “Presença da Mulher Africana ao Sul do Sara na Cultura e na Ciência” o autor traça um quadro geral de situação valendo-se de documentos governamentais e de instituições internacionais sobre os assuntos em título, de testemunhos de escritoras, investigadoras e outras personalidades femininas de vários países africanos, demonstrativos da forte desigualdade de géneros naquela parte do Mundo. No decorrer do texto são abordados problemas de carácter social, económico e político, ilustrados, quando possível, por dados estatísticos. Termina com a afirmação da tanzaniana Penina Muhando de que “a questão feminina não pode ser isolada de outros problemas, uma vez que as mulheres não podem ser separadas do resto da sociedade”.

**Palavras-chave:** África ao sul do Sara; Género; Situação feminina; Mulheres; Sociedade; Educação e formação; Economia; Política.

**Résumé:** En « Présence de la Femme Africaine au Sud du Sahara dans la Culture et la Science », l’auteur ébauche un tableau général de la situation à partir de documents gouvernementales et d’institutions internationales sur les sujets en titre, de témoignages de femmes écrivains, de scientifiques et d’autres personnalités féminines de plusieurs pays de l’Afrique, bien démonstratifs de la forte inégalité des genres dans cette partie du Monde. Au cour du texte ont été abordés des problèmes sociaux, économiques et politiques, illustrés, autant que possible, par des données statistiques. Le texte termine avec l’affirmation de la tanzanienne Me. Penina Muhando, selon laquelle « la question féminine ne pourra pas être isolée d’autres problèmes, une fois que les femmes ne pourront pas être séparées du reste de la société ».

**Mots-clés:** Afrique au Sud du Sahara; Genres; Situation féminine; Femmes; Société, Education et formation; Économie; Politique.



## GENERAL NORTON DE MATOS (1867-1955). ASPECTOS MAIORES DE UM PERFIL HISTÓRICO-BIBLIOGRÁFICO – O MILITAR, O COLONIALISTA E O DEMOCRATA

Armando Malheiro da Silva

**Resumo:** Apesar de ter sido uma figura pública de grande prestígio durante a vigência da I República Portuguesa (1910-1926), como Governador Geral de Angola, Ministro das Colónias e da Guerra, responsável pela preparação do Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra (1914-1918), Alto Comissário em Angola e Embaixador em Londres, e na oposição ao Estado Novo até ao fim da sua vida em 1955, o General José Mendes Ribeiro Norton de Matos não tem merecido da comunidade dos historiadores do Portugal Contemporâneo e mesmo dos especialistas em História Colonial, nomeadamente sobre Angola, a investigação sistemática e aprofundada que urge ser feita.

Este artigo condensa apenas resultados de uma pesquisa em curso e de um projecto editorial assumido pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX da Universidade de Coimbra através de Protocolo assinado com os Herdeiros do General (detentores do seu importante Arquivo/Biblioteca Pessoal e Familiar) e a Câmara Municipal de Ponte do Lima, mas ao mesmo tempo perfila-se como um estímulo, que se deseja sólido e sério, para um programa exaustivo de pesquisas em torno desta figura de colonialista, republicano e democrata e em torno das grandes questões que perpassam pela sua trajectória de vida e pelo seu tempo.

**Abstract:** In spite of have been a public figure of great prestige during the legality of the I Portuguese Republic (1910-1926) as General Governor of Angola, Minister of the Colonies and of the War, responsible for the preparation of the Portuguese Expeditionary Regiment in the Great War (1914-1918), High Comissary in Angola and Ambassador in London, and in the Oposition to the New State until the end of his life in 1955, the General José Ribeiro Mendes Ribeiro Norton

de Matos has not deserved of the portuguese community of contemporary historians and even of the colonial history experts, particularly about Angola, the deep and systematic investigation that should be made.

This article compact only the results of a research in progress and an editorial project assumed by the Center of Interdisciplinary Studies of 20<sup>th</sup> Century of the University of Coimbra through the protocol signed with the General Heirs (owners of his important Personal and Familiar Archives and Library) and with the Ponte de Lima Municipal Council), but at the same time it perfils itself as a encouragement that we wish to be solid and serious, for an exhaustive research program around this colonialist, republican and democratic figure and around the great issues that cross his life trajectory and by his era.

## OS CORREDORES DE DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

Madalena Pires da Fonseca

**Resumo:** O modelo de inserção de Moçambique na economia mundial, isto é, na divisão internacional do trabalho, decalca hoje, no essencial, a estrutura dos últimos anos do colonialismo e nesse contexto, os corredores de transporte/desenvolvimento são os pilares fundamentais. Durante os cerca de 20 anos que decorreram entre a Independência e as primeiras eleições multipartidárias e o início da aplicação de uma política económica aberta ao exterior e liberal, a economia Moçambicana fechou-se sobre si mesma, ensaiando modelos socialistas, num percurso de sucessivos insucessos, agravados por uma guerra civil fortemente destruidora das infra-estruturas produtivas. Da mesma forma que Portugal revelou uma incapacidade política histórica para controlar efectivamente o desenvolvimento das suas colónias e explorar de forma eficiente os recursos das mesmas, permitindo a entrada de companhias estrangeiras e aceitando, impotente, decisões políticas de outros países, sobre os seus territórios, também Moçambique actualmente, e desde a Independência, tem revelado uma forte debilidade política no campo das relações internacionais, daí resultando muitas limitações à aplicação de um modelo de desenvolvimento socioeconómico concebido e construído internamente, pelo próprio país. Daqui resulta que os corredores de transportes serão corredores de desenvolvimento apenas na medida e na intensidade e no timing em que as instituições estrangeiras ligadas à cooperação e ajuda internacional, os países vizinhos de economias mais fortes e os investimentos directos estrangeiros o determinarem, isto é, em função do interesse maior ou menor dos actores exteriores!

## ZUSAMMENFASSUNG

Die Einbindung Mosambiks in die Weltwirtschaft, das heißt in die internationale Arbeitsteilung, entspricht im Wesentlichen der Struktur der letzten Jahre der Kolonialherrschaft und in diesem Zusammenhang spielen die Transport-/Entwicklungskorridore eine grundlegende Rolle. Im Verlauf der 20 Jahre zwischen der Unabhängigkeit und den ersten Mehrparteienwahlen und dem Beginn einer liberalen und nach außen geöffneten Wirtschaftspolitik hat sich die mosambikanische Wirtschaft auf sich selbst zurückgezogen während sie erfolglos sozialistische Modelle ausprobierte. Zusätzlich wurde die wirtschaftliche Entwicklung noch zusätzlich durch einen die produktiven Infrastrukturen zerstörenden Bürgerkrieg belastet. In der gleichen Weise wie Portugal eine historische Unfähigkeit bewiesen hat, die Entwicklung seiner Kolonien effektiv zu kontrollieren und effizient deren Ressourcen zu nutzen, indem es ausländische Gesellschaften ins Land gelassen hat und ohnmächtig politische Entscheidungen anderer Länder über die Gebiete akzeptiert hat, hat auch Mosambik seit seiner Unabhängigkeit große politische Schwäche in den internationalen Beziehungen gezeigt. Darauf lassen sich viele Einschränkungen bei der Anwendung eines sozio-ökonomischen Entwicklungsmodells, das das Land selbst erarbeitet hat, zurückführen. Daraus ergibt sich, dass die Transportkorridore nur in dem Maß, in der Intensität und in dem Tempo Entwicklungskorridore sein werden, wie es die ausländischen Institutionen für Kooperation und internationale Hilfe, die wirtschaftlich stärkeren Nachbarländer und die direkten ausländischen Investitionen sie als solche nutzen, d.h. ihr Entwicklungspotenzial steht in Funktion eines größeren oder geringeren Interesses der ausländischen Akteure!



**OLHARES EPIFÂNICOS – A EPIFANIA NOS CONTOS  
“AMOR” DE CLARICE LISPECTOR E “À SEXTA-FEIRA”  
DE LUANDINO VIEIRA**

Rosa de Souza Oliveira

**Resumo:** O macrosistema literário de língua portuguesa ao qual pertencem Brasil e Angola permite o estudo de duas personagens femininas e da magia do “olhar” nos seus momentos de revelação. O conto “Amor” de Clarice Lispector traz Ana, alienada em seu mundo doméstico, é o jeito que ela tem para evitar a reflexão sobre seu íntimo. Nela, de “À Sexta-feira”, de Luandino Vieira, também é alienada. Mas a sua alienação está a nível político perante as lutas do povo pela libertação de Angola. A alienação das personagens impede-as de ter consciência do que está ao seu redor, até que surge um momento epifânico. Esse momento dá-se através do “olhar” diferente que ambas dispensam para coisas do seu quotidiano. Ana “olha” um cego mascarando chiclês e Nela “olha” para uma *mulher de panos*. Elas apenas viam as coisas, sem o acto intencional de olhar. Esse “olhar” estimula o momento revelador de cada uma - a epifania -, o que as leva à autoconsciência.

**Palavras-chave:** mulher; literatura; epifania.

**Abstract:** The literary macrosystem of Portuguese language o which Brazil and Angola belong allows the study of two feminine characters and also the magic of the “glance” into their moments of revelation. Clarice Lispector’s tale “Amor” introduces Ana, alienated in her domestic world, which is the way she finds to avoid reflecting about her own self. Nela, from “À sexta-feira” by Luandino Vieira is also alienated. But her alienation is in the political level, before the people’s struggles to liberate Angola. The characters’ alienation prevents them to be conscious of what is around them until the epiphany moment in their lives rises up. This moment happens when both of them look in a different way at all

their daily things. Ana “sees” a blind man chewing gum and Nela “sees” a *woman of cloths*. Before, the characters used to see things, but without intentionally looking at them. This “glance” enhances the revelation moment of each one -the epiphany-, that brings their own self conscience.

**Keywords:** woman; literature; epiphany.

**Le résumé:** Le macrosystème littéraire de langue portugaise auquel le Brésil et l'Angola appartiennent, autorise l'étude de deux personnages féminins et aussi de la magie du «coup d'oeil» dans leurs moments de révélation. Le conte «Amor» de Clarice Lispector introduit un personnage aliéné dans son monde domestique, qui est le chemin qu'elle choisi pour éviter de penser sur elle-même. Nela, de «À sexta-feira» du Luandino Vieira, est aussi aliénée. Mais son aliénation se situe dans le niveau politique, devant les luttes du peuple d'Angola pour obtenir sa libération. L'aliénation des personnages les préviennent d'être conscients de ce qui est autour d'eux, jusqu'au moment de l'épiphanie dans leurs vies. Ce moment se passe quand toutes deux posent un regard différent sur certaines choses journalières. Ana «voit» un homme aveugle qui mâche du chewing-gum et Nela «voit» *une femme de tissus*. Avant, les personnages voyaient les choses, mais sans les regarder intentionnellement. Ce «coup d'oeil» nous donne le moment de la révélation de chacune – l'épiphanie -, et les conduit à l'autoconscience.

**Mots-clefs:** femme; littérature; épiphanie.

# **Informações**



**VII COLÓQUIO INTERNACIONAL**  
**Identities, Poderes e Etnicidades na África Subsariana**  
**“O RACISMO ONTEM E HOJE”**  
**6-8 Maio 2004**

Iniciados em 1998, promovidos pelo Centro de Estudos Africanos (CEAUP), Unidade de I & D do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, e pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), os Colóquios Internacionais sobre «Identities, poderes e etnicidades na África Subsariana» têm constituído um espaço de debate e alta qualidade científica, com a participação de reputados especialistas nacionais e estrangeiros de estudos africanos.

Este VII Colóquio pretende desenvolver e analisar novas problemáticas e interpretações sobre o Racismo na África Subsariana, nas suas múltiplas perspectivas e nos seus novos desafios. Para minimizar os efeitos culturalmente totalizantes da globalização nos domínios das culturas e sociedades africanas, afigura-se necessária a análise comparada dos sistemas normativos dos valores africanos, numa interacção construcionista e complementar da tradição e da modernidade e das dinâmicas do multiculturalismo em África.

PROGRAMA PROVISÓRIO

**6 de Maio de 2004 - FLUP**

**10h30:** Sessão Solene de Abertura  
Vice-Reitor U.P. – Francisco  
Ribeiro da Silva

**11h00:** Conferência Inaugural  
Adriano Moreira – Presidente  
do CNAVES

**15h00:** Patrick Chabal – King’s  
College - Londres  
Eduardo Costa Dias – CEA-  
ISCTE  
Manuel Laranjeira  
Rodrigues de Areia –  
Universidade de Coimbra

**17h30:** Adelino Torres – ISEG-UTL  
José Carlos Venâncio – UBI/  
CEAUP

**7 de Maio de 2004 - FLUP**

**9h30:** Elikia M'Bokolo – E.H.E.S.S.  
Paris

Jean-Claude Penrad –  
E.H.E.S.S. Paris

**15h00:** János Riesz – Universidade  
de Bayreuth  
Ute Luig – Universidade de  
Berlim

**17h30:** Claudine Vidal – CNRS/  
E.H.E.S.S. Paris  
Arlindo Barbeitos – UAN –  
Angola  
Manzambi Vuvu Fernando –  
CEAUP

**8 de Maio de 2004 - FLUP**

**9h30:** Isabel Castro Henriques –  
FLUL  
Ferran Iniesta –  
Universidade Autónoma de  
Barcelona  
António Custódio Gonçalves  
– FLUP/CEAUP

**12h00:** Sessão de Encerramento

**APOIOS:**

Reitoria da Universidade do Porto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Fundo de Apoio à Comunidade Científica – Fundação para a Ciência  
e a Tecnologia

Instituto Camões

## NORMAS PARA OS COLABORADORES DA *AFRICANA STUDIA*

### **Apresentação de originais:**

1. Os artigos enviados à *Africana Studia* serão submetidos ao Conselho Editorial, que recorrerá ao Conselho Científico sempre que julgar conveniente.
2. Os textos em português, em francês ou em inglês serão enviados em duplicado ao secretariado do CEAUP, dactilografados em páginas A4, a espaço e meio, acompanhados de uma disquete com o ficheiro de texto em Word for Windows (versão 97; 2000 ou XP).
3. O limite máximo da dimensão dos artigos será de 25 págs., incluindo quadros, gráficos, figuras, notas e bibliografia.
4. Cada artigo será acompanhado de um resumo com o máximo de 10 linhas apresentado em português, francês e inglês, e das palavras – chave nucleares (mots-clefs / key words).
5. Todas as citações devem seguir-se do sobrenome do autor, em maiúsculas, e ano de publicação (e número de página, se for o caso), entre parênteses.
6. As referências bibliográficas devem vir no final do texto, numeradas e em ordem alfabética a partir do sobrenome do autor, com espaço simples entre linhas e espaço duplo entre si. Títulos de livros e periódicos devem vir em itálico.
7. A *Africana Studia* reserva-se o direito de alterar os originais com o fim de condicioná-los a essas e outras normas do seu padrão editorial.
8. Os autores terão direito a 2 exemplares e 25 separatas da *Africana Studia*.
9. As opiniões expressas nos artigos são da responsabilidade dos seus autores.

